

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo

FEIRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR CONECTAM O CAMPO E A CIDADE NO SUL SERGIPANO

Vanessa Modesto dos Santos



SÃO CRISTÓVÃO - SE
DEZEMBRO DE 2025

Vanessa Modesto dos Santos

**FEIRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR CONECTAM O CAMPO E A
CIDADE NO SUL SERGIPANO**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – PPGeo/UFS, sob a orientação da Prof.^a. Dr.^a. Sônia de Souza Mendonça Menezes, como requisito à obtenção do título de Doutora em Geografia.

Linha de pesquisa: Produção e Organização do Espaço Agrário.

Cidade Universitária Prof. José Aloísio Campos
São Cristóvão/SE
2025

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S237f Santos, Vanessa Modesto dos
Feiras da agricultura familiar conectam o campo e a cidade no Sul sergipano / Vanessa Modesto dos Santos ; orientadora Sônia de Souza Mendonça Menezes. – São Cristóvão, SE, 2025.
202 f. : il.

Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2025.

1. Geografia agrícola. 2. Agricultura familiar – Sergipe. 3. Territorialidade humana. 4. Agricultura e Estado. 5. Soberania alimentar. 6. Segurança alimentar e nutricional. 7. Produtos agrícolas – Comercialização. I. Menezes, Sônia de Souza Mendonça, orient. II. Título.

CDU 911.3:631:338.439.5(813.7)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Ata da Sessão de Defesa da Tese de Doutorado em
Geografia de **Vanessa Modesto dos Santos**.

Aos cinco dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, com início às quatorze horas, realizou-se na sala 402, localizada na Didática VII, na Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, em São Cristóvão/SE, a sessão pública da defesa de Tese de Doutorado em Geografia de **Vanessa Modesto dos Santos**, intitulada: **"Feiras da Agricultura Familiar Conectam o Campo e a Cidade no Sul Sergipano"**. A Banca Examinadora foi presidida pela Professora Doutora Sônia de Souza Mendonça Menezes, que abriu a sessão pública e passou a palavra para a doutoranda proceder à apresentação de sua Tese. Logo após a apresentação, cada membro da Banca Examinadora composta pelos Professores Doutores Flamarion Dutra Alves, José Eloízio da Costa, Juliana Cristina Franz e Iara Rafaela Gomes arguiram a candidata, que teve igual período para sua defesa. Na sequência, a Professora Doutora Sônia de Souza Mendonça Menezes, na condição de orientadora teceu comentários sobre a Tese apresentada e destacou a trajetória para a sua construção. Por fim, a banca examinadora reuniu-se para avaliação e decidiu **APROVAR** a candidata. Foram atendidas as exigências da Resolução nº 25/2014/CONEP, que regula a apresentação e defesa de Tese de Doutorado.

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, 05 de dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br SÔNIA DE SOUZA MENDONÇA MENEZES
Data: 11/12/2025 14:28:04-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Profa. Dra. Sônia de Souza Mendonça Menezes
Orientadora e presidente da banca

Documento assinado digitalmente
gov.br FLAMARION DUTRA ALVES
Data: 09/12/2025 12:38:30-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Prof. Dr. Flamarion Dutra Alves
Examinador externo

Documento assinado digitalmente
gov.br JULIANA CRISTINA FRANZ
Data: 10/12/2025 20:09:58-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Profa. Dra. Juliana Cristina Franz
Examinadora externa

Documento assinado digitalmente
gov.br IARA RAFAELA GOMES
Data: 10/12/2025 22:42:03-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Profa. Dra. Iara Rafaela Gomes
Examinadora externa

Documento assinado digitalmente
gov.br JOSÉ ELOÍZIO DA COSTA
Data: 11/12/2025 09:34:29-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Prof. Dr. José Eloízio da Costa

Documento assinado digitalmente
gov.br VANESSA MODESTO DOS SANTOS
Data: 11/12/2025 10:18:36-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

VANESSA MODESTO DOS SANTOS
-Doutoranda-

Dedico esta tese:

A meu esposo José Messias e meu filho João Arthur,
expressão de amor nessa caminhada de construção da
tese.

Aos meus pais, aqueles que me apresentaram a
agricultura familiar.

A todos(as) os(as) agricultores(as)/feirantes que me
acolheram ao longo dessa trajetória de pesquisa e que
cultivam com amor.

AGRADECIMENTOS

“Os que semeiam entre lágrimas ceifarão com alegria.” (Salmo 125, v. 5). Uma caminhada cheia de dificuldades e muitas lágrimas. O percurso não foi fácil, mas até aqui me sustentou o Senhor. Cheguei até aqui graças ao agir de Deus e à intercessão de Nossa Senhora — minha Mãezinha, que segurou minha mão e acalmou meu coração em todos os momentos em que a caminhada se tornou muito difícil. Cheguei. Cheguei ao fim dessa trajetória tão importante para a minha vida. Consegui!

Agradeço à CAPES pela bolsa concedida por três anos, o que me possibilitou dedicação exclusiva à pesquisa, fundamental para a realização dos trabalhos de campo, bem como para a participação em eventos e para a aquisição de materiais para estudo.

Agradeço à Universidade Federal de Sergipe (UFS). Aqui deixo o meu reconhecimento aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) e aos seus Coordenadores por sua dedicação e responsabilidade pelo curso ofertado.

Minha profunda gratidão à Prof.^a Dr.^a Sônia de Souza Mendonça Menezes, minha eterna orientadora, por nunca soltar minha mão e por caminhar ao meu lado com sabedoria, compromisso, sensibilidade e generosidade. Agradeço por acreditar em mim, por me inspirar com seus ensinamentos e por me conduzir com firmeza e empatia. Sua orientação foi essencial para que eu reconhecesse meu potencial e me apaixonasse verdadeiramente pelo meu objeto de pesquisa.

Aos amigos do GRUPAM, minha profunda gratidão por fazerem parte desta caminhada. Mesmo à distância, vocês foram fundamentais para que eu continuasse firme, com coragem e esperança. Os diálogos, os aprendizados compartilhados, as trocas generosas e o apoio constante foram fontes de motivação nos momentos mais desafiadores. A José Natan, por me incentivar na realização da seleção; a Jeferson Marques, pela leitura atenta da tese, e a Claudionete Cândia, sempre comigo. Sua alegria e positividade tornaram minha caminhada mais leve. A todos os amigos, obrigada por caminharem comigo, ainda que em diferentes lugares, sempre presentes em pensamento, afeto e companheirismo. Levo cada um de vocês nesta conquista.

Gratidão à Prof.^a Dr.^a Ana Rocha dos Santos e ao Prof. Dr. José Eloizio da Costa, professores do PPGEO, pela leitura do texto e pelas recomendações na banca de qualificação. Suas contribuições foram essenciais para organização do trabalho e defesa da tese. Agradeço aos professores: Prof. Dr. Flamarion Dutra Alves da Universidade Federal de Alfenas, a Prof.^a Dr.^a Juliana Cristina Franz da Universidade Federal de Rio Grande, a Prof.^a Dr.^a Iara Rafaela

Gomes da Universidade Federal do Ceará, e ao Prof. Dr. José Elozio da Costa -PPGEO/UFS, pelas sugestões na defesa de tese.

Minha gratidão a Jobson Leite, secretário do PPGEO, por estar sempre disponível para nos atender em todas as situações, sempre prestativo e com muita alegria. Em todos os momentos em que solicitei sua ajuda, sempre me atendeu com atenção, cordialidade e muita simpatia.

A José Messias, meu esposo, não existem palavras que possam descrever a importância de ter você ao meu lado durante essa jornada. Agradeço a você pela paciência em entender meus momentos de ausência, por me acolher nos momentos em que por muitas vezes não me senti capaz, por me acompanhar sempre nos trabalhos de campo, por ser “meu motorista” que se tornou também pesquisador. Por você ser o melhor pai para nosso filho, por estar sempre presente quando foi necessário eu me fazer ausente. Sua presença foi essencial para que eu pudesse chegar até aqui.

João Arthur, sua chegada veio iluminar a minha vida. Sem você não sei se teria chegado até aqui. Você foi o afeto que eu precisava para caminhar. Foi pensando em você que eu segui, que entre lágrimas por estar ausente, segui para poder desfrutar agora dos melhores momentos e dedicar este trabalho a você, que é minha razão de viver. Te amo, meu filho!

A minha mãe, Josefa Rivanda, e meu pai, José Raimundo, por desde sempre me ensinarem a trilhar o caminho dos estudos e por terem sido os primeiros a me apresentaram a agricultura. Pai, mãe, eu consegui, e sem vocês nunca seria possível chegar até aqui. Obrigada por todas as vezes em que disseram “quer que eu fique com Arthur pra você estudar?”. Mesmo com as limitações de vocês, sempre estiveram ao meu lado segurando minha mão.

Valquiria, minha irmã, agradeço de coração por todo apoio, carinho e incentivo durante minha trajetória no doutorado. Sua presença firme, mesmo nos momentos mais silenciosos, foi um alento nos dias difíceis e uma força constante nos momentos de superação. Obrigada por acreditar em mim, por me ouvir, por celebrar minhas conquistas e, acima de tudo, por ser esse porto seguro ao longo de toda essa caminhada. Sua cumplicidade foi essencial para que eu não desistisse e chegasse até o fim.

A meu irmão Leonardo, agradeço pelo apoio e por sempre acreditar que eu conseguiria realizar meu sonho.

Agradeço a Elaine Ramos e Vânia Villa Nova, por todas as vezes em que me ouviram com atenção, por todas as conversas de incentivo. A alegria constante de vocês me ajudou a chegar até aqui.

A Moisés Augustinho, Secretário Municipal de Educação de Umbaúba, meu chefe, por compreender minhas ausências quando necessitava realizar trabalho de campo ou participar de algum evento.

Agradeço, com profundo respeito e carinho, aos agricultores/feirantes que me acolheram com tanta generosidade em suas barracas e em suas residências. Cada conversa, cada gesto de confiança e cada partilha de saberes e vivências enriqueceu profundamente esta pesquisa e minha trajetória pessoal. Obrigada também por abrirem as portas de suas casas e de suas histórias, por me receberem com simplicidade e afeto, e por me mostrarem, na prática, a força, a dignidade e a beleza do trabalho na agricultura.

Agradeço aos consumidores das feiras da agricultura familiar que gentilmente aceitaram participar desta pesquisa, compartilhando suas percepções, experiências e vínculos com a produção local. Sua disponibilidade e acolhimento foram fundamentais para a construção deste trabalho. Mais do que consumidores, vocês são parte ativa de uma rede que valoriza o alimento saudável, o cultivo consciente e a dignidade do trabalho das famílias agricultoras.

Agradeço aos secretários e representantes das Secretarias Municipais de Agricultura pelo apoio, disponibilidade e acolhimento durante o desenvolvimento desta pesquisa. Suas contribuições, informações e orientações foram essenciais para a compreensão das dinâmicas locais da agricultura familiar e para o acesso aos territórios e sujeitos envolvidos.

Esta caminhada foi marcada por gestos de carinho, atenção, empatia, solidariedade e amizade. Ao longo do percurso, fui acolhida por pessoas que nunca haviam me visto antes, mas que, com generosidade, me acolheram em suas barracas e alguns em suas casas, e se dispuseram a contribuir com a pesquisa, sem hesitar. Também tive a alegria de reencontrar pessoas queridas que me receberam com brilho nos olhos e entusiasmo, tornando cada encontro leve e significativo. Cada uma dessas experiências foi essencial para minha formação pessoal e acadêmica, pois me ajudaram a reafirmar meu modo de ser e de acolher o outro. Por outro lado, também encontrei barreiras, resistências e falta de receptividade. Mas foi justamente entre acolhimentos e recusas que aprendi lições valiosas sobre os caminhos que desejo trilhar e, principalmente, sobre os comportamentos que escolho não reproduzir.

Agradeço a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta pesquisa. Cada gesto de apoio, palavra de incentivo, partilha de conhecimento ou simples disponibilidade em me ouvir foi essencial para a construção deste trabalho. Sou grata por cada contribuição, ainda que silenciosa, que me fortaleceu ao longo dessa trajetória. Muito obrigada!

RESUMO

O objetivo desta tese consiste em analisar os efeitos da política pública que constituiu a Feira da Agricultura Familiar, a contribuição da gestão pública local na manutenção deste território de comercialização, bem como as alterações nos estabelecimentos rurais e o rebatimento na segurança alimentar nutricional. Como recorte espacial, foram escolhidos os municípios de Cristinápolis, Indiaroba, Itabaianinha, Santa Luzia do Itanhy e Umbaúba, que compõem o território sul do estado de Sergipe, por apresentar práticas vinculadas à agricultura. Como procedimentos metodológicos, iniciamos com revisão teórica direcionada aos estudos das políticas públicas vinculadas à agricultura familiar e seguimos com revisão acerca das categorias território, produção agrícola, comercialização e consumo. Na sequência, foram realizadas análises documentais de dados secundários e informações que versam sobre as dimensões históricas e socioeconômicas, sobre a agropecuária e sobre políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. No período entre 2023 e 2025, os procedimentos estiveram orientados, sobretudo, para a realização de pesquisa de campo junto aos(as) agricultores(as)/feirantes e consumidores nas Feiras da Agricultura Familiar, além de representantes técnicos das secretarias municipais responsáveis pela organização da logística dessas feiras. Também foram efetuadas visitas aos estabelecimentos rurais das famílias agricultoras, com intervenções exploratórias e entrevistas pautadas na técnica *snowball*, onde fez-se o uso do diário de campo e registros fotográficos. Os resultados desta tese evidenciam a relevância social, cultural e econômica das Feiras da Agricultura Familiar nos municípios do sul sergipano. Para além de proporcionar renda para as famílias agricultoras que comercializam nesse território, ocorreu a diversificação de cultivos de alimentos nos estabelecimentos rurais, o que é fundamental para a Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores/feirantes. No que se refere à manutenção e ao fortalecimento desse território de comercialização, evidenciam-se os efeitos das diferentes ações e do suporte oferecido pela gestão municipal no recorte espacial. Conclui-se que as efetivas ações públicas e as inter-relações entre produtores e consumidores fortalecem o avanço e a consolidação de práticas agroecológicas, o protagonismo e a reprodução socioeconômica dos agricultores familiares, além do enraizamento cultural desse território de comercialização.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Território; Comercialização; Políticas Públicas.

ABSTRACT

The aim of this thesis is to analyze the effects of the public policy that established the Family Farming Market, the contribution of local public management to maintaining this marketing territory, as well as the changes observed in rural establishments and their impact on food and nutritional security. The municipalities of Cristinápolis, Indiaroba, Itabaianinha, Santa Luzia do Itanh, and Umbaúba—located in the southern territory of the state of Sergipe—were selected as the spatial scope due to their strong agricultural practices. As methodological procedures, the research began with a theoretical review focused on public policies related to family farming, followed by a review of the categories of territory, agricultural production, commercialization, and consumption. Subsequently, documentary analyses of secondary data and information were carried out, addressing historical and socioeconomic dimensions, agricultural production, and public policies aimed at family farming. Between 2023 and 2025, the procedures mainly involved field research with farmers/vendors and consumers at the Family Farming Markets, as well as technical representatives from municipal departments responsible for organizing the logistics of these fairs. Visits to rural family establishments were also conducted, including exploratory interventions and interviews based on the snowball sampling technique, along with the use of field diaries and photographic records. The results of this thesis highlight the social, cultural, and economic relevance of Family Farming Markets in the southern municipalities of Sergipe. In addition to generating income for farming families that sell in these territories, the markets have contributed to the diversification of food crops in rural establishments, which is essential for the Food and Nutritional Security of farmers and vendors. Regarding the maintenance and strengthening of this marketing territory, the study reveals the effects of different actions and the support provided by municipal management within the studied area. It is concluded that effective public actions and the interrelations between producers and consumers strengthen the advancement and consolidation of agroecological practices, the empowerment and socioeconomic reproduction of family farmers, and the cultural rootedness of this marketing territory.

Keywords: Family farming; Territory; Commercialization; Public policies.

RESUMEN

El objetivo de esta tesis consiste en analizar los efectos de la política pública que instituyó la Feria de la Agricultura Familiar, la contribución de la gestión pública local en el mantenimiento de este territorio de comercialización, así como las transformaciones ocurridas en los establecimientos rurales y su repercusión en la seguridad alimentaria y nutricional. Como recorte espacial, se seleccionaron los municipios de Cristinápolis, Indiaroba, Itabaianinha, Santa Luzia do Itanhy y Umbaúba, que conforman el territorio sur del estado de Sergipe, debido a su relevancia en la práctica agrícola. En cuanto a los procedimientos metodológicos, se inició con una revisión teórica orientada al estudio de las políticas públicas vinculadas a la agricultura familiar, seguida de una revisión de las categorías de territorio, producción agrícola, comercialización y consumo. Posteriormente, se realizaron análisis documentales de datos secundarios e informaciones relativas a las dimensiones históricas y socioeconómicas, a la actividad agropecuaria y a las políticas públicas dirigidas al sector de la agricultura familiar. Durante el periodo comprendido entre 2023 y 2025, los procedimientos se enfocaron principalmente en la realización de investigaciones de campo con agricultores/as, feriantes y consumidores en las Ferias de la Agricultura Familiar, además de entrevistas con representantes técnicos de las secretarías municipales encargadas de la organización logística de dichas ferias. Asimismo, se llevaron a cabo visitas a los establecimientos rurales de las familias agricultoras, con intervenciones exploratorias y entrevistas basadas en la técnica *snowball*, haciendo uso del diario de campo y de registros fotográficos. Los resultados de esta tesis ponen de manifiesto la relevancia social, cultural y económica de las Ferias de la Agricultura Familiar en los municipios del sur de Sergipe. Además de generar ingresos para las familias agricultoras que comercializan en este territorio, se observó una diversificación de los cultivos alimentarios en los establecimientos rurales, elemento esencial para la Seguridad Alimentaria y Nutricional de los propios agricultores y feriantes. En lo que respecta al mantenimiento y fortalecimiento de este territorio de comercialización, se evidencian los efectos de las diferentes acciones y del apoyo brindado por la gestión municipal en el espacio analizado. Se concluye que las acciones públicas efectivas y las interrelaciones entre productores y consumidores fortalecen el avance y la consolidación de prácticas agroecológicas, el protagonismo y la reproducción socioeconómica de los agricultores familiares, además del arraigo cultural de este territorio de comercialización.

Palabras clave: Agricultura familiar; Territorio; Comercialización; Políticas públicas.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Território Sul de Sergipe – Cobertura vegetal natural, 2018 – 2022.....	43
Tabela 02: População residente, território sul de Sergipe, 2010-2022.....	47
Tabela 03: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), 1991-2010.....	50
Tabela 04: Famílias beneficiadas e valores repassados aos municípios pelo Programa Bolsa Família, 2023.....	51
Tabela 05: Produto Interno Bruto (PIB) (x1000), 2018-2021.....	54
Tabela 06: Estrutura fundiária, 2017.....	56
Tabela 07: Projetos de Assentamentos rurais, Território Sul de Sergipe, 1991- 2011.....	60
Tabela 08: Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários (nº de pessoas), 2006 – 2017.....	62
Tabela 09: Máquinas agrícolas, 2006-2017.....	63
Tabela 10: Cultivos permanentes nos municípios de pesquisa (nº de estabelecimentos)	64
Tabela 11: Lavouras temporárias nos municípios pesquisados – total (toneladas).....	68
Tabela 12: Número de estabelecimentos destinados a Horticultura, 2017.....	70
Tabela 13: Produção de eucalipto, 2017.....	72
Tabela 14: Quantidade efetiva de rebanhos (cabeças), 2017.....	73
Tabela 15: Número de agricultores(as)/feirantes entrevistados por município.....	109
Tabela 16: Grau de escolaridade dos agricultores(as)/feirantes dos municípios do sul sergipano.....	115
Tabela 17: Alimentos comercializados nas FAFs.....	125-126
Tabela 18: Percepção dos consumidores em relação a localização da feira.....	147
Tabela 19: Grau de escolaridade dos consumidores das feiras da agricultura familiar dos municípios do sul sergipano.....	151
Tabela 20: Produtos adquiridos pelos consumidores do território sul sergipano.....	159

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: População residente, 2000-2022.....	49
Gráfico 02: Número de estabelecimentos 2017.....	57
Gráfico 03: Número de estabelecimentos pertencentes a agricultores familiares, 2006-2017.....	58
Gráfico 04: Produção de laranja em municípios do Sul de Sergipe (toneladas).....	66
Gráfico 05: Faixa etária dos(as) agricultores feirantes.....	112
Gráfico 06: Residência dos agricultores/feirante.....	115
Gráfico 07: Renda obtida na feira da agricultura familiar.....	132
Gráfico 08: Formas de pagamento aceitas nas feiras da agricultura familiar.....	140
Gráfico 09: Gênero e idade dos consumidores das feiras da agricultura familiar dos municípios do sul sergipano.....	150
Gráfico 10: Frequência de participação na feira.....	152
Gráfico 11: Fatores de maior influência para a escolha dos alimentos nas feiras da agricultura familiar.....	155
Gráfico 12: Porque escolheu comprar na FAF.....	158

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Principais referenciais da pesquisa.....	27
Quadro 02: Participantes entrevistados durante a pesquisa.....	31
Quadro 03: Critérios utilizados para escolha dos participantes da pesquisa.....	32
Quadro 04: Políticas públicas implementadas no recorte espacial-2015.....	97
Quadro 05: Dias, horários e locais de realização das FAFs.....	108

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Recorte territorial da pesquisa, 2023.....	24
Figura 02: Engenho São Felix, Santa Luzia do Itanh/SE.....	37
Figura 03: Fruto da mangaba.....	44
Figura 04: Aratu.....	44
Figura 05: Mapa da Hidrografia da área de estudo.....	45
Figura 06: Plantio consorciado laranja, mandioca e maracujá, Indiaroba/SE.....	67
Figura 07: Casa de farinha, Assentamento São Francisco – Cristinápolis/SE.....	69
Figura 08: Plantação de eucalipto em Cristinápolis/SE, 2024.....	72
Figura 09: Aratu.....	95
Figuras 10: Barracas exclusivas das feiras da agricultura familiar, Itabaianinha e Indiaroba.....	105
Figura 11: Feiras da Agricultura Familiar em municípios sergipanos.....	106
Figura 12: Mulheres agricultoras/feirante do sul sergipano.....	109
Figura 13: Colheita dos alimentos no dia anterior a feira, no município de Indiaroba/SE.....	111
Figura 14: Nuvem de palavras - Respostas a pergunta a quanto tempo trabalha na agricultura?.....	113
Figura 15: Quintal produtivo em Itabaianinha, 2025.....	116
Figura 16: Sementes armazenadas para os próximos plantios.....	117
Figura 17: Caminhão da prefeitura utilizados por agricultores/feirantes de Indiaroba.....	120
Figura 18: Veículo particular utilizado por agricultor/feirante de Itabaianinha.....	120
Figura 19: Caminhão da Secretaria Municipal de Agricultura de Umbaúba, 2025.....	121
Figura 20: Mosaico de cards para divulgação das feiras mensais.....	122
Figura 21: Banana roxa, Ouricuri cozido, Inhame de corda, e fava verde.....	124
Figura 22: Barraca com produtos ofertados na feira.....	125
Figura 23: Mosaico dos alimentos ofertados na primavera, verão, outono e inverno.....	127
Figura 24: Espaço em que as mulheres se reúnem para a elaboração dos alimentos.....	129
Figura 25: Certificado de “Produtor orgânico”	130
Figura 26: Caderno de anotações para venda com pagamento posterior.....	141
Figura 27: Cartão representativo da moeda aratu:.....	142
Figura 28: Tickets distribuídos para as famílias de Cristinápolis.....	143
Figura 29: Via pública em que se realiza a feira da agricultura familiar de Itabaianinha.....	148

Figura 30: Fruta Pão.....	158
Figura 31: Alimentos tradicionais comercializados nas feiras da agricultura familiar.....	161
Figura 32: Mosaico com alimentos consumidos na feira da agricultura familiar.....	162
Figura 33: Nuvem de palavras com as principais recordações dos participantes da pesquisa.....	163

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF – Agricultura Familiar

APA – Área de Proteção Ambiental

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

ATES – Acessória Técnica, Social e Ambiental a Reforma Agrária

BPC – Benefício de Prestação Continuada

BPI - Banco Popular de Indiaroba

CadÚnico – Cadastro Único

CCC – Circuitos Curtos de Comercialização

Emdragro – Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe

FAF – Feira da Agricultura Familiar

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura).

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

GRUPAM – Grupo de Estudos e Pesquisa Sobre Alimentos e Manifestações Tradicionais

Ha - Hectares

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

MDCIC- Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MF – Módulo Fiscal

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAI – Programa Alimenta Indiaroba

PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola

PGPAF – Plano Safra da Agricultura Familiar

PIB – Produto Interno Bruto

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNATER – Política Nacional de Assistência

PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural

PPGEO – Programa de Pós-Graduação em Geografia

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Pronera – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

SEAD – Secretaria Especial do Desenvolvimento Social

SEAF – Seguro da Agricultura Familiar

SEIDES - Secretaria de Estado de Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social

UFS – Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	22
2 CONFIGURAÇÕES GEOGRÁFICAS DOS MUNICÍPIOS DO SUL SERGIPANO: aspectos naturais, socioeconômicos e culturais.	35
2 CONFIGURAÇÕES GEOGRÁFICAS DOS MUNICÍPIOS DO SUL SERGIPANO: aspectos naturais, socioeconômicos e culturais.	36
2.1 Municípios do sul sergipano: princípios da ocupação, usos e transformações socioespaciais	38
2.2 – Conformações da natureza no território sul sergipano: aspectos físicos	41
2.3 – Aspectos humanos e os indicadores sociais na organização do território sul sergipano ..	47
2.4 Estrutura fundiária, distribuição e uso da terra no sul sergipano	55
3 POLÍTICAS PÚBLICAS: FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	76
3.1 Agricultura familiar: lutas, reconhecimentos e conquistas no Brasil	77
3.2 Feiras da agricultura familiar: contribuições para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN)	83
3.3 Políticas públicas: um marco relevante para agricultura familiar	88
3.4 Políticas públicas locais: valorização e incentivo às comunidade rurais	93
4 FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR: TERRITÓRIO DE SABERES, TROCAS E AUTONOMIA.....	100
4.1 Origens das feiras da agricultura familiar: histórias e significados no Sul sergipano.	101
4.2 – Entre a roça e a feira: perfis e vivências dos agricultores/feirantes do sul sergipano. ...	107
4.3 Feira da Agricultura Familiar: para além da geração de renda.....	123
4.4 Entre o cultivo e a comercialização: desafios e persistência dos agricultores familiares ..	134
5 ENTRE BARRACAS E SABORES: RELAÇÕES DE CONSUMO NO TERRITÓRIO DA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR	137
5 ENTRE BARRACAS E SABORES: RELAÇÕES DE CONSUMO NO TERRITÓRIO DA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR	138
5.1 Feira da Agricultura Familiar: conexão e confiança entre agricultores/feirantes e consumidores	139
5.2 “Busco o que é melhor”: consumidores das FAFs do sul sergipano.....	146
5.3 Motivações e sentidos: “A saúde passa por aquilo que a gente come”	153
5.4 Pausa para comer: tradições e memórias alimentares nas feiras do sul sergipano	160
6 CONCLUSÃO	166

REFERÊNCIAS.....	170
ANEXOS.....	191
ANEXO A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	192
ANEXO B: TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO .	196
APÊNDICES	197
APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM AGRICULTOR/FEIRANTE.....	198
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM O CONSUMIDOR DA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR	201
APÊNDICE C: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO DA FEIRA 	202

1 INTRODUÇÃO



1 INTRODUÇÃO

A proposta desta tese constituiu-se em um encontro com a minha identidade relacionada à agricultura familiar no passado e no presente. Ao longo de minha infância e adolescência, eu acompanhava a rotina dos meus pais, agricultores¹ familiares, no trabalho na “roça” e na comercialização dos alimentos, geralmente para atravessadores (intermediários²). Por muitas vezes, foi possível acompanhar minha mãe à feira convencional no município de Umbaúba, território onde, embora ela não possuísse barraca, transitava para negociar com algumas feirantes de roupas, sapatos e utensílios domésticos e especialmente para vender os alimentos que eram cultivados pela família no estabelecimento rural. Em decorrência da situação financeira da família, se fazia necessário a realização dessa prática.

Anos depois, durante a graduação, com minha participação no GRUPAM- Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Alimentos e Manifestações Tradicionais, me envolvi em uma Pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC), intitulado “Comercialização das comidas típicas nas feiras dos bairros das zonas norte e oeste Aracaju: tradição, identidade e territorialidade”, a feira convencional retornou à minha vida por meio das feiras livres em alguns bairros da capital sergipana, cujo objetivo foi analisar a manutenção da produção e comercialização de alimentos tradicionais nas feiras localizadas nos bairros da zona Norte e Oeste da cidade de Aracaju, e como esta atividade contribui para a reprodução social e econômica desses feirantes. A partir dessa pesquisa, surgiu o interesse em continuar a investigação dessa temática no mestrado, em que realizei a pesquisa intitulada *Cores, cheiros, sons, saberes e fazeres: feira de Lagarto/SE*. Identifiquei os agricultores familiares em suas barracas comercializando os alimentos oriundos do seu trabalho em seus estabelecimentos rurais, e isso chamou minha atenção. Naquele momento, eu não fazia ideia de que as feiras da agricultura familiar seriam o tema da minha tese de doutorado.

Após a experiência do mestrado, retornei à minha cidade de origem e atuei na educação básica. Durante esse período afastada dos muros da universidade, tornei-me consumidora assídua da Feira da Agricultura Familiar de meu município, Umbaúba, e essa vivência despertou meu interesse pela pesquisa deste mercado de alimentos.

¹ Opta-se, neste trabalho, pelo uso do termo “agricultores” como forma genérica de referência a agricultores e agricultoras, compreendendo-o como uma convenção linguística amplamente utilizada na produção acadêmica e em documentos institucionais.

² O que, na minha vida adulta, passou a gerar indignação a partir do momento em que verifiquei que a figura do atravessador, mesmo sendo necessária naquele momento, ficava com a maior parte do valor gerado com a venda dos produtos.

A escolha da Feira da Agricultura Familiar como objeto de investigação, foi escolhido tendo em vista a relevância para o abastecimento local, com a oferta de alimentos locais, orgânicos, agroecológicos e também oriundos da agricultura convencional. Mas, também, porque não há pesquisas sobre essas feiras na Geografia sergipana. Embora seja inédita essa investigação em Sergipe, a temática das feiras da agricultura familiar é uma área amplamente pesquisada com estudos consolidados na Sociologia, no Desenvolvimento Rural e na Extensão Rural em outros estados brasileiros.

Cassol (2021) salienta que, no território nacional, há uma “preferência” por estudos e pesquisas que privilegiem os mercados de agricultores, especialmente as feiras orgânicas e agroecológicas ou aquelas exclusivas para a agricultura familiar, nas quais agricultores e consumidores ³comercializam seus alimentos diretamente, sem a presença de intermediários. Esse tema nos desperta a curiosidade científica e possibilita a contribuição para a leitura da realidade dos municípios do sul sergipano, tendo em vista que, no estado de Sergipe, predominam as feiras convencionais que contam com a participação de “agricultores/feirantes, feirantes/comerciantes e mulheres/feirantes” (Menezes, 2021).

No estado de Sergipe, a instituição do projeto Feira da Agricultura Familiar é uma política pública do governo estadual, por meio da Secretaria de Estado de Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social (SEIDES), em uma parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário iniciada no ano de 2011. Esse projeto surge com o objetivo de inserir o “pequeno produtor” no mercado a fim de eliminar a figura do atravessador, e também para proporcionar a geração de renda para as famílias agricultoras (Sergipe, 2011).

Nesse contexto, a implantação das Feiras da Agricultura Familiar em Sergipe configura-se uma estratégia de inserção econômica dos agricultores familiares no mercado. Por meio das práticas de comercialização baseadas na proximidade geográfica, na confiança mútua e na valorização da cultura alimentar local, essa política pública promove uma aproximação entre quem cultiva e quem consome.

As discussões que marcam o referencial desta tese estão alinhadas às abordagens relacionadas com os Circuitos Curtos de Comercialização (CCC) e os mercados da agricultura familiar, nas concepções de Darolt (2016); Darolt e Rover (2021), Schneider (2016), Gazzolla e Schneider (2017). Os CCC favorecem o consumo de alimentos cultivados pelos agricultores familiares, dinamizados por uma proximidade geográfica e fortalecidos por meio das redes de

³ Utiliza-se o termo “consumidores” como forma genérica para se referir a consumidores e consumidoras, seguindo convenção linguística da escrita acadêmica, sem prejuízo ao reconhecimento da participação de ambos.

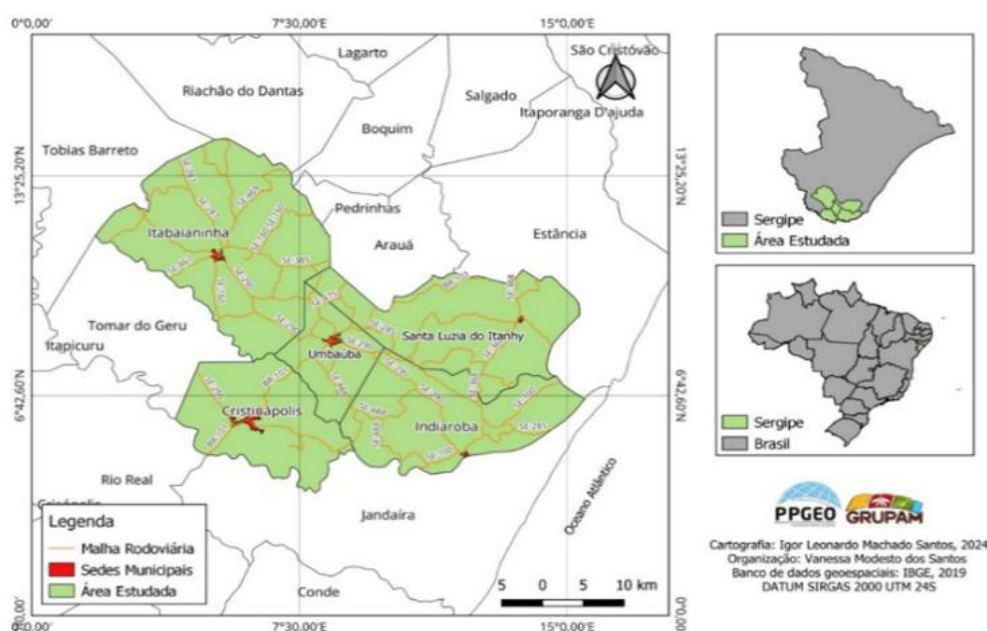
sociabilidade e confiança entre os atores envolvidos. Além disso, contribuem para o enraizamento dos grupos sociais e valorizam a cultura alimentar.

Ao estabelecer um paralelo dessa discussão com os atores pertencentes às feiras da agricultura familiar, verifica-se que a dinâmica rural, o cultivo e a elaboração de alimentos são elementos de um conjunto de representações sociais e culturais intrínsecas à identidade dos(as) agricultores familiares.

Desse modo, durante as visitas semanais às feiras, surgiram várias questões que instigaram esta pesquisa: em que medida o poder público contribuiu para a constituição, a manutenção e a definição das regras desses mercados alimentares?; quais os desafios que os agricultores familiares enfrentam na operacionalização nas feiras da agricultura familiar no sul sergipano?; a comercialização na Feira da Agricultura Familiar contribui para geração de renda e para a manutenção socioeconômica do grupo familiar?; quais são os atrativos indicados pelos consumidores para adquirir alimentos nas feiras da agricultura familiar, diante do crescimento das vendas dos produtos *in natura* nos supermercados?

Esses questionamentos suscitaram a reflexão e direcionaram esta investigação. Na busca por respostas para compreender a relevância das feiras da agricultura familiar, foram realizadas visitas aos municípios circunvizinhos de Umbaúba e evidenciaram-se algumas diferenças entre as citadas feiras. Nesse contexto, tomou-se como recorte espacial da pesquisa os municípios de Cristinápolis, Indiaroba, Itabaianinha, Santa Luzia do Itanhy e Umbaúba/SE, figura 01.

Figura 01: Recorte territorial da pesquisa, 2023.



Após a visita aos municípios, foi traçado o seguinte objetivo geral:

Analisar os efeitos da política pública que constituiu a Feira da Agricultura Familiar, a contribuição da gestão pública local na manutenção deste território de comercialização, bem como as alterações nos estabelecimentos rurais e o rebatimento na segurança alimentar nutricional.

A partir desse direcionamento foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- 1) Relacionar o processo de formação dos municípios e os seus respectivos aspectos naturais favoráveis ao desenvolvimento da agricultura familiar;
- 2) Verificar o papel do poder público na constituição e manutenção das feiras da agricultura familiar no sul sergipano;
- 3) Analisar os desafios enfrentados pelos agricultores familiares participantes dessas feiras;
- 4) Investigar como as feiras da agricultura familiar contribuem para a geração de renda para os grupos familiares; e
- 5) Analisar as percepções e as perspectivas dos consumidores das feiras da agricultura familiar em municípios do sul de Sergipe.

No recorte territorial da pesquisa, constata-se estabelecimentos rurais da agricultura familiar destinados ao cultivo, a comercialização e o consumo de alimentos oriundos da agricultura familiar refletem as interfaces de atividades econômicas, sociais e culturalmente territorializadas.

A inserção da agricultura familiar nos mercados agroalimentares, conforme assinala Maluf (2004, p. 301), promove a “equidade e a inclusão social em simultâneo a uma maior e mais diversificada oferta de alimentos a população”, integrando dimensões sociais e econômicas ao processo de produção e circulação de alimentos.

Como proposta de tese, parte-se da hipótese geral de que a Feira da Agricultura Familiar é uma alternativa para a geração de renda para os agricultores familiares que contribui para a continuidade no espaço rural, além de alimentar a população urbana e rural e de fortalecer as relações campo-cidade.

Neste estudo, as feiras da agricultura familiar são compreendidas como territórios em que interagem atores e grupos sociais que buscam comercializar os alimentos cultivados e elaborados nos estabelecimentos rurais. Embora não tenha trabalhado sobre a organização e funcionamento das feiras da agricultura familiar, Raffestin (1993, p 7-8) contribui para as discussões acerca do território ao conceituá-lo como uma expressão concreta e abstrata da apropriação e produção do espaço, formado pelos atores sociais que se “(re)definem” em suas

práticas cotidianas, que estão situadas na dimensão das representações sociais e simbólicas. As ações realizadas pelos agricultores/feirantes se traduzem na projeção do território para a sua reprodução social, econômica e cultural.

Na concepção de Hasbaert (1999; 2001), o território é compreendido a partir da multiterritorialidade, que deriva da sua condição híbrida, e resulta das suas realidades sociais, econômicas e culturais desempenhadas pelos sujeitos. Para Almeida (2019), essas realidades são materializadas por meio das relações de pertencimento dos atores sociais ao território de vivência que se projeta em seu imaginário.

As discussões realizadas por Almeida (2008, p 318) consideram que “o território se encontra permeado por convivialidade, relações sociais, políticas e simbólicas, que ligam o homem à sua terra”. Corroborando com essa discussão Menezes (2021, p.63) considera que “a feira se constitui um território, uma vez que ela expressa relações de sociabilidade e proximidade, mas, também, de poder, desse modo, a feira pode ser considerada como um território permeado por relações socioeconômicas e culturais”. Nesse sentido, a feira transcende sua função estritamente comercial, configurando-se como espaço de reprodução de identidades coletivas, reafirmando práticas culturais que fortalecem vínculos comunitários e consolidando estratégias de resistência socioeconômica.

Para realizar a análise das feiras da agricultura familiar no recorte territorial da pesquisa e sua relevância para a construção de um espaço de comercialização de alimentos, optou-se por seguir os parâmetros de uma pesquisa qualitativa. Para Godoy, “a pesquisa qualitativa ocupa um lugar reconhecido entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes” (1995, p.21). De acordo com a autora:

[...] um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno. (GODOY, 1995, p.21).

Diversos são os caminhos que podem ser percorridos ao longo de uma pesquisa científica. No entanto, fica a critério do pesquisador a adoção da metodologia adequada ao problema e aos objetivos a serem alcançados. Diante dessa premissa, foram elencados os seguintes procedimentos metodológicos: a) análise do referencial teórico; b) pesquisa documental; e c) levantamento empírico e sistematização dos resultados.

a) Análise do referencial teórico

Para a realização dessa fase, fez-se inicialmente o levantamento de textos que abordam as categorias e conceitos fundamentais à discussão deste estudo. O quadro 01 apresenta a relação dos principais referenciais com os conceitos e categorias empregadas para a construção teórica desta tese, com as discussões acerca da configuração territorial das feiras da agricultura familiar e as relações de sociabilidade no recorte territorial da pesquisa. Nessa etapa, foram realizadas leituras de livros, teses, dissertações, periódicos e anais de eventos. Inicialmente foram utilizados textos discutidos nas disciplinas cursadas no Programa de Pós-Graduação em Geografia, e nos diálogos oportunizados pelo grupo de pesquisa Grupo de Estudos e Pesquisa Sobre Alimentos e Manifestações Tradicionais (GRUPAM). A partir das referências indicadas, foram selecionados novos textos por meio de pesquisa digital realizada em navegador de internet e no acervo da biblioteca do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) e no da biblioteca da Universidade Federal de Sergipe. Outra parte do referencial teórico foram indicações da orientadora.

Quadro 01: Principais referenciais da pesquisa.

Categorias, conceitos e abordagens teóricas	Autores
Agricultura familiar	Neves (2005; 2007); Grisa e Schneider (2015); Guanziroli e Cardim (2000); Guanziroli; Buainnain; Sebbato (2012); Schneider (2003; 2009); FAO (2019); Brito (2016); Buainnain; Romeiro (2000).
Feiras e Feira da Agricultura Familiar	Menezes (2021); Cassol (2018; 2021), Belik et al (2001); Diniz (1987); Costa e Santos (2016); Araújo; Ribeiro (2018); Pozzebom et al (2018).
Mercados alimentares; Circuitos curtos.	Maluf (2000; 2004); Gazolla e Schneider (2017); Schneider (2003); Darolt (2012; 2013); Darolt e Rover (2021); Guanziroli e Cardim (2000).
Políticas públicas	Grisa e Schneider (2009; 2014; 2015); Neves (2005; 2007); Schneider (2009); Delgado (2012); França, Del Grossi e Marques (2009); Mattei (2010; 2006); Pozzebom et al. (2018); Araújo e Ribeiro (2018).
Território	Raffestin (1993); Hasbaert (1999; 2001); Almeida (2008;2019).

Organização: SANTOS, Vanessa Modesto dos, 2025.

Abreu (2006) sustenta que a articulação entre teoria e pesquisa deve ser permanentemente tensionada pelo diálogo, concebido como condição essencial para a produção de conhecimento. Para a autora, a pesquisa configura-se como um “caminho aberto”, orientado não apenas à verificação empírica, mas, sobretudo, à elaboração de um pensamento crítico e em constante construção.

Os referenciais (Quadro 01) estão relacionados à pesquisa bibliográfica e às temáticas abordadas nesta tese. De acordo com o pensamento de Abreu (2006), as discussões teóricas

desta pesquisa buscam romper com os limites disciplinares e, portanto, encontram-se baseadas em referenciais que abordam temáticas da Geografia e de outras áreas do conhecimento, como a Sociologia e a Economia.

b) Pesquisa documental

Para a construção deste estudo, considerou-se como fundamental a análise dos dados quantitativos, e para isso foi realizada a coleta de dados secundários por meio de documentos elaborados em órgãos públicos e instituições de pesquisa como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO), Secretária de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca (SEAGRI); Secretaria de Estado da Assistência Social Inclusão e Cidadania (SEASIC); Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Indiaroba/SE; Secretarias Municipais de Agricultura dos municípios de Cristinápolis, Indiaroba, Itabaianinha, Santa Luzia do Itanhy e Umbaúba/SE. Estas apresentaram informações sobre o perfil socioeconômico, fundiário e agrícola dos municípios que compõem o território sul de Sergipe, além de informações sobre as feiras da agricultura familiar. Os dados coletados por meio dessas instituições foram essenciais para a pesquisa. Contudo, não conseguem responder a todos os questionamentos, fazendo-se necessária a busca de maiores informações em campo.

As informações contidas nestes documentos possibilitaram “[...] ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural” (Sá-Silva et al., 2009, p.02). A análise documental também foi adotada como metodologia de pesquisa, pois

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008, P.295).

A pesquisa documental é uma fonte para a realização da pesquisa, pois possibilita a análise de diferentes contextos históricos. Esse tipo de pesquisa é essencial para a compreensão das estruturas sociais, culturais e econômicas ao longo do tempo, fundamental para compreender o objeto de estudo. A singularidade dos documentos escritos evidencia a ligação entre memória e história, e os torna recursos indispensáveis para a construção de uma pesquisa.

c) Levantamento empírico e sistematização de dados

O levantamento empírico se deu por meio das pesquisas de campo. Estas possibilitaram o confronto entre os aspectos teóricos e a realidade empírica, tornando possível a interpretação dos conceitos por meio da inter-relação com a prática. A pesquisa de campo se

apresenta importante por ser considerada como uma oportunidade de aprofundamento sobre o objeto de estudo (Gil, 1999).

Para a realização da pesquisa, foi utilizado um procedimento metodológico da Antropologia denominado de *observação flutuante*, de Pétonnet (2008, p. 01), que consiste em “permanecer disponível”, isto é, realizar observação sem intervenção prévia.

É importante ressaltar que essa abordagem foi realizada sem apresentação prévia da identidade da pesquisadora, o que visou minimizar qualquer possível influência sobre as ações e comportamentos dos participantes, a fim de assegurar a autenticidade das interações observadas. A estratégia metodológica da *observação flutuante* foi uma ferramenta para uma compreensão das práticas comerciais e das relações sociais que permeiam o território das Feiras da Agricultura Familiar.

Nesse primeiro momento da pesquisa, foram realizados registros fotográficos e diário de campo para anotar as ações, sons e gestos observados. O emprego do diário de campo permite ao pesquisador o registro da sua memória, constituindo-se como a principal ferramenta de apoio ao pesquisador durante a efetivação da pesquisa (LOPES et al., 2002). Cabe enfatizar que é importante, durante a entrevista, realizar apenas anotações em forma de “lembretes”, a fim de evitar constrangimento ao sujeito entrevistado. Lima (2002, p. 143) aponta que o diário de campo “pode ser compreendido, em primeira instância, como um instrumento pessoal de coleta de dados da pesquisa”. A pesquisa exploratória possibilitou uma visão geral acerca das atividades desenvolvidas pelos agricultores no território das feiras.

Para a realização das entrevistas semiestruturadas, foi mantida a tática de consumo, ou seja, durante as visitas a pesquisadora aproximava-se da barraca com o intuito de adquirir os alimentos ali comercializados, e, ao longo da compra, iniciava o diálogo com o(a) agricultor(a)/feirante, pois “a relação de confiança se inicia pelo consumo” (Queiroz, 2023, p. 29). Nesse momento iniciava-se a entrevista.

Durante as pesquisas de campo (nas feiras, estabelecimentos rurais e órgãos públicos), foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os agricultores/feirantes, consumidores(as) e representantes dos órgãos públicos responsáveis pela organização das feiras da agricultura familiar. Por meio delas “é possível construir histórias de vida, captar experiências, valores, opiniões, aspirações e motivações dos entrevistados” (Lima, 2016, p.27). O uso de entrevistas possibilitou a obtenção dos dados necessários e ainda apontaram informações importantes que não foram incluídas no roteiro de perguntas. Esse tipo de entrevista possibilitou a coleta de informações em sua profundidade, caracterizando-se como a técnica adequada para a obtenção de conhecimento dos entrevistados.

A entrevista, no âmbito da pesquisa qualitativa, conforme assinalam Fraser e Godin (2004), configura-se como um instrumento privilegiado para a apreensão da realidade humana, uma vez que torna possível acessar experiências, percepções e sentidos construídos socialmente por meio dos discursos. Esse recurso metodológico mostra-se particularmente adequado para investigações que buscam compreender não apenas como os sujeitos percebem e interpretam o mundo que os cerca, mas também de que forma expressam identidades, valores e práticas cotidianas.

Além dos recursos citados anteriormente, a metodologia FOFA constitui-se como adequada para a análise das Feiras da Agricultura Familiar nos municípios do sul sergipano por possibilitar um diagnóstico integrado da realidade socioeconômica e territorial em que essas feiras estão inseridas. Conforme destacam Ghazinoory, Abdi e Azadegan-Mehr (2011), a análise FOFA permite identificar, de forma sistemática, os fatores internos e externos que influenciam determinado objeto de estudo, contribuindo para a compreensão de suas potencialidades e limitações. Nesse sentido, sua aplicação favorece a leitura geográfica das feiras com as análises dos espaços de cultivo/produção, comercialização e sociabilidade, fundamentais para a reprodução socioeconômica dos agricultores familiares.

No que se refere aos fatores internos, a utilização da metodologia possibilita identificar as forças, como a diversidade produtiva, a valorização dos produtos locais e a relação direta entre agricultores/feirantes e consumidores, bem como as fraquezas, relacionadas às limitações de infraestrutura, logística e organização. De acordo com Castello Branco Júnior et al. (2021), a matriz FOFA constitui um instrumento eficiente para sintetizar informações qualitativas obtidas em campo, o que permite evidenciar as desigualdades e contradições presentes no território analisado.

Quanto aos fatores externos, a análise FOFA contribui para a identificação das oportunidades, como a existência de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e o crescente interesse dos consumidores por alimentos saudáveis e de origem conhecida, assim como das ameaças, a exemplo da concorrência com redes de supermercado, feirantes/comerciantes, das oscilações do mercado e das condições climáticas adversas. Nesse contexto, a metodologia FOFA revela-se um instrumento relevante para o planejamento e a análise territorial, conforme indicado por documentos institucionais e estudos aplicados (UFES, s.d.), ao articular aspectos econômicos, sociais e políticos que influenciam diretamente a dinâmica das feiras da agricultura familiar nos municípios do sul sergipano.

Foram entrevistados os agricultores/feirantes dos cinco municípios, exceto aqueles que se recusaram a participar, e aqueles que não estavam presentes nos dias de realização das visitas.

Para a aplicação das entrevistas semiestruturadas com os consumidores, foi utilizada a técnica *snowball* (bola de neve), pois, por meio dessa técnica, o “quadro de amostragem torna-se saturado, ou seja, não há novos nomes oferecidos ou os nomes encontrados não trazem informações novas ao quadro de análise” (Vinuto, 2014, p. 203). Assim, as entrevistas foram efetivadas com os consumidores abordados nas feiras aconteceram até o momento em que as informações relevantes para a pesquisa passaram a se repetir, atingindo desse modo o ponto de saturação.

Também foram entrevistados representantes dos órgãos responsáveis pela organização da Feira da Agricultura Familiar nos municípios: secretária municipal de Agricultura de Cristinápolis, secretário de Desenvolvimento Econômico de Indiaroba, secretária de Agricultura de Santa Luzia do Itanhy, o técnico da Secretaria de Agricultura de Itabaianinha, e o diretor de Políticas Agrícolas do município de Umbaúba. Assim, o quadro de amostragem de interesse da pesquisa ficou definido (Quadro 02).

Quadro 02: Participantes entrevistados durante a pesquisa.

Participantes da pesquisa	Número de informantes
Agricultores feirantes	57
Consumidores	20
Representantes das secretarias responsáveis pela organização das feiras da agricultura familiar	05
Total	82

Org. SANTOS, Vanessa Modesto dos, 2024.

Os roteiros de entrevista tinham um número de questões estabelecidas, o que não impossibilitou a inserção de outras perguntas, quando necessário. Seguimos o critério estabelecido previamente no que se refere à localização das feiras da agricultura familiar. No momento anterior à realização das entrevistas, foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão a fim de direcionar quanto à escolha dos participantes relevantes para a pesquisa (Quadro 03).

Quadro 03: Critérios utilizados para escolha dos participantes da pesquisa

Participantes	Inclusão	Exclusão
Agricultores/feirantes	Agricultor/feirante que comercialize em sua barraca algum alimento que foi cultivado e ou elaborado por ele em seu estabelecimento rural.	Feirante/Comerciante ⁴ - comercializa alimentos não cultivados por eles ou grupo familiar. Trata-se de um comerciante que adquire os produtos, principalmente das CEASAS ou em outros centros atacadistas, sendo os produtos que perfazem o circuito longo. Ou aquele que se recusou em participar.
Consumidores	Ser maior de 18 anos e consumidor de alimentos comercializados nas feiras da agricultura familiar.	Ser menor de 18 anos, e não ser consumidor dos produtos comercializados pelos agricultores.
Representantes das secretarias responsáveis pela organização das feiras da agricultura familiar.	Ser funcionário ativo da secretaria responsável pela organização da Feira da Agricultura Familiar em seu município.	Está afastado do cargo/função em decorrência de qualquer motivo.

Org. SANTOS, Vanessa Modesto dos, 2024.

As entrevistas com os agricultores/feirantes e consumidores ocorreram nos espaços de realização da Feira da Agricultura Familiar e com os responsáveis pela organização dessas feiras nas sedes das secretarias municipais de Agricultura. Antes das entrevistas, os participantes eram esclarecidos que, se houvesse algum desconforto, risco ou constrangimento com alguma pergunta ou registro de imagens, a pergunta seria excluída ou substituída, e as imagens não seriam capturadas. Foi explicada para os entrevistados a relevância do estudo, e que a divulgação dos resultados poderia ocasionar benefícios indiretos para a Feira da Agricultura Familiar municipal.

Foi entregue a cada participante da pesquisa o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Aqueles que são alfabetizados puderam realizar a leitura e assinatura do termo; aos não alfabetizados, a pesquisadora realizou a leitura; e aos que não escreveram seu nome, foi solicitada autorização por meio da digital do polegar. Vale salientar que, no momento anterior à realização do trabalho de campo, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe, por meio da Plataforma Brasil, com o número de

⁴ Categoria elaborada por Menezes (2021, p.73) fundamentada no estudo das feiras do estado de Sergipe. Esses feirantes/comerciantes não são agricultores. Eles adquirem os produtos nos Centros de Abastecimentos e nas redes atacadistas. Predominam aqueles provenientes dos circuitos longos.

registro 77102023.8.0000.5546, e aprovado, de acordo com o parecer consubstanciado 6.918.683.

Após a coleta de dados e informações obtidas por meio das pesquisas documentais e de campo, foi realizada a tabulação das informações obtidas. Posteriormente, foram confeccionados mapas, tabelas, quadros e gráficos, que auxiliaram na ilustração e interpretação dos objetos e grupos sociais estudados durante a pesquisa. Essa representação visual facilitou a análise dos dados e também contribuiu para uma compreensão mais clara das relações e dinâmicas observadas do recorte territorial estudado.

Ao passo que foram realizadas as correlações e interpretações das abordagens, a tese foi organizada em cinco seções. Para além desta primeira, que se refere à introdução, a tese segue estruturada com a segunda seção referente às discussões sobre o processo de ocupação e formação do território sul-sergipano. Nesta seção, reforça-se a relação existente entre os aspectos naturais e a configuração dos municípios do sul sergipano e a importância da atividade agrícola no seu processo histórico de povoamento, bem como a agricultura realizada pelos diferentes grupos sociais ao longo dos anos no território.

Na terceira seção, é realizada a análise das principais políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar nos municípios do sul sergipano, com ênfase na atuação do poder público como agente fundamental para o incentivo, realização e permanência das feiras da agricultura familiar.

Na quarta seção efetua-se uma análise acerca das dificuldades enfrentadas pelos agricultores/feirantes de Cristinápolis, Indiaroba, Itabaianinha, Santa Luzia e Umbaúba. Evidencia-se que, apesar dos obstáculos, as feiras da agricultura familiar nesses municípios têm se consolidado como importantes estratégias de geração de renda para os grupos familiares, ao viabilizarem a venda direta ao consumidor, eliminando intermediários e possibilitando maior valorização dos produtos.

Na quinta seção são abordadas as percepções dos consumidores das feiras da agricultura familiar nos municípios do sul de Sergipe. Evidencia-se uma valorização crescente desses espaços como ambientes de confiança, qualidade e proximidade com os produtores. Os consumidores destacam positivamente a origem dos alimentos, reconhecendo-os como mais frescos, saudáveis e livres de agrotóxicos em comparação aos comercializados em mercados convencionais. Essa relação direta entre quem cultiva/elabora e quem consome favorece a construção de vínculos afetivos e sociais, consolidando as feiras como espaços de convivência, pertencimento e valorização da agricultura familiar.

Logo após estão traçadas as considerações finais da pesquisa, que se baseiam em propostas voltadas para o fortalecimento das atividades nas feiras da agricultura familiar dos municípios investigados. Tais abordagens encontram-se fundamentadas na perspectiva de busca pela autonomia dos agricultores/feirantes, por meio do desenvolvimento de atividades agrícolas em seus estabelecimentos rurais e da comercialização de alimentos nas feiras da agricultura familiar.

2 CONFIGURAÇÕES GEOGRÁFICAS DOS MUNICÍPIOS DO SUL SERGIPANO: aspectos naturais, socioeconômicos e culturais.



2 CONFIGURAÇÕES GEOGRÁFICAS DOS MUNICÍPIOS DO SUL SERGIPANO: aspectos naturais, socioeconômicos e culturais.

Estudar a ocupação, povoamento, organização econômica, formação e evolução da população do sul do estado de Sergipe é fundamental para a compreensão deste território. Por meio da análise da trajetória histórica, é possível encontrar explicações para as características apresentadas na atualidade.

Ao mesmo tempo em que houve a consolidação da criação de gado no Sertão e o desenvolvimento do cultivo do algodão na região Agreste, na Zona da Mata ocorreu a concretização da atividade canavieira, que estimulou a separação entre a produção agrícola e a pecuária, o que ocasionou uma divisão espacial do trabalho: o litoral tornou-se domínio da produção açucareira, o Sertão, da pecuária, e o Agreste, de uma mescla entre pecuária e produção de alimentos (Moreira; Targino, 1996).

A criação de gado foi a primeira atividade realizada nos primórdios da colonização em Sergipe, sendo utilizada para alimentação da população trabalhadora nos centros de produção açucareira da Bahia e de Pernambuco (Andrade, 2011 [1968]). A citada atividade contribuiu para aumentar os interesses expansionistas colonialistas em Sergipe. A conquista e ocupação das terras sergipanas foi apenas um capítulo da colonização brasileira pelos portugueses, que visava expropriar os indígenas e atender as solicitações do mercado europeu, inicialmente com metais preciosos e em seguida com o cultivo de produtos tropicais (Rosendo, 2010). Até meados do século XVIII, a atividade econômica de Sergipe continuava direcionada também à criação de gado e a lavouras tanto para o consumo interno como também para o mercado externo.

O processo de ocupação territorial do sul sergipano se realizou por meio da associação da criação de gado com a plantação de cana-de-açúcar e com os cultivos direcionados para o autoconsumo, o que culminou no surgimento das cidades, uma vez que vários centros urbanos se originaram nos locais onde ocorria a troca e venda de animais e alimentos.

O sul sergipano tem em sua origem as marcas culturais da sociedade açucareira. Em seu território rural é possível observar a existência dos casarões (Figura 02) dos antigos engenhos em fazendas destinadas na atualidade à criação de gado, como os engenhos Castelo e São Felix, localizados às margens da rodovia SE-368, no município de Santa Luzia do Itanhy (Sergipe, 2008).

Figura 02: Engenho São Felix, Santa Luzia do Itanhy/SE



Fonte: <http://blogminhaterraesergipe.blogspot.com/2021/03/engenho-sao-felix-no-municipio-de-santa.html>

Gonçalves et al. (2004, p.30) aponta que em Sergipe os senhores de engenho tinham o monopólio das terras agricultáveis, e aqueles que eram proprietários de pequenos estabelecimentos rurais detinham as terras menos férteis, que eram destinadas à agricultura de “subsistência e pecuária”. Os autores ainda apontam que a atual concentração de terras existente no estado se deve ao processo de concentração/fragmentação de terra que se iniciou no período de ocupação do território brasileiro.

Uma análise das marcas do passado açucareiro na paisagem da região revela não apenas os vestígios físicos deixados pela produção de açúcar, mas também aqueles intimamente ligados aos aspectos físico-naturais que influenciaram sua ocupação. O solo fértil, o clima tropical e a disponibilidade de recursos hídricos foram fundamentais para o desenvolvimento da cultura açucareira, permitindo a instalação de engenhos e a expansão das lavouras de cana-de-açúcar. Esses fatores naturais não só moldaram a economia da região, mas também impactaram suas dinâmicas sociais, criando uma concentração de terra que ainda perdura em alguns municípios.

As abordagens subsequentes contemplam os aspectos físico-naturais dos municípios que integram o recorte territorial da pesquisa, os quais se revelam essenciais para compreender articulação entre as condições ambientais e o desenvolvimento da agricultura, uma vez que elementos como solo, clima, relevo e recursos hídricos contribuem na organização das práticas produtivas e na dinâmica socioeconômica local.

2.1 Municípios do sul sergipano: princípios da ocupação, usos e transformações socioespaciais

A ocupação territorial de Sergipe ocorreu de modo semelhante ao observado nos outros estados do Nordeste brasileiro, cuja penetração dos exploradores se deu a partir do litoral para o interior.

Em Sergipe foram criadas cidades cuja função principal era a defesa do território, a exemplo de Santa Luzia do Itanhy, situada na fronteira do território sergipano (França; Cruz, 2007, p. 39), “com o objetivo de vigiar e defender as terras já dominadas pela coroa portuguesa”. Estas povoações encontravam-se localizadas na zona úmida, e o crescimento ocorreu em razão do crescimento da economia açucareira.

Em 1575, os jesuítas portugueses chegam e fundam suas aldeias nas proximidades dos rios Piauí, Rio Real e Vaza Barris (Santos; Villar 2012, p.131). Os cursos desses rios se tornaram extremamente importantes para o avanço e a ocupação de Sergipe em direção ao centro da capitania. Ainda em 1575, Garcia D’Ávila recebeu a incumbência de explorar a região em que atualmente está localizada o município de Santa Luzia do Itanhy, considerado como a povoação mais antiga do estado de Sergipe. Ali os jesuítas ergueram na localidade uma igreja e celebraram a primeira missa, que foi assistida por indígenas dos povos Tupinambás.

No século XVII, o processo de exploração deu espaço para as fazendas de gado, o que atraiu os novos moradores advindos de Portugal ou das capitanias vizinhas, Bahia e Pernambuco. A população que adentrava as terras sergipanas trazia consigo negros escravizados e buscava escravizar os povos indígenas que haviam sobrevivido à Guerra da Conquista (França; Cruz, 2007, p.20).

Entre os séculos XVII e XIX, ocorreu a formação histórica dos municípios que compõem o recorte territorial desta pesquisa. Em 1680, a então aldeia de São Tomé foi elevada à categoria de freguesia; em 1698, à categoria de vila, denominada de Vila Real de Santa Luzia. Em 1704, a Câmara de Santa Luzia buscou ampliar seu território para além do rio Real, por meio de solicitação realizada junto ao rei, no ano de 1708. Essa solicitação foi negada. Em 1831 a sede da vila foi transferida para o atual município de Estância, e, após muitos protestos realizados pela população, em 1835 ocorreu o desmembramento, tornando o município de Santa Luzia do Itanhy independente (EMS, 2014).

Por sua vez, o município de Indiaroba encontra-se situado entre os rios Saguim, ao norte, e Real, ao Sul. Seu território foi contestado por quase um século, sendo alvo de disputas

entre o município baiano de Abadia⁵ e pelo município sergipano de Santa Luzia do Itanhy. Em 1787, estabeleceram-se nesse território os exploradores oriundos de Portugal, juntamente com os povos originários que já habitavam a região. Nesse período surgiu a povoação localizada às margens do Rio Real, a qual se chamou de Espírito Santo, localidade onde foi transformada em sede municipal (EMS, 2014).

Em 1841, a Lei de 06 de maio eleva a Capela do Espírito Santo à categoria de freguesia. Em 1843, por meio do Decreto do Imperador, ficou determinado que as terras que estavam localizadas além do Rio Real tornavam-se pertencentes a Sergipe, servindo o rio como divisória entre as duas províncias. Em 1846 a então freguesia foi elevada à categoria de Vila do Espírito Santo do Rio Real. E no ano de 1943, o município tem seu nome alterado para Indiaroba, que se origina a partir da existência de um rio de mesma nomenclatura existente em seu território (EMS, 2014).

Assim como os municípios de Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba, Cristinópolis apresenta sua formação com a presença dos povos originários em seu território. De acordo com a Enciclopédia dos Municípios Sergipanos (EMS) (2014), Cristinópolis inicia sua formação em meados do século XVIII, decorrente das “excursões religiosas” à aldeia da Chapada, realizadas pelos religiosos que residiam na freguesia do Espírito Santo, hoje Indiaroba. Nessa localidade construíram uma capela sob a invocação de São Francisco de Assis.

Inicialmente esse território foi denominado de Chapada. A povoação encontrava-se localizada no planalto, entre os riachos Urubas de Cima e Urubas de Baixo. Durante um longo período, a região concentrava grupos indígenas, oriundos das sucessivas fugas das terras localizadas próximas dos rios Real e Piauí, onde a dominação do território sergipano se fazia mais intensa e os povos originários eram aprisionados para o trabalho escravo, ou eram tratados com hostilidade pelos colonos.

A povoação durante décadas estava isolada do “homem branco”, que chegou lentamente a essas terras. Após a segunda metade do século XIX, o Governo Provincial criou ali uma subdelegacia, cujo objetivo era “por ordem” aos atentados que porventura viessem a ocorrer (EMS, 2014).

Em 12 de abril de 1878, por meio da resolução 1905, o povoado Chapada é elevado à categoria de freguesia. Em 1882, quando é desmembrada do município do Espírito Santo⁶, a Chapada é elevada à categoria de vila, e nesse momento passa a se chamar Vila Cristina, em homenagem à Imperatriz do Brasil, D. Thereza Cristina. Em 1938, por meio do decreto de Lei

⁵ Atual município de Jandaíra.

⁶ Atual município de Indiaroba.

nº 69, é elevada à categoria de cidade. Em 31 de dezembro do mesmo ano, tem seu nome alterado para Cristinápolis por meio de Decreto Estadual nº 3.777.

Assim como os demais municípios que compõem o recorte territorial desta pesquisa, Itabaianinha tinha suas terras ocupadas por uma aldeia indígena (EMS, 2014). No século XVIII, comerciantes oriundos da cidade de Itabaiana descansavam na localidade denominada de “Alto do Urubu”. Esta apresentava similaridade com as terras de Itabaiana. Em decorrência disso, os tropeiros passaram a chamá-la pelo diminutivo: Itabaianinha (Carvalho, 2016). Em 1835 a povoação de Itabaianinha foi desmembrada do município de Tobias Barreto e elevada à categoria de freguesia, denominada de Nossa Senhora da Conceição de Itabaianinha. Em 19 de fevereiro do mesmo ano, a freguesia tornou-se vila, e em 1891 foi elevada à categoria de cidade (EMS, 2014).

A formação histórica de Umbaúba remonta ao século XVII (Nascimento, 2022). De acordo com o IBGE, em 1602, Belchior Dias Moreira obteve uma sesmaria no rio Guararema, o que marca o início do território em que está localizado o município de Umbaúba. Apenas em 1860, a povoação inicia seu processo de organização, na fazenda Sabiá, pertencente ao Coronel Manuel Fernandes da Rocha Braque.

De acordo com as informações contidas na Enciclopédia dos Municípios de Sergipe (2014), o lugarejo formou-se às margens do riacho da Guia⁷, à sombra de um frondoso pé de umbaúba, cuja sombra servia de pousada⁸ para os tropeiros que realizavam o percurso pela estrada real que levava de Santa Luzia do Itanhhy para Itabaianinha.

Em 1882, ano em que Cristinápolis foi elevada à categoria de vila, Umbaúba foi desmembrada da Vila do Espírito Santo e tornou-se pertencente a Cristinápolis. Em 1926, por meio da Lei nº 961, foi criado o Distrito de Umbaúba, cujo território pertencia à Vila Cristina⁹. Em 1938, foi elevada à condição de vila, deixando de pertencer aos domínios administrativos de Cristinápolis. Em 1954, a vila é elevada à categoria de cidade, em decorrência da agropecuária e do adiantado comércio que se desenvolvia em seu território (EMS, 2014).

Durante os séculos XVII e XVIII, predominava no território sergipano a economia baseada na pecuária, e também se realizava o cultivo da cana de açúcar, de cereais e mandioca para a produção da farinha. Nesse período, na Capitania de Sergipe, inicia-se também o cultivo do fumo e insere-se uma nova base econômica e social, com os engenhos de açúcar, que se

⁷ Atualmente denominado Dois Riachos.

⁸ O antigo lugarejo que recebia os tropeiros e viajantes pertencia à Vila do Espírito Santo, atual Indiaroba.

⁹ Atual município de Cristinápolis.

espalham pelos vales dos rios Real, Piauí, Vaza Barris, Cotinguiba, Sergipe e Japaratuba (França; Cruz, 2007, p.22).

Com o crescimento da produção canavieira em Sergipe nesse período, a cana-de-açúcar se torna a base da economia do município de Santa Luzia do Itanhy, com o objetivo de comercializar no mercado interno e externo. Enquanto a pecuária e o cultivo de cana-de-açúcar avançavam no estado, também a agricultura voltada para o autoconsumo se desenvolvia, com o cultivo de gêneros alimentícios destinados ao consumo dos grupos que trabalhavam nos engenhos e nas cidades que surgiam (Nunes, 1975, p.143). O cultivo de alimentos foi estimulado a partir da necessidade alimentar da população residente nas terras sergipanas. A prática das atividades agrícolas propiciou a demarcação de pequenas unidades produtivas, e contribuiu para o surgimento de núcleos populacionais que posteriormente se tornaram municípios.

No contexto de formação do estado de Sergipe, que coincide com a concessão das sesmarias, tal fato estimulou a produção canavieira. No final do século XIX e início do século XX, o estado de Sergipe era considerado o segundo maior produtor de açúcar da região Nordeste, de acordo com Nunes (1989), após os exploradores liderados por Cristóvão de Barros dominarem o território sergipano:

[...] logo se iniciou o plantio das culturas de subsistência, conforme atestam os pedidos de concessão de sesmarias. Sob a denominação de “*mantimentos*”, “*lavouras*”, “*roças*”, desenvolveram-se as plantações de mandioca, milho, arroz, feijão, legumes e criação de aves, na maioria dos casos associados à expansão dos rebanhos (NUNES, 1989, p.127).

Os pequenos estabelecimentos rurais eram responsáveis pela produção de gêneros alimentícios, correspondendo a demanda oriunda dos engenhos e dos primeiros núcleos urbanos da população sergipana. Os cultivos agrícolas comerciais existentes nas terras de Sergipe se deram em decorrência dos aspectos naturais favoráveis para a expansão da atividade agrícola, especialmente da canavieira: “[...] inicialmente essas lavouras expandiram-se pelos vales férteis dos rios Real, Piauí, [...] (Nunes, 1989, p.127). Inseridos no território sul de Sergipe, estes municípios apresentam características edafoclimáticas distintas, como serão evidenciadas no item subsequente.

2.2 – Conformações da natureza no território sul sergipano: aspectos físicos

Analisar as dinâmicas produtivas em Sergipe exige considerar a influência direta das condições naturais sobre a organização econômica e social do território. Isso porque os fatores físicos, como relevo, clima, disponibilidade hídrica e cobertura vegetal, constituem-se como

elementos estruturantes na conformação das atividades agrícolas realizadas no estado. Nesse sentido, como já apontava Nunes (2009 [1923], p. 107), “o desenvolvimento econômico de Sergipe está intimamente ligado à sua geografia – geomorfologia, climatologia, hidrografia e geobotânica”, evidenciando-se que os processos de crescimento e diversificação econômica não podem ser dissociados das características naturais que lhes dão suporte.

O estado de Sergipe encontra-se localizado geograficamente na zona intertropical, fato que contribui para a elevação das médias térmicas anuais e em razão do qual predominam em seu território médias térmicas entre 24° e 26° C. Os climas predominantes nos municípios que compõem o recorte territorial desta pesquisa são o megatérmico úmido a subúmido, com período chuvoso entre os meses de fevereiro a setembro (Cristinápolis, Indiaroba, Santa Luzia do Itanhy e Umbaúba) e megatérmico seco a subúmido, com período chuvoso entre os meses de março a agosto (Itabaianinha) (Bomfim; Costa; Benvenuti, 2002). Esta porção do estado é considerada a que apresenta maior pluviosidade: as chuvas são bem distribuídas ao longo do ano, elemento relevante para o desenvolvimento da agricultura nessas localidades.

No que se refere aos aspectos meteorológicos, os municípios recebem interferências da Zona de Convergência Intertropical, das massas de ar Tropical Atlântica e Equatorial, e dos sistemas Frente Polar Atlântica e Correntes Perturbadoras de Leste, que são responsáveis pela regularidade das precipitações no mês de maio. Os máximos pluviais ocorrem nas estações outono-inverno (França; Cruz, 2007).

A geologia dos municípios de Indiaroba e Santa Luzia do Itanhy apresentam características semelhantes: os sedimentos são compostos por areias finas e grossas com níveis argilosos e conglomeráticos do Grupo Barreiras e ainda por sedimentos mais recentes associados a depósitos de pântanos e mangues e a depósitos flúvio-lagunares e marinhos. Enquanto isso, Cristinápolis, Itabaianinha e Umbaúba, com suas porções localizadas no sudoeste central do estado, também se encontram ocupados por sedimentos cenozóicos do Grupo Barreiras, representados por areias finas e grossas com níveis argilosos e conglomeráticos (Bomfim; Costa; Benvenuti, 2002).

O relevo dos municípios localizados no litoral, Indiaroba e Santa Luzia do Itanhy, encontra-se representado pelos domínios morfológicos “depósitos sedimentares que abrangem as regiões litorâneas, contendo planícies marinha, flúvio-marinha, fluvial e terraço”. Cristinápolis e Umbaúba possuem relevo tabular dissecado com planícies fluviais. Já o município de Itabaianinha é caracterizado por apresentar uma “superfície pediplanada com feições dissecadas em colinas de topo convexo, cristas e interflúvios tabulares” (Bomfim; Costa; Benvenuti, 2002, p.10).

Predominam os solos Argissolos Vermelho-Amarelos distróficos, onde preponderam o cultivo de frutíferas permanentes. A aquicultura é desenvolvida nas áreas de Espodosolos – tipo de solo que, como aponta França e Cruz (2007), é restrito à agricultura, possui baixo poder de armazenamento de água e nutrientes. Nessas áreas também é possível encontrar as pastagens que ocupam os mais variados tipos de solos existentes na região. Nas áreas em que predominam os Latossolos se apresentam os relevos suave ondulado ou plano, domínio das lavouras temporárias de milho, feijão, fava, amendoim, mandioca, geralmente consorciados com cultivos permanente de frutíferas sob a responsabilidade dos agricultores familiares (IBGE, 2017).

Quanto à distribuição da vegetação, atualmente são encontrados resquícios de Mata Atlântica (Cristinápolis, Indiaroba, Santa Luzia do Itanhy e Umbaúba). Entretanto, os municípios Indiaroba e Santa Luzia do Itanhy destoam dos demais, pois em seus territórios encontra-se a Área de Proteção Ambiental (APA) do Litoral Sul, instituída por meio do Decreto nº 13.468 de 22/01/1993, que compreende a área entre a “foz do Rio Vaza Barris e a desembocadura do Rio Real”, onde se observam as maiores áreas de restingas arbóreas, manguezais e resquícios de Mata Atlântica preservadas (Sergipe, 2019) (Tabela 01).

Tabela 01: Território Sul de Sergipe – Cobertura vegetal natural, 2018 – 2022

Territorialidades	% de cobertura vegetal natural MapBiomass				
	2018	2019	2020	2021	2022
Brasil	65,15	64,96	64,75	64,4	63,83
Sergipe	16,12	16,08	16,06	16,07	16,13
Cristinápolis	12,13	12,58	12,53	12,57	13,86
Indiaroba	28,97	29,6	29,79	30,10	30,06
Itabaianinha	4,16	4,54	4,50	4,50	4,86
Santa Luzia do Itanhy	34,29	34,50	34,51	35,07	34,99
Umbaúba	8,70	9,43	9,42	9,27	9,43

Fonte: MapBiomass, 2018-2022. Adaptado pela autora em 2024.

As atividades realizadas em seu território devem ocorrer de forma sustentável, com o objetivo de conservação da vegetação natural e da sustentabilidade dos recursos naturais (Santos, 2018). Desse modo, reforça-se a necessidade de promover práticas produtivas que conciliem o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, a fim de garantir o equilíbrio entre a utilização dos recursos naturais e a manutenção da vida no território.

Os demais municípios, de acordo com o Código Florestal Brasileiro (2023), que institui a regra de se destinar no mínimo 20% de área à reserva de vegetação natural, encontram-se abaixo desse percentual (Itabaianinha - 4,16% em 2018, e 4,86% em 2022; Umbaúba - 8,70% em 2018, e 9,43% em 2022; e Cristinápolis - 12,13% em 2018, e 13,86 em 2022). A pressão

sobre os recursos naturais, expressa na redução das áreas de vegetação nativa abaixo do percentual mínimo estabelecido pelo Código Florestal Brasileiro (2023), como se observa em municípios como Itabaianinha, Umbaúba e Cristinápolis, decorre sobretudo das transformações territoriais voltadas à agricultura e à pecuária.

Todavia, em outros municípios do mesmo recorte, como Indiaroba e Santa Luzia do Itanhy, a dinâmica econômica se articula de modo distinto, sendo marcada pela permanência de práticas tradicionais vinculadas ao extrativismo vegetal, especialmente pela coleta de frutas nativas. Dentre as quais, a mangaba (*Hancornia speciosa*) destaca-se, configurando-se simultaneamente como produto de valor comercial e como símbolo de preservação de saberes locais e de modos de vida historicamente enraizados (Santos, 2018) (Figura 03). A atividade extrativista da mangaba assume papel relevante não apenas como fonte complementar de renda, mas também como prática que articula dimensões econômicas, sociais e culturais da agricultura familiar local. A coleta e o beneficiamento da fruta envolvem predominantemente mulheres — as chamadas *catadoras de mangaba* —, cuja atuação fortalece redes de solidariedade e cooperação comunitária, economia de base territorial (Nogueira; Silva, 2019).

O extrativismo animal manifesta-se predominantemente por meio da pesca artesanal realizada em lagoas e rios que compõem o território municipal, sendo complementado pela coleta de crustáceos (Figura 04) e mariscos nos ecossistemas de manguezal.

Figura 03: Fruto da mangaba



Figura 04: Aratu



Fonte: Rede social das catadoras de mangaba¹⁰, 2020.

Rede social do movimento das catadora de mangaba e das marisqueiras de Sergipe¹¹, 2025.

¹⁰ “O Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe (MCM) foi criado em 2007 diante da necessidade de defesa do extrativismo da mangaba no litoral. A finalidade de organização desse segmento de comunidade tradicional foi pautada em virtude da diminuição dos ecossistemas em que as catadoras de mangaba se utilizam para o desenvolvimento de suas práticas extrativistas”. (SANTOS DE JESUS; SANTOS, 2018, p. 91).

¹¹ Movimento das Marisqueiras de Sergipe: “Em Sergipe elas são mulheres negras e pobres, e por vezes, mães, que estão perdendo o território tradicional, e, com isso, estão construindo movimentos sociais de resistência ao patriarcado e ao capital empresarial.” (TAVARES; PEREIRA, 2020, p. 1).

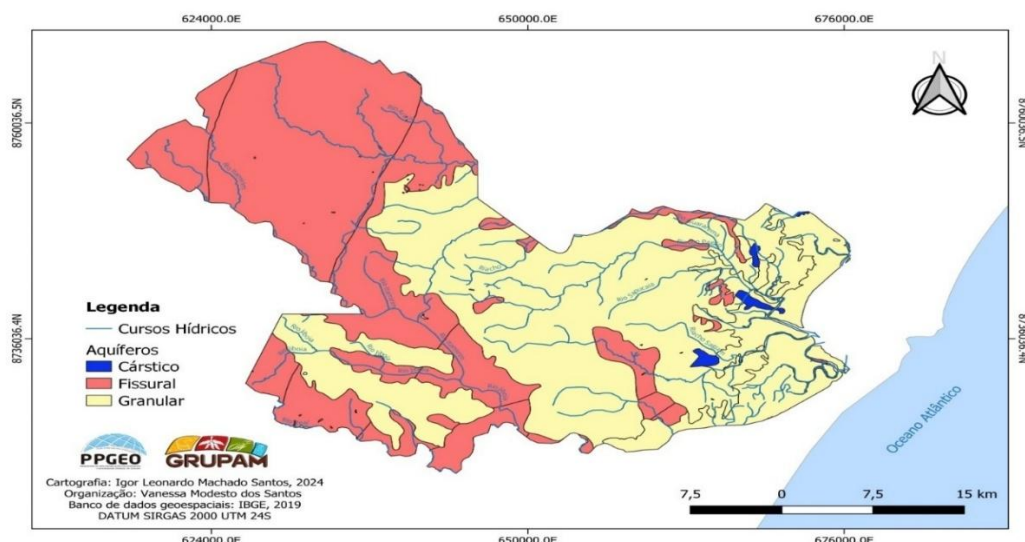
Essas práticas, de caráter tradicional e fortemente enraizadas no modo de vida local, configuram-se como estratégia de reprodução, fonte de renda e segurança alimentar para as comunidades pesqueiras (Santos, 2018). Nesse contexto, destaca-se o protagonismo das mulheres, que dominam e sustentam as práticas extrativistas mencionadas, desempenhando papel central na organização do trabalho, na manutenção dos saberes tradicionais e na reprodução socioeconômica dos grupos familiares.

Além de contribuir para a segurança alimentar e a valorização de saberes tradicionais, essa atividade reafirma a centralidade das relações sociedade/natureza como mediadora das relações de trabalho e identidade no território, demonstrando que a sustentabilidade econômica desses municípios está intrinsecamente vinculada à manutenção de práticas produtivas tradicionais e no reconhecimento de seus valores socioculturais.

No que se refere à hidrogeologia, Araújo et al. (2010) apontam que o recorte territorial apresenta três tipos de aquíferos: Cárstico, Fissural e Granular. Este último compreende as litologias do Grupo Barreiras e os depósitos de sedimentos costeiros. Os demais estão sob geologias específicas de rochas carbonáticas e do Complexo Granulítico (Silveira, 2021). Essa classificação é fundamental para compreender a dinâmica hídrica da região e suas implicações para o manejo dos recursos hídricos.

Em relação à hidrografia, os municípios em análise encontram-se inseridos nas bacias hidrográficas dos rios Piauí e Real. Dentre os principais afluentes que drenam esse território destacam-se o rio Itamirim (Cristinápolis, Itabaianinha e Umbaúba), rio da Jiboia (Cristinápolis), rio Arauá (Itabaianinha), rio Guararema (Indiaroba, Santa Luzia do Itanhy e Umbaúba), rio Indiaroba (Indiaroba e Santa Luzia do Itanhy) e riacho Pagão (Umbaúba).

Figura 05: Mapa da Hidrografia da área de estudo



Além desses, existem também pequenos cursos d'água que contribuem para o abastecimento hídrico das localidades mencionadas (Bomfim, Costa e Benvenuti, 2002). Tal configuração fluvial é fundamental para entender a dinâmica hídrica e os recursos disponíveis na região.

Os rios desse território, de modo semelhante ao que ocorre na sub-bacia do rio Pagão-Guararema, têm suas águas direcionadas para o consumo da população, para as práticas agrícolas, a irrigação das plantações e a crescente demanda do setor secundário, tendo em vista a instalação de indústrias em alguns municípios (Silveira, 2021).

Nos municípios de Indiaroba e Santa Luzia do Itanhhy, é possível identificar a formação de mangues, considerado um sistema ecológico costeiro tropical que é adaptado à água com um elevado teor de salinidade e está associado ao movimento das marés. Tal fato se dá nestas localidades em decorrência da desembocadura dos rios Real e Piauí, pois as águas do mar se misturam à dos rios, proporcionando um ambiente “salobro e lodoso” dos solos indiscriminados de mangues (Araújo, 2012, p. 73).

Nos manguezais se desenvolvem espécies vegetais que são adaptadas à salinidade e saturação hídricas, composta por estratos arbustivos ou arbóreos com raízes aéreas (Fontes et al. 2007). Nesse espaço, considerado o berço de crustáceos, moluscos e mariscos fundamental para as comunidades tradicionais como foi salientado anteriormente. Araújo (2012) considera ainda que no estado de Sergipe a maior quantidade de vegetação de mangue encontra-se no complexo estuarino dos rios Piauí, Fundo e Real, localizados no limite com o estado da Bahia. Estas áreas são ainda *habitat* para diversas espécies de peixes, crustáceos e moluscos, que constituem a base alimentar e fonte de renda para as famílias ribeirinhas. Assim, a manutenção desses ambientes revela-se essencial para as comunidades locais, assegurando a continuidade de seus modos de vida. Além disso, evidencia-se a interdependência entre conservação ambiental e sustentabilidade econômica regional.

A dinâmica territorial da sub-bacia do Rio Pagão/Guararema revela-se fortemente marcada pela ocupação produtiva de suas margens. Silveira (2021) em seus estudos acerca dessa sub-bacia, ressalta que, ao longo dos cursos d'água, é possível identificar a presença da atividade agropecuária realizada nos fundos de vales e nas vertentes, o que denota a importância dos cursos fluviais para a prática agrícola no território sul do estado de Sergipe. Logo, é evidente que os recursos naturais desse território, os solos, clima e cursos fluviais foram fundamentais para a formação e desenvolvimento da agricultura e pecuária.

Além dos aspectos abordados, se faz necessária a análise das relações estabelecidas entre os aspectos populacionais e os indicadores sociais na conformação dos municípios do território sul sergipano.

2.3 – Aspectos humanos e os indicadores sociais na organização do território sul sergipano

No contexto nacional, a região Nordeste do Brasil apresenta percentual significativo de população residente no espaço rural. No estado de Sergipe, 20,04% da população reside no campo (IBGE, 2022). A residência dessa população no campo reforça as discussões de Wanderley (2001; 2002) ao asseverar que na região Nordeste do país, a dinâmica do espaço rural está condicionada principalmente ao funcionamento da agricultura. E o desenvolvimento desse setor influencia a distribuição e manutenção da população residente no citado espaço.

Os dados do último censo demográfico (Tabela 02), realizado pelo IBGE em 2022, apontam que nos municípios pesquisados houve aumento populacional em relação ao censo anterior: Cristinápolis, 3,51%; Indiaroba, 4,53%; Itabaianinha 4,54%; Santa Luzia do Itanhy, 4,98%; e Umbaúba, 6,61%.

Tabela 02: População residente, território sul de Sergipe, 2010-2022

Município	População total		População Urbana		População Rural	
	2010	2022	2010	2022	2010	2022
Cristinápolis	16.519	17.100	8.336	13.283	8.183	3.817
Indiaroba	15.831	16.549	5.585	5.494	10.246	11.055
Itabaianinha	38.910	40.678	19.409	24.130	19.501	16.548
Santa Luzia do Itanhy	12.969	13.616	2.915	3.229	10.054	10.387
Umbaúba	22.434	23.917	13.923	19.568	8.511	4.349
Total	106.663	111.860	50.168	65.704	56.495	46.156

Fonte: IBGE -Censo Demográfico, 2010-2022

Organização: SANTOS, Vanessa Modesto, 2024

Com base nos dados do censo de 2022, nos municípios de Indiaroba, 66,80% e Santa Luzia do Itanhy, 76,28% a população ocupa o espaço rural, evidencia a superioridade à população urbana. Tal resultado contradiz as discussões de Ianni (1997), que afirmava a tendência da urbanização do rural. O predomínio da população rural reflete as lutas e ações dos movimentos sociais pela distribuição da terra com a constituição de assentamentos rurais, temática que será discutida posteriormente.

Nos municípios de Cristinápolis, Itabaianinha e Umbaúba, predomina a população urbana, com concentrações de, respectivamente, 77,67%, 59,31% e 81,81%. Tal fato ocorre em decorrência da concentração de atividades comerciais, do setor de serviços e da administração

pública, as quais proporcionam a criação de postos de trabalho e emprego. Outro fator que deve ser considerado está relacionado à pequena extensão territorial e ao fato de que o espaço rural se encontra localizado próximo da sede municipal, razão pela qual parcela da população realiza o deslocamento diário para exercer suas atividades laborais nos estabelecimentos rurais.

De acordo com o IBGE Cidades (2024), os municípios que compõem a área em análise apresentam extensões territoriais distintas. Cristinápolis possui área de 228,556 km²; Indiaroba abrange 316,316 km²; Itabaianinha apresenta extensão territorial de 501,794 km², configurando-se como o maior entre eles; Santa Luzia do Itanhy possui 325,258 km²; e Umbaúba, o menor em dimensão territorial, ocupa uma área de 117,514 km². Essas diferenças de tamanho influenciam diretamente a organização do espaço, as atividades econômicas e a dinâmica socioeconômica de cada município.

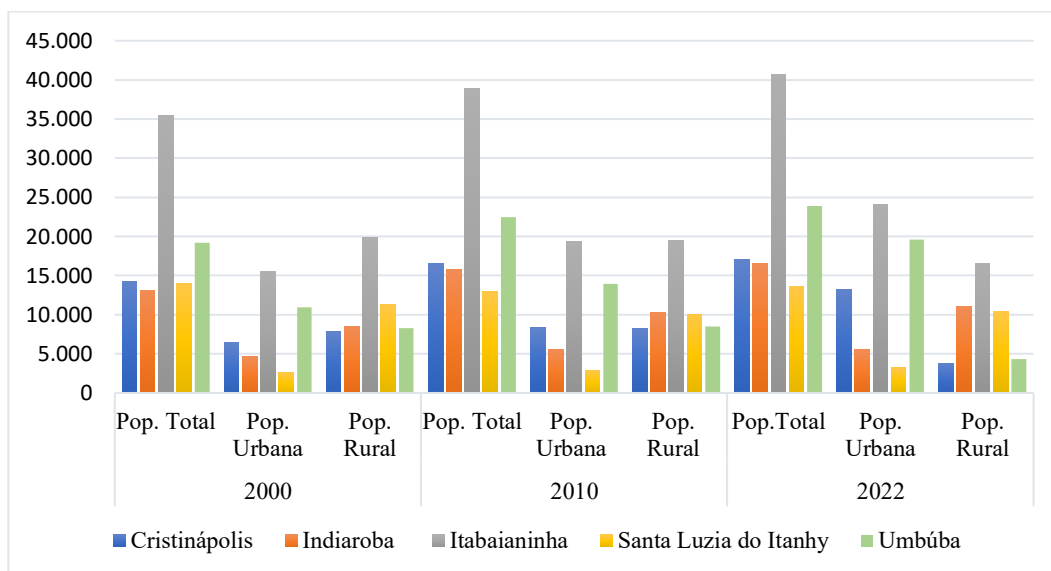
Wanderley (2001;2002), em seus estudos sobre a região Nordeste do Brasil, destaca que os municípios de menor porte abrigam um quantitativo significativo de população com residência fixada nos territórios rurais. A autora ressalta ainda que este grupo de habitantes é composto predominantemente por agricultores familiares e, mais recentemente, por “trabalhadores liberais” que fixaram residência e atividades profissionais no território rural. Durante as pesquisas exploratórias no recorte territorial deste estudo, foi possível identificar que esses aglomerados se formaram historicamente a partir da agricultura, especialmente com a constituição dos assentamentos rurais fortaleceu a relação com o espaço rural. Essa dinâmica evidencia não apenas a relevância da agricultura familiar, mas também a transformação social e econômica que tais assentamentos promoveram na configuração demográfica e territorial do recorte estudado.

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2022, a densidade demográfica dos municípios corresponde a: Cristinápolis, 72,45 hab./km²; Indiaroba, 52,87 hab./km²; Itabaianinha, 76,60 hab./km²; Santa Luzia do Itanhy 27,61 hab./km²; e Umbaúba, 197,66 hab./km². Tais informações possibilitam a compreensão acerca das dinâmicas socioeconômicas deste recorte territorial. Para além do grau de urbanização, essas informações possibilitam a análise sobre o crescimento econômico e as particularidades sociais dessas localidades. Umbaúba, destaca-se com a maior densidade populacional, o que se dá em decorrência da sua área territorial não muito extensa, e também em consequência da existência de um centro urbano dinâmico com o avanço do setor de serviços e comércio que geram oportunidades de trabalho.

O Gráfico 01 demonstra que, ao longo das décadas, a situação domiciliar dos municípios configurou-se um novo cenário, assim como ocorreu em nível estadual e nacional.

Embora tenha ocorrido o aumento no número de residentes na área urbana, é importante ressaltar que ainda persiste um contingente significativo de população residente no território rural, principalmente em Indiaroba e Santa Luzia do Itanhy.

Gráfico 01: População residente, 2000-2022



Fonte: Censo Demográfico, 2000, 2010 e 2022.

Organização: Vanessa Modesto dos Santos, 2024.

Dentre os anos analisados, é possível perceber que houve aumento populacional total. No município de Umbaúba, observa-se o predomínio da população urbana desde 2000; em 2022, esse contingente representava 81,81%, enquanto a população rural representava 18,19% da população total do município. Enquanto isso, em Cristinápolis e Itabaianinha, no ano de 2022, verifica-se o aumento da população residente no espaço urbano, o que não acontecia nos anos anteriores, em que havia uma distribuição equilibrada. Tal alteração verificada está relacionada ao avanço de atividades no espaço urbano, como o crescimento de pequenas indústrias de cerâmica e de confecção as quais têm atraído parte da população rural em Itabaianinha. Além disso, há uma tendência de aumento no número de habitantes no espaço urbano¹². Nos dois municípios, essa situação se intensifica com o processo de “modernização” da agricultura, “entendida como a adoção de novas técnicas e tecnologias no processo produtivo propiciando significativas alterações na estrutura fundiária” (Mendonça; Ribeiro; Thomas Jr., 2002, p.10). Os demais municípios mantêm o predomínio de população residente nas áreas rurais.

¹² Em alguns casos já há a superação.

Embora a agricultura seja importante nos municípios, outros setores contribuem para o aumento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Os municípios que compõem a área de estudo apresentaram elevação no IDHM no ano de 2010 (Tabela 03): Cristinápolis (0,553), Indiaroba (0,580), Itabaianinha (0,556), Santa Luzia do Itanhhy (0,545) e Umbaúba (0,579), índice que eleva os municípios ao patamar daqueles que apresentam médio desenvolvimento. A partir da análise das três dimensões que compõem o IDHM (educação, longevidade e renda), foi possível verificar que em todos os municípios o componente que contribuiu com maior intensidade está relacionado à longevidade, seguido da renda e, por fim, do componente educação.

Tabela 03: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), 1991-2010.

Municípios	IDHM e Componentes (1991 – 2010)							
	2000				2010			
	Educação	Longevidade	Renda	IDHM	Educação	Longevidade	Renda	IDHM
Cristinápolis	0,206	0,620	0,495	0,398	0,414	0,755	0,540	0,553
Indiaroba	0,193	0,629	0,453	0,380	0,475	0,772	0,533	0,580
Itabaianinha	0,178	0,629	0,492	0,380	0,404	0,761	0,555	0,556
Santa Luzia do Itanhhy	0,162	0,629	0,416	0,349	0,414	0,764	0,513	0,545
Umbaúba	0,232	0,591	0,497	0,408	0,476	0,719	0,567	0,579

Fonte: PNUD, 1991-2010.

Adaptado pela autora em 2024.

A evolução dos componentes está associada à implementação de políticas públicas que foram implementadas ao longo dos anos. Para obter melhora do componente educação, os municípios contaram com o apoio de políticas financiadas pelo Governo Federal, a exemplo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos. Para além dos citados programas, ressalta-se o Bolsa Família, programa que apresenta como uma das condições de participação a frequência escolar de 75% para as crianças até 15 anos. Para Arrais (2011), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) proporcionou maior autonomia aos grupos sociais dos pequenos municípios do país. Queiroz et al. (2011, p.42), compreendem que o acesso à educação é um direito social constitucional, e que essa política brasileira “tem por obrigação a redução das desigualdades socioeconômicas e culturais, ou seja, deve criar condições materiais propícias à obtenção da igualdade real e de uma existência digna”.

A categoria longevidade está associada não só ao aumento da expectativa de vida, mas também à qualidade de vida dos grupos sociais residentes nesses municípios. Essa melhoria

encontra-se relacionada aos avanços da medicina, ao maior compromisso da população para a prevenção de doenças, e ao aumento de renda da população idosa vinculado aos benefícios sob a responsabilidade da Previdência Social (Silva, 2023). Esses benefícios impactam positivamente, pois a “Previdência Social Rural transformou-se, ao mesmo tempo, em uma política de combate à pobreza, especialmente dos idosos, e em um canal de distribuição de renda determinante para as economias municipais” (Arrais, 2017, p 216).

As transformações observadas na categoria renda estão associadas principalmente aos programas de transferência de renda direta para o cidadão, a exemplo do Benefício de Prestação Continuada (BPC-Loas ou apenas BPC) e do Bolsa Família, programas que constituem fonte de renda para os grupos sociais vulneráveis e possibilitam a movimentação econômica dos pequenos municípios.

As políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, assim como os programas de transferência de renda, possibilitaram a redução da pobreza da população do campo e a melhoria da distribuição de renda, o que ocasionou avanço na condição econômica desses grupos sociais (Grisa, 2015). Corroborando com essa discussão, Arrais (2017; 2019) aponta que a política de redistribuição de renda por meio da política social reflete de modo positivo para a economia dos municípios, e que os benefícios da Previdência Social contribuem para a segurança alimentar dos brasileiros. No que se refere ao Programa Bolsa Família, é possível verificar a importância dessa política para a composição da renda das famílias do recorte territorial em estudo. A tabela 04 apresenta os valores repassados para os beneficiários do programa.

Tabela 04: Famílias beneficiadas e valores repassados aos municípios pelo Programa Bolsa Família, 2023.

Município	Ano		
	2025		
	Nº de beneficiários ¹³	% da pop.	Valor repassado (R\$) ¹⁴
Cristinápolis	9.424	55,11%	30.654.260,00
Indiaroba	8.457	51,10%	25.915.620,00
Itabaianinha	23.444	57,63%	84.065.061,00
Santa Luzia do Itanhy	7.291	53,54%	24.186.420,00
Umbaúba	12.728	53,21%	43.983.975,00

Fonte: Ministério da Cidadania, 2025.

¹³ Obs.: O número de beneficiários considerado nesta análise corresponde ao mês de novembro 2025. Disponível em: **BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.** Visualização de dados – VIS Data: indicadores sociais. [s.d.]. Disponível em: [https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/v.php?q\[\]=g9ysl9LerqO4gGVrrGyEymipycqv16Km2ffJsKw%3D](https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/v.php?q[]=g9ysl9LerqO4gGVrrGyEymipycqv16Km2ffJsKw%3D). Acesso em: 01 nov. 2025.

¹⁴ Obs.: Os valores considerados nesta análise correspondem ao período de janeiro a dezembro de 2025.

Em Itabaianinha, o repasse do programa Bolsa Família atinge um valor significativo de R\$ 84.065.061,00, o que se deve, principalmente à alta concentração de famílias que se enquadram nos critérios de elegibilidade. O município possui cerca de 23.444 beneficiários, um número que reflete a vulnerabilidade social de uma parcela considerável da população. Esse elevado volume de beneficiários diretos é o principal motivo para que a cidade receba uma das maiores quantias de recursos do programa entre os municípios analisados.

Os programas de transferência de renda para os cidadãos são fundamentais para a economia dos municípios, pois aquecem o mercado local. Tal fato ocorre porque os grupos familiares urbanos e os pequenos agricultores incrementam em seu cotidiano o consumo de bens duráveis, de insumos agrícolas e de bens de consumo não duráveis, o que impulsiona o comércio da localidade e da região (Arrais, 2011). Esse consumo fortalece o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios por meio do fortalecimento da variável “serviço”. Nos municípios, é visível a alteração na movimentação no comércio e nas feiras durante o período do recebimento dos benefícios, como ressalta a agricultora/feirante do município de Santa Luzia do Itanhy: *“No começo e no final do mês, quando as pessoas recebem o Bolsa Família, a aposentadoria e a prefeitura faz o pagamento, é quando a gente mais vende”* (agricultora/feirante de Santa Luzia do Itanhy, 2022).

O município de Indiaroba, para além do PBF em nível federal, também dispõe do Programa Bolsa Família Municipal, por meio do qual as famílias inseridas no CadÚnico recebem da prefeitura o valor de 130,00 “Aratus¹⁵”, moeda digital do município distribuída aos beneficiários no Banco Popular de Indiaroba (BPI). O valor pode ser utilizado para a realização de compras no comércio e em feiras locais. O incremento desse valor tem como principal função a redução da insegurança alimentar das famílias e também fortalecer o comércio local.

No que se refere ao PIB dos municípios (Tabela 05), verifica-se o crescimento em todos os municípios durante os intervalos pesquisados. Entre os dois anos analisados, é possível observar que o PIB de Cristinápolis teve crescimento de 19,62%, Indiaroba; de 18,99%, Itabaianinha, 23,12%; Santa Luzia do Itanhy, 18,72%; e Umbaúba, 13,98%, comparando os anos de 2019 e 2021.

A variável “Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social” predomina na constituição do PIB nos municípios de Cristinápolis (44,11%), Indiaroba (48,96%), Itabaianinha (42,26%) e Santa Luzia do Itanhy (48,81%), o que demonstra a contribuição desta variável para os municípios. Em Umbaúba, diferentemente do que acontece

¹⁵ Moeda social digital do município de Indiaroba.

nos demais municípios, a variável “Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social” corresponde a 36,06%, valor inferior à variável “serviços”, que representa 41,05% do PIB municipal. Isso se dá em decorrência do terceiro setor ter apresentado crescimento. Tal fato está relacionado à diversidade de estabelecimentos comerciais que margeiam a Rodovia Federal BR – 101, como oficinas mecânicas, revendedoras de pneus, postos de gasolina, autopeças, borracharias, capotarias, restaurantes, lanchonetes e pousadas que ofertam serviços àqueles que trafegam. A presença da rodovia também impulsionou o crescimento do setor no centro da cidade, além de outros espaços no território rural do município.

De acordo com as informações apresentadas, o setor de serviços demonstra maior geração de renda em Cristinápolis, Itabaianinha e Umbaúba. Em Indiaroba e Santa Luzia do Itanhy, a agropecuária é responsável por uma contribuição superior àquela registrada nos demais municípios analisados. Entretanto, a maior renda nos municípios está associada à variável “Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social” em virtude da criação de empregos e postos de trabalho na rede estadual e municipal.

Os dados apresentados na tabela demonstram que, nos municípios analisados, assim como diversos municípios sergipanos, a variável “Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social” apresenta maior contribuição para a formação do PIB durante o período analisado. Silva (2023), em seus estudos, aponta a importância dos entes federados (municípios, estados e União) para a composição dessa variável. Somado a isso, destaca-se também a relevância das aposentadorias e dos benefícios sociais decorrentes dos programas e das políticas públicas oriundas do Governo Federal como já apontado anteriormente.

Arrais (2017) assevera que a Previdência Rural se constitui como um tipo eficiente de assistência social que impacta na redução da pobreza no espaço urbano e rural, e implica na autonomia dos grupos beneficiários. O autor considera ainda que, a partir de 1990, se constitui como uma das principais políticas de capitalização das economias dos municípios abaixo de 20 mil habitantes.

Tabela 05: Produto Interno Bruto (PIB) (x1000), 2019-2021

Variável	Municípios – Ano									
	Cristinápolis		Indiaroba		Itabaianinha		Santa Luzia do Itanhy		Umbaúba	
	2019	2021	2019	2021	2019	2021	2019	2021	2019	2021
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	104.895, 73	110.626,29	99.181,76	112.467,43	204.679,06	226.442,29	79.735,96	94.060,42	135.726,60	144.826,41
Agropecuária	31.959,09	44.664,71	38.873,55	53.350,10	40.619,19	63.944,68	40.918,19	50.669,05	25.720,35	35.939,98
Impostos	10.913,41	18.155,05	8.522,87	12.285,62	27.312,61	38.728,01	7.224,31	8.804,30	29.401,20	34.117,75
Indústria	12.836,84	17.364,10	6.650,70	6.230,08	26.775,64	42.410,02	4.122,88	5.242,49	18.242,37	21.836,43
Serviços	49.029,83	59.967,06	39.786,83	45.336,51	135.777,95	164.291,04	30.303,24	33.913,65	143.207,49	164.849,27
PIB total	209.634,90	250.777,22	193.015,71	229.669,73	435.164,45	535.796,56	162.304,77	192.689,92	352.298,22	401.569,25

Fonte: IBGE, 2024.

Organização: Vanessa Modesto dos Santos, 2024.

A variável “Agropecuária”, no PIB dos municípios, é composta pela produção de diversos produtos oriundos do setor rural, sejam os provenientes da produção vegetal, sejam os de origem animal. A tabela 05 aponta a relevância desta variável para os municípios analisados, os quais apresentaram crescimento em 2021 (Cristinápolis, 39,75%; Indiaroba, 37,24%; Itabaianinha, 11,93%; Santa Luzia do Itanhy, 23,83%; e Umbaúba, 39,73%), de acordo com os dados disponibilizados pelo Censo Agropecuário do IBGE (2017). Esse crescimento da agropecuária está associado aos investimentos realizados no setor, à configuração do uso do solo dos municípios e à sua estrutura agrária, fatores/dados que serão analisados a seguir.

2.4 Estrutura fundiária, distribuição e uso da terra no sul sergipano

Historicamente, no território sergipano, de modo semelhante ao que ocorreu no Brasil, a concentração das terras remonta às sesmarias e à Lei das Terras, fato esse evidenciado no recorte territorial em estudo, sobretudo nos espaços ocupados com a monocultura da cana-de-açúcar, como citado anteriormente. Oliveira (2019) abaliza que, desde os primórdios do período colonial, a distribuição de terras no Brasil ocorre de modo desigual. Na esteira dessa discussão, Martins (2000) salienta que a concentração de terras no país ocorreu no contexto da sociedade escravista e estamental, pois as medidas tomadas para a regulamentação das terras favoreceram o processo de concentração fundiária. Ao mesmo tempo, existe um quantitativo significativo de agricultores sem terras e/ou com áreas reduzidas que conformam os minifúndios e pequenos estabelecimentos rurais. Essa histórica desigualdade fundiária se constitui como problema no recorte espacial dessa pesquisa e resulta em implicações no que se refere à produção agrícola, na criação de postos de trabalho e condição de vida dos trabalhadores.

No que se refere à composição da estrutura fundiária dos municípios pesquisados, é importante conhecer como se institui o módulo fiscal (MF) de cada um deles em decorrência da sua relevância para a classificação dos estabelecimentos rurais. De acordo com o Estatuto da Terra, o MF de cada município, expresso em hectares, é determinado considerando os seguintes fatores: tipo de exploração predominante; renda obtida no tipo de exploração predominante e outras explorações existentes, embora não predominantes (BRASIL, 1964).

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no que se refere ao tamanho da área, classifica os imóveis rurais em: minifúndio – área rural inferior a 1 MF; pequena propriedade – imóvel com área entre 1 e 4 MFs; média propriedade – imóvel com área

rural superior a 4 e inferior ou igual a 15 Mfs; e a grande propriedade – com área superior a 15 MFs.

A análise da distribuição dos módulos fiscais em municípios como Cristinápolis, Indiaroba, Itabaianinha, Santa Luzia do Itanhy e Umbaúba revela a diversidade da estrutura fundiária no Brasil. O módulo fiscal estabelecido pelo INCRA não é apenas um valor arbitrário, mas, sim, um indicador da vocação econômica e da capacidade produtiva de uma região. No Brasil o módulo fiscal varia entre 5 e 110 ha. Seguindo essa classificação, em Cristinápolis o módulo fiscal corresponde a 35 hectares; Indiaroba, 10 hectares; Itabaianinha e Santa Luzia do Itanhy, 30 hectares; e Umbaúba, 14 hectares (INCRA).

Com relação à estrutura fundiária dos municípios do sul sergipano, pode-se observar que é formada predominantemente por minifúndios, ou seja, aqueles que apresentam área inferior a 10 hectares (84,94%), os estabelecimentos entre 10 e 100 hectares totalizam 12,56%. Os grandes estabelecimentos, com áreas superiores a 100 hectares, ocupam 2,5% da área do território sul de Sergipe. A tabela 06, referente ao censo agropecuário de 2017, revela que, do total de 8.892 estabelecimentos rurais, 7.553 unidades – 85,03% do total – estão classificados entre os grupos de 0 hectare a menos de 10 hectares, o que denota a fragmentação dos estabelecimentos rurais. No tocante à área, esse grupo ocupa 20.125 hectares de terra, equivalente a 27,49% da área de todos os estabelecimentos, que reflete a desigual distribuição da terra.

Tabela 06: Estrutura fundiária, 2017

	Cristinápolis		Indiaroba		Itabaianinha		Santa Luzia do Itanhy		Umbaúba	
Grupo s de área	Nº de estabeleci- mentos (Unidades)	Área (ha)	Nº de estabeleci- mentos (Unidades)	Área (ha)	Nº de estabeleci- mentos (Unidades)	Área (ha)	Nº de estabelec- imentos (Unids.)	Área (ha)	Nº de estabeleci- mentos (Unidades)	Área (ha)
0 a 5	923	1.169	1.085	2.098	2.551	3.899	709	1.018	812	1.264
5 a 10	181	1.256	486	3.649	385	2.749	273	1.910	148	1.113
10 a 20	62	855	103	1.479	303	4.373	67	938	57	843
20 a 50	35	1.105	57	1.783	199	6.358	56	1.803	38	1.176
50 a 100	14	1.029	31	2.204	87	6.142	26	1.915	17	1.326
100 a 200	12	1.566	17	2.473	40	5.281	20	2.814	8	1.070
200 a mais	14	4.045	15	5.972	24	X	20	5.390	10	1.719
Produt or sem área	2	X	-	-	2	X	1	X	2	X
Total	1.243	10.99 5	1.794	19.65 8	3.591	18.24 0	1.172	15.78 8	1.092	8.511

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2017. Os dados das Unidades Territoriais com menos de três informantes estão identificados com o caracter X.

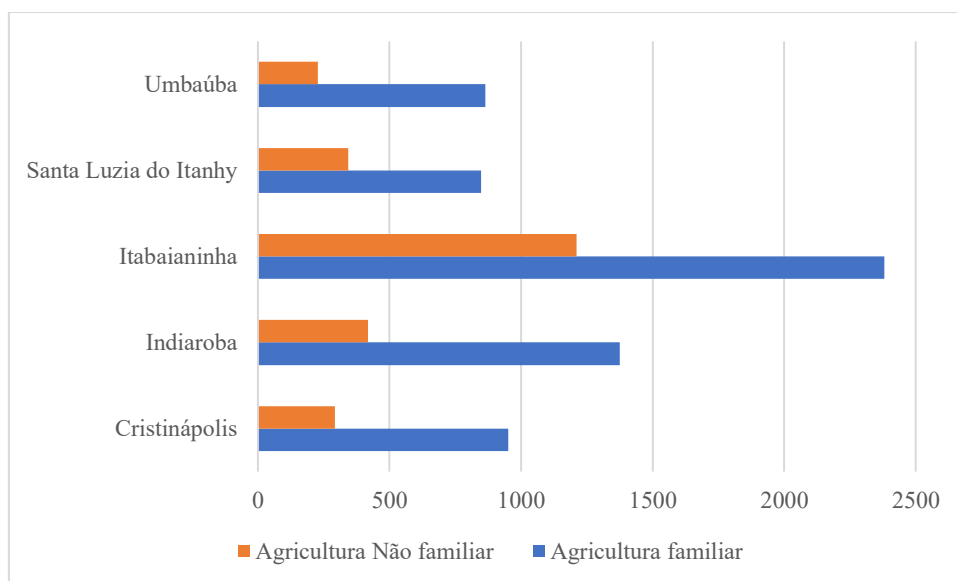
Organização: SANTOS, Vanessa Modesto, 2024

Os minifúndios e pequenos estabelecimentos representam parcela significativa do conjunto da estrutura fundiária do território. O grupo de área entre 5 e menos de 50 hectares somam 8.530 imóveis, 95,92% das propriedades. No que diz respeito à área desses estabelecimentos, ela corresponde a 40.838 hectares – 48,74% do total, percentual relativamente reduzido quando comparado ao número de estabelecimentos. Dentro desse grupo, aqueles que pertencem à agricultura familiar somam 6.320 imóveis – 71,07% dos estabelecimentos rurais.

Em oposição aos pequenos estabelecimentos rurais, os dados do censo agropecuário de 2017 destaca a existência de nove estabelecimentos rurais (Cristinápolis, 01; Indiaroba, 04; Santa Luzia do Itanhy, 01; e Umbaúba, 03) – 0,10% do total – classificados no grupo de área de 500 a menos de 1.000 hectares; e de uma propriedade, localizada em Cristinápolis, que está classificada no grupo de área de 1.000 a menos de 10.000 hectares, correspondendo a 0,01% dos imóveis rurais. Tais quantitativos evidenciam a desigualdade e a concentração de terras.

Esses estabelecimentos rurais encontram-se divididos, de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE (2017), em pertencentes e em não pertencentes à agricultura familiar. Essa divisão metodológica permite compreender as diferentes lógicas de produção e os perfis socioeconômicos que coexistem no Brasil rural.

Gráfico 02: Número de estabelecimentos 2017



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017

Organização: SANTOS, Vanessa Modesto, 2024.

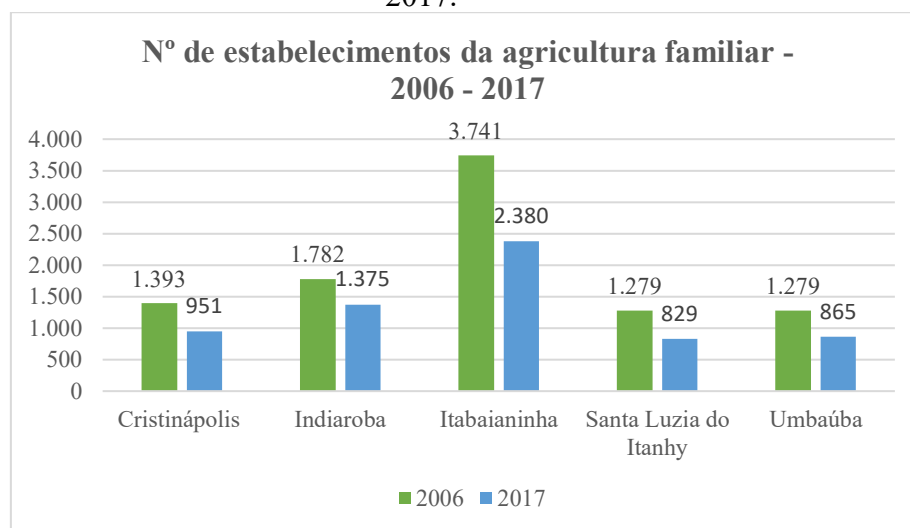
Embora haja um grande número de estabelecimentos rurais pertencentes à agricultura familiar, de acordo com os dados do Censo Agropecuário do ano de 2017, em relação aos dados referentes ao ano de 2006, houve uma redução desse quantitativo (Gráfico 03). Tal fato é

justificado pelo assédio dos proprietários dos grandes estabelecimentos rurais que se encontram localizados no entorno dos pequenos estabelecimentos, pertencentes aos agricultores familiares. Em muitos casos, os agricultores não suportam a pressão, cedem a esse assédio e acabam vendendo a terra.

Na agricultura não familiar, a terra e a força de trabalho são vistas de forma distinta em comparação à familiar: no modo de produção capitalista, esses dois elementos tornam-se mercadorias. Nesse modelo, o resultado é a expropriação de pessoas das suas terras, e com isso há a apropriação da terra e da mão de obra (Martins, 1975; 1979; 1980). Assim, a terra é transformada em mercadoria e ocasiona a expropriação do trabalhador, e a terra que pertencia ao agricultor familiar, ao ser vendida, destina-se à produção de commodities¹⁶.

Silva (2021), em seus estudos sobre o estado de Alagoas, afirma que a concentração fundiária se segmenta em grandes desigualdades, e, em decorrência, ocorre a expropriação dos trabalhadores rurais e expulsão do campo. Tal fato se manifesta de modo semelhante no território sul do estado de Sergipe, e isto traz à tona os vestígios da formação histórica do país, relacionada ao poderio político e econômico da classe dominante.

Gráfico 03: Número de estabelecimentos pertencentes a agricultores familiares, 2006 – 2017.



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017
Organização: SANTOS, Vanessa Modesto, 2023.

Ao analisar os números dos estabelecimentos rurais pertencentes à agricultura familiar nos municípios, foi possível identificar que parte desses estabelecimentos se encontram nos projetos de assentamento rural fruto da reforma agrária liderada pelos movimentos sociais. O

¹⁶ No sul sergipano predomina os citrus, especialmente a laranja, e, no século XXI, verifica-se a expansão do milho.

território sul sergipano foi palco de conflitos entre os latifundiários e os movimentos sociais de luta pela terra. Esses conflitos são emblemáticos das desigualdades sociais e históricas que perpassam a questão agrária no território brasileiro.

Fernandes (2012, p. 02) afirma que, entre 1965 e 1985, o Brasil passou por intensas transformações na agricultura, período em que os governos militares implantaram uma política voltada para o desenvolvimento agrícola. Tal política privilegiou a agricultura capitalista e ocasionou conflitos no campo brasileiro, decorrentes do crescimento das “desigualdades socioeconômicas”. “Esse modelo de modernização conservou a secular concentração da estrutura fundiária, intensificando a histórica luta pela terra [...]” (Fernandes, 2012, p. 02). Esse modelo perpetuou a concentração de terras nas mãos de poucos, uma característica histórica do país, em vez de promover uma distribuição equitativa.

A década de 1970 foi marcada pela expansão das monoculturas e pela ampliação da agroindústria no país. Durante esse período, ocorreu a quase extinção dos movimentos camponeses em decorrência da repressão da ditadura militar no Brasil. Nesse mesmo período, emergiu um novo ator de luta pela terra, o “sem-terra”, que se tratava do trabalhador que foi afetado pelo processo de modernização e elevação dos preços da terra. Em sua maioria, esses atores são originários “de famílias de pequenos proprietários empobrecidos e com dificuldade crescente de manter-se na terra e transmiti-la como patrimônio aos filhos ou de produtores com acesso precário à terra” (Medeiros, 2015, p. 344).

No final de 1970 e início de 1980, ocorreu no Brasil a multiplicação das ocupações de terras, que visava, entre outros objetivos, à recuperação das propriedades que haviam sido retiradas dos trabalhadores rurais (Medeiros, 2015).

Durante esse processo de luta pela terra, e de resistência ao movimento imposto pelos governos militares, grupos de trabalhadores rurais, dentre eles posseiros e sem-terra, organizaram-se em busca de mudanças para essa classe social. Fernandes (2012) aponta que:

Com o crescimento da luta e da organização, os trabalhadores rurais expropriados retomaram o cenário político através das lutas populares. Um dos movimentos sociais mais representativos que nasceu nesse processo foi MST – Movimento do Trabalhadores Rurais Sem-Terra. [...] Das várias ocupações de terra em todo o Brasil e do crescimento das formas de organização, resultou a fundação do MST, em 1984, na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, com a realização do Primeiro Encontro Nacional dos Sem-Terra (FERNANDES, 2012, p. 13).

Esse fenômeno ocorre em 1980, período em que ocorreu a consolidação do modelo agroexportador e agroindustrial no país. Esse modelo caracteriza-se pela priorização da produção agrícola voltada para exportação e pelo incentivo à industrialização, que resultaram em transformações na estrutura fundiária e nas dinâmicas sociais no território rural. Durante

esse período, emergiram ocupações de terra em resposta às desigualdades ocasionadas por esse processo, evidenciando a luta pelo direito à terra.

No processo de redemocratização do país, no início dos anos 1980, era forte a pressão tanto por parte do sindicalismo rural, quanto do emergente Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), para que o tema reforma agrária compusesse o conjunto de bandeiras da Aliança Democrática (MEDEIROS, 2015, p.346).

A autora ressalta ainda que, no novo contexto político¹⁷, as “*oposições sindicais*”, a exemplo do MST, defendiam a necessidade de uma nova lei, em oposição ao Estatuto da Terra, que fosse capaz de oferecer suporte a uma ampla distribuição fundiária, uma vez que o Estatuto da Terra era um impulsionador da modernização e da expropriação. Em 1990, ocorreu no Brasil a multiplicação dos movimentos de luta pela terra, e houve a ampliação da conflitualidade e a criação de assentamentos rurais.

Nos municípios pesquisados, observou-se que os assentamentos de reforma agrária são resultantes desse processo de luta promovidos pelos movimentos sociais a partir da década de 1990. A atuação, sobretudo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), contribuiu de maneira significativa para a concretização dos assentamentos rurais nesses municípios, impulsionando a reivindicação por direitos territoriais, e contribuiu significativamente para o acesso à terra (Tabela 07).

Tabela 07: Projetos de assentamentos rurais, Território Sul de Sergipe, 1991- 2011

Ano de Criação	Projetos de Assentamentos	Município	Famílias Assentadas	Área (ha)
1991	PA São Francisco	Cristinápolis	51	467
1991	PA Vitória da União	Santa Luzia do Itanhy	90	798.0408
1991	PA Santa Luzia	Santa Luzia do Itanhy	60	637.92
1996	PA Bom Jesus	Indiaroba	35	325.16
1996	PA Mocambo	Santa Luzia do Itanhy	37	299.0518
1997	PA Vitória de São Roque	Cristinápolis	29	195.93
1997	PA Mangabeira	Umbaúba	49	518.96
1998	PA Sete Brejos	Indiaroba	67	340
1998	PA Chico Mendes	Indiaroba	31	298.7446
1998	PA Bela Vista	Indiaroba	27	275.9254
1998	PA Campo Alegre	Umbaúba	23	253
2002	PA Cleonice Alves	Santa Luzia do Itanhy	50	620.3609
2005	PA Joelia Lima	Indiaroba	44	507.4
2009	PA Sepe Tiajaru II	Indiaroba	90	1581.359
2009	PA 27 de Outubro II	Indiaroba	25	332.2748
2009	PA Nicácio Rodrigues	Indiaroba	11	185.0048
2009	PA 08 de Agosto	Indiaroba	7	220.631
2011	PA 05 de Janeiro	Indiaroba	150	1631.9041

Fonte: INCRA, 2017

Organização: SANTOS, Vanessa Modesto, 2024

¹⁷ Redemocratização do país.

A luta pela terra nestes municípios buscou também a inclusão social e a promoção de uma agricultura sustentável. Desse modo, analisar a instituição dos assentamentos rurais nesse recorte territorial possibilita a compreensão das dinâmicas socioeconômicas que permeiam as mobilizações sociais de acesso à terra.

Os dados disponibilizados pelo INCRA apontam que, até o final do século XX, 500 famílias foram assentadas nos municípios de Cristinápolis, Indiaroba, Santa Luzia do Itanhy e Umbaúba¹⁸. Entre os anos de 2002 e 2011, mais 366 grupos familiares obtiveram acesso à terra por meio dos projetos de assentamentos rurais nos municípios de Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba. Esses assentamentos incorporam uma área territorial de aproximadamente 9.488,6672 hectares (Tabela 07).

Conforme a base de dados do INCRA, o município de Itabaianinha não apresenta registro de projetos de reforma agrária em seu território. Essa ausência de assentamentos rurais em sua área municipal indica que a estrutura fundiária local não foi objeto de desapropriação ou redistribuição de terras para fins de reforma agrária. Desse modo, a paisagem agrária de Itabaianinha é moldada por outras formas de uso e ocupação do solo, que não incluem os modelos de assentamentos rurais criados pelo governo federal. Essa característica singular diferencia o município dos demais que concentram projetos voltados para o acesso à terra pela agricultura familiar.

Durante o período de governo de Michel Temer (2016-2018), houve o esfacelamento das políticas agrícolas voltadas para a agricultura familiar. A primeira ação de Temer foi a extinção do MDA (Lima; Waisbich, 2023). Desse modo houve a paralisação da política de reforma agrária no Brasil durante o governo de Temer e também no mandato do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), período em que não houve a criação de novos assentamentos rurais no território sul do estado de Sergipe.

Todavia, a criação dos assentamentos rurais no território, somada à presença dos pequenos estabelecimentos rurais dos grupos familiares que obtiveram acesso à terra, fortaleceu o desenvolvimento das atividades da agropecuária no recorte territorial desta pesquisa. A presença desses novos atores no cenário rural impulsionou a diversificação da produção a partir da exploração de culturas e práticas de manejo que diferem das adotadas em grandes estabelecimentos rurais.

Medeiros (2015, p.340) salienta que a reforma agrária ganhou novos contornos a partir da introdução de novos temas que estão associados à luta “por defesa de territorialidades

¹⁸ O município de Itabaianinha, que integra a pesquisa, de acordo com os dados obtidos junto ao INCRA, não possui projetos de assentamentos rurais.

específicas, preservação ambiental e qualidade dos alimentos, o que faz com que a crítica ao modelo de ocupação das áreas rurais não se volte apenas para a demanda por democratização fundiária, mas abranja temas mais amplos [...]”. Esses temas estão relacionados aos direitos dos povos e comunidades tradicionais, à degradação do meio ambiente e também à produção de alimentos que não estejam voltados para os interesses dos grandes conglomerados, que são responsáveis pela “produção dos insumos químicos, máquinas e sementes, processamento e colocação dos produtos nos diferentes tipos de mercados” (Medeiros 2015, p. 340).

Ao longo do processo de instituição dos assentamentos de reforma agrária, 866 famílias obtiveram acesso à terra, o que contribui para a produção de alimentos no território sul do estado, assim como para o aumento da taxa de pessoal ocupado nesses municípios (Tabela 08). Na leitura da questão agrária, verifica-se que a agricultura familiar mantém o maior número de pessoas ocupadas. Sua natureza, baseada no trabalho e na gestão de membros da família, garante uma alta taxa de pessoal ocupado por estabelecimento agropecuário.

Tabela 08: Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários (nº de pessoas), 2006 - 2017

Município	Ano					
	2006			2017		
	Tipologia					
	Agricultura Familiar	Agricultura não familiar	Total	Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Total
Cristinápolis	3.492	791	4.283	2.637	1.039	3.676
Indiaroba	4.620	378	4.998	3.240	1.148	4.388
Itabaianinha	7.801	1.265	9.066	5.111	2.453	7.564
Santa Luzia do Itanhhy	2.883	423	3.306	2.028	1.044	3.072
Umbaúba	2.820	523	3.343	1.930	702	2.632

Fonte: Censo Agropecuário, 2006 – 2017

Organização: Vanessa Modesto dos Santos, 2024.

Embora o pessoal ocupado esteja concentrado na agricultura familiar, a Tabela 08 aponta a redução desse número no intervalo apresentado. Valadares e Alves (2020) apontam que, no cenário nacional, essa redução pode estar relacionada ao aumento da inserção de maquinário (com o aluguel de máquinas agrícolas) e de insumos na produção agrícola familiar. Além disso, diante do tamanho reduzido dos estabelecimentos rurais, observa-se o crescimento da migração de jovens para o espaço urbano.

Os postos de trabalho gerados na agricultura não familiar têm predominância na citricultura, especialmente durante o período de colheita da laranja. No território analisado, observa-se que, apesar da redução do número de pessoas empregadas, a agricultura familiar continua a proporcionar um quantitativo superior de oportunidades de trabalho em comparação à agricultura não familiar. Altafin (2007) salienta que os estabelecimentos rurais vinculados à

agricultura familiar são os principais geradores de postos de trabalho no território rural, assim como é observado no território sul de Sergipe.

Esse cenário evidencia que a agricultura familiar, além de garantir maior absorção de mão de obra, apresenta relevância social por assegurar a permanência das famílias no campo e contribuir para a dinamização econômica das comunidades rurais. Carneiro (1997, p.74) assegura que é “a forma de produção familiar que teria a capacidade de realizar absorção de mão-de-obra”, gerando postos de trabalho e, em consequência disso, dinamizando a economia local. Diferentemente da agricultura não familiar, que concentra empregos em períodos sazonais, a agricultura familiar tende a manter vínculos de trabalho constante, articulando atividades produtivas que se estendem ao longo do ano.

No que se refere ao processo de mecanização da agricultura nos municípios, foi constatado o crescimento do número de maquinários agrícolas no ano de 2017. Tal aumento decorre da mudança na estrutura produtiva, que se deve parcialmente ao financiamento da agropecuária em função da expansão da política de crédito. Essa política tem relevância para a inclusão dos agricultores familiares na modalidade de acesso ao crédito, mas, assim como Mattei (2015, p.14) evidencia, há uma preocupação com a tendência à “modernização da agricultura familiar”, no que diz respeito à substituição da produção diversificada pela lógica do monocultivo.

Tabela 09: Máquinas agrícolas, 2006-2017

	Trator		Semeadeiras/ Plantadeiras		Colheitadeiras		Adubadeiras/distribuidora de calcário	
	2006	2017	2006	2017	2006	2017	2006	2017
Cristinápolis	71	81	-	11	-	4	-	17
Indiaroba	33	72	-	4	-	-	-	5
Itabaianinha	143	175	-	12	-	5	-	11
Santa Luzia do Itanhy	39	57	-	-	-	-	-	12
Umbaúba	75	116	-	-	-	-	-	13

Fonte: IBGE, 2006-2017

Organização: Vanessa Modesto dos Santos, 2024

Esses dados apontam o avanço da mecanização agrícola na região. Especialmente no que tange ao uso dos tratores, constata-se o aumento da aquisição dessa máquina em todos os municípios investigados. Enquanto isso, a adoção de outras tecnologias permanece com índices variados: as semeadeiras/plantadeiras foram incorporadas em Cristinápolis, Indiaroba e Itabaianinha, enquanto as colheitadeiras passaram a ser utilizadas também em Cristinápolis e Itabaianinha. Essa mecanização agrícola é atribuída, sobretudo, à introdução de monocultivos como o de milho nesses municípios, o que reflete uma tendência observada em todo o estado de Sergipe, conforme apontado por Menezes et al. (2019, p. 26):

A expansão da produção de milho no estado ocorreu na segunda metade da década passada, através de ações governamentais, que promoveu atividades nas áreas rurais sergipanas em parceria com as secretarias de agricultura dos municípios e a EMDAGRO, para consolidar a cultura no segmento de mercado. O governo de Sergipe elaborou o Programa Estadual de Distribuição de Sementes e Mecanização Agrícola para fomentar atividades agrícolas com viabilidade produtiva no estado.

Em 2017, foi constatada a presença de adubadeiras/distribuidoras de calcário em todos os municípios. A inclusão desses maquinários deve-se, além da introdução do cultivo de milho, à recuperação dos laranjais no estado. Durante esse processo de reabilitação das plantações, as máquinas estão inseridas, desde a preparação do solo até a aplicação de insumos químicos nas plantas. Nesse contexto, o trabalho manual se limita, principalmente, à plantação das mudas e à colheita dos frutos, evidenciando a crescente mecanização das práticas agrícolas e a consequente redução de postos de trabalho agrícola. Na agricultura familiar, a utilização dessas máquinas ocorre principalmente por meio do aluguel, com o pagamento feito com base nas horas trabalhadas.

No tocante à agricultura, é possível observar que, entre as lavouras permanentes do Sul sergipano, destacam-se a da laranja e a do coco-da-baía, que respondem a 78% do total da produção agrícola territorial (Tabela 10). Desse modo, tais cultivos ocupam espaços predominantemente nos estabelecimentos não familiares destinados às indústrias.

Tabela 10: Cultivos permanentes nos municípios (nº de estabelecimentos)

Cultivos	Municípios				
	Cristinápolis	Indiaroba	Itabaianinha	Santa Luzia do Itanhy	Umbaúba
Abacate	0	1	0	0	0
Açaí	-	1	-	1	-
Banana	11	257	52	112	37
Cacau	0	1	-	2	3
Coco-da-bahia	22	391	15	114	54
Goiaba	1	1	0	1	0
Laranja	607	855	1.085	543	803
Limão	1	33	331	3	8
Mamão	6	25	6	6	10
Maracujá	30	199	80	60	66
Tangerina	1	80	12	1	18

Fonte: IBGE – Censo agropecuário, 2017

Organização: SANTOS, Vanessa Modesto dos, 2022.

Os frutos secos, a exemplo do coco-da-baía, apresentam maior concentração no leste do território, como apontado na tabela 10, com destaque para os municípios de Indiaroba (391 estabelecimentos rurais) e Santa Luzia do Itanhy (114 estabelecimentos rurais), ocupam áreas nas proximidades do litoral sobretudo, nos grandes estabelecimentos rurais. No entanto, sua produção é identificada também nos demais municípios. Em geral são cultivados em solos

arenosos, consorciados com pastagens plantadas para a criação de gado (IBGE, 2011). No sul sergipano, o coco-da-baía é comercializado majoritariamente em frutos secos e, em reduzida intensidade, o fruto verde.

O cultivo de laranja desponta no estado de Sergipe por volta de 1920, no município de Boquim, e em seguida se expande para os municípios vizinhos: Pedrinhas, Arauá e Riachão do Dantas. Andrade (2019) salienta que, a princípio, o cultivo de citrus era realizado em quantidades reduzidas voltadas para o consumo familiar. A partir da década de 1960, com o crescimento do mercado nacional ocasionado pelo estímulo voltado para as exportações do produto, o Estado passa a subsidiar a produção da laranja, a qual se expande pelos municípios do centro-sul do estado, incluindo Cristinápolis, Indiaroba, Itabaianinha, Santa Luzia do Itanhy e Umbaúba (ANDRADE, 2019).

Diniz dos Santos (2009) salienta que, após o início da atividade citrícola na década de 1960, houve a monopolização da produção, que se consolidou no centro-sul do estado. Welch e Fernandes (2008) consideram que a consolidação do agronegócio brasileiro da laranja ocorreu a partir da década de 1980 e que, após esse período, houve uma verticalização no cultivo, diminuindo desse modo a participação do pequeno produtor nesse processo produtivo.

Menezes et al. (2019) afirma que esta atividade agrícola atraiu grandes investimentos oriundos dos setores públicos e privados, visando proporcionar o aumento da área plantada na década de 1980.

Tal fato se dá em decorrência do crescimento dos laranjais pertencentes às empresas processadoras do fruto. Com a instalação das indústrias de suco concentrado na região, houve a valorização da produção da laranja, o que proporcionou a expansão dos pomares e reverberou na redução do cultivo de outros alimentos para o consumo familiar.

Durante o período de êxito da citricultura, foram instaladas no município de Estância indústrias voltadas para o processamento do fruto. Oliveira (2016, p. 335) ressalta:

Outra empresa nacional que atua no setor citrícola é a Tropfruit Nordeste S/A. Iniciou suas atividades em 1988, e está localizada no segundo polo produtor de cítricos do Brasil, em Estância/SE. Atua na industrialização de frutas e na produção de sucos cítricos, abacaxi, maracujá e outras frutas tropicais concentrados e integrais congelados, destinando sua produção para exportação, via Salvador/BA.

Oliveira (2016, p. 329) salienta que “[...] o setor citrícola brasileiro e norte-americano caminha para a metamorfose da monopolização do território para a territorialização do monopólio”. Esse processo de monopolização do território ocorre no momento em que a empresa responsável pela comercialização ou processamento na indústria não é responsável

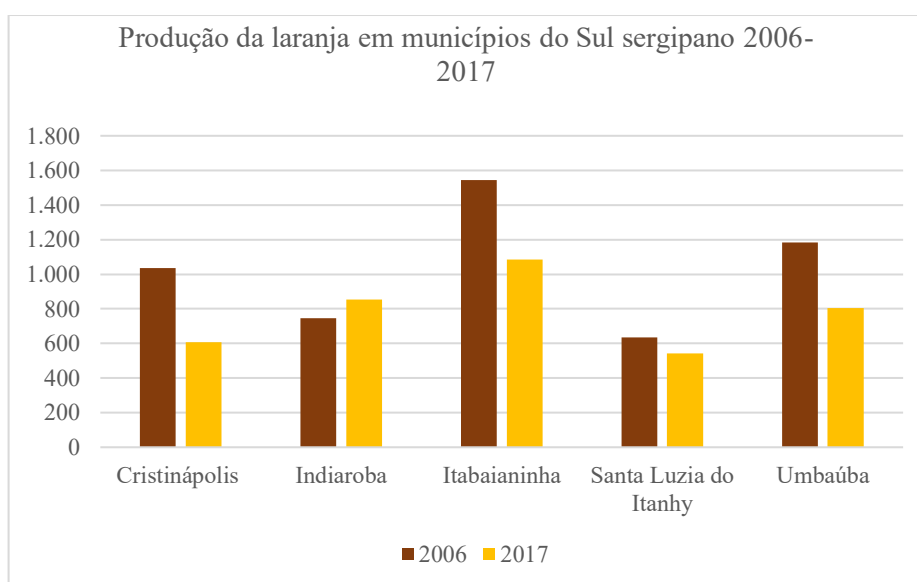
pela produção no campo, mas ainda assim consegue exercer o controle sobre os agricultores familiares e sobre os capitalistas do campo.

Entretanto, no final de 1990 e início dos anos 2000, a produção de laranja apresenta um processo de estagnação e redução da produtividade.

[...] a citricultura do estado apresenta sinais de crise e passa a ser sentido, de fato, a redução do crédito rural, além do envelhecimento dos pomares, da proliferação de pragas e doenças, baixa produtividade, competitividade com os Estados Unidos, bem como, endividamento do citricultor e redução do orçamento para a pesquisa de extensão (ANDRADE, 2019, p. 141).

Diante da problemática relacionada à redução da produtividade da citricultura sergipana, em 2004 instituições vinculadas ao âmbito federal e estadual realizaram a adoção de políticas voltadas para a revitalização dos cultivos no estado. O objetivo foi substituir os antigos laranjais por novas mudas, a fim de contornar a redução na produção e aumentar a produtividade (DINIZ DOS SANTOS, 2009). Apesar da adoção dos incentivos governamentais, ocorreu a redução da produção após o ano de 2004, como aponta Menezes et al. (2019). Isso se deu em virtude de vários fatores: os produtores encontravam-se nesse momento endividados; ocorreu a diminuição dos preços no mercado internacional; houve a saturação dos pomares; e aconteceram longos períodos de estiagem. Entretanto, de acordo com os dados do IBGE (2017), o estado de Sergipe continua sendo o sexto maior produtor de laranja do país, com o total de 160.647 toneladas do fruto, e esse cultivo ainda é considerado importante para a atividade agroindustrial do estado.

Gráfico 04: Produção de laranja em municípios do Sul de Sergipe (toneladas)



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2006 – 2017
Organização: SANTOS, Vanessa Modesto dos, 2024

De acordo com os dados do Censo Agropecuário, houve redução da produção da laranja nos municípios pesquisados, exceto em Indiaroba, que apresentou aumento na produção, passando de 745 para 855 toneladas, com um aumento de 12,86% da quantidade de laranja cultivada. Isso se justifica pelo processo de distribuição de terras de reforma agrária que ocorreu durante o intervalo 2006–2017 (rever Tabela 09). Na ocasião, 283 famílias foram assentadas e destinaram suas terras para o cultivo de alimentos e também da laranja destinado ao autoconsumo e ao mercado consumidor. Além disso, contribuiu para esse aumento o fato de os grandes estabelecimentos rurais destinarem a sua produção exclusivamente para o cultivo de citrus (Prefeitura Municipal de Indiaroba, 2024).

A produção do fruto é relevante para os agricultores familiares do território sul do estado, tendo em vista que é considerado como alimento e produto comercial com demanda do mercado local e regional (figura 06). Além de contribuir para a geração de renda e fortalecer a economia local, o cultivo do fruto reforça a identidade agrícola local.

No estado de Sergipe, a área dedicada ao cultivo da laranja corresponde a 6,0% da área plantada no Brasil. Contudo, a produção, segundo dados do Censo Agropecuário, corresponde a 1,24% em relação ao país. Dentre os estabelecimentos rurais voltados para o cultivo da laranja, 13.226 (82,13%) possuem áreas inferiores a 10 hectares, e 75,75% dos estabelecimentos rurais voltados para o cultivo da laranja pertence a agricultores familiares (IBGE, 2017).

Figura 06: Plantio consorciado laranja, mandioca e maracujá, Indiaroba/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

Andrade (2019), em seus estudos acerca da produção de laranja no centro-sul sergipano, identificou que os agricultores tratam desses cultivos fazendo uso da gradagem e limpeza da área com o uso de instrumentos de trabalho tradicionais, como enxadas e gadanhos, para a retirada do “mato” crescente, ou seja, o trabalho é executado igualmente ao modo como

era feito pelas gerações passadas. A autora aponta ainda que os agricultores realizam o plantio associado aos cultivos de alimentos como a mandioca, milho, amendoim e feijão, “principalmente na fase inicial da laranja¹⁹”, destinados ao consumo do grupo familiar.

Na Tabela 11, referente às lavouras temporárias do território sul de Sergipe, observa-se que a agricultura familiar nesses municípios é a principal responsável pelo cultivo de voltados diretamente para a alimentação da população local. Entre as culturas predominantes, destacam-se aquelas direcionadas para o consumo cotidiano, o que promove a garantia da segurança alimentar e nutricional das comunidades rurais e urbanas. Essa característica diferencia agricultura não familiar dedicada prioritariamente para o cultivo de *commodities* destinadas aos mercados externos da agricultura familiar que reafirma sua relevância no abastecimento interno e na valorização das práticas agrícolas tradicionais.

Tabela 11: Lavouras temporárias nos municípios pesquisados – total (toneladas)

Cultivos	Municípios				
	Cristinápolis	Indiaroba	Itabaianinha	Santa Luzia do Itanhhy	Umbaúba
Abacaxi (mil frutos)	39	478	X	55	10
Abóbora	6	78	41	3	14
Amendoim em casca	16	33	45	31	11
Cana (forrageira)	-	-	51	X	X
Fava	5	0	62	1	2
Feijão de cor em grão	1	0	8	2	X
Feijão fradinho em grão	7	5	80	1	1
Feijão verde	5	1	22	1	1
Mandioca	695	2.400	2.910	1.950	961
Melancia	4	53	X	X	X
Milho em grão	3.074	59	4.108	95	3.610
Milho forrageiro	42	26	3.610	966	7

Fonte: IBGE -Censo Agropecuário, 2017

Organização: SANTOS, Vanessa Modesto, 2023

Dentre os alimentos cultivados nas lavouras temporárias nesses municípios, a agricultura familiar é responsável por 72,16% do abacaxi²⁰, 92,95% da abóbora, 73,52% do amendoim, 77,61% da fava, 45,45% do feijão de cor em grão, 78,26% do feijão fradinho em grão, 76,66% do feijão verde, 81,72% da mandioca, e 98,98% da melancia. Quanto à produção do milho grão e forrageiro, a participação da agricultura familiar é reduzida: 10,82% e 33,21%, respectivamente, dados que demonstram que esses cultivos estão associados à agricultura patronal. Tais informações corroboram o que apontam Belik e Cunha (2015, p. 219): “a

¹⁹ Nos primeiros anos de plantio, período em que a planta possui pequena dimensão, e isso possibilita que outros cultivos sejam realizados na mesma área.

²⁰ Os valores correspondem ao somatório dos municípios.

alimentação da população está relacionada a estabelecimentos de pequeno porte, na sua esmagadora maioria da agricultura familiar”.

Nesse recorte espacial, a mandioca consiste em um dos cultivos relevantes mormente nos estabelecimentos dos/as agricultores familiares. Destinadas para o autoconsumo, as espécies cultivadas são aquela denominada popularmente de macaxeira ou aipim – alimento consumido tradicionalmente nas refeições – e a mandioca brava, da qual se elabora a farinha e as iguarias consideradas como alimentos identitários (Menezes, 2011). A elaboração desses alimentos é realizada nas casas de farinha (Figura 07), existentes no espaço rural dos municípios. Esse alimento encontra-se enraizado na cultura alimentar da população, como atenta Barbosa (2007, p.112): “feijão, ao lado da farinha de mandioca”, são alimentos que fazem parte do cardápio local.

Figura 07: Casa de farinha, Assentamento São Francisco – Cristinápolis/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

No que se refere ao cultivo da horticultura dos municípios, foi possível identificar uma diversidade de legumes e hortaliças nos municípios, como apontam os dados do Censo Agropecuário de 2017 (Tabela 12). Os grupos familiares que cultivam esses alimentos comercializam nas feiras da agricultura familiar e nas feiras convencionais, também fornecem para os mercados institucionais e para os supermercados das cidades.

Do número total de estabelecimentos destinados ao cultivo de horticultura (637), 73,62% (469) são pertencentes à agricultura familiar. Esses alimentos são comercializados via circuitos curtos, os quais possibilitam “[...] reconstruir a identidade entre o alimento, a sociedade e o território” (SCHNEIDER, 2021, p. 15). Isso favorece a soberania e segurança alimentar e nutricional dos agricultores, que, ao cultivarem e comercializarem esses alimentos,

proporcionam à população o acesso a alimentos diversificados, de modo distinto ao que ocorre no modelo dominante da agricultura não familiar, em que prevalecem os monocultivos.

Tabela 12: Número de estabelecimentos destinados à horticultura, 2017

Cultivos	Cristinápolis	Indiaroba	Itabaianinha	Santa Luzia do Itanhy	Umbaúba
Abobrinha	2	-	2	-	2
Alface	10	6	38	3	15
Batata-doce	17	32	157	7	11
Berinjela	-	-	3	-	3
Beterraba	-	-	3	-	-
Cebolinha	13	9	30	5	12
Cenoura	-	-	3	-	1
Chuchu	1	-	2	-	-
Coentro	23	15	53	6	18
Couve	26	4	44	7	11
Couve-flor	-	-	-	-	2
Hortelã	2	1	1	-	-
Inhame	3	6	-	1	-
Jiló	1	-	3	-	2
Maxixe	1	-	3	1	2
Milho-verde (Espiga)	1	35	235	18	23
Pepino	-	1	2	-	2
Pimenta	4	10	58	6	8
Pimentão	9	4	14	2	6
Quiabo	9	5	61	3	8
Repolho	1	-	1	-	-
Rúcula	-	-	2	1	1
Salsa	1	-	2	-	3
Tomate (Estaqueado)	8	3	9	2	-

Fonte: Censo Agropecuário, 2017

Organização: Vanessa Modesto dos Santos

O avanço das monoculturas tem ameaçado a soberania alimentar dos povos, e isso torna-se explícito em cada território. Embora tenha ocorrido a expansão do cultivo de mercadorias, a agricultura familiar resiste enfrentando dificuldades, com os poucos recursos, e os espaços reduzidos. Contudo, esses agricultores garantem a produção de alimentos para o abastecimento da população (Rosa, 2018).

Vieira Filho (2013) considera que a modernização da agricultura também desencadeia uma desigualdade regional e produtiva, que se dá em decorrência da disparidade entre os segmentos sociais no acesso e na capacidade de incorporação de novos insumos e tecnologias.

Parte de los agentes pueden incorporar y absorber el contenido tecnológico, mientras que otros permanecen al margen del entorno organizacional innovador como asimismo de los procesos de aprendizaje y difusión de las nuevas técnicas e conocimientos productivos (VIEIRA FILHO, 2013, p.104).

Tomando como base a dinâmica da agricultura familiar brasileira, Vieira Filho (2013) assegura que a heterogeneidade estrutural das unidades de produção no país, referente à modernização e ao desenvolvimento das atividades agrícolas, decorre da dessemelhança entre

os segmentos no tocante à capacidade de organização, aos indicadores socioeconômicos e à intervenção do poder público na promoção de políticas públicas. Como assevera Silva (2021):

A reprodução da desigualdade regional da agricultura familiar no Brasil e no Nordeste expõe um cenário de incompletude do desenvolvimento rural e de dependência desse segmento aos conglomerados vinculados ao agronegócio, que controlam a produção e a distribuição dos insumos agrícolas. (SILVA, 2021, p. 65)

Desse modo é possível observar a permanência da exclusão social, principalmente para com os agricultores familiares no cenário nacional. Tal fato se dá em decorrência da desigualdade existente na distribuição dos investimentos políticos e econômicos, que distinguem e colocam os grandes produtores em oposição aos agricultores familiares.

O Plano Safra 2024/25 evidencia a desigualdade estrutural presente na distribuição dos recursos financeiros entre a agricultura familiar e a agricultura empresarial no Brasil: um total de 76 bilhões de reais foram direcionados à agricultura familiar, enquanto foram investidos 400,59 bilhões para a agricultura empresarial (Brasil, 2024). Os dados revelam que há um desequilíbrio na distribuição dos recursos. Essa disparidade limita o potencial de trabalho dos agricultores familiares e reforça a concentração de riquezas no setor agroindustrial.

Silva (2021), embora não tenha estudado o território sul sergipano, observa que as políticas destinadas à agricultura familiar se fortaleceram a partir do final da década de 1990, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), e foram impulsionadas ao longo dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e na administração da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016). Durante os governos de Michael Temer (2016-2018) e do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), tais políticas foram fragilizadas, retornando às agendas políticas em 2023 com o retorno do Presidente Luís Inácio Lula da Silva à presidência da República no citado ano.

Embora ainda existam contradições acerca da desigualdade no que se refere à distribuição e gerenciamento regional dos recursos, a implementação das políticas públicas foram responsáveis por modificarem o cenário da agricultura familiar na região Nordeste do país (Silva, 2021a). Tais políticas promoveram o acesso a créditos e apoio técnico, além de contribuírem significativamente para o aumento da produtividade e para a sustentabilidade os pequenos agricultores.

Diante das dificuldades que os agricultores familiares enfrentam e que estão presentes em um contexto nacional, na região estudada uma outra problemática se constitui com o avanço do monocultivo do eucalipto nas imediações de seus estabelecimentos rurais. Os agricultores familiares, mesmo não realizando o cultivo da espécie, sofrem com os seus impactos, como substituição da vegetação nativa, degradação do solo e uso excessivo dos recursos hídricos.

A partir de 2008, evidencia-se em Sergipe o aumento da plantação do eucalipto destinada à produção de madeira, principalmente voltada para o atendimento às necessidades das indústrias ceramistas existentes no estado (Alves de Jesus, 2016). O crescimento do cultivo do eucalipto (Tabela 13) no estado para o suprimento das demandas industriais ocasiona consequências para a população do entorno destes cultivos, como ressaltou a representante da secretaria municipal de Cristinópolis:

Aqui no município, ali próximo ao assentamento São Francisco, tinham algumas plantações de eucalipto, e, depois que essa plantação começou, as cisternas (poços) das famílias que residem nesse assentamento começaram a secar, a população se reuniu, fez abaixo-assinado e foi no Ministério Público, mas você sabe que pobre nunca ganha processo para rico, né? (Entrevistada 04, Cristinópolis, 06/06/2024).

Jesus (2016) destaca que a produção de eucalipto no estado de Sergipe, que em alguns municípios, como Itabaianinha, o consumo de madeira é maior que a quantidade produzida em seu território tendo em vista a quantidade das indústrias ceramistas gera a necessidade de aquisição do produto e dependência da produção externa ao estado de Sergipe.

Tabela 13: Produção de eucalipto, 2017

Municípios	Nº de estabelecimentos (unidades)	Área Plantada (hectares)	Nº de pés (mil unidades)
Cristinópolis	2	X	X
Indiaroba	10	26	245
Itabaianinha	23	30	141
Santa Luzia do Itanhy	9	17	518
Umbaúba	5	-	53

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE), 2017

Organização: Vanessa Modesto dos Santos

Os territórios sergipanos que apresentam maior demanda do consumo de madeira oriunda do eucalipto “como fonte de energia são o Sul sergipano (32,14%), Agreste central (18,07%), Centro-sul (16,26%) e o Leste do estado (13,50%)” (SERGIPE, 2014, p.59).

Figura 08: Plantação de eucalipto em Cristinópolis/SE, 2024



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

Dentre as atividades econômicas vinculadas ao setor agropecuário realizadas nos municípios, destaca-se a relevância da criação de bovinos e suínos, assim como a avicultura, conforme apresentado na Tabela 14. A pecuária, em suas diferentes modalidades, constitui uma importante base produtiva para a economia local, sendo responsável não apenas pelo abastecimento de carne e derivados para a população, mas também pela geração de renda para famílias rurais.

Tabela 14: Quantidade efetiva de rebanhos (cabeças), 2017

Município	Bovino	Suínos	Equinos	Muare	Asininos	Ovinos	Caprinos	Aves
Cristinápolis	9.862	216	436	72	44	481	47	8.965
Indiaroba	8.409	430	533	354	98	329	35	89.472
Itabaianinha	28.538	1.729	1.851	156	323	4.487	358	127.932
Santa Luzia do Itanhy	9.886	458	503	179	49	571	X	76.700
Umbaúba	4.300	587	307	82	16	235	25	132.428

Fonte: Censo Agropecuário, 2017.

A criação de bovinos é destaque no município de Itabaianinha tendo em vista a área e as condições edafoclimáticas favorecerem a criação desse rebanho. Os suínos também são predominantes nesse espaço relacionado a produção de queijos artesanais no citado município, uma característica idêntica aos municípios sertanejos destacados por Menezes et al (2019). Nos grandes e médios estabelecimentos rurais de Itabaianinha também se destacam as criações de equinos e ovinos com melhoramento genéticos de raças. Enquanto isso, os muare, asininos e caprinos predominam nos estabelecimentos da agricultura familiar.

Nesses municípios, a criação de aves é dominada principalmente pela agricultura não familiar. Em Indiaroba, Santa Luzia do Itanhy e Umbaúba, estes animais se reproduzem em granjas para abastecer o mercado local com ovos e carne de frango. Diez Garcia (2003) evidencia que os animais criados e desenvolvidos pelo homem em atenção à demanda do modelo alimentar hegemônico são distintos daqueles da galinha caipira, que é criada pelos agricultores familiares em seus estabelecimentos rurais.

O aumento na produção de ovos e carne de frango deriva da redução do consumo da carne bovina, que está relacionada às prescrições médicas de combate às doenças coronárias (Silva, 2023). Esse fator contribuiu para a elevação do consumo de aves. A importância da carne de frango “deriva da combinação do seu preço, relativamente inferior à carne de boi, e da sua máxima capacidade de transformação de cereais e em carne no menor tempo possível de criação” (Espíndola, 2012, p. 91), tornando-se desse modo um alimento acessível à dieta humana.

Nos estabelecimentos pertencentes a agricultores familiares, a criação de aves está atrelada à mulher, enquanto a criação do rebanho bovino e o trabalho na agricultura está associado ao homem. Woortmann (1995, p.286) salienta que a criação de gado está relacionada à “capacidade do pai de família de criar ou manter um patrimônio, as galinhas revelam uma dona de casa caprichosa”. Desse modo é possível observar que a criação desses animais se encontra associada à figura feminina, que cuida das aves no entorno da residência (Menezes, 2009). Essas aves são conhecidas como galinha de capoeira ou caipira, nome que recebem por serem criadas soltas e se alimentarem à base de milho, restolho de alimentos e pequenos insetos encontrados no espaço em que vivem.

Como observado ao longo dessa seção sobre as configurações territoriais dos municípios de Cristinápolis, Indiaroba, Itabaianinha, Santa Luzia do Itanhy e Umbaúba, é possível perceber que os agricultores familiares apresentam uma forma de relação com a terra distinta do modelo proposto pelo agronegócio, que tem intensa utilização de máquinas agrícolas, de agrotóxicos e de sementes transgênicas. As abordagens subsequentes apontam para as contribuições da agricultura familiar para o cultivo de alimentos sem uso ou com uso reduzido de agroquímicos, bem como para alimentar a população desses municípios via comercialização de alimentos por meio dos circuitos curtos.

Diante dessa realidade, torna-se evidente que a agricultura familiar, ao adotar práticas menos dependentes de insumos industriais e priorizar circuitos curtos de comercialização, desempenha um papel central na promoção da segurança alimentar nutricional e no fortalecimento das economias locais. Nesse sentido, a atuação do poder público revela-se imprescindível para garantir condições de sustentabilidade e expansão dessas práticas, especialmente por meio de políticas voltadas ao incentivo e à organização das feiras da agricultura familiar no sul sergipano, tema que será aprofundado na próxima seção.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS: FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR



3 POLÍTICAS PÚBLICAS: FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

A comercialização de alimentos no território das feiras da agricultura familiar encontra-se fundamentada no estreitamento das relações políticas, econômicas, culturais e identitárias entre os sujeitos envolvidos. As redes que se formam nesses territórios entrelaçam as dimensões de cultivo, elaboração, venda e consumo, conformando as características próprias desse circuito curto de comercialização. Mais do que simples locais de troca econômica, as feiras da agricultura familiar configuram-se como instrumentos de política pública voltados ao fortalecimento das dinâmicas locais e à valorização da agricultura familiar.

Nesse contexto, os gêneros alimentícios são reconhecidos como produtos de qualidade e saudáveis, e a compra se constitui como um ato que ultrapassa a lógica mercantil, expressando um senso de comunidade entre agricultores/feirantes e consumidores. O agricultor sente-se valorizado por fornecer alimentos identitários como os derivados da mandioca do milho e àqueles consumidos tradicionalmente pela população (Menezes, 2013). Enquanto isso, o consumidor percebe que apoia a economia local. Essa dinâmica reforça não apenas a viabilidade econômica das famílias agricultoras, mas também o papel do Estado em fomentar práticas que promovem integração social, autonomia produtiva e o fortalecimento dos territórios rurais.

Nessa perspectiva, as feiras não apenas configuram um espaço de abastecimento, mas também se tornam um território de construção simbólica e social, onde o alimento circula carregado de significados que ultrapassam seu valor econômico e nutricional. O ato de comprar diretamente do agricultor reforça laços de pertencimento e cria vínculos de proximidade entre quem cultiva/elabora e quem consome, consolidando a confiança como elemento estruturante desse circuito curto (Darolt et al 2021). Logo, os alimentos deixam de ser vistos unicamente como mercadorias.

No que se refere à conceituação do termo “agricultor familiar”, no Brasil houve avanços para a sua definição e compreensão. O principal progrido está relacionado ao reconhecimento da grande diversidade econômica e da heterogeneidade desse grupo social, composto por “pequenos proprietários de terra” que realizam suas atividades por meio do uso da força de trabalho dos membros pertencentes ao grupo familiar, e que em seus estabelecimentos rurais “produzem” para o autoconsumo, bem como para a comercialização (Schneider; Cassol, 2014).

Entretanto, a agricultura familiar não está restrita apenas à utilização da mão de obra familiar para a realização dos cultivos e cuidados com a terra. Salvoldi e Cunha (2010, p.15)

apontam que esse modelo tem na família a “estrutura fundamental de organização da reprodução social, através da formulação de estratégias (conceituais ou não) familiares e individuais que remetem diretamente à transmissão do patrimônio material e cultural”. Desse modo, é possível observar que a agricultura familiar está relacionada não apenas à execução do trabalho no campo, mas também à transmissão de saberes entre os membros do grupo familiar.

Além do exercício das atividades produtivas, a agricultura familiar configura-se como um espaço de preservação e reprodução de saberes tradicionais, nos quais se articulam conhecimentos transmitidos entre gerações, envolvendo técnicas de cultivo, manejo de sementes e do solo, bem como receitas e práticas alimentares.

A transmissão de saberes e das práticas culturais confere ao grupo familiar envolvido na agricultura a capacidade de elaboração de estratégias específicas de resistência frente aos sistemas econômicos hegemônicos (IBGE, 2017). Assim, a manutenção das práticas e a reprodução dos saberes familiares possibilitam a continuidade na realização das atividades agrícolas em harmonia com a natureza.

O debate realizado na sequência apresenta um recorte conceitual acerca da agricultura familiar, bem como das políticas públicas instituídas para essa categoria social. Essa análise possibilita compreender de que modo as diferentes abordagens teóricas contribuem para a legitimação da agricultura familiar como categoria sociopolítica e o modo como as políticas públicas impactam diretamente suas formas de organização, acesso a recursos e inserção nos mercados.

3.1 Agricultura familiar: lutas, reconhecimentos e conquistas no Brasil

A agricultura é amplamente reconhecida como o pilar fundamental sobre o qual as primeiras civilizações foram erguidas (Mazoyer; Roudart, 2010). Os autores defendem que a transição de um estilo de vida nômade de caça e coleta para a prática agrícola representou uma verdadeira revolução. Essa transformação foi impulsionada por um complexo arranjo sociocultural que possibilitou a domesticação de plantas e animais e, consequentemente, a produção controlada de alimentos. A garantia de uma fonte de alimento estável e previsível foi o elemento crucial que permitiu a formação das sociedades humanas sedentárias, levando ao abandono do nomadismo e à criação de assentamentos permanentes. Esta categoria ou “os pequenos agricultores como eram denominados até os anos 1990 sempre esteve à margem das ações do Estado brasileiro, não raro incrementando sua fragilidade diante das opções de desenvolvimento perseguidas pelo país” (Grisa e Schneider (2015, p.126). Schneider (2003, p. 14-15) esclarece o emprego do vocábulo de forma a entender como:

[...] a chegada tardia das discussões e pesquisas sobre a agricultura familiar no Brasil pode ser entendida com base na identificação dos referenciais teóricos que inspiraram boa parte dos estudiosos, fortemente influenciados por aportes analíticos que mantiveram um excessivo apego às formulações clássicas em torno do problema agrário nacional e dos processos de formação e luta de classes sociais no campo (SCHNEIDER, 2003, p. 14-15).

As observações apresentadas por Schneider (2003) apontam que a pouca atenção dada à agricultura familiar no Brasil decorre do predomínio de referenciais voltados para as questões clássicas, como a concentração fundiária. Tal discussão realizada pelo autor corrobora os estudos efetivados por Carneiro (1997):

Há décadas relegada a segundo plano e até mesmo esquecida pelo Estado, a agricultura familiar e a sua base fundiária – a pequena propriedade – têm sobrevivido em meio à competição de condições e recursos orientados para favorecer a grande produção e a grande propriedade – setores privilegiados no processo de modernização da agricultura brasileira. (CARNEIRO, 1997, p.70).

Como observado pela autora, a agricultura familiar e sua base fundiária, caracterizada pela pequena propriedade, e o estabelecimento rural familiar era visto como “depósito e reserva de mão de obra” (Guanziroli; Buainnain; Sabbatto, 2012), historicamente foram deixadas em segundo plano diante das políticas que favoreceram as grandes propriedades. Tal fato retardou as discussões relacionadas à valorização da agricultura familiar.

No Brasil a agricultura familiar começou a ganhar reconhecimento no contexto das políticas agrícolas a partir de 1996, resultado da luta dos movimentos associados a essa categoria social. Acerca de sua trajetória histórica, Grisa e Schneider (2015) apontam que a luta da categoria, alicerçada por suas entidades representativas, conseguiu o reconhecimento na Constituição de 1988.

Para que tais discussões fossem levantadas, contribuíram a pressão dos movimentos sociais – como o Grito da Terra Brasil, 1994 – e a emergência de estudos realizados no país e no exterior que indicavam a permanência e a importância econômica e social dos agricultores familiares nos países desenvolvidos e em desenvolvimento (Grisa; Schneider, 2015). A agricultura familiar no Brasil foi conceituada e reconhecida como segmento com características específicas e com relevância econômica para o desenvolvimento do país a partir de meados da década de 1990 (Guanziroli; Cardim, 2000; Guanziroli, Buainnain; Sebbato, 2012).

Conforme aponta Neves (2005; 2007), a partir desse período, a agricultura familiar emergiu como uma nova e fundamental categoria de análise nas políticas públicas e nos estudos acadêmicos. Esse fato se deve ao reconhecimento de sua relevância: para o cultivo de alimentos voltados ao consumo interno, configurando-se assim como um pilar para a segurança alimentar do país.

A citada categoria agrupa um conjunto diversificado de segmentos para além dos agricultores, como os extrativistas, pescadores, silvicultores, ribeirinhos e comunidades remanescentes de quilombolas. Essa inclusão reflete um reconhecimento oficial das múltiplas formas de trabalho e dos modos de vida tradicionais.

O ambiente socioeconômico e as decisões tomadas pelos grupos familiares no que se refere às condições materiais são decisivos e responsáveis pela definição de estratégias que viabilizem ou não a sua sobrevivência (Schneider, 2003). Isso demonstra que a família agricultora não é um agente passivo, mas um núcleo de gestão ativo e estratégico, capaz de se adaptar e de tecer seu próprio caminho em um cenário complexo, garantindo assim sua reprodução e a vitalidade do campo.

A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, institui a categoria agricultura familiar no território nacional. O termo “agricultura familiar” foi estabelecido no Brasil por aspectos não econômicos, exceto no que se refere à gestão do estabelecimento rural. O artigo 3º da lei considera agricultores familiares todos aqueles que realizam atividades no espaço rural, desde que atendam a alguns requisitos:

- “I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III – tenha percentual mínimo de renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)
- IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família [...]. (BRASIL, 2006)”

Em 2006, a Lei da Agricultura Familiar reconheceu oficialmente essa categoria. A promulgação desta lei representa um marco decisivo na história das políticas agrícolas do país, pois ela não apenas conferiu visibilidade a uma categoria social que, por muito tempo, esteve à margem da política e do desenvolvimento rural, mas também lhe deu um reconhecimento legal e institucional. Esse novo status estabeleceu um precedente crucial para o acesso dos agricultores e agricultoras familiares a programas de política agrícola. Isso abriu caminho para a criação de políticas específicas de fomento e crédito, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que asseguram recursos e mercados para esses produtores (Grisa; Schneider, 2014). Assim, a lei transformou a realidade do setor, passando de uma produção ignorada para um segmento-chave da economia, com acesso a ferramentas essenciais para sua sustentabilidade e desenvolvimento.

A referida lei também permitiu a inserção da agricultura familiar nas estatísticas oficiais. Dentre essas estatísticas, podemos citar o Censo Agropecuário de 2006, que inclui a

agricultura familiar como uma categoria de pesquisa. Neves (2005; 2007) assevera que a construção dessa categoria é resultado da combinação de esforços acadêmicos, políticos e sindicais, que em certa medida destina o projeto de visibilidade e valorização, principalmente no que se refere à criação de políticas públicas voltadas para os agricultores que ao longo de várias décadas estiveram inseridos em condições precárias em relação ao acesso aos mercados e reprodução social. Como categoria política, a agricultura familiar “[...] passou a congrega os conjuntos de pequenos proprietários rurais, os assentados, os arrendatários e os agricultores integrados às agroindústrias, entre outros” (Schneider, 2009, p.35). O autor considera que essa classe tem fundamento político, pois é uma criação do Estado com o objetivo de sintetizar a multiplicidade social que existe no espaço rural, ao mesmo tempo em que possui identidade particular e relação com o mercado de comercialização no qual se integra e do qual se torna dependente (Schneider, 2009).

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) considera que a agricultura familiar tem dinâmicas distintas da agricultura não familiar. “Nela, a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda” (Brito, 2016, p.01).

Além da dimensão econômica, a agricultura familiar envolve uma relação particular com a terra para além da exploração de recursos. O estabelecimento rural constitui um espaço de identidade e de transmissão de conhecimento. Os saberes sobre o plantio, a colheita e a conservação de sementes são transmitidas por diferentes gerações.

A agricultura familiar, conforme apontado pela FAO, é responsável pela produção de mais de 80% da comida mundial. A preocupação com o abastecimento alimentar mundial condicionou a Organização das Nações Unidas (ONU) a oficializar o período de 2019/2028 como a Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar²¹(FAO, 2019). Tal iniciativa buscou a promoção, valorização e fortalecimento das práticas exercidas pelos agricultores familiares, reconhecendo o papel essencial desse grupo social para o fornecimento de alimentos para a população.

O objetivo da ONU é colocar em prática um Plano de Ação Global contra a fome e a pobreza rural (FAO; IFAD, 2019) vinculado às metas dos Objetivos do Desenvolvimento

²¹ A Resolução A/RES/72/239 determinou a FAO e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) para liderar a década, em colaboração com outras organizações do Sistema ONU. O lançamento mundial da Década das Nações Unidas para a AF (2019-2028) foi realizado em Roma, IT, em maio de 2019. Foi lançada no Brasil em setembro, durante solenidade na Comissão Geral da Câmara proposta pela Frente Parlamentar da Agricultura Familiar, presidida pelo deputado Heitor Schuch (PSB/RS). Em dezembro de 2019, em Brasília, aconteceu o primeiro Curso Nacional de Formação para a Década da Agricultura Familiar (CONTAG, 2019).

sustentável (ODS)²², no qual o objetivo 2 se refere a “Fome zero e agricultura sustentável”, que busca “[acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável” (ONU, 2019). A Meta 2.3 das Nações Unidas busca dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos (IPEA²³, 2019). Com o intuito de dar visibilidade a essa categoria, e de atentar à sua importância para o cultivo e à sua contribuição para a comercialização de alimentos para a população, no contexto nacional a meta 2.3 pretende:

Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, **agricultores familiares**, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola. (Grifo nosso) (IPEA, 2019, p.57).

Baseado na meta 2.3 dos ODS da ONU, que visa ao aumento da renda e produtividade dos pequenos produtores de alimentos, o IPEA realizou a adaptação voltada às especificidades socioeconômicas brasileiras. Essa reinterpretação busca alinhar a diretriz global às condições e aos desafios existentes na agricultura familiar do país, a fim de potencializar as políticas públicas voltadas para a inclusão destes atores, a redução de desigualdades e o fortalecimento da segurança alimentar no Brasil. Esta meta para o contexto nacional busca:

Até 2030, aumentar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente de **mulheres, agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais**, visando tanto à **produção de autoconsumo e garantia da reprodução social dessas populações** quanto ao seu desenvolvimento socioeconômico, por meio do acesso seguro e equitativo: i) à terra e aos territórios tradicionalmente ocupados; ii) à assistência técnica e extensão rural, respeitando-se as práticas e saberes culturalmente transmitidos; iii) a linhas de crédito específicas; iv) aos **mercados locais e institucionais**, inclusive políticas de compra pública; v) ao estímulo ao associativismo e cooperativismo; e vi) a oportunidades de agregação de valor e emprego não-agrícola. (Grifo nosso) (IPEA, 2019, p.57).

A meta evidenciada pelo IPEA (2019) ressalta a importância da agricultura familiar e das comunidades tradicionais, para a contribuição para a segurança alimentar e o

²² Sete eixos centrais: i) criar um ambiente político favorável para fortalecer a AF; ii) apoiar a juventude a garantir a sucessão rural da AF; iii) promover a equidade de gênero e o papel de liderança das mulheres da AF; iv) fortalecer as organizações da AF; v) melhorar a inclusão socioeconômica e o bem-estar da AF; vi) promover a sustentabilidade da AF para alcançar sistemas alimentares resilientes às mudanças climáticas; e vii) fortalecer a multidimensionalidade da AF para alcançar inovações sociais que contribuam ao desenvolvimento territorial, salvaguarda da biodiversidade, meio ambiente e cultura.

²³ Adaptação da meta 2.3 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) feita pelo IPEA em sua publicação “Agenda 2030: ODS - Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Proposta de Adequação”.

O texto completo pode ser encontrado no documento de 2019, que detalha como as metas globais da ONU foram “nacionalizadas” para o contexto brasileiro. Disponível em.: < <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstreams/56c4b5d1-4559-4774-b3e9-22fc3db1e955/download> >.

desenvolvimento sustentável. Ressalta os saberes locais e o incentivo ao cooperativismo como estratégias relevantes para acabar com a fome no contexto nacional.

No que se refere às atividades desenvolvidas pelos agricultores, a FAO inclui atividades agrícolas, florestal, pesqueira, pastoril e aquícola. A agricultura familiar desenvolve, de modo geral, sistemas complexos de produção, combinando culturas diversificadas e criação de animais tanto para o consumo do grupo familiar, como também para a comercialização (Buainaim; Romeiro, 2000). Os grupos de agricultores familiares caracterizam-se pela diversificação de cultivos, pela criação de estratégias de investimento e por uma grande capacidade de adaptação, pois, como observa Carneiro (1997, p. 79):

[...]a especificidade em conjugar as atividades produtivas às relações familiares resulta na plasticidade dessa forma de organização da agricultura e lhe confere a capacidade de se adaptar a situações regionais distintas, incorporando na dinâmica de sua reprodução as potencialidades locais (CARNEIRO, 1997, p.79).

Essa plasticidade da agricultura familiar apontada pela autora, ao mesmo tempo que garante sua continuidade em contextos distintos, pode ser observada por meio dos dados apresentados pelo Censo Agropecuário (2017), que apontam que 77% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros pertencem a grupos familiares e ocupam uma área de 80,89 milhões de hectares, o equivalente a 23% do território agrícola no país. São aproximadamente 3.807.408 estabelecimentos, sendo que 1.838.846 estabelecimentos se encontram localizados na região Nordeste. No estado de Sergipe, o IBGE (2017) identificou 93.275 estabelecimentos, dos quais 72.000 pertencem aos agricultores familiares. No recorte territorial desta pesquisa, 6.400 (71,97%) estabelecimentos rurais concernem a essa categoria. O último Censo Agropecuário aponta que houve uma redução no número de estabelecimentos da agricultura familiar (9,5%) em relação ao Censo de 2006. Ainda assim, a agricultura familiar continua a representar o maior contingente de estabelecimentos rurais no país (IBGE, 2017).

De acordo com dados da Embrapa, a agricultura familiar se constitui como base econômica para 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes. Para Mitidiero et al. (2017), esse modelo de agricultura representa aproximadamente 70% do alimento produzido no Brasil, ou seja, garante uma parcela significativa da produção que circula nos mercados locais, nas redes agroalimentares de circuito curto. Além disso, essa forma de cultivo também é responsável por promover segurança alimentar e nutricional, em decorrência da diversificação agrícola. Essa diversidade enriquece a alimentação dos grupos familiares rurais e urbanos, fortalece a resiliência dos sistemas alimentares e assegura acesso a alimentos variados e com valor nutricional elevado.

A relevância da agricultura familiar no Brasil vai além do fornecimento de alimentos ao mercado interno e da promoção da segurança alimentar. Ela desempenha um papel crucial na geração de trabalho para a população rural, atuando como um dinamizador do desenvolvimento de economias locais em várias regiões do país (Grisa; Schneider, 2014, p.130).

Dentre os alimentos cultivados pelos agricultores familiares, predominam na região Nordeste: o feijão, o arroz, o milho e a mandioca. Esses são cultivos alimentares voltados para o autoconsumo e comercialização em escala local (IBGE, 2017).

O cultivo desses alimentos pela agricultura familiar é de suma importância para a segurança alimentar nutricional dos grupos familiares, uma vez que não apenas garante o acesso à alimentação, mas também possibilita uma dieta variada e nutritiva. Portanto, faz-se necessários discutir as políticas públicas como suporte necessário para que as famílias agricultoras ampliem suas oportunidades de renda, ao mesmo tempo em que contribuem para a produção de alimentos saudáveis, promovam a valorização das práticas locais de cultivo e a soberania alimentar dos grupos familiares rurais e urbanos. Contudo, faz-se necessário refletir sobre as formas de acesso aos mercados pelos agricultores.

3.2 Feiras da agricultura familiar: contribuições para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN)

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é compreendido como o direito de acesso à alimentação de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e para toda a população, por meio da utilização de práticas voltadas para a promoção da saúde, social, econômica e ambientalmente sustentáveis, de acordo com o marco regulatório aprovado pelo governo federal (Brasil, 2006). Como assevera Maluf (2007)

[...] a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam: ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (MALUF, 2007, P.17).

O reconhecimento da alimentação como um direito é garantido por meio da Emenda Constitucional de nº 64/2010, que é considerada como um marco importante para a institucionalização da Segurança Alimentar e Nutricional no país (Bezerra; Isaguirre, 2010).

De acordo com o decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, que regulamenta e cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), é necessária a promoção do acesso a uma alimentação adequada e saudável, sendo esta a primeira diretriz adotada pela

Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PENSAN), a fim de assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAA) no país (Brasil, 2010). No entanto, para Carvalho et al. (2022), não há possibilidade de garantir esse direito se não houver a efetivação da Soberania Alimentar, que se constitui como um princípio orientador para a construção da SAN.

O significado do termo Soberania Alimentar surge em 1990, período em que movimentos sociais do campo, em países da América Latina e da Europa, se articularam para realizar discussões acerca do desenvolvimento rural (Carvalho et al., 2022). Seu conceito foi definido como: “derecho de los pueblos a definir su propia Política Agrícola y Alimentaria sin ‘DUMPING’ hacia otros países” (Sevilla-Gusmán, 2016, p.16). O autor conceitua a soberania alimentar como o direito dos povos de se tornarem autônomos em relação à política alimentar sem a dependência de outros países.

A soberania alimentar possibilita o fortalecimento e a permanência de sistemas produtivos diversificados, nos quais a preservação da biodiversidade e dos recursos naturais está aliada à valorização das tradições culturais e ao potencial produtivo da terra. Esse alinhamento assegura não apenas a autonomia dos agricultores, mas também a capacidade da população definir de modo independente a sua base alimentar.

De acordo com Carvalho et al. (2022), o conceito de Soberania Alimentar encontra-se em construção, pois está inserido no processo de diálogo entre os movimentos de lutas sociais do campo e também da cidade, razão por que é necessário que faça sentido tanto para os agricultores como para os consumidores. Para Peter Rosset (2003):

Food sovereignty is the right of peoples to define their own food and agriculture; to protect and regulate domestic agricultural production and trade in order to achieve sustainable development objectives; to determine the extent to which they want to be self-reliant; [and] to restrict the dumping of products in their markets Food sovereignty does not negate trade, but rather, it promotes the formulation of trade policies and practices that serve the rights of peoples to safe, healthy and ecologically sustainable production (ROSSET, 2003, p.01).

Desse modo a soberania alimentar é caracterizada como o direito que a população tem de definir sua própria alimentação e o modelo de cultivo que adotará em seus estabelecimentos rurais. Na soberania alimentar não há negativa da produção de alimentos para a comercialização, mas há promoção de políticas voltadas para as práticas de cultivo de alimentos saudáveis e que sejam ecologicamente sustentáveis (Rosset, 2003), seja para o autoconsumo ou para a comercialização.

[...] A pesar de ser un proyecto bastante nuevo, la SA está movilizando a la gente, ayudando a formular debates y prometiendo integrar temas relacionados con la

calidad, la cantidad, la disponibilidad y el origen de la comida; la identidad de los/las productores/as, la mejora del medio de vida y el estilo de cultivo. (PLOEG, p.13).

A prática da diversificação dos cultivos pelos grupos familiares proporciona autonomia para os agricultores no que se refere tanto ao contexto social como ao econômico (Pozzebom et al, 2018). Nesse contexto, a diversificação possibilita a garantia de autonomia econômica e social para os agricultores, e o território da feira se caracteriza como um território privilegiado para escoamento da produção dessas famílias.

Consideradas como uma das engrenagens do sistema alimentar, as feiras oferecem produtos em sua maioria *in natura*, que serão transformados no espaço culinário, que nas residências é a cozinha – a qual, segundo Poulain e Proença (2003), se constitui na terceira dimensão do espaço social alimentar, pois ela é “o conjunto de operações simbólicas e de rituais que, articulando-se sobre ações técnicas, participam da construção da identidade alimentar de um produto e o tornam consumível”.

Nesse contexto, as feiras da agricultura familiar surgem como verdadeiros mercados de resistência ao modelo comercial predominante no Brasil. Elas não apenas oferecem uma vasta diversidade de alimentos e produtos de qualidade, mas também estabelecem um elo direto entre quem cultiva/elabora e quem consome fortalecendo a autonomia alimentar da comunidade (Cassol; Schneider, 2015). Esses espaços não só dinamizam a economia local, mas também cumprem um papel crucial na segurança e soberania alimentar das comunidades.

No que tange à soberania, a segurança alimentar e nutricional, as feiras representam importante espaço de interface, pois comercializam produtos de um tipo de agricultura em que predominam alimentos cultivados sem o uso de agrotóxicos. Tal fato fortalece as relações de confiabilidade que fazem os consumidores adquirirem produtos sem certificação, mas legitimados pelos agricultores.

Considerando que o encurtamento das cadeias de comercialização e a venda direta configuram estratégias importantes para a promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Grisa; Gazolla; Schneider, 2010; Cassol; Schneider, 2015), bem como o cenário de abastecimento alimentar, sugere-se aprofundar reflexões acerca do potencial de fortalecimento das feiras nos municípios. Assim como a diversificação e resgate do autoconsumo promove a Soberania Alimentar e Nutricional (SAN) para os agricultores, o fortalecimento das feiras voltadas para a comercialização de alimentos da agricultura familiar contribui para a redução da dependência dos agricultores das grandes empresas e possibilita a criação de alternativas para o desenvolvimento da economia local. Além de estruturar os sistemas de abastecimento capazes de ampliar o acesso aos alimentos e de promover o consumo

de alimentos com maior potencial nutritivo e apropriados à cultura alimentar, dessa forma efetivando os princípios da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Radunz, 2017; Pozzebon et al, 2018).

Cassol (2013) atribui às feiras o papel de manutenção das famílias no espaço rural e no desempenho de atividades agrícolas. Esse circuito curto promove a circulação local de capital por meio do consumo, tanto pelos agricultores como pelos consumidores, de bens e serviços no comércio dos arredores do espaço da feira, e se estabelece como um indicador de dinâmica econômica nos municípios (Araújo; Ribeiro, 2018).

Ao analisar o potencial para a promoção de Segurança Alimentar e Nutricional por meio do consumo, observa-se que os produtos comercializados nas feiras são essencialmente: verduras, legumes, frutas e produtos transformados da agricultura familiar (Gazolla, 2004). Assim, cabe salientar que esses alimentos atendem aos preceitos do Guia Alimentar (Brasil, 2014) para a promoção da culinária, pois estes demandam seleção, preparo, tempero, cocção e combinação com outros alimentos (Pozzebon et al, 2018). Desse modo, as feiras contribuem para práticas alimentares saudáveis, culturais e fortalece a SAN de modo sustentável.

Nessa perspectiva, Pereira (2015) considera que colher e transformar produtos da terra em comida constitui o modo de vida do agricultor familiar, assegura a Soberania Alimentar e retrata relações com a natureza, processos de fortalecimento da autonomia, respeito aos hábitos alimentares e valorização da cultura local e da saúde.

A comercialização de alimentos nas feiras pode implicar positivamente nos hábitos dos consumidores, facilitando-lhes o acesso e, conseqüentemente, possibilitando-lhes o aumento do consumo de alimentos *in natura*. Para além de alimentos frescos, há uma melhoria na qualidade e diversidade da alimentação. Para Pozzebon et al. (2018), os circuitos curtos apresentam aspectos positivos, pois são capazes de disponibilizar alimentos frescos e, em muitos momentos, com preços mais acessíveis que aqueles praticados pelas redes de supermercado. A oferta dos alimentos a preço justo possibilita o acesso dos consumidores, e com isso favorece a SAN desse público.

À medida que cultivam alimentos para a comercialização via circuitos curtos, os agricultores contribuem, como citado anteriormente, para a SAN dos consumidores e para o núcleo familiar. Nessa perspectiva, as feiras da agricultura familiar assumem papel relevante por duas motivações: “a primeira, porque promovem a SAN; a segunda por fomentarem a aproximação entre produtor e consumidor” (Pozzebon et al, 2018, p. 418). Essa aproximação entre agricultores/feirantes e consumidores cria e fortalece vínculos entre eles.

Os consumidores desenvolvem relações de confiança com o agricultor ao adquirir os alimentos diretamente deste (Araujo; Ribeiro, 2018; Pozzebon et al, 2018). Assim, as feiras contribuem também para a sociabilidade relacionada ao processo alimentar. É possível observar que, nas feiras da agricultura familiar, os agricultores sentem-se mais valorizados em decorrência dos vínculos de fidelidade que são construídos com os consumidores, pois nesse território são ofertados alimentos de qualidade.

Com base no que Siqueira et al. (2020) observaram em sua análise da Feira da Agricultura Familiar no Vale do Rio Pardo/RS, é evidente o potencial desses espaços para garantir uma alimentação adequada e saudável. Esse território de comercialização se mostra como um elo vital na cadeia de produção e consumo, beneficiando diretamente tanto os agricultores, que têm uma via de escoamento para seus produtos, quanto os consumidores, que têm acesso a alimentos de qualidade e mais nutritivos.

Conforme destacado por Gazolla (2004) e Grisa, Gazolla e Schneider (2010), essa superioridade não se restringe apenas ao frescor, mas também inclui maior valor nutricional e, frequentemente, a ausência de agrotóxicos. Tais qualidades resultam da proximidade entre a produção e o consumo. Diferentemente do supermercado, abastecido prioritariamente por cadeias longas de distribuição, a feira encurta o caminho do alimento até a mesa do consumidor, garantindo uma fonte de alimentação mais transparente e confiável.

O ato de ir e estar no território da feira sinaliza que o consumidor apresenta uma disponibilidade em se permitir um uso maior do seu tempo para realizar suas escolhas alimentares. Escolher o produto, conversar com o feirante, pesar e negociar os preços envolve um processo demorado em relação à escolha dos produtos ofertados nas gôndolas de um supermercado, porém, diferente do mercado convencional na compra direta, é possível identificar informações do cultivo dos alimentos.

O supermercado representa um dos pilares do sistema alimentar moderno, simbolizando o seu lado homogeneizador e distante. Nesse ambiente, a padronização dos produtos e a invisibilidade de sua origem substituem a diversidade local e a conexão com o produtor. Mais do que um simples local de compras, o supermercado é onde as angústias alimentares se manifestam de forma mais aguda. Conforme a análise de Fischler (1995, 2011, 2015), o “comensal contemporâneo²⁴” se depara com um paradoxo: a abundância de opções gerada pela modernidade, em vez de simplificar as escolhas, gera uma profunda incerteza.

²⁴ Usamos o termo no sentido semântico, ou seja, um adjetivo que dá a noção de tempos coincidentes para quem elabora uma discussão.

Diante de um leque quase ilimitado de produtos e informações (muitas vezes contraditórias), o consumidor vivencia uma dificuldade crescente em discernir o que é seguro, saudável e autêntico. O supermercado, com suas gôndolas vastas e impessoais, é o cenário onde essa ansiedade se torna mais evidente, contrastando drasticamente com a confiança e a transparência encontradas nas relações diretas entre produtor e consumidor.

A diversidade de opções de produtos com tantas promessas gera a necessidade de aprender cada vez mais a escolher o que comer. Nesse contexto, estreitar as relações entre quem compra e quem vende se torna uma estratégia fundamental. Em feiras e mercados de produtores, o diálogo direto com o agricultor permite que o consumidor obtenha informações transparentes sobre a origem e o método de produção dos alimentos (Gazolla; Schneider, 2017). Esse processo não apenas reconstrói a confiança, mas também tece uma rede de sociabilidades. Esses laços sociais transformam a simples transação em um ato de comunidade e apoio mútuo, que é crucial para a sustentabilidade e a manutenção de cadeias de abastecimento curtas e alternativas.

Nesse sentido, como apontam Nóbrega e Ferreira (2021), a feira se torna um território de significados, onde a troca de experiências e conhecimentos mútuos solidifica uma relação de confiança e respeito entre as duas esferas, que são, na verdade, interdependentes.

As feiras são compostas por uma complexa teia de relações que representam um diversificado conjunto de ocupações, fluxos, mercadorias e relações sociais. Também promovem o desenvolvimento econômico e social, fomentando a economia das pequenas cidades. Quanto menor o município, mais importante é o espaço da feira para o seu desenvolvimento local, pois garante a comercialização de produtos da agricultura familiar do lugar. Além disso, a feira não é apenas um espaço de compra e venda de mercadorias, mas também de encontros e lazer. (NÓBREGA e FERREIRA, 2021, 274-275).

É essencial que haja incentivos voltados para a comercialização dos produtos da agricultura familiar. Esses incentivos não se limitam ao apoio financeiro, mas também incluem a criação e a consolidação de canais de venda que garantam um escoamento seguro e justo para a produção, bem como políticas públicas voltadas para o fortalecimento dessa categoria social.

3.3 Políticas públicas: um marco relevante para agricultura familiar

Apesar da agricultura familiar apresentar relevância socioeconômica, o seu reconhecimento político e institucional é considerado recente na América Latina e no Caribe. Dentre os países que compõem esse grupo, o Brasil é considerado como pioneiro nesse processo de reconhecimento e institucionalização (Grisa; Sabourin e Le Coq, 2018), com a implementação de leis que apoiam essa categoria. Este avanço representa um marco relevante

para a valorização destes sujeitos, e também para a promoção de uma abordagem voltada para o desenvolvimento rural.

A década de 1990 foi marcada pelo início do período em que surgiram as políticas destinadas à agricultura familiar. A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1995 e sua institucionalização em 1996 representaram a primeira iniciativa realizada para o incentivo à agricultura familiar, suscitando a emergência, anos mais tarde, de outras ações voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e à redução de sua vulnerabilidade social e econômica, destacando-se: a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999 e da Secretaria da Agricultura Familiar no âmbito do MDA no ano de 2001; a criação do Programa Garantia Safra em 2002; do Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) em 2004, e do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) em 2006; a elaboração do Plano Safra da Agricultura Familiar a partir de 2003-2004; a elaboração da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) para a agricultura familiar e reforma agrária em 2004; a instituição da Lei nº 11.326, denominada Lei da Agricultura Familiar no ano de 2006 (Grisa; Schneider, 2009, p.20).

No que se refere ao acesso à terra, em 1995, para além da criação do Pronaf, iniciou-se de modo expressivo a criação dos assentamentos de reforma agrária. A instituição desses assentamentos foi fruto “das grandes mobilizações sociais realizadas pelo MST”. Essas mobilizações, por sua vez, chamaram a atenção da mídia e da sociedade de modo geral a partir da repercussão “nacional e internacional de conflitos sociais expressivos”, a exemplo do “Massacre de Eldorado dos Carajás” (Grisa, 2018, p. 46). Por meio desses acontecimentos, foi possível a inserção desse tema na agenda pública nacional.

Nesse período houve o favorecimento da realização de desapropriações de terra, ocasionadas pela redução do preço da terra, que se deu em decorrência da diminuição da renda gerada no setor agrícola (Delgado, 2012). Essa desapropriação foi considerada como um “bom negócio”. Nesse sentido, Grisa (2018) aponta que a temática relacionada à reforma agrária dos assentamentos rurais foi ajustada pelo referencial global neoliberal, com a chamada “reforma agrária de mercado”, em que havia a compra da terra, e em que esta era distribuída para os grupos familiares. Essa prática visava à redução dos conflitos sociais, ao combate à pobreza rural e à promoção do acesso à terra por meio da aquisição da terra pertencente aos grandes proprietários.

No que tange à política pública do Pronaf, alguns elementos foram fundamentais para a sua emergência, a exemplo dos relatórios da FAO/INCRA (1994) e dos relatórios do Banco Mundial (1994). Grisa (2018, p. 41) enfatiza que esses documentos tinham como destaque a

importância que os agricultores familiares possuíam nos países desenvolvidos. A autora salienta também “as dificuldades de reprodução social e de acesso às políticas públicas e aos mercados pelos agricultores familiares brasileiros”. A necessidade de superação desses desafios faz-se necessário para garantir que os agricultores familiares possam usufruir dos benefícios que as políticas públicas lhes proporcionam.

As políticas de crédito agrícola foram criadas como uma ferramenta estratégica para promover a inclusão social e econômica no campo. Elas buscam reverter um histórico de exclusão, no qual grupos de agricultores familiares e pequenos produtores se encontravam à margem do desenvolvimento rural, sem acesso a financiamentos nem a programas de fomento. Com taxas de juros diferenciadas e condições de pagamento adaptadas, essas políticas visam facilitar o acesso ao crédito, permitindo que os agricultores invistam em suas propriedades, modernizem suas práticas e aumentem sua produtividade e renda. Em essência, tais iniciativas são cruciais para integrar formalmente um segmento vital da produção de alimentos que, por muito tempo, esteve invisível aos olhos das políticas públicas:

A existência de uma política de crédito voltada à agricultura familiar encontra sua justificativa naquilo que os economistas chamam de falha de mercado: a contribuição positiva desse setor à ocupação e geração de renda no campo é inibida por dois fatores básicos: pela ausência de condições infra-estruturais para a valorização de seu trabalho; [...], e pelas dificuldades que o setor bancário opõe a que um segmento dotado de precária base patrimonial e incapaz de oferecer contrapartidas faça parte de sua clientela regular. (ABRAMOVAY e VEIGA, 1996, p.26)

A instituição de políticas voltadas para as famílias agricultoras é necessária para que estes atores possam investir e realizar suas atividades no campo, como melhorias das condições estruturais, que são fundamentais para que possam realizar seu trabalho. A formulação de políticas é um elemento crucial para a promoção de justiça social e sustentabilidade econômica dos agricultores familiares.

Além da política pública do Pronaf, cabe ressaltar a instituição da Linha Mais Alimentos no ano de 2008, que buscava oportunizar aos agricultores o financiamento para a aquisição de máquinas e de equipamentos, para a compra de animais e para correção dos solos. Os objetivos do Mais Alimentos consistiam em “financiar a modernização das propriedades familiares” e assim fortalecer e aumentar a produção dos alimentos cultivados pelos agricultores familiares, ao mesmo tempo em que buscava impulsionar a indústria nacional voltada para a produção de máquinas agrícolas (BRASIL, MDA, 2010, p.57). O programa perdeu força no ano de 2016, após a reestruturação ministerial, com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e nos anos subsequentes do governo do Jair Bolsonaro. No ano de 2023, com a retomada do presidente Lula recria-se o MDA, o programa Mais Alimentos

foi reiniciado voltado especialmente para mulheres e jovens (BRASIL, MDIC, 2023), com o objetivo de aumentar a produção de alimentos no país, diminuir a penosidade do trabalho no campo e promover o acesso à máquinas e implementos para as famílias agricultoras.

No mesmo período (2008), também foram institucionalizadas ações que visavam à promoção da cidadania, com o objetivo de reduzir a pobreza rural e inserir os grupos familiares nos mercados consumidores. Para isso, foram instituídos o “Programa um milhão de Cisternas, Bolsa Família, Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, Programa Fomento do Plano Brasil Sem Miséria, Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais, Política de Garantia de Preço Mínimo para Produtos da Sociobiodiversidade e as políticas territoriais” (Grisa, 2018, p. 44). A institucionalização dessas políticas estava orientada para melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares.

Estudos acadêmicos sinalizaram a relevância da agricultura familiar para a geração de trabalho e para o cultivo de alimentos e sua contribuição para a manutenção da cultura e do modo de vida rural como foi citado anteriormente. Como resultado, esses estudos indicam que o investimento em políticas públicas resultaria na melhoria do abastecimento de alimentos e na redução da pobreza, e com isso haveria a melhoria da qualidade de vida dos grupos que residem e trabalham no território rural (Grisa, 2018).

As políticas públicas voltadas para a agricultura familiar no âmbito nacional foram desmanteladas após 2016, ano em que ocorreu o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, após o Michael Temer (2016-2018) assumiu a presidência e em seguida no governo de Jair Bolsonaro que de forma desastrosa. As mudanças políticas, que demonstraram ultrapassar o objetivo de redução dos gastos, iniciam-se com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). As atribuições do ministério foram repassadas para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que teve sua nomenclatura alterada, tornando-se Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, e nesse ministério foi criada a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD). Posteriormente, essa secretaria passou a fazer parte da Casa Civil. Grisa (2018, p. 46) aponta que: “de uma estrutura ministerial voltada principalmente para a categoria social, passa-se para uma Secretaria vinculada à Presidência da República, minimizando o poder político e institucional da agricultura familiar”. Outros autores e gestores consideraram que “o rebaixamento institucional implicaria perda da capacidade de articulação política e impactaria diretamente na operacionalização de algumas políticas públicas” (Soldara, 2017, p. 134) – o que de fato aconteceu.

Diversas políticas públicas direcionadas à categoria social agricultura familiar foram “paralisadas, minimizadas, colocadas em revisão ou modificadas”:

A paralisação das políticas territoriais; b) a redução expressiva em recursos de políticas públicas, a exemplo do PAA, P1MC, Programa de ATES (Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária) e Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), Programa Bolsa Família, e Programa Nacional de Habitação Rural [...]; e) o enfraquecimento político da própria noção de agricultura familiar, por meio do Decreto nº 9.064/2017, que introduziu uma nova noção – Unidade Familiar de Produção Agrária – em detrimento da noção de agricultura familiar (GRISA, 2018, p 46).

Essas mudanças repercutiram no modo de vida dos agricultores. Com a perda de acesso às políticas públicas, suas condições de vida sofreram alterações, o que resultou no aumento da vulnerabilidade e em dificuldades para a manutenção das condições de vida desses grupos.

Em 2023, houve a retomada, ampliação e reconstrução de novos programas pelo Governo do Presidente Lula retoma o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil. Tal fato foi possível com o retorno do MDA que passou a implementar políticas públicas para os grupos familiares do campo (Brasil, 2023).

Com a volta do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, o MDA, que manteve a sigla original, o governo também restabeleceu a participação social e o diálogo com os movimentos sociais que lutam pelo acesso à terra e por políticas públicas de incentivo à produção. (BRASIL, 2023, p. 02).

O documento oficial (MDA- Brasil, 2023) ressalta que esse processo representa um avanço na democratização das políticas públicas, reforçando a centralidade da participação social, para a construção, reestruturação e consolidação de políticas voltadas para o fortalecimento da produção da agricultura familiar no território nacional.

No que se refere às políticas públicas para a valorização da agricultura familiar no contexto nacional, pesquisas realizadas ao longo dos anos de 2003–2012 apontam as contribuições do PAA para o incentivo ao cultivo de alimentos para o programa e também para o autoconsumo, além de que, com o aumento do volume dos alimentos produzidos, os agricultores se inserem em mercados dos circuitos curtos de comercialização, a exemplo das feiras da agricultura familiar, o que possibilita a melhoria da condição socioeconômica dos grupos familiares, bem como a promoção e a valorização das cadeias curtas de comercialização (Delgado et al, 2005; Pandolfo, 2008; Delgado, 2013).

As políticas alimentares desempenham um papel fundamental para o fortalecimento das feiras, pois promovem a inclusão de grupos de agricultores familiares. Além disso, essas políticas viabilizam a mobilização de agricultores em situação de vulnerabilidade, permitindo que alcancem uma maior estabilidade e que tenham acesso a recursos para as famílias urbanas e rurais (Siqueira; Oliveira Lucas; Cruz, 2020).

As políticas públicas voltadas à promoção das feiras podem ainda fomentar o aumento e a diversificação dos cultivos, a reconexão da produção ao consumo local, a melhoria do escoamento da produção, e benefícios relacionados à saudabilidade do alimento tanto no espaço urbano como no espaço rural (Pozzebom et al, 2018). Araújo e Ribeiro (2018) observam que os programas públicos direcionados às feiras ainda não conseguem alcançar a escala necessária para abranger o potencial de alcance no território, e que se torna necessário maior atenção da agenda pública para essas estratégias que visem ao seu fortalecimento

Os municípios que compõem o recorte territorial da pesquisa dispõem de políticas públicas para o fortalecimento dessa categoria, sejam políticas instituídas no contexto local, sejam aquelas que são executadas em parceria com os governos estaduais e federal.

3.4 Políticas públicas locais: valorização e incentivo às comunidade rurais

No município de Indiaroba, a secretaria responsável pelas ações voltadas para a agricultura familiar é a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. Neste município, no ano de 2017, foram instituídas leis municipais que buscam fortalecer a categoria, como a “Lei 551 de 29 de setembro de 2017 programa municipal de valorização e incentivo da agricultura familiar, sobre o apoio do município no suporte a agricultura familiar e agropecuária”, e também a “Lei municipal 553 de 26 de outubro de 2017 de apoio ao crédito da agricultura familiar” (Santos; Vaz, 2024, p.62).

Em Indiaroba, para além das referidas leis municipais, foram instituídos programas voltados para o fortalecimento da agricultura familiar como instrumentos estratégicos para a promoção do desenvolvimento local e a valorização dos agricultores e agricultoras familiares, tais como:

A patrulha agrícola consiste na disponibilização de máquinas e equipamentos agrícolas, e outros serviços, para os micros e pequenos produtores rurais especialmente àqueles vinculados à agricultura familiar e tem por objetivo a promoção do incremento da produção agrícola e agropecuária no município de Indiaroba. Entre as principais ações podemos destacar:

- criação de plano de trabalho e regimento interno de uso dos tratores;
- reunião nos assentamentos e comunidades para a divulgação de uso da patrulha agrícola.
- atendimento a agricultores familiares em comunidades e assentamentos através da patrulha agrícola mecanizada.
- supervisão e gestão dos processos de campo. (SANTOS; VAZ, 2024, p.66)

Para além desse programa, o município dispõe também do Programa Alimenta Brasil, um programa federal instituído por meio da Lei nº14.284, de 29 de dezembro de 2021, criado com o objetivo de promover acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar (Brasil, 2021). Esse programa foi instituído durante o período da pandemia de covid-19 no Brasil.

O Programa Alimenta Brasil busca garantir o acesso à alimentação às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e incentivar a produção de alimentos por agricultores rurais familiares, extrativistas, pescadores artesanais, povos indígenas e demais populações tradicionais. Ele substitui o Programa de Aquisição de Alimentos. (BRASIL, 2021).

No contexto nacional, o programa funciona por meio de dispensa de licitação. O poder público municipal adquire diretamente os alimentos cultivados pela agricultura familiar, os quais são distribuídos para as famílias em insegurança alimentar e também abastecem instituições como redes socioassistenciais, escolas públicas, unidades de saúde, estabelecimentos prisionais e centros de internação socioeducativa (Brasil, 2021).

Santos e Vaz (2024) apontam que, no município de Indiaroba, o Programa Alimenta Brasil funciona na modalidade de compra com doação simultânea, isto é, o poder público adquire alimentos da agricultura familiar e destina a entidades e famílias em situação de vulnerabilidade social. Neste programa estão incluídos os agricultores que são beneficiários do Pronaf, o que reforça a relevância de políticas públicas como estratégia de fortalecimento da agricultura familiar, já que asseguram o escoamento da produção das famílias agricultoras locais.

Para além do PAA, o município implementou também o Programa Alimenta Indiaroba (PAI), cujo objetivo é a aquisição de alimentos da agricultura familiar para doação às famílias do município que se encontram em insegurança alimentar. Esse programa foi instituído no município em 2023, com o duplo objetivo de beneficiar os agricultores familiares por meio da aquisição de alimentos por eles cultivados em seus estabelecimentos rurais e de melhorar a Segurança Alimentar e Nutricional da população vulnerável do município.

Os agricultores que fornecem alimentos para o PAI recebem o pagamento por meio da moeda social digital existente no município, o “Aratu”. A moeda, foi lançada pelo Banco Popular de Indiaroba (BPI), criado em 2022, possui paridade equivalente ao real, o que possibilita a dinamização da economia local e uma integração mais efetiva com a moeda nacional (Santos; Vaz, 2024). A escolha desse nome é uma referência ao crustáceo muito presente na rica fauna marinha de Indiaroba, localizado no litoral sul sergipano (Figura 09).

O animal desempenha um papel significativo na economia local, sendo utilizado para o consumo, mas sobretudo para a comercialização da sua carne com atravessadores e no mercado local. A criação da moeda reflete um avanço no fortalecimento da economia comunitária, além de incentivar o uso de recursos locais para as compras no comércio do município.

Figura 09: Aratu



Fonte: Google imagens, 2024.

Para realizar o fornecimento de alimentos para o PAI, os agricultores realizam cadastro na Secretaria de Desenvolvimento Econômico do município. Na efetivação do cadastro, os agricultores deverão apresentar o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF)²⁵. Os agricultores possuem um limite individual de participação por unidade familiar de dois mil e quinhentos aratus por CAF principal (Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Indiaroba, 22/08/2024).

Dentre os agricultores/feirantes de Indiaroba entrevistados (21 no total), 57% fornecem alimentos para o PAI. Estes ressaltam a relevância do programa para a complementação da renda familiar: *“vender aqui na feira e entregar para o PAI é importante, porque eu tenho certeza que vou conseguir vender tudo o que eu produzir”* (Entrevistado 02 Indiaroba). Outro entrevistado ressalta que: *“se a gente tem mercado, tem a quem vender, a gente pode aumentar a produção e também plantar coisas diferentes, porque a gente vende tudo”* (Entrevistado 03 Indiaroba).

De acordo com o relato dos agricultores/feirantes de Indiaroba, a comercialização na Feira da Agricultura Familiar e o acesso ao Programa PAI oportunizaram melhoria na renda familiar, assim como possibilitaram a redução nas perdas da produção agrícola e facilitaram escoar os alimentos cultivados. Diante disso, percebe-se a relevância da instituição de políticas públicas direcionadas à aquisição de alimentos e às feiras da agricultura familiar.

No município de Indiaroba, os agricultores familiares também são beneficiados com a aquisição de alimentos por eles cultivados pelo mercado institucional do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A prefeitura municipal adquire os alimentos e os oferta nas

²⁵ O Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) substitui a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

escolas municipais, desse modo, promove a inclusão desse grupo social no sistema de abastecimento escolar e contribui para a valorização e incentivo à produção local, fornecendo aos estudantes alimentos que fazem parte do seu cotidiano.

Enquanto isso, diferentemente dos programas evidenciados em Indiaroba, nos demais municípios, os secretários e representantes técnicos das secretarias municipais de agricultura informaram que as principais ações executadas para o fortalecimento da agricultura familiar são: a oferta de assistência técnica, oferta de maquinário, distribuição de sementes no período de plantio, inserção dos agricultores para o fornecimento de alimentos para o PAA e PNAE, e a emissão de CAFs nas sedes das secretarias municipais de agricultura.

Os agricultores familiares são prioridade nos programas PAA e PNAE. Há também o apoio às associações comunitárias junto à CONAB e a emissão de CAF na Secretaria de Agricultura, para facilitar a vida do agricultor e dar agilidade a esse processo de regularização da documentação. Além disso, ofertamos aos agricultores assistência técnica, disponibilizamos horas de trator para o preparo da terra para o plantio e, periodicamente, realizamos a coleta de embalagens de agrotóxicos, a fim de evitar o descarte inadequado e possíveis contaminações. Essas são as principais ações da Secretaria Municipal de Umbaúba. (Entrevista com Diretor de políticas agrícolas do município de Umbaúba, 22/08/2024).

Em Itabaianinha, o técnico entrevistado afirmou que, além da distribuição de sementes e mudas, da oferta de maquinário e cursos, da assistência técnica e da inserção das famílias agricultoras em programas federais, foi realizada uma ação específica para os agricultores familiares que comercializam na feira do município. Ele afirmou que “Recentemente foi realizada a distribuição de balanças para os agricultores, a fim de ajudá-los em seu trabalho, visando o fortalecimento da feirinha no município e também o fortalecimento da agricultura familiar de Itabaianinha” (Entrevista com o técnico da Secretaria Municipal de Agricultura de Itabaianinha, 21/08/2024). Essa medida, além de contribuir para a organização e a valorização do processo de comercialização, é uma estratégia de fortalecimento para a feira agricultura familiar no território, reforçando seu papel na dinâmica socioeconômica local.

Diferentemente do município de Indiaroba, onde as políticas públicas voltadas à agricultura familiar são mais estruturadas e contínuas, favorecendo a maior presença de feirantes e o fortalecimento da comercialização local, nos demais municípios as ações são pontuais e menos articuladas, o que limita o alcance e a efetividade das iniciativas em apoio aos agricultores familiares. Diante da existência dessas ações realizadas em Indiaroba, evidencia-se a relevância das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Segundo Grisa e Schneider (2015), Mattei (2014), a agricultura familiar é uma categoria que necessita do apoio por meio de políticas públicas, programas e projetos que possibilitem condições de trabalho e mercado para o escoamento de sua produção, juntamente com as feiras voltadas para

a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar, as quais contribuem para a permanência das famílias no espaço rural.

Diante desse contexto analítico, apresenta-se, a seguir, o quadro 04 com a sistematização das principais políticas públicas voltadas à agricultura familiar implementadas no recorte espacial - municípios do sul sergipano, as quais evidenciam a sua relevância para fortalecimento da agricultura, das feiras e consequentemente, repercute na reprodução socioeconômica das famílias.

Quadro 04: Políticas públicas implementadas no recorte espacial-2015

Município	Política Pública Municipal	Política Pública Estadual
Cristinápolis	Feira da Agricultura Familiar; Tickts para famílias em vulnerabilidade social; Compra dos alimentos dos agricultores/feirantes ao final da feira; Isenção de taxa de pagamento para comercializar na feira; Transporte para as mercadorias até a feira.	PAA
Indiaroba	Aquisição de alimentos da agricultura familiar para o PNAE das escolas municipais; Banco Popular de Indiaroba; PAI – Programa Alimenta Indiaroba; Patrulha agrícola (Disponibilização de maquinas agrícolas); Distribuição de sementes; Feira da Agricultura Familiar; Isenção de taxa de pagamento para comercializar na feira; Transporte das mercadorias até a feira.	PAA Feira da Agricultura Familiar
Itabaianinha	Distribuição de sementes e mudas; Distribuição de balanças para os agricultores/feirantes; Isenção de taxa de pagamento para comercializar na feira; Feira da Agricultura Familiar; Transporte para as mercadorias até a feira.	PAA Feira da Agricultura Familiar
Santa Luzia do Itanhy	Distribuição de sementes e mudas; Feira da Agricultura Familiar; Isenção de taxa de pagamento para comercializar na feira	PAA Feira da Agricultura Familiar
Umbaúba	Distribuição de sementes e mudas; Distribuição de balanças para os agricultores/feirantes; Isenção de taxa de pagamento para comercializar na feira; Palestras e cursos voltados para agricultores; Feira da Agricultura Familiar; Transporte para as mercadorias até a feira.	PAA Feira da Agricultura Familiar

Fonte: Organizado pela autora, 2025.

Assim, ao garantir condições para a manutenção e fortalecimento da agricultura familiar, as políticas públicas não apenas possibilitam a geração de renda e permanência dos grupos familiares no território rural, mas também favorecem a promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores, dos consumidores e entidades atendidas por programas como o PAA. Além disso, as feiras da agricultura familiar tornam-se espaços privilegiados para o acesso a alimentos frescos e que contribui para a valorização da cultura alimentar local.

Nesse contexto, a criação de feiras e o fortalecimento de programas de apoio se mostram essenciais para a sustentabilidade da agricultura familiar. Mais do que o canal de venda, esse território se torna a base para a permanência dos agricultores no campo, garantindo-lhes renda e incentivando a continuidade de suas práticas. É exatamente esta a função da Feira da Agricultura Familiar: atuar como território de comercialização, mas também como guardiã de tradições e saberes. Tal função será explorada na próxima seção.

4 FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR: TERRITÓRIO DE SABERES, TROCAS E AUTONOMIA



4 FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR: TERRITÓRIO DE SABERES, TROCAS E AUTONOMIA

O estilo de vida da sociedade contemporânea tem passado por transformações significativas, refletindo diretamente nos hábitos alimentares da população. Entre essas mudanças, destacam-se as novas formas de consumo e de aquisição dos alimentos, marcadas, sobretudo, pela busca por praticidade e rapidez. Em tempos passados, a alimentação para muitos grupos envolvia maior dedicação, “sobretudo, nas áreas rurais e cidades médias e pequenas – nos tempos atuais da vida rápida e do não perder tempo, a praticidade tem se tornado quase primordial para suprir as necessidades fisiológicas do organismo” (Lima; Fontana, 2019, p. 76-77). Essa mudança afeta diretamente a comensalidade - entendida como o ato de comer junto, em sociabilidade, e repercute também nos territórios de comercialização de alimentos *in natura*, como as feiras da agricultura familiar, que passam a competir com formas de consumo mais industrializadas e impessoais como nas redes de supermercados, hipermercados e na atualidade avançam os atacarejos vinculados aos circuitos longos de capital globalizado.

As feiras da agricultura familiar desempenham um papel estratégico na obtenção de renda pelos atores envolvidos. Nesse sentido, Gomes (2023, p.13) salienta que a atividade produtiva desenvolvida pelos agricultores familiares “desempenha um papel essencial como fonte de renda para as famílias”. Ao viabilizarem a comercialização direta entre produtores e consumidores, essas feiras eliminam a dependência de intermediários, o que permite aos agricultores obter maior retorno financeiro sobre sua produção. Ainda contribui para a valorização do trabalho agrícola, mas também para a autonomia econômica das famílias, consolidando-as como importantes instrumentos de fortalecimento da agricultura familiar.

Além de sua função econômica direta, as feiras da agricultura familiar configuram-se como espaços que favorecem a diversificação das fontes de renda das famílias agricultoras, uma vez que elas permitem a comercialização de uma ampla variedade de produtos, como hortaliças, frutas, legumes, tubérculos, alimentos identitários (bolos, doces, derivados de mandioca e milho, pães, biscoitos) e produtos artesanais. Nesse contexto, a valorização dos alimentos identitários visto que os alimentos passam de valor de uso e conquistam também o valor de troca diante da demanda do mercado consumidor (Menezes, 2013). Corroborando com a discussão a respeito desses alimentos, Mendes e Franz (2024, p.115), ressalta que a tradição do preparo e consumo desses alimentos “evidencia a valorização dos alimentos identitários, que expressam vínculos culturais, modos de fazer e práticas agrícolas e culinárias transmitidas entre gerações”. Essa diversidade não apenas amplia as oportunidades de geração de renda, como

também contribui para a sustentabilidade das práticas agrícolas. Ademais, atende à crescente demanda por alimentos saudáveis, seguros e de origem conhecida, especialmente por parte de consumidores que valorizam práticas de produção sustentáveis e relações mais próximas com os produtores.

Esta seção versa sobre as feiras da agricultura familiar como circuito curto de comercialização, as quais fortalecem a economia dos municípios em que estão inseridas nesse território de comercialização. Também são apresentadas informações referentes à constituição dessas feiras no estado de Sergipe e a análise do perfil dos agricultores/feirantes (Menezes, 2021) para compreender a relevância da feira para a geração de renda e manutenção econômica dos grupos familiares.

4.1 Origens das feiras da agricultura familiar: histórias e significados no Sul sergipano.

As feiras podem ser definidas como espaços nos quais os alimentos e outros produtos são comercializados nas ruas, em locais cobertos e informais, que servem como espaço destinado à aquisição de alimentos por um significativo número de pessoas. Esses espaços são compostos por agricultores locais, mas também participam pequenos comerciantes e vendedores ambulantes. Atualmente percebe-se que novos espaços têm se proliferado nos últimos vinte anos: aqueles ocupados apenas por grupos de agricultores nas feiras da agricultura familiar, de produtos orgânicos e agroecológicos (Cassol, 2018).

Desde o momento em que foram instituídas, as feiras passaram por diversas transformações, associadas às alterações no modo de vida da sociedade. Os reflexos da globalização se estenderam também para o território das feiras, influenciando seu funcionamento (Ritt, 2024). Com a modernização da sociedade no início do século XX, parte da agricultura se tornou mais industrial e tecnológica. Tal fato alterou a forma de consumo dos alimentos pela sociedade, passando o supermercado a predominar como espaço de compras da população.

Ao final do século XX, na década de 1970, observa-se em alguns municípios o ressurgimento das feiras livres, fenômeno que pode ser atribuído, em grande parte, ao crescente interesse pelo cuidado com o meio ambiente e pelo consumo de “alimentos locais, frescos, naturais e orgânicos” (Ritt, 2024, p 18). Assim, as feiras livres se consolidam como territórios de comercialização e também como práticas sociais que reafirmam valores de sustentabilidade, saúde e valorização da produção local. Todavia, na região Nordeste, as feiras convencionais

sempre existiram, constituindo a principal forma de abastecimento, especialmente nos pequenos municípios (Menezes, 2021).

A permanência e a renovação das feiras livres dialogam com a análise de Braudel (2009), para quem a força desses eventos reside justamente na simplicidade das trocas diretas, no frescor dos produtos e na confiança entre produtores e consumidores, aspectos que sustentam sua relevância ao longo do tempo.

Se este mercado elementar, igual a si próprio, se mantém através de séculos é certamente porque, em sua simplicidade robusta, é imbatível, dado o frescor dos gêneros perecíveis que fornece trazido diretamente das hortas e dos campos das cercanias. Dados também seus preços baixos, pois esse mercado elementar, onde se vende sobretudo ‘sem intermediários’, é a forma mais direta de troca, mais bem vigiada, protegida contra embustes (BRAUDEL, 2009, p.15).

Diante disso, é possível compreender que a permanência das feiras não está associada apenas a fatores econômicos, mas também à dimensão social e cultural, e à relação campo/cidade, fatores que asseguram sua continuidade histórica.

Essa compreensão relacionada com a permanência das feiras livres se articula ao debate conceitual proposto por Darolt e Rover (2021), que, ao distinguirem “circuito” e “cadeia”, evidenciam as diferentes formas de organização e consumo que estruturam essas práticas de comercialização.

No sentido etimológico da palavra, Darolt e Rover (2021, p.27) apontam que “o termo circuito está associado a uma trajetória, um itinerário, ligado com o que é cíclico, algo ‘que circula’ no sistema e pressupõe trocas e inter-relações. O termo ‘cadeia’ nos remete algo ‘mais fechado’ e linear”. Desse modo, a comparação entre “circuito” e “cadeia” revela lógicas distintas de organização relacionadas ao processo de produção e também de consumo, e evidencia a relevância das interações sociais e econômicas que se estabelecem nos circuitos curtos de comercialização.

Os circuitos curtos de comercialização encontram-se inseridos no contexto do sistema agroalimentar. Schneider (2016) sugere uma tipologia para os mercados utilizados pelos agricultores familiares no que se refere às formas de escoamento dos alimentos por eles cultivados e às diferenças existentes entre esses mercados quanto às formas de regulação, à natureza das trocas e aos canais de comercialização por eles acessados.

Na comercialização por meio dos circuitos curtos, o consumidor tem informações relevantes que lhe permitem saber a origem do alimento, desde a forma de produção até a pessoa que o produziu, diferente do que ocorre no sistema agroalimentar convencional (Marsden et al, 2000). Desse modo, o consumidor se aproxima do agricultor, o que possibilita o conhecimento

acerca do local, das formas de produção, das tradições e da cultura relacionadas ao alimento que está adquirindo como foi citado anteriormente.

Schneider (2016, p.122-123) enquadra os circuitos curtos em categorias. A número 1 aborda que: “Os mercados de proximidade, que são espaços em que há o predomínio de relações interpessoais, confiança, interconhecimento e reciprocidade, são mercados socialmente desenvolvidos, que buscam promover uma certa autonomia aos agricultores e as relações vão para além das relações econômicas; e a 2 que: Os mercados locais e territoriais, a reciprocidade e relações interpessoais coexistem com outros dispositivos, como preços”. Para autores como Marsden et al. (2000) e Renting et al. (2003), os circuitos curtos estão relacionados à comercialização direta e à venda indireta em que existe a presença de um intermediário ou de pessoas que estão engajadas no processo produtivo.

A comercialização via circuitos curtos não são invenções da atualidade. Darolt e Rover (2021, p.33) apontam que esses formatos existem “desde os tempos em que os grupos humanos iniciaram os processos de troca”, e que, a partir da modernização e industrialização da agricultura, a globalização e a hegemonia das cadeias longas geraram uma “crise de confiança dos consumidores e a virada para a qualidade têm estimulado os CCC (Circuitos Curtos de Comercialização), que ganham crescente visibilidade”, pois nesse modelo de venda, os consumidores adquirem os produtos diretamente dos agricultores que certificam a procedência do alimento.

As feiras no estado de Sergipe têm o seu surgimento atrelado aos pontos de parada para descanso dos rebanhos bovinos e de seus condutores (Andrade, 2005). Nesse território, a comercialização comumente era de produtos que interessavam à população, geralmente gêneros alimentícios, utilidades domésticas e de produtos utilizados para o trabalho dos grupos que a frequentavam.

Santos (2018) ressalta que, nas feiras livres disseminadas por todo o estado de Sergipe, se evidencia no território o estreitamento da relação campo-cidade. As primeiras trocas comerciais se estabeleciam entre os “produtores rurais” e a população urbana, evidenciando que a comercialização por meio de circuitos curtos não constitui um fenômeno recente, mas, sim, uma prática histórica enraizada na dinâmica social de longa data.

Em relação às feiras sergipanas, Diniz (1987) atribui a ocorrência da comercialização principalmente aos finais de semana em decorrência da prática de abatimento do rebanho bovino aos sábados, domingos e segundas-feiras, pois a carne era comercializada, e, nos arredores dessa comercialização, eram negociados outros tipos de produtos.

O território da feira é diversificado e engloba diversos grupos de feirantes. Diniz (1987), em seus estudos acerca das feiras no território sergipano, indicou a existência de seis tipos de feirantes:

1 - feirante prestador de serviços (barbeiros, relojoeiros, mecânicos); 2 - feirante intermediário estabelecido (aquele que reside em local fixo, e tem a função de abastecer os locais de venda); 3 - feirante intermediário marginal (funciona como intermediário em caráter ocasional); 4 - feirante ambulante (atua em diversas feiras); 5 - feirante comerciante (proprietário de um estabelecimento formal que também atua na feira); 6 - feirante produtor (aquele que produz as mercadorias que comercializa na feira) (DINIZ, 1987, p.86-87).

Dentre as categorias apontadas por Diniz (1987), é importante ressaltar que os feirantes prestadores de serviços praticamente não são encontrados. Tal fato se dá em decorrência da fixação dessas atividades em pontos específicos nas cidades.

Diante do processo de alteração nas categorias de feirantes, Menezes (2021, p. 76) os classifica em três grupos distintos: “o agricultor/feirante – que comercializa alimentos como frutas, verduras e hortaliças, cultivadas nos seus pequenos estabelecimentos rurais e/ou dos seus vizinhos e parentes”; o “feirante/comerciante”, que é aquele que “adquire alimentos” e produtos em mercados e/ou nas centrais de abastecimento; e a “mulher/feirante”, que assume a “comercialização de comidas/alimentos tradicionais, as iguarias derivadas da mandioca, beijus, bolos, doces, especiarias e os mariscos” (Menezes, 2021, págs. 73; 80). Essa classificação evidencia a diversidade de atores presentes na feira, o que a torna um território democrático que acolhe a todos que desejam desempenhar suas atividades.

Essa pluralidade reflete não apenas as diferentes características socioeconômicas dos participantes, mas também a multifuncionalidade dos espaços de comercialização, que atuam como pontos de encontro e interação entre distintos segmentos da sociedade.

No estado de Sergipe, no ano de 2013, foram criados programas de incentivo à participação dos agricultores familiares na Feira da Agricultura Familiar – FAF em diversos municípios do estado. A instituição das FAFs foi uma iniciativa do governo do estado de Sergipe e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com objetivo de aumentar o espaço de comercialização da agricultura familiar e a renda dessas famílias (Sergipe, 2013).

Em nível estadual, foram realizadas a distribuição de barracas pelo governo do estado por meio da Secretaria de Inclusão Social, Desenvolvimento e Cidadania, como forma de incentivo para a participação dos agricultores (Figura 10). O projeto fomentou a integração territorial por meio da implantação das Feiras Livres e Agroecológicas no estado de Sergipe e foi elaborado para enfrentar e superar a fome, o subemprego, o pouco aproveitamento da

capacidade produtiva dos agricultores familiares, e melhorar a distribuição de renda (SERGIPE, 2013).

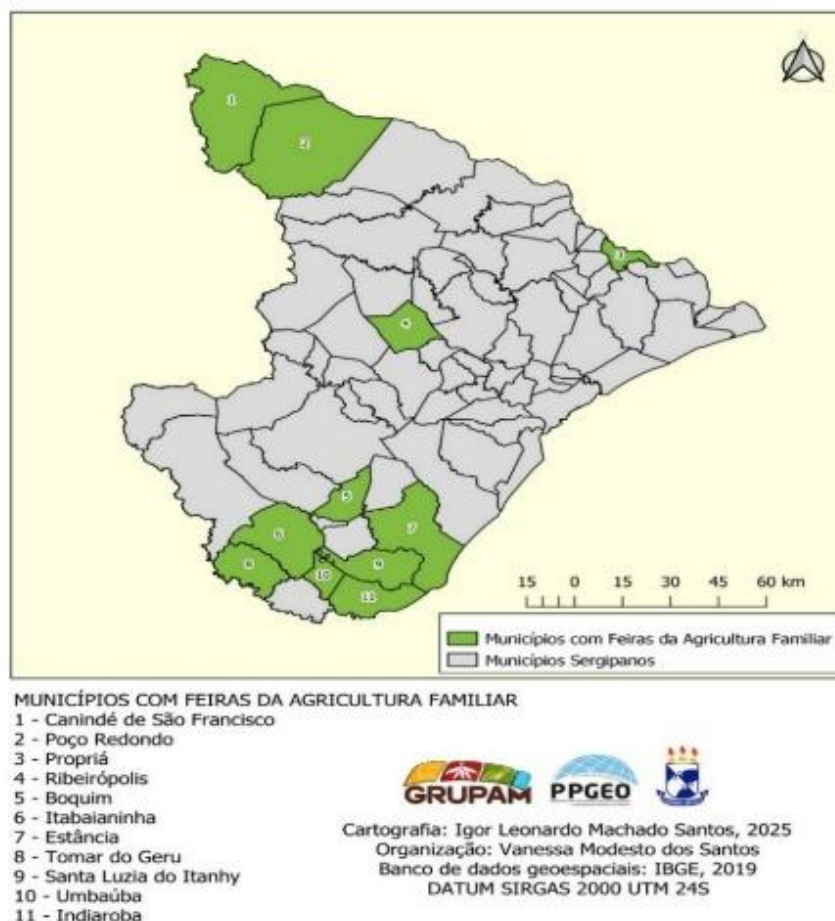
Figura 10: Barracas exclusivas das feiras da agricultura familiar, Itabaianinha e Indiaroba.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2023.

A figura 10 retrata as barracas de comercialização na Feira da Agricultura Familiar, adquirida e distribuída como política pública voltada para o fortalecimento da agricultura familiar no estado de Sergipe. A estrutura padronizada das barracas (nos municípios de Indiaroba, Itabaianinha e Santa Luzia do Itanhy) e a presença de logotipos institucionais indicam o apoio do poder público. Nesse sentido, é importante destacar que “as políticas públicas para essa categoria social precisam, necessariamente, ser diferenciadas e ter um portfólio variado de opções, [...] voltadas tanto para o fortalecimento das condições de produção quanto para o acesso a recursos, bens e serviços” (Schneider & Cassol, 2014, p. 256), reforçando o papel das feiras como mecanismos essenciais de apoio e desenvolvimento da agricultura familiar.

Atualmente, no estado de Sergipe, a realização e a organização das feiras da agricultura familiar estão sob a responsabilidade das gestões em 11 municípios sergipanos, um universo reduzido diante da existência dos 75 municípios. Assim, foi criada essa modalidade de feira nas seguintes municipalidades: Boquim, Canindé de São Francisco, Estância, Indiaroba, Itabaianinha, Poço Redondo, Santa Luzia do Itanhy, Propriá, Ribeirópolis, Tomar do Geru e Umbaúba (Figura 11).

Figura 11: Feiras da Agricultura Familiar em municípios sergipanos

Esta iniciativa representou uma estratégia eficaz para promover a inclusão social e econômica dos agricultores familiares. As feiras da agricultura familiar constituem uma alternativa ao mercado convencional de alimentos, uma vez que rompem com as dinâmicas de intermediação e dependência dos grandes circuitos comerciais.

As experiências relacionadas às feiras da agricultura familiar nos municípios do sul sergipano, nos remete às discussões de Schneider e Gazolla (2017, p. 12), a respeito das cadeias curtas e das redes agroalimentares alternativas, conformam “[...] novas formas de interação entre produção e consumo, mediante o resgate da procedência e da identidade dos produtos, assentada não apenas em critérios de preço, mas também em valores sociais, princípios e significados simbólicos, culturais, éticos e ambientais”.

A diversidade produtiva perfaz uma característica marcante na agricultura familiar, com o cultivo dos alimentos tradicionais, e contribui para a proteção da agrobiodiversidade e para a manutenção do patrimônio cultural das áreas rurais (Brito, 2016).

Diante da variedade produtiva existente, torna-se imperativo o desenvolvimento de novos mecanismos e instrumentos que aprimorem a interação nas “redes alimentares

alternativas”. A comercialização dos produtos pode ocorrer diretamente nas feiras da agricultura familiar bem como em seus estabelecimentos rurais, por meio da venda porta a porta e através do mercado institucional para a alimentação escolar (Darolt et al, 2016). Essas iniciativas não apenas promovem circuitos curtos de comercialização, mas também asseguram uma relação direta entre agricultores e consumidores, contribuindo para a valorização da produção local e o fortalecimento das economias comunitárias.

Os espaços da feira apresentam aspectos específicos, dentre os quais alguns são identificados e considerados importantes como: “1- formação dos preços que ocorre com base na oferta e procura dos produtos; 2- o valor recebido pelo produtor é o mesmo que foi pago pelo consumidor final; 3- fidelização do consumidor pela qualidade do produto comercializado e o atendimento do feirante; 4- flexibilidade nos preços entre o início e fim da feira – para evitar o retorno do produto para a casa do agricultor” (FIDA, 2018, p. 7).

O envolvimento dos agricultores familiares e a interação com uma diversidade de clientes na feira é responsável por estimular a satisfação, o aumento da autoestima e a conquista da autonomia econômica (Preiss; Schneider, 2020). Como citado anteriormente, as feiras da agricultura familiar se consolidam não apenas como territórios de comercialização, mas também como espaços de fortalecimento social, cultural e econômico para os agricultores familiares.

Na sequência, apresentaremos as discussões acerca das feiras de agricultura familiar. Para compreender as relações estabelecidas no território de comercialização dessas feiras, torna-se essencial conhecer a identidade dos agricultores e agricultoras envolvidos. É a partir do trabalho desse grupo que a feira se concretiza e, conseqüentemente, que os alimentos chegam às mesas das famílias que as frequentam. Essa análise não apenas aponta a relevância do papel dos agricultores, mas também permite uma reflexão mais ampla sobre as dinâmicas de produção e consumo que configuram essas interações.

4.2 – Entre a roça e a feira: perfis e vivências dos agricultores/feirantes do sul sergipano.

As feiras proporcionam aos agricultores uma forma direta de comercialização, possibilitando a venda de sua produção sem intermediários, o que por sua vez é um meio para fortalecer as comunidades locais (Piccoloto; Bremm, 2016, Alvaristo et al., 2022). Nos municípios pesquisados as feiras estão organizadas da seguinte maneira:

Quadro 05: Dias, horários e locais de realização das FAFs

Município	Realização
Cristinápolis	Mensal/ Quarta-feira/ À tarde Parque ou forródromo municipal 6 barracas
Indiaroba	Semanal/ Quinta-feira/ Manhã Forródromo municipal 25 barracas
Itabaianinha	Semanal/ Quarta-feira/ Manhã Via Pública 15 barracas
Santa Luzia do Itanhy	Semanal/ Quarta-feira/ Manhã Via Pública 4 barracas
Umbaúba	Semanal/ Quinta-feira/ Manhã Via Pública 8 barracas

Organização: Santos, Vanessa Modesto, 2025

Foi realizada análise do perfil dos agricultores/feirantes do recorte territorial pesquisado. Os dados coletados revelam que 61,41% dos participantes são mulheres, enquanto 38,49% são homens. A predominância feminina revela não apenas o protagonismo das mulheres no espaço da feira, mas também a centralidade de seu papel na organização produtiva e na gestão da renda familiar.

Um percentual de 38,59% dos entrevistados relata que atuam na feira desde sua criação em 2013, o que demonstra um envolvimento contínuo e a consolidação de experiências nesse território de comercialização. Por outro lado, observa-se a presença de participantes cuja inserção é mais recente: 10,52% estão há aproximadamente 12 anos; 8,77%, há 10 anos; 3,5%, há 8 e 7 anos; 1,75%, há 6 e 5 anos; 14,03%, há 4 anos; e 7,01, há 2 anos e 1 ano, respectivamente. Esses dados revelam a capacidade de renovação desse território, que continua a incorporar novos agricultores e a ampliar sua rede de comercialização, fortalecendo o papel das feiras da agricultura familiar como espaços de permanência e transformação social.

A tabela a seguir apresenta o número de feirantes entrevistados por município, proporcionando uma visão detalhada das localidades estudadas. Essa abordagem permite a compreensão e as características dos participantes envolvidos nas atividades como agricultores/feirantes.

Tabela 15: Número de agricultores/feirantes entrevistados por município.

Município	Homens	Mulheres	Total
Cristinápolis	4	2	6
Indiaroba	8	17	25
Itabaianinha	8	6	14
Santa Luzia do Itanhy	-	4	4
Umbaúba	2	6	8

Organização: Vanessa Modesto dos Santos, 2025

No território das feiras da agricultura familiar, é possível evidenciar a divisão sexual do trabalho. Menezes (2021), em seu estudo acerca das feiras convencionais, identifica a presença da mulher na comercialização de comidas/alimentos tradicionais, iguarias derivadas da mandioca, beijos, bolos e doces. Tal fato se evidencia também nas feiras da agricultura familiar do sul sergipano. As mulheres ocupam o território dessa feira para além das bancas de alimentos tradicionais, estando presentes na comercialização dos demais gêneros alimentícios, de modo individual (Figura 12) ou acompanhadas de familiares (companheiros, filhos, irmãos).

Figura 12: Mulheres agricultoras/feirante do sul sergipano.

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

As mulheres agricultoras-feirantes vivenciam uma rotina intensamente marcada pelo trabalho reflete as distintas divisões de tarefas baseadas em papéis de gênero. Como destacam Menezes e Almeida (2020, p. 247), nos estabelecimentos rurais persiste “a divisão sexual do trabalho nas práticas cotidianas, o que implica que às mulheres são atribuídas, além das atividades produtivas, responsabilidades constantes com o cuidado e o bem-estar da família”.

As mulheres agricultoras/feirantes atuam majoritariamente em pequenos estabelecimentos rurais, desenvolvendo suas atividades produtivas em conjunto com os demais membros da família. Em grande parte, o trabalho é realizado de forma manual, utilizando instrumentos simples como enxadas e outras ferramentas tradicionais, o que evidencia a

permanência de formas de agricultura de base familiar e reduzida mecanização. Essa realidade corrobora as reflexões de Mazoyer e Roudart (2010), que identificam a existência de agriculturas manuais praticadas em pequenas áreas, caracterizadas por técnicas tradicionais e intensivo uso da força de trabalho familiar.

As atividades agrícolas desenvolvidas em seus pequenos estabelecimentos são realizadas com funções distintas entre os homens e mulheres. Almeida (2016, p.147), em seus estudos, ressalta que as mulheres se empenham em municiar “a saúde, a educação, o vestuário e a segurança alimentar da família”. Desse modo, o trabalho feminino revela-se como central para a sustentabilidade da vida no território rural.

O cotidiano dessas mulheres está estruturado em torno da prática do trabalho agrícola, articulando as responsabilidades produtivas e reprodutivas no espaço rural. As agricultoras/feirantes iniciam suas atividades ainda nas primeiras horas da manhã, dedicando-se inicialmente aos afazeres domésticos, especialmente à preparação da alimentação para seus familiares. Somente após o cumprimento dessas tarefas, voltam-se para o trabalho na agricultura, demonstrando a sobreposição de funções que caracteriza a rotina das mulheres no meio rural. Essa dinâmica evidencia a centralidade do trabalho feminino tanto na manutenção da unidade familiar quanto na sustentabilidade da produção agrícola.

Os agricultores e agricultoras familiares mantêm uma relação singular com a terra, que vai além de relação de dependência de sua função produtiva apenas. Eles a compreendem como espaço de trabalho, moradia e construção da vida. Como destaca Soares (2021, p. 365), é nesse espaço que os agricultores “efetivam ou desempenham as suas funções econômicas, ambientais, sociais e culturais integrados ao território”, revelando uma profunda conexão entre o modo de vida rural e o lugar em que habitam e que cultivam.

Na atividade agrícola, as mulheres geralmente ocupam posição de subordinação à autoridade que é conferida aos homens, razão pela qual seu trabalho muitas vezes é definido pelas entrevistadas como ajuda, mesmo quando essas mulheres trabalham tanto quanto os homens e realizam as mesmas tarefas (Brumer e Paulilo, 2004; Menezes, 2021). Como assevera Quaresma (2015, p.35), “[a]s mulheres não se reconhecem nem são reconhecidas como trabalhadoras, pois essa divisão invisibiliza o trabalho feminino nas atividades produtivas, sempre considerado como uma ‘ajuda’ ao trabalho do homem na roça”.

As mulheres agricultoras/feirantes relatam vivenciar uma intensa jornada de trabalho, marcada pela sobreposição de funções no âmbito doméstico, agrícola e comercial. Como afirmam, “*trabalhamos muito, pois têm que dar conta dos serviços da casa, do trabalho na roça e também da feira*” (Agricultora/feirante de Indiaroba, 2024), evidenciando-se assim a

multiplicidade de responsabilidades assumidas cotidianamente. Essas mulheres destacam que sua atuação na agricultura e nas feiras da agricultura familiar tem como principal motivação contribuir para o sustento da família. Apesar de reconhecerem que a remuneração obtida com a venda dos alimentos é limitada, consideram que esse rendimento representa um importante complemento para a manutenção das finanças domésticas. No entanto, o fato de que esse trabalho é percebido muitas vezes como uma ajuda revela a persistente desvalorização do trabalho feminino no meio rural.

As jornadas de trabalho iniciam no dia anterior à realização da feira. As mulheres agricultoras dedicam-se à colheita dos alimentos em seus estabelecimentos rurais, organizando e acondicionando os produtos em caixas plásticas, de modo a facilitar o transporte e a conservar a qualidade dos itens comercializados (Figura 13). É nesse momento que, "Cada produto é organizado com cuidado, pois deles depende a geração de renda dos grupos familiares"(Santos, 2018, p. 122). Já nas primeiras horas da madrugada do dia da feira, com o apoio de familiares, realizam os ajustes finais na seleção e disposição dos produtos, preparando-os para serem transportados até o espaço destinado à Feira da Agricultura Familiar, localizado na sede dos municípios. Essa rotina evidencia o esforço e a dedicação envolvida no processo de comercialização, bem como o protagonismo das mulheres na manutenção dessa dinâmica produtiva e econômica.

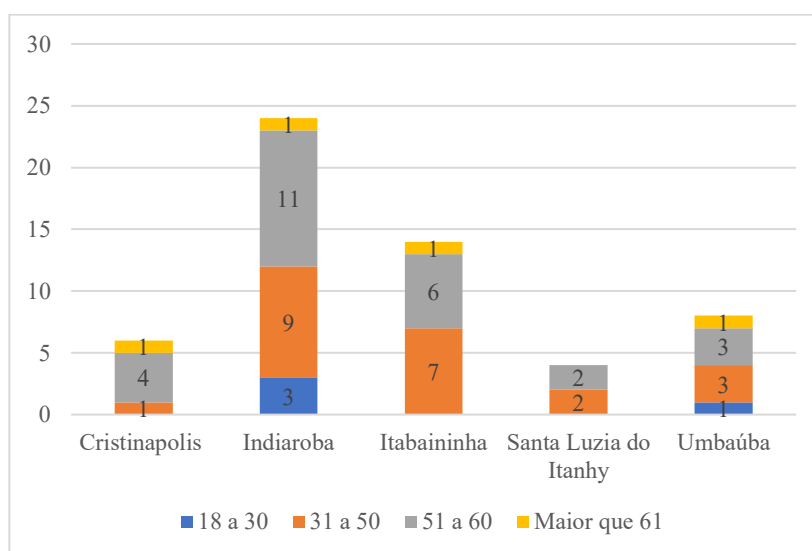
Figura 13: Colheita dos alimentos no dia anterior à feira, no município de Indiaroba/SE.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

Quanto à faixa etária desses homens e mulheres, observa-se que 7,14% dos agricultores/feirantes estão inseridos na faixa etária de 18 a 30 anos, enquanto 39,28% pertencem ao grupo de 31 a 50 anos; o grupo entre 51 e 60 anos representa 46,42%; e 7,14% são maiores que 61 anos, conforme demonstrado no gráfico 05. Esses dados não apenas delineiam o perfil demográfico dos atores que comercializam alimentos no território das feiras da agricultura familiar, mas também evidenciam a forte presença do grupo de pessoas entre a faixa etária de 31 e 60 anos realizando a venda dos alimentos cultivados em seus estabelecimentos rurais.

Gráfico 05: Faixa etária dos agricultores feirantes



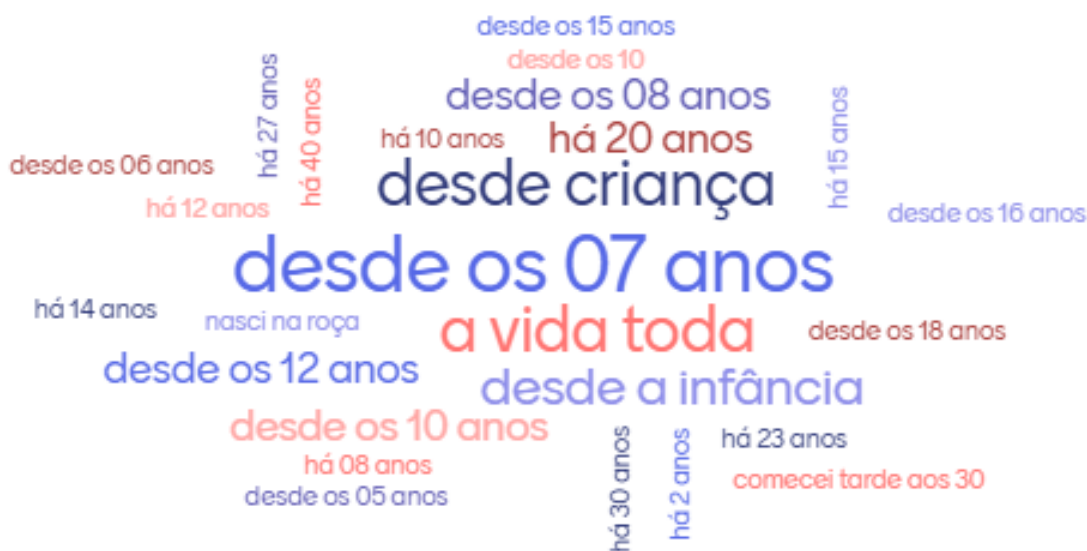
Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Esses homens e mulheres destacam que sua inserção no contexto agrícola ocorre desde a infância, período em que acompanhavam seus pais e/ou familiares nas atividades rurais, especialmente nas “roças”. Conforme enfatiza a entrevistada 01, de 37 anos, moradora do município de Santa Luzia do Itanhy, sua trajetória na agricultura está intimamente vinculada ao trabalho, o que reflete nas práticas cotidianas do campo. Para ela, essa vivência desde a infância foi essencial para moldar sua identidade como agricultora, revelando como as práticas rurais desempenham um papel na formação das subjetividades e no fortalecimento dos laços familiares e comunitários. Essa relação entre o trabalho agrícola e os vínculos familiares também é destacada por Costa e Carvalho (2020, p. 199), ao afirmarem que “em sua essência [os estabelecimentos familiares] são ‘realmente familiares’, na medida em que todos os estabelecimentos operam com atores que possuem laços de parentesco”, evidenciando que o aprendizado transmitido entre gerações é fundamental para a continuidade da agricultura familiar e para a preservação das tradições do campo.

Minha filha, eu sempre trabalhei na roça, esse trabalho eu conheço como a palma da minha mão. Desde que eu me entendo por gente que eu ia pra roça com minha mãe e meu pai. Eu ficava lá porque minha mãe não tinha com quem deixar, e aos poucos fui começando a trabalhar. Nem me lembro com quantos anos porque foi a vida toda na roça, e depois continuei nunca mais parei, trabalhar na roça faz parte da minha vida. É de lá que tiro meu dinheiro para o sustento da família. É assim mesmo, é pesado mais é o que eu tenho, apesar das dificuldades, trabalhar no sol, na chuva, na poeira, encontrar os insetos, eu agradeço a Deus todo dia, porque é com esse trabalho que eu minha família sobrevivemos. O trabalho na roça é minha vida (Entrevistada 01 M. Santa Luzia do Itanhy, 02/10/2024).

Diante desta informação, é possível identificar uma profunda conexão entre a agricultora e as práticas realizadas em suas atividades no campo, o que revela uma trajetória marcada pela transmissão dos saberes ao longo de gerações. O fato de ter acompanhado os pais em suas atividades reforça a ideia de que o trabalho na agricultura não é apenas uma ocupação, mas representa um modo de vida que molda as relações interpessoais e que é transmitido ao longo de gerações.

Figura 14: Nuvem de palavras – Respostas à pergunta “há quanto tempo trabalha na agricultura?”



Fonte: Organizado pela autora, 2025.

Ferramenta: Mentimeter

“O tipo social médio de agricultor familiar constitui-se de uma família que trabalha em atividades agrícolas sobre um pedaço de terra” (Schneider & Cassol, 2014, p. 237). Essa afirmação dialoga diretamente com a realidade observada nas feiras da agricultura familiar, onde a maioria dos agricultores destaca, em suas entrevistas, que desempenham suas atividades agrícolas em conjunto com os membros de suas famílias, incluindo esposos, esposas, filhos, filhas, genros e noras. De acordo com os dados obtidos, 58% dos entrevistados relataram que

realizam o trabalho rural apenas com seus companheiros, uma vez que os filhos estão envolvidos com os estudos, conforme apontado pela agricultora 03, do município de Umbaúba:

Não quero que meus filhos não tenham estudos como eu, eu incentivo a todos, tenho um que terminou o doutorado em Física, a outra se formou em Física também, o outro em Medicina Veterinária, o outro está terminando Matemática, todos estudaram na UFS, tem um que é técnico agrícola, eles tinham que estudar no público porque nós não podemos pagar, tem ainda aqueles que apenas concluíram o ensino médio e trabalham na roça comigo, mas que não foram estudar porque não quiseram. Tinha um que queria parar antes de terminar o ensino médio, eu disse que não quero filho meu sem estudar, tem que pelo menos saber ler. (Agricultora 03 M.U, 12/09/2024).

A agricultora expressa com orgulho a formação de seus filhos, reconhecendo que o sucesso foi, em grande parte, fruto do trabalho árduo dela e de seu esposo na agricultura. Ela enfatiza ainda que, durante as férias escolares ou em turnos opostos, os filhos contribuíam no que era possível, participando ativamente das tarefas diárias no campo. Essa narrativa não apenas assinala o comprometimento da família com o trabalho agrícola, mas também destaca a importância da educação na vida das pessoas, apontando a interdependência entre o trabalho rural e o investimento na formação dos jovens. Nesse sentido, Costa e Carvalho (2020, p. 197) observam que a residência rural é compartilhada entre os agricultores idosos e seus descendentes, embora muitos desses jovens optem por trilhar outros caminhos. Isso evidencia como o acesso à educação e a novas perspectivas de vida influencia as escolhas das novas gerações, ainda que suas trajetórias permaneçam enraizadas no trabalho familiar no campo, como evidencia a jovem agricultora, feirante de 20 anos do município de Indiaroba:

Eu trabalho na roça com minha família e venho vender aqui na feira para vender nossos produtos, com o objetivo de bancar meus estudos. Hoje eu faço o curso técnico em zootecnia, o dinheiro que eu ganho aqui na feira eu invisto para comprar meus materiais para que eu possa ter mais conhecimento. Mas não que eu queira sair do campo, mas quero melhorar a qualidade de vida para mim e minha família. (Agricultora/feirante 03, M. Indiaroba 01/08/2024).

Em relação à escolaridade dos agricultores/feirantes, os dados indicam que uma pequena parcela de 4% não é alfabetizada, enquanto 2% são alfabetizados, mas não completaram o ensino fundamental. O maior percentual de trabalhadores encontra-se no nível de ensino fundamental incompleto, representando 46% da amostra, seguido por 6% com ensino fundamental completo e 10% com ensino médio incompleto. Além disso, 26% dos entrevistados completaram o ensino médio. No entanto, não foram identificados agricultores com nível superior, conforme indicado na Tabela 16 e no Gráfico 06.

Tabela 16: Grau de escolaridade dos agricultores/feirantes dos municípios do sul sergipano.

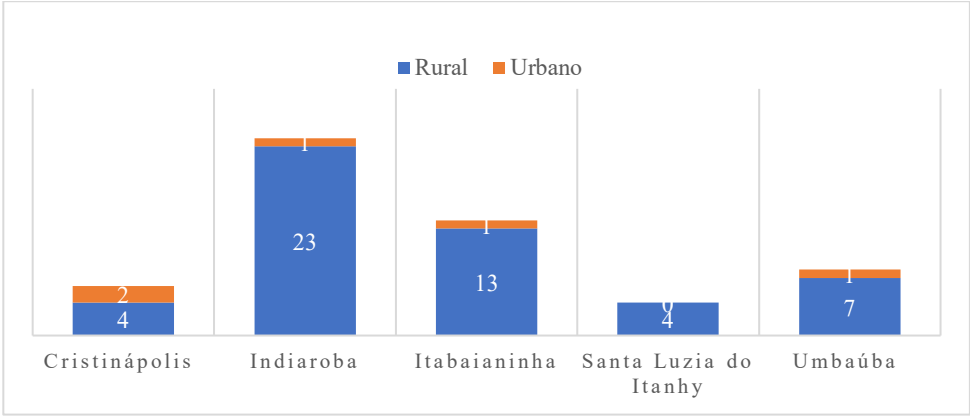
Grau de escolaridade	Valor absoluto		Valor relativo	
	Não alfabetizado	3		5%
	Ensino fundamental incompleto	24		46%
	Ensino fundamental completo	3		6%
	Ensino médio incompleto	6		11%
	Ensino médio	14		26%
	Ensino superior	0		0%
	Não respondeu	3		6%
	Total	53		100%

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Silva (2011), em seus estudos, aponta que a população residente no território rural apresenta baixos índices de escolaridade, sobretudo os adultos, quando comparado à população urbana. Essa realidade é verificada por meio da explicação de alguns agricultores: *“Minha filha, eu tive que parar de estudar cedo, porque eu tinha que ir para a roça para trabalhar com meus pais”*, (entrevistada 05, de Itabaianinha). Essa situação apontada pela agricultora/feirante contribui para explicar a baixa escolaridade observada entre os entrevistados, dos quais 46% relataram a necessidade de interrupção em seus estudos para dedicar-se ao trabalho na agricultura, o que evidencia as barreiras enfrentadas por esses atores no que se refere ao acesso à escolarização.

Grande parte dos agricultores e agricultoras entrevistados reside em áreas rurais, conforme demonstrado no Gráfico 06. No município de Cristinápolis, 66,66% dos participantes possuem residência fixa no território rural, enquanto 33,33% residem em bairros classificados oficialmente como urbanos, mas que mantêm características marcadamente rurais.

Gráfico 06: Residência dos agricultores/feirantes



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Nesses casos, observam-se práticas agrícolas intensivas em espaços domiciliares, como relatado pelo entrevistado 01, que cultiva aproximadamente meia tarefa²⁶ de terra (1.512,5 m²) em seu quintal, e pela entrevistada 02, que dispõe de cerca de dez tarefas²⁷. Já nos municípios de Indiaroba, Itabaianinha e Umbaúba, apenas um agricultor/feirante, em cada localidade, declarou residir na zona urbana. Esses dados reforçam a estreita vinculação entre os sujeitos pesquisados e o espaço rural, onde não apenas habitam, mas também desenvolvem suas práticas produtivas e modos de vida.

Os agricultores que possuem residência no espaço urbano nos municípios de Cristinápolis e Itabaianinha realizam suas atividades agrícolas em seus quintais (Figura 15), onde cultivam uma variedade de hortaliças e raízes, como a macaxeira e a batata-doce. A agricultora/feirante de Indiaroba ressalta que realiza o plantio em seu quintal, mas também planta em terrenos cedidos por familiares. Por sua vez, a agricultora/feirante de Umbaúba, embora resida na área urbana do município, desloca-se diariamente para o seu estabelecimento rural, localizado no povoado Amargoso, para realizar suas atividades agrícolas.

Figura 15: Quintal produtivo em Itabaianinha, 2025.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2025.

Essa dinâmica evidencia a relação que, na busca pela geração de renda para o sustento do grupo familiar, se estabelece entre a vida urbana e as atividades rurais. Nesse sentido, Gomes (2024, p. 5) destaca que “a agricultura é uma atividade com potencial [...] devido à familiaridade

²⁶ Uma tarefa de terra em Sergipe mede 3.025 m².

²⁷ Aproximadamente 3 hectares.

que a população possui com estas práticas, pois muitas famílias as mantêm em suas casas, quintais ou em terrenos baldios, de maneira informal e espontânea”, o que reforça a importância das práticas agrícolas urbanas e periurbanas como expressão de resistência e de manutenção dos modos de vida tradicionais no campo.

Desse modo, observa-se que as práticas agrícolas desenvolvidas em quintais produtivos não apenas contribuem para a geração de renda e o abastecimento alimentar das famílias, mas também reafirmam o vínculo cultural e simbólico dos agricultores com a terra, fortalecendo a identidade rural mesmo em contextos urbanos.

Durante as entrevistas realizadas, diversos agricultores/feirantes relataram a prática do armazenamento de sementes com o propósito de utilizá-las em cultivos futuros (Figura 16), evidenciando uma relação de continuidade e autonomia produtiva típica da agricultura familiar.

Figura 16: Sementes armazenadas para os próximos plantios



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2025.

Essa prática reflete não apenas uma estratégia de redução de custos e de independência em relação às sementes comerciais, mas também um compromisso com a conservação de espécies e dos saberes tradicionais associados ao cultivo. Nesse sentido, Campos e Dal Soglio (2020) destacam que o uso de sementes conservadas localmente constitui um elemento fundamental para a manutenção da agrobiodiversidade e para o fortalecimento da resiliência socioecológica dos sistemas agrícolas familiares.

Os agricultores e agricultoras que conservam e preservam a agrobiodiversidade são conhecidos, em muitos locais, como guardiões e guardiãs de variedades crioulas. Na Lei de Sementes e Mudanças – Lei Nº 10.711/2003, Art. 2º, XVI, as sementes crioulas são designadas também de sementes de variedade local ou tradicional. Trata-se de variedades selecionadas, manejadas e conservadas por agricultores familiares, quilombolas, indígenas e outros povos tradicionais, e estão permanentemente sendo adaptadas às formas de manejo dessas populações e aos seus locais de cultivo. (CAMPOS; DAL SOGLIO, 2020, p. 2).

Ao realizarem o ato de guardar as sementes de um plantio para outro, os agricultores e agricultoras assumem um papel estratégico na conservação da diversidade agrícola e na transmissão de saberes tradicionais. Tal prática vai além da produção de alimentos: é uma maneira de proteger a memória cultural e de garantir a autonomia alimentar das famílias agricultoras. Desse modo, as variedades tradicionais mantêm-se vivas e contribuem para modelos de agricultura mais sustentáveis. Shiva (2001) aponta que as sementes:

[...] constituem partes integrais de ecossistemas sustentáveis; geram produtos que satisfazem necessidades locais; são parte da herança comum da humanidade e compatíveis com os valores culturais e organização social locais; foram selecionadas por um número enorme de lavradores ao longo dos séculos com métodos informados por conhecimento local. (SHIVA, 2001, p.10).

Desse modo é possível observar que as sementes crioulas, além de possibilitar autonomia às famílias agricultoras, também se constituem como um elo entre a história, a cultura e o meio ambiente. Assim, guardar e cultivar sementes crioulas é também uma forma de manter vivos os saberes locais frente ao sistema dominante.

Nesse contexto, Altieri (2007, p. 52) destaca a relevância da existência de banco de sementes, pois considera que essa prática fortalece a diversidade genética e garante aos agricultores o acesso a sementes adaptadas às suas realidades locais. A prática de guardar sementes pelos agricultores familiares pode ser compreendida como uma forma de resistência ao modelo imposto pelo sistema moderno de produção agrícola, em que as sementes são padronizadas, híbridas ou transgênicas, o que expressa a presença de um saber colonizador. Shiva (2003, p 21), em seu livro *Monoculturas da mente*, aponta que esse domínio faz desaparecer o saber local, negando sua existência. O ato de selecionar, conservar e reutilizar as sementes garante a continuidade de conhecimentos repassados ao longo de gerações e enraizados em contextos culturais específicos.

A sementes crioulas, em decorrência da sua capacidade de adaptação, demandam uma quantidade reduzida de insumos externos (Rodrigues; Mello, 2010). Essa característica representa uma estratégia importante para o fortalecimento da autonomia das famílias agricultoras. Os grupos que optam por utilizar as sementes crioulas e que desenvolvem práticas

agrícolas em harmonia com a natureza são considerados como guardiões da agrobiodiversidade (Silva; Sant’Ana, 2019). Alguns agricultores têm conseguido manter essa prática, que é transmitida ao longo de gerações, promovendo assim a autonomia do agricultor familiar em relação ao agronegócio.

Os agricultores feirantes que vivem na área urbana e cultivam seus produtos em quintais se deslocam até o território da feira de maneira particular, utilizando meios alternativos, como bicicletas e carrinhos de mão. Essa prática demonstra a criatividade e a adaptabilidade desses agricultores em busca de levar seus produtos até o território de comercialização.

Cerca de 91,07% dos agricultores-feirantes entrevistados residem em áreas rurais, o que aponta a centralidade do campo na organização da vida e do trabalho desses sujeitos. Tal condição implica o deslocamento cotidiano até os centros urbanos, onde as feiras se realizam, exigindo o uso de diferentes meios de transporte e revelando as interdependências entre o rural e o urbano na eficácia da agricultura familiar.

Nesse sentido, “os agricultores familiares têm nos centros urbanos o principal espaço de comercialização da produção, o que reforça as relações de interdependência entre o rural e o urbano” (Costa; Carvalho, 2020, p. 198). Essa relação evidencia como o trabalho desenvolvido no campo mantém vínculos diretos com a cidade, consolidando um sistema produtivo que integra o território rural aos urbanos.

No município de Indiaroba, a prefeitura disponibiliza um caminhão que percorre alguns assentamentos de reforma agrária com o objetivo de coletar os produtos e transportá-los até a feira. Entre os participantes deste município, 58,33% utilizam essa logística pública para o envio dos alimentos e realizam o próprio deslocamento por meio de uma van alugada. Por outro lado, 41,66% dos agricultores organizam o transporte de maneira independente, utilizando veículos particulares ou alugados.

Esses dados revelam a diversidade de estratégias adotadas para garantir a participação nas feiras, bem como a importância do apoio logístico por parte do poder público para viabilizar a comercialização dos produtos da agricultura familiar.

Em Indiaroba, uma agricultora comemora: “*Temos o caminhão para transportar nossa mercadoria*” (2024). A importância do apoio logístico às famílias agricultoras fica evidente quando observamos o impacto direto que o transporte adequado tem na rotina de quem vive da comercialização agrícola, tendo em vista a redução de custos, do trabalho e redução dos custos com o transporte. Esse apoio pode ser percebido na fala do secretário municipal de Indiaroba, que relata:

Disponibilizar o transporte para os feirantes é muito importante e ajuda na renda das famílias, porque, quando eles têm o veículo, economizam e não precisam alugar um caminhão, o que diminuiria muito o que ganham. Por isso, manter esse transporte é uma luta nossa em apoio às famílias. (Secretário municipal de Indiaroba, agosto de 2024).

Nos demais municípios analisados, o transporte das mercadorias e o deslocamento dos agricultores/feirantes ocorrem, predominantemente, por meio de transportes particulares, tais como carros, motocicletas, bicicletas, carroças ou veículos alugados, como ilustrado nas Figuras 17 (caminhão da prefeitura de Indiaroba) e 18 (transporte particular de agricultor/feirante do município de Itabaianinha).



Figura 17: Veículo da Prefeitura de Indiaroba para transportar os alimentos à feira.

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.



Figura 18: Veículo particular utilizado por feirante/agricultor

Enquanto isso, o relato de uma agricultora/feirante de Santa Luzia do Itanhy, destaca: *“Aqui em Santa Luzia do Itanhy a gente tinha um caminhão pra trazer as mercadorias, mas aí quebrou e nunca mais veio. Era bom quando tinha, a gente podia trazer bastante coisa. Agora não, porque se for alugar um carro grande fica caro, não compensa.”* Tal fato evidencia como a falta de transporte gratuito limita o escoamento da produção e impacta diretamente a renda e a autonomia dos agricultores/feirantes.

Inicialmente, os municípios de Umbaúba e Santa Luzia do Itanhy, de modo semelhante a Indiaroba, também ofereciam transporte público destinado ao apoio logístico dos agricultores familiares. No entanto, a ausência de procedimentos de manutenção apropriados resultou no comprometimento e consequente desativação do uso dos veículos. Como consequência, os feirantes passaram a arcar individualmente com os custos e a organização do transporte, o que representa um obstáculo à permanência e à regularidade de sua participação nas feiras da agricultura familiar.

Todavia, em 2025 ocorreu o retorno do caminhão disponibilizado pela Secretaria Municipal de Agricultura para o transporte de produtos da agricultura familiar. Embora o veículo ainda apresente ocasionais problemas operacionais, a disponibilidade deste recurso tem contribuído para a viabilização da comercialização dos produtos, para a promoção e incentivo à participação desses grupos familiares na feira, e, conseqüentemente, para a valorização da agricultura familiar no município (Figura 19).

Figura 19: Caminhão da Secretaria Municipal de Agricultura de Umbaúba, 2025.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2025.

As feiras da agricultura familiar nos municípios do sul de Sergipe ocorrem semanalmente, com atividades concentradas no turno matutino, porém em dias alternados. Nos municípios de Itabaianinha e Santa Luzia do Itanhy, elas são realizadas às quartas-feiras, ao passo que em Indiaroba e Umbaúba ocorrem às quintas-feiras. As atividades iniciam-se por volta das 5 horas da manhã, momento em que os feirantes começam a organizar e montar suas bancas, estendendo-se até o início da tarde.

Enquanto isso, no município de Cristinápolis, os agricultores/feirantes realizam a comercialização de seus produtos predominantemente na feira convencional, que ocorre aos sábados. A feira específica da agricultura familiar era realizada quinzenalmente às quartas-feiras no turno vespertino. Entretanto, durante o período da pandemia da covid-19, ela foi suspensa e, após a retomada das atividades presenciais, não foi reativada de forma regular. Em 2024, foram registradas apenas duas edições dessa feira: a primeira em abril, integrada aos festejos comemorativos do aniversário do município, e a segunda em junho, como parte da programação das festividades juninas. Essa descontinuidade revela fragilidades na institucionalização da Feira da Agricultura Familiar no município, bem como a dependência de

eventos festivos para sua realização esporádica. A partir dessa descontinuidade, emerge a tentativa de reconfiguração e fortalecimento da feira pela atual gestão, conforme apontado pelo Secretário Municipal:

Em 2025, haverá a retomada da Feira da Agricultura Familiar, uma ação essencial para valorizar e promover a produção local dos agricultores do nosso município. Já tivemos edições em abril, maio e essa edição junina e mensalmente será realizada uma edição, criando uma oportunidade contínua para os agricultores mostrarem seus produtos e interagir diretamente com a população de Cristinópolis. A feira já passou muito tempo, mas agora chegou a hora de retomar. (Informação verbal, Secretário Municipal de Agricultura, 18/06/2025)

A declaração do Secretário Municipal de Agricultura sinaliza uma tentativa de reverter o processo de descontinuidade e fragilidade institucional que marcou a Feira da Agricultura Familiar em Cristinópolis nos últimos anos. Após um período de interrupção e de realização esporádica, atrelada a eventos festivos, a proposta de retomada regular a partir de 2025 (Figura 20) representa um movimento estratégico de revalorização da produção local e de fortalecimento das políticas públicas voltadas ao setor. No entanto, essa retomada também evidencia a necessidade de planejamento e apoio contínuo do poder público, para que a feira não se restrinja a iniciativas pontuais, mas se consolide como um instrumento permanente de comercialização, inclusão socioeconômica e reconhecimento do papel dos agricultores familiares na dinâmica econômica e cultural do município.

Figura 20: Mosaico de cards para divulgação das feiras mensais



Fonte: Rede social (Instagram) oficial da Prefeitura Municipal de Cristinópolis
Organização: Santos, Vanessa Modesto dos, 2025

A imagem (Figura 20) evidencia não apenas a reativação da Feira da Agricultura Familiar em Cristinápolis em 2025, mas também a consolidação de sua regularidade mensal, com a realização de reuniões para alinhamento e organização das feiras, configurando-a como instrumento de fortalecimento da economia local e como território de sociabilidade, preservação cultural e valorização das práticas tradicionais de cultivo/elaboração e consumo²⁸.

Nos últimos anos, observa-se um crescente interesse por alimentos comercializados nas feiras da agricultura familiar, impulsionado pela valorização de práticas alimentares mais saudáveis, sustentáveis e culturalmente significativas. A comercialização direta de produtos *in natura* fortalece a confiança do consumidor, que reconhece no agricultor/feirante alguém que domina todo o processo produtivo - desde o cultivo até a exposição nas barracas (Dias; Correia; Alves, 2024). Além de garantir alimentos frescos e de qualidade, essa relação direta consolida um vínculo de credibilidade e respeito mútuo.

A produção artesanal, muitas vezes realizada informal, é também uma estratégia de preservação dos modos tradicionais de preparo e dos saberes transmitidos entre gerações, o que reforça o caráter identitário desses alimentos (Mendes; Franz, 2024). Assim, as feiras da agricultura familiar se configuram como espaços de resistência cultural, sustentabilidade e reafirmação de laços sociais entre quem produz e quem consome.

Desse modo, ao articular confiança, credibilidade e valorização dos saberes tradicionais, a Feira da Agricultura Familiar ultrapassa o ato de comercializar alimentos, configurando-se como um espaço estratégico para a dinamização econômica das localidades em que são realizadas.

4.3 Feira da Agricultura Familiar: para além da geração de renda.

As feiras da agricultura familiar do sul sergipano apresentam uma significativa diversidade de produtos, configurando-se como um importante espaço de comercialização e interação social. Nesse contexto, os grupos de consumidores transitam entre as barracas em busca de alimentos que possam suprir suas necessidades.

Em cada município a feira é organizada de modo específico no que se refere à localização e à frequência de realização, o que atrai consumidores, mas estimula a dinâmica econômica e social de cada município. Apesar de não ter estudado o sul sergipano, Cassol

²⁸ Seguem as datas até o mês de agosto, mês em que foi realizada a escrita da tese.

(2018, p.100) contribui com a compreensão desse território de comercialização ao apontar que “nos últimos 20 anos as feiras ocupadas apenas por agricultores têm se proliferado, e considera que tal fato está associado a questões de identidade”.

As feiras da agricultura familiar são mais que território de comercialização: nelas circulam “bens, pessoas e bagagens culturais” (Pereira et al., 2017, p. 70). Elas são espaços necessários para manutenção econômica dos agricultores/feirantes dos municípios analisados, mas também constituem lugares de trocas simbólicas e de fortalecimento de laços sociais e identitários. Assim, as feiras configuram-se como espaços de circulação não apenas de produtos, mas, de memórias, valores culturais e modos de vida que reafirmam o pertencimento e a continuidade das tradições locais.

Figura 21: Banana roxa, ouricuri cozido, inhame de corda e fava verde.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

A comercialização por meio deste circuito curto é considerada fundamental para os consumidores visto que, alimentos identitários como a fava, o inhame de corda, a banana roxa e o ouricuri, jamais são encontrados no mercado formal. Segundo Ribeiro (2007, p. 57), “esses mercados possuem características intrinsecamente locais, que se entrelaçam com a cultura e as tradições das comunidades envolvidas”. Essa conexão não apenas fortalece a identidade

regional, mas também promove a valorização desses alimentos e contribuem para o fortalecimento do laço entre produtores e consumidores.

A variedade de produtos ofertados nas feiras reflete riqueza de alimento cultivados pela agricultura familiar nestes municípios (Figura 22). Tal diversidade assegura a presença contínua dos feirantes, ao mesmo tempo em que reforça os processos de territorialização da agricultura familiar, consolidando a feira como um espaço de sociabilidade, de circulação de saberes e de valorização das identidades rurais (Tabela 17). Assim, a diversidade produtiva constitui-se como elemento estruturante da regularidade e da sustentabilidade desse território de comercialização.

Tabela 17: Alimentos comercializados nas FAFs.

Alimentos	Município				
	Cristinápolis	Indiaroba	Itabaianinha	Santa Luzia do Itanhy	Umbaúba
Abacaxi	X	X	X	X	X
Abacate	X	X	X	X	X
Abóbora	X	X	X	X	X
Acerola	X	X	X	X	X
Alimentos identitários	X	X	X	X	X
Amendoim cozido	X	X			X
Banana	X	X	X	X	X
Banana da terra	X	X	X		X
Batata-doce	X	X	X	X	X
Beringela			X		
Biribiri		X		X	X
Cacau	X		X		X
Caju		X		X	
Cebola			X		
Coco Seco	X	X	X	X	X
Coco verde	X	X	X	X	X
Cupuaçu	X				X
Farinha de mandioca		X	X		X
Fava	X	X	X	X	X
Feijão-de-corda	X	X	X	X	X
Feijão-fradinho	X	X	X	X	X
Feijão-verde	X	X	X	X	X
Fruta-pão		X			
Goiaba		X	X		
Graviola		X	X		X
Hortaliças	X	X	X	X	X
Inhame	X	X	X	X	X
Jaboticaba		X	X		X
Jaca	X	X	X	X	X
Jambo	X	X	X	X	X
Jenipapo	X	X	X	X	X
Jiló			X		X
Laranja	X	X	X	X	X

Limão	X	X	X	X	X
Macaxeira	X	X	X	X	X
Mamão	X	X	X	X	X
Manga	X	X	X	X	X
Maracujá	X	X	X	X	X
Maxixe		X			X
Mel		X			X
Melancia	X	X	X	X	X
Milho verde	X	X	X	X	X
Ouricuri		X			
Ovos de galinha	X	X	X	X	X
Plantas medicinais		X	X		X
Plantas ornamentais		X	X		X
Pepino			X		X
Pimenta <i>in natura</i> e conserva	X	X	X	X	X
Pinha		X	X		X
Quiabo	X	X	X	X	X
Sapoti		X	X		
Sapota			X		X
Siriguela					X
Tangerina	X	X	X	X	X
Tapioca	X	X	X	X	X
Tomate-cereja		X	X		X

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Figura 22: Barraca com produtos ofertados na feira



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

As feiras da agricultura familiar representam um espaço para a construção de relações recíprocas que frequentemente refletem os princípios da agricultura familiar e da agroecologia. Essas interações são pautadas por uma ética do cuidado, defesa da vida e solidariedade, promovendo uma cultura sazonal e diversificada que se adapta a cada época do ano (Ballivián, 2018). Desse modo, a Feira da Agricultura Familiar não apenas garante o acesso a alimentos frescos e diversificados, como também reafirma a ligação entre práticas agrícolas, culturais e o

calendário sazonal, o que estabelece a continuidade de práticas repassadas ao longo de gerações, que resistem a padronizações impostas pela agricultura industrial.

A regularidade da oferta de alimentos no território da Feira da Agricultura Familiar está associada ao calendário como assegura Montanari (2008). Assim podemos considerar que a agricultura familiar desempenha um papel relevante na preservação das tradições alimentares relacionadas aos ciclos (estações do ano) e também às festividades como: *“plantar milho é no dia de São José, pra comer no São João”* (Agricultora/feirante 05, M. Itabaianinha). Montanari (2008, p. 131) afirma que nas sociedades tradicionais, a preparação e o consumo de alimentos estavam profundamente vinculados às estações do ano. Embora atualmente esse aspecto esteja fragilizado pela industrialização e padronização do consumo, a agricultura familiar, mantém a sazonalidade do cultivo/elaboração dos alimentos e pode ser verificada nos alimentos que são apresentados em suas barracas (Figura 23).

Figura 23: Mosaico dos alimentos ofertados na primavera, verão, outono e inverno.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

No verão, destacam-se frutas como jaca, manga e caju, amplamente comercializadas nesse período em razão de sua abundância natural. Já a graviola é comumente encontrada ao final da primavera, enquanto produtos como milho, amendoim e feijão-verde predominam no inverno, quando o cultivo dessas espécies é favorecido pelas condições climáticas. No outono, observa-se a presença de frutas como tangerina e maracujá, evidenciando a capacidade adaptativa dos agricultores em diversificar suas produções ao longo do ano, de acordo com os ciclos ecológicos e as demandas de mercado.

Essa diversidade sazonal traduz o que Altieri (2004) define como princípio agroecológico de diversificação produtiva, fundamental para a resiliência dos sistemas agrícolas familiares. Além disso, como ressalta Montanari (2008), a sazonalidade dos alimentos expressa uma dimensão cultural do comer, na qual os hábitos alimentares se entrelaçam às condições ambientais e às tradições locais, fortalecendo o vínculo entre produção, território e

identidade alimentar. Entretanto, os demais alimentos – hortaliças, frutas como a banana, a laranja, verduras e legumes – são comercializados durante as diferentes estações do ano.

Ao oferecer alimentos *in natura* e produtos processados de forma artesanal, os agricultores/feirantes reafirmam práticas alimentares enraizadas nas tradições locais, contribuindo para a preservação de hábitos identitários que expressam modos de vida e sistemas de valores próprios das comunidades rurais. Essa dinâmica reforça a indissociável relação entre território e cultura alimentar, na medida em que o alimento constitui um elemento simbólico de pertencimento e memória coletiva (Carneiro, 2005, p. 41-46). Nessa perspectiva, como apontam Contreras e Gracia (2011, p.19-20), a cultura alimentar se configura como um campo de resistência e afirmação territorial, no qual a agricultura familiar desempenha papel central na manutenção e valorização de práticas socialmente compartilhadas e culturalmente significativas.

Quando indagados sobre a existência de períodos do ano em que as vendas apresentam aumentos significativos, os entrevistados afirmaram que, em determinados momentos, as vendas tendem a crescer. Especificamente, mencionaram que os meses de dezembro, janeiro e junho são caracterizados por um expressivo incremento nas vendas, que se atribui às festividades culturais comuns na região nordestina. Essa sazonalidade nas vendas reflete a conexão entre as tradições locais e o comportamento de consumo, evidenciando a importância das festividades para o aquecimento do comércio na comunidade. Montanari (2008, p. 131) ressalta que:

As sociedades tradicionais vinculavam imediatamente a preparação e o consumo deste ou daquele alimento a determinada recorrência do calendário: o Natal tinha suas comidas e assim também a Páscoa; o carnaval não era a quaresma, e o verão não era o inverno (MONTANARI, 2008, p.131).

A relação entre alimentação e festividades, no contexto do aumento nas vendas nas feiras de agricultura familiar, está intrinsecamente ligada às reuniões familiares. Isso resulta em um crescimento no consumo de alimentos, especialmente durante o mês de dezembro. Além disso, no mês de junho com os festejos juninos, os agricultores destacam um aumento nas vendas, correlacionado ao incremento na produtividade em função das festas. Isso permite uma maior oferta de alimentos, o que, por sua vez, contribui para a elevação das vendas. Assim, a intersecção entre sazonalidade, festividades e condições climáticas revela a dinâmicas de mercado, evidenciando como fatores culturais e ambientais influenciam diretamente o comportamento de consumo dos alimentos comercializados nas feiras da agricultura familiar.

A origem dos produtos ofertados nas feiras da agricultura familiar está enraizada no trabalho das famílias agricultoras. Aproximadamente 46,42% dos agricultores/feirantes

afirmam comercializar exclusivamente o que é cultivado ou elaborado no âmbito familiar. Enquanto isso, 28,57% afirmam que adquire alimentos de forma solidária, comprando de vizinhos, parentes ou compadres, o que revela vínculos de confiança e reciprocidade que sustentam as redes de produção e comercialização. Uma parcela dos feirantes (25,01%) também compra produtos de outros produtores, com o objetivo de não deixar faltar mercadorias e manter a barraca completa para os consumidores, estes afirmam que realizam essa prática: “*para não faltar na feira ou deixar a barraca vazia*”.

A presença de alimentos adquiridos fora do município existe, como se pode observar no relato da feirante/comerciante presente na feira do município de Indiaroba:

“as pessoas falam que eu não deveria estar aqui, porque eu vendo produtos que eu compro na Ceasa, mas quando eu fui me inscrever disseram que, se eu tivesse outros tipos de produtos, poderia colocar pra vender também aqui, porque as pessoas procuram bastante. Tem as folhagens que é eu e meu esposo que produzimos, mas o restante compramos de vizinhos, e também pegamos na Ceasa”. (Feirante de Indiaroba, 2024).

No município de Umbaúba, a barraca destinada à comercialização de alimentos identitários não é gerida por uma família, mas, sim, por um coletivo de mulheres que se reúnem para elaborar iguarias derivadas da mandioca e do milho. Entre os produtos, destacam-se bolos, pães, beijus, pé-de-moleque de massa puba, além de tapioca *in natura* destinada ao preparo domiciliar da tapioca recheada e a massa puba. Essas mulheres agricultoras se reúnem em um espaço destinado à elaboração dos alimentos (Figura 24), onde desenvolvem suas atividades de produção, com o intuito de aumentar a renda de suas famílias.

Figura 24: Espaço em que as mulheres se reúnem para a elaboração dos alimentos.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.

Essa iniciativa evidencia a importância da organização feminina na valorização dos produtos locais e na busca de estratégias para aproveitar alimentos cultivados, como o milho e mandioca, na elaboração de iguarias, e as frutas na elaboração dos sucos que são comercializados na feira.

Os critérios que orientam a escolha dos produtos a serem comercializados nas feiras da agricultura familiar consistem em disponibilizar o que foi produzido, considerando ainda a aparência e a qualidade dos alimentos. Assim, o agricultor/a feirante procura ofertar uma variedade de produtos, em quantidade e qualidades semelhantes. Esses cuidados permitem que o agricultor/a feirante se destaque pela excelência de sua produção, o que assegura a fidelidade dos consumidores.

Quanto à origem dos alimentos que são comercializados, 27,45% dos agricultores feirantes ressaltam que a produção é orgânica, pois afirmam não utilizar produtos em seus cultivos, mesmo não sendo certificados como “produtores orgânicos”. Durante a realização da pesquisa, foi identificado apenas um agricultor feirante com certificado (Figura 25); 37,25% se consideram como praticantes da agricultura agroecológica; 33,33% afirmam que praticam agricultura convencional; e 1,96% não soube responder.

Figura 25: Certificado de “Produtor orgânico”.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022

No Brasil a legislação (Lei 10.831 de 2003) que trata da agricultura orgânica diz:

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e

socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente. (Brasil, 2003).

A partir de 2003, com a inserção da agricultura orgânica na legislação brasileira, houve uma contribuição significativa para o fortalecimento desse movimento no país. Essa trajetória culmina com o estabelecimento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) em 2012. Esse marco intensifica o debate acerca da produção de alimentos saudáveis por meio da agricultura orgânica e sobre os princípios agroecológicos.

Diante dessa contextualização, é fundamental destacar a importância da disseminação da agricultura orgânica e agroecológica, com o intuito de promover o conhecimento entre os agricultores familiares. Essas ações permitem que esses atores cultivem alimentos em consonância com o meio ambiente, contribuindo, assim, para a oferta de alimentos mais saudáveis nas feiras da agricultura familiar. Altieri (1998) considera que a agroecologia:

[...] fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. (ALTIERI, 1998, p.22)

Nesse sentido, é possível perceber que a agroecologia se consolida como um campo que ultrapassa a dimensão técnica relacionada ao cultivo, ao integrar aspectos sociais, culturais e ambientais na dinâmica agrícola. Sua proposta central encontra-se alicerçada na preservação e na conservação da biodiversidade e no reconhecimento do saber local dos agricultores, o que assegura a sustentabilidade e também a valorização das práticas e identidades rurais. Essa visão converge com a concepção de agroecologia como um território material e imaterial, marcado pelo respeito à natureza, às pessoas e ao direito à terra e à alimentação, como é apresentado por Rosset; Altieri (2022):

[...] a agroecologia é um território material/imaterial construído há tempos por camponeses e indígenas, que significa respeito à natureza, às pessoas, que garante o direito à terra e à produção de alimentos por todas as pessoas da família e das comunidades, garantindo o direito alimentar para todas as sociedades. (ROSSET; ALTIERI, 2022, p.129-130).

Assim é possível perceber que a agroecologia assume um caráter político e social, ao reafirmar a luta histórica dos povos do campo e das comunidades tradicionais por meio da garantia do direito à terra e à soberania alimentar. Rosset e Altieri (2022) consideram que, mais

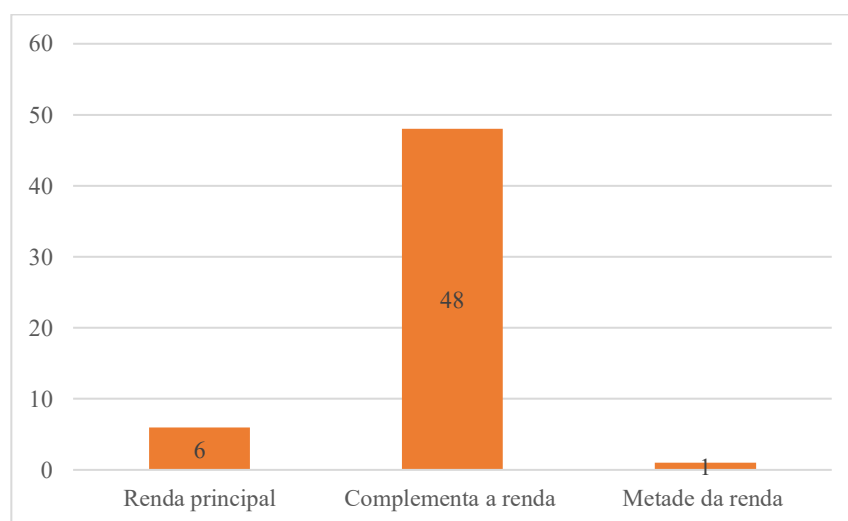
que um modelo produtivo, a agroecologia se constitui como uma prática de resistência diante do avanço do agronegócio e da homogeneização da cultura, promovendo a valorização dos saberes e a construção de sistemas alimentares mais justos e sustentáveis.

As feiras da agricultura familiar, nesse sentido, tornam-se o espaço onde os princípios da agroecologia se expressam de forma prática, em que se articula sustentabilidade, geração de renda e relações de confiança entre produtores e consumidores.

No que diz respeito à precificação dos produtos, são aplicados diversos critérios, incluindo tamanho, análise de custos e, de maneira preponderante, o acompanhamento dos preços de mercado. Como ressaltou uma agricultora feirante de Itabaianinha, *“se a gente vender mais caro que o mercado, ninguém vem comprar; por isso, temos que acompanhar os preços. Além disso, ao estabelecer um preço adequado, conseguimos vender tudo”*. Observa-se que, em geral, os preços praticados entre os agricultores/feirantes tendem a ser semelhantes, resultando na adoção de uma tabela fixa de preços.

A Feira da Agricultura Familiar configura-se como um território socioeconômico estratégico, no qual se articulam práticas produtivas, relações sociais, culturais e comerciais. Conforme argumenta Schneider (2003; 2010), esses espaços expressam formas de integração social e econômica que vão além da lógica mercantil convencional, fortalecendo redes de reciprocidade, confiança e cooperação entre produtores e consumidores.

Gráfico 07: Renda obtida na Feira da Agricultura Familiar.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

A renda gerada nas feiras da agricultura familiar é considerada complementar, uma vez que uma porcentagem significativa dos agricultores (87,27%) também realiza vendas em feiras-livres/convencionais e que muitos deles comercializam suas produções com os

atravessadores. É importante mencionar ainda que há agricultores aposentados, além de mulheres que percebem a renda principal da família como sendo aquela proveniente da atividade laboral de seus esposos.

Pereira et al. (2017, p. 75) consideram que é difícil mensurar a renda dos agricultores/feirantes, em decorrência da diversidade de fontes monetárias, “rendas de programas compensatórios, serviços prestados, vendas da produção, aposentadorias e pensões”. Embora não se refira ao território sul sergipano, essa informação se assemelha com os relatos dos atores pesquisados. Desse modo, os esforços para quantificar a renda dos agricultores/feirantes apresentam-se como restritos.

Para muitos participantes da pesquisa, a renda da feira foi considerada relevante pois, com o dinheiro adquirido, “*foi possível pagar algumas dívidas*”, conforme relatou o agricultor/feirante de Cristinápolis, o que torna a feira fundamental na estratégia de renda familiar.

Embora a feira melhore o ingresso de dinheiros para as famílias, não representa uma forma de acumulação, apenas melhora no autoconsumo, isto porque a motivação econômica deste sujeito social não é a da conduta especulativa, o que não quer dizer, que por sua vez, que alguns não gerem excedentes, mas neste caso há uma forte tendência ao reinvestimento com fins produtivos ou investido na propriedade (PEREIRA et al, 2017, p. 75).

Assim, a Feira da Agricultura Familiar é considerada como um elemento estruturante dos agricultores/feirantes, como revela:

Aqui na feira não dá pra lucrar muito, mas, com o que eu ganho, eu consigo ajudar nas contas e, com aquilo que sobra, eu compro adubo, e algumas coisas para trabalhar de novo aqui que estiver precisando lá na roça eu dou prioridade, porque é da roça que eu tiro meu sustento. (Agricultora/feirante do município de Umbaúba, 2024).

Os agricultores/feirantes destinam uma parcela significativa de sua renda a compras no comércio local ou em municípios vizinhos, como é o caso dos grupos familiares que comercializam na feira de Indiaroba, os quais optam por realizar compras de vestuário, calçados e consultas médicas nos municípios de Estância e Umbaúba. Em seus relatos, as principais despesas são: alimentação, saúde e outros gastos como as contas de energia elétrica e botijão de gás.

Diante dessas demandas cotidianas, evidencia-se que os agricultores familiares não lidam apenas com a administração da renda e das despesas domésticas, mas também com desafios estruturais relacionados à própria infraestrutura das feiras, os quais influenciam diretamente suas condições de comercialização.

Essas limitações, contudo, não restringem apenas o desempenho econômico, mas também revelam as desigualdades históricas no acesso a políticas públicas e à infraestrutura adequada, reforçando a necessidade de ações integradas que assegurem o fortalecimento e a permanência da agricultura familiar como pilar do desenvolvimento local.

4.4 Entre o cultivo e a comercialização: desafios e persistência dos agricultores familiares

Durante a realização desta pesquisa, foram identificados desafios que os agricultores/feirantes enfrentam para comercializar seus produtos. Em cada municípios os problemas apontados pelos grupos estudados são em muitos momentos distintos, mas em outros são semelhantes. Os agricultores relatam:

Aqui em Cristinápolis, o problema é que a feira não acontece toda semana. Se toda semana tivesse uma dessa era bom demais, porque a gente podia aumentar a produção e aí a nossa renda ia melhorar bastante, porque a gente vende bem, e aqui tem o incentivo da prefeitura com a distribuição das fichas, aí o povo tem que vim comprar aqui. (Agricultor/feirante 05, M. de Cristinápolis, 18/05/2025).

O relato evidencia que a periodicidade das feiras exerce influência direta sobre a produção e a renda dos agricultores familiares, configurando-se como elemento determinante para a sustentação econômica e social desses grupos. A regularidade na realização das feiras não apenas amplia as oportunidades de comercialização e estimula o planejamento produtivo, mas também atua no reconhecimento social do trabalho agrícola, frequentemente invisibilizado.

Entretanto, a irregularidade da realização das feiras expõe a fragilidade estrutural do apoio do poder público destinado à agricultura familiar, revelando a dependência dos agricultores em relação às ações da gestão municipal e a ausência de políticas permanentes voltadas à consolidação desse território de comercialização.

Em Indiaroba, em seus relatos, os agricultores/feirantes ressaltam a necessidade de melhorias estruturais, como a substituição das bancas que se encontram em processo de deterioração em decorrência do longo período de utilização, como relata a agricultora/feirante: “*As bancas estão velhas, precisam ser trocadas*”. Além disso, mencionam como uma problemática significativa a ausência de sanitários exclusivos para uso dos feirantes, que os leva a utilizar os sanitários de órgãos públicos nas proximidades da feira. Desse modo, a implementação de melhorias na infraestrutura da feira e a criação de instalações adequadas são essenciais para promover um ambiente mais favorável à comercialização dos produtos da agricultura familiar.

Outra problemática identificada pelos agricultores/feirantes de Umbaúba refere-se à presença de feirantes/comerciantes com barracas montadas nas proximidades da Feira da Agricultura Familiar. Segundo os relatos, *“isso atrapalha a gente de vender, porque tem gente que vem e já vai parar nas bancas deles, e como lá tem coisas que a gente não produz aqui, eles acabam comprando só lá”* (Agricultora/feirante 7, M. de Umbaúba). Tal circunstância acentua a desvantagem competitiva para os agricultores, comprometendo a efetividade da Feira da Agricultura Familiar como território de comercialização e valorização de seus produtos. Esta problemática descaracteriza a identidade e o propósito da Feira da Agricultura Familiar, que deveria se constituir como um território em que há a valorização da produção local, do saber-fazer e das relações de confiança entre agricultores/feirantes e consumidores. Ao permitir ou negligenciar tal prática, o poder público local fragiliza a função social e econômica desse território de comercialização, tornando evidente a falta de reconhecimento institucional desse espaço como uma política pública de fortalecimento da agricultura familiar.

O conflito existente entre agricultores/feirantes e feirantes/comerciantes não se constitui apenas como uma disputa por clientes, mas uma ação simbólica por legitimidade dentro do território, o que revela a fragilidade dos CCC de comercialização frente à lógica de mercado, em que os circuitos longos são favorecidos.

Contudo, para que essa comercialização aconteça, os agricultores/feirantes fazem uso de “táticas” (Certeau, 2012) para enfrentar a concorrência com os feirantes/comerciantes estabelecidos nas proximidades da Feira da Agricultura Familiar. Dentre as táticas identificadas por esta pesquisa estão: a utilização de veículo próprio para realização do transporte; a solicitação de ajuda dos familiares para o manuseio de redes sociais; aplicativos de mensagens para divulgação dos produtos disponíveis para a comercialização; e aplicativos bancários para a realização de transações bancárias via pix. O uso dessas táticas demonstra que os agricultores familiares têm a capacidade de se reinventar cotidianamente em seus modos de comercializar, combinando os saberes dos agricultores e a adaptação para utilização de recursos contemporâneos.

De modo semelhante a Indiaroba, os agricultores/feirantes de Itabaianinha ressaltam como problemática a ausência de sanitários e também de lixeiras para o descarte adequado do lixo produzido durante o período de realização da feira. A inexistência desses equipamentos mínimos compromete a imagem e a funcionalidade dessas feiras, ao mesmo tempo em que expõe a distância entre o discurso de valorização da agricultura familiar e a prática efetiva de apoio e manutenção desse território de comercialização.

Os desafios enfrentados pelos grupos familiares que comercializam na Feira da Agricultura Familiar podem comprometer a viabilidade econômica dessas atividades; no entanto, tais dificuldades também servem como impulsos para a continuidade de seu trabalho.

Para alguns agricultores/feirantes, a atividade de comercialização transcende sua dimensão puramente econômica, configurando-se como uma prática ampla que permite a vivência de uma “pluralidade”, na qual trabalho e lazer se entrelaçam (Certeau, 2012). A agricultora/feirante de Indiaroba ressalta que gosta de participar da feira: *“porque faço amizades, gosto das vendas, vendo e me divirto conversando com as pessoas”*, o que corrobora os apontamentos de Certeau (2012).

Quando indagados sobre as vantagens de comercializar na Feira da Agricultura Familiar, houve diversas respostas, mas a que predominou foi “é bom que ajuda na renda da família”. Em Cristinápolis, o agricultor/feirante 06 apontou como vantagem: *“vender nessa feira é bom porque quando a gente não vende a prefeitura compra o que sobra”*. Ao indagar o responsável pela organização da feira no ano de 2025, ele respondeu que *“a prefeitura compra os alimentos que estão em bom estado de conservação nas barracas, e esses alimentos são levados para a casa de acolhimento voltada para crianças em situação de risco de abuso sexual em nosso município”*. Essa iniciativa evidencia como a Feira da Agricultura Familiar vai além da função econômica, ao assumir também um papel social ao destinar alimentos para ações sociais no município de Cristinápolis.

Além de cumprir esse papel social relevante, a feira também revela a conexão emocional e o apreço que os agricultores têm por sua produção. E evidencia também a necessidade de apoio por meio de políticas públicas que incentivem a participação desses grupos na feira, apoio este que pode ser, entre outros exemplos, na logística de transporte e na oferta da infraestrutura necessária para a realização da comercialização.

Nesse sentido, a feira se consolida como um espaço de relações que ultrapassam a troca monetária, fortalecendo laços de confiança e cooperação entre agricultores e consumidores. A confiança mútua é um elemento essencial que fortalece a interdependência entre os participantes, permitindo que surjam práticas comerciais mais justas e colaborativas. Esse contexto favorece a valorização dos produtos, uma vez que os consumidores reconhecem não apenas a qualidade das mercadorias, mas também o esforço e a dedicação dos agricultores, criando um ciclo de valorização que vai além das relações comerciais.

5 ENTRE BARRACAS E SABORES: RELAÇÕES DE CONSUMO NO TERRITÓRIO DA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR



5 ENTRE BARRACAS E SABORES: RELAÇÕES DE CONSUMO NO TERRITÓRIO DA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR

A alimentação vai além da ingestão de nutrientes – envolve dimensões simbólicas, sociais e também afetivas que moldam a vida dos grupos sociais. Maciel (2004) ressalta que a escolha e a ingestão de alimentos estão permeadas por sentimentos vinculados às tradições e à cultura, os quais podem expressar marcos identitários. Entretanto, na contemporaneidade essas escolhas nem sempre acontecem diante das dificuldades de acesso à comida.

Portilho (2020, p. 426) salienta que: “comer, afinal, é uma prática mundana emaranhada em diversas outras, como comprar alimentos, levá-los para casa, estocá-los, selecionar menus, preparar refeições e servir”. A autora evidencia que o ato de comer não pode ser reduzido à ingestão de nutrientes, mas deve ser entendido em sua complexidade social e cotidiana. Desse modo, compreender o ato de comer possibilita a reflexão sobre as implicações em cada escolha alimentar.

O consumo de alimentos como ato político implica conhecer aquilo que será consumido, isto é, conhecer desde o modo, o lugar e por quem foi cultivado/elaborado, até as condições de trabalho e também quem será beneficiado pelo preço que foi pago pelo consumidor (Valério, 2021). Os consumidores das feiras da agricultura familiar nos municípios pesquisados buscam acima de tudo o consumo de alimentos cuja origem conhecem, o que contempla o consumo de alimentos como ato político. Nesse sentido, “o comer torna-se também um ato político e ideológico” (Portilho et al, 2011, p. 103). Desse modo, as escolhas alimentares vão além das necessidades biológicas, transformando-se em gestos diretamente relacionados com posicionamentos particulares dos consumidores.

Assim como os agricultores/feirantes, os consumidores têm papel essencial para o fortalecimento das feiras da agricultura familiar, pois, ao optar por adquirir alimentos nesse circuito curto de comercialização, incentivam os agricultores a permanecerem exercendo suas atividades voltadas para o cultivo de alimentos em seus estabelecimentos rurais, possibilitando assim a ampliação da renda das famílias rurais.

A possibilidade de escolha dos alimentos pelos consumidores propicia a decisão sobre o que será consumido fato esse que denota a feira como um território no qual se manifesta vários tipos de poder como a esfera pública ao definir o espaço e os consumidores o poder da escolha (Menezes, 2021). Neste sentido, apesar de não ser descaracterizado como mercadoria, o alimento assume uma dimensão mercadológica que é traduzida em “preços justos”, o que permite a apropriação de maior parte da renda pelo agricultor/feirante, e proporciona a redução

dos preços para o consumidor final em decorrência da eliminação dos atravessadores, o que, de acordo com Valério (2021), contribui para a democratização do acesso das pessoas aos alimentos.

A aquisição de alimentos nas feiras da agricultura familiar dos municípios do sul sergipano possibilita o consumo de produtos locais. Embora não tenha pesquisado os municípios estudados nesta pesquisa, Esteve (2017, p.53) contribui com este estudo ao dizer que “quanto mais industrial, intensiva, **quilométrica**²⁹ e globalizada é a agricultura, maior a dependência do petróleo”, o que ocasiona em maiores custos, que ocasiona a exclusão de mais pessoas do consumo adequado e regular de alimentos (Valério, 2017). Para além disso, Pollan (2006, p. 182) chama a atenção para os longos percursos realizados para a distribuição dos alimentos, destacando que “um item típico de uma refeição americana se desloca cerca de 2.500 quilômetros até chegar à nossa mesa”, ao passo que as cadeias locais se mostram curtas e menos onerosas, aponta o autor.

Nesse contexto, Pollan (2006, p.195) considera que o surgimento de feiras de “produtores independentes” pode ser visto como uma alternativa para sanar as longas distâncias percorridas, ao ofertar alimentos oriundos das proximidades dos consumidores. Dessa forma, ao considerar que a aquisição de alimentos nas feiras da agricultura familiar favorece o consumo de alimentos locais e reduz a dependência de sistemas produtivos intensivos e globalizados, que tendem a gerar maiores custos e restringir o acesso a uma alimentação adequada, torna-se relevante compreender quem são os consumidores que frequentam esse território de comercialização.

5.1 Feira da Agricultura Familiar: conexão e confiança entre agricultores/feirantes e consumidores

O consumidor de alimentos oriundos da agricultura familiar demonstra um comportamento distinto do modelo atual de consumo, que preza pela praticidade e “pela desconexão entre o consumidor e à origem geográfica e social dos alimentos que consome” (Dias et al., 2017, p. 245). Esses atores se propõem a estabelecer vínculos, adquirem os alimentos diretamente do agricultor e fazem uso do seu tempo para a escolha e preparação dos alimentos em suas residências.

Para Marsden et al. (2000), as cadeias curtas possuem a capacidade de ressocializar e/ou reespacializar os alimentos e permitem aos consumidores a realização de julgamentos

²⁹ Grifo nosso.

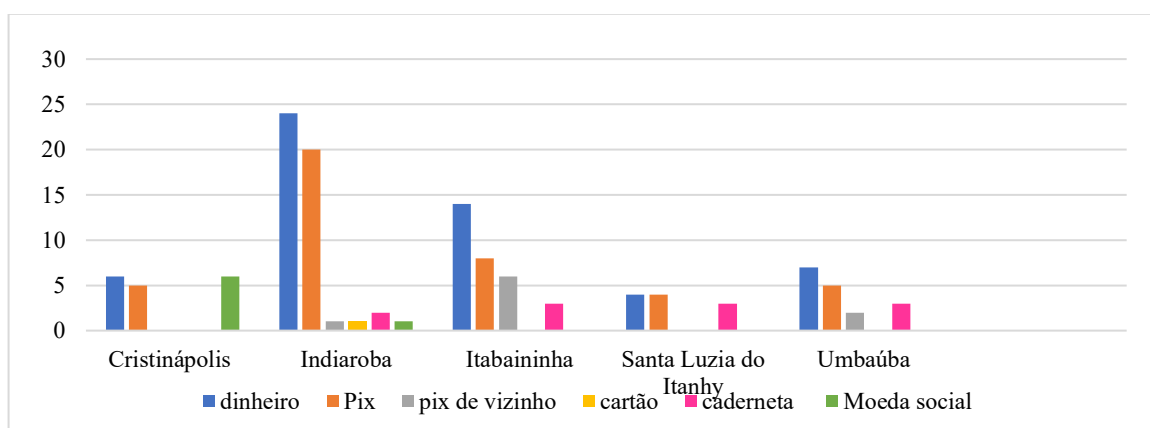
acerca dos produtos adquiridos. Tal fato denota que o produto chega até o consumidor com informações acerca do seu processo de produção. Assim, a qualidade que é assegurada pelo agricultor é importante para que seja construída a relação de confiança entre quem cultiva e quem adquire (Marsden et al., 2000), valorizando os alimentos cultivados localmente e a sua comercialização via circuitos curtos, o que possibilita a “reconexão entre produtores e consumidores” (Dias et al., 2017, p. 245). Nos circuitos curtos de comercialização, os consumidores assumem papel importante.

A Feira da Agricultura Familiar, como circuito curto de comercialização, está imbuída de um valor cultural para os seus frequentadores, sejam eles agricultores/feirantes ou consumidores. Nesse território, os grupos aí inseridos mantêm e fortalecem relações de sociabilidade e de proximidade, que são permeadas por laços de confiança acerca do produto adquirido.

A fidelização dos clientes possibilita aos agricultores aumento na lucratividade, não só porque esses consumidores são clientes fixos, o que garante certa estabilidade ao produtor, mas, também porque atesta a qualidade dos seus produtos, e, ao fazê-lo, acaba por realizar espontaneamente a divulgação da sua barraca (DIAS et al., 2017 p.248).

O dia de feira para agricultores e consumidores não se constitui apenas como um encontro eminentemente econômico. Nesse território são partilhadas informações e experiências que fortalecem os vínculos de confiança. Nas relações entre os agricultores/feirantes do recorte territorial pesquisado, foi possível constatar o que Menezes (2021, p. 82) aponta como “as relações de proximidade, solidariedade e confiança”, o que pode ser observado no momento em que este olha para o consumidor e fala “pode levar, depois você paga”. Quando questionados sobre as formas de pagamento, estes foram enfáticos: “*vendo no dinheiro e aceito pix*” (Gráfico 08).

Gráfico 08: Formas de pagamento aceitas nas feiras da agricultura familiar.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Embora o dinheiro em espécie continue sendo o método de pagamento predominante nas FAFs no sul de Sergipe, avança o uso de tecnologia. Uma grande parcela de agricultores e feirantes disponibiliza o Pix como alternativa. Já o uso de cartão de crédito ainda é uma exceção, aceito por apenas um agricultor/feirante do município de Indiaroba.

As relações de confiança observadas no território da Feira da Agricultura Familiar estão para além do que é apontado no Gráfico 08. Os feirantes aceitam as formas de pagamento apresentadas, porém ressaltam nas entrevistas que *“se é um freguês, sempre compra aqui na feira, e se um dia não tiver como pagar, não deixa de levar os alimentos”* (Entrevistada 05, município de Indiaroba, 2024). Tal fato reafirma a solidariedade neste território. Essas práticas revelam a importância das relações sociais, que vão além das simples transações comerciais e que são capazes de promover um território permeado por vínculos essenciais para o bom funcionamento da feira.

Um aspecto identificado durante o estudo é a persistência da venda a prazo denominada de fiado. Alguns agricultores/feirantes registram em caderninhos/cadernetas (Figura 26) anotações com o nome do consumidor e o valor da compra. Quando o pagamento é efetuado, apagam/riscam esse registro.

Figura 26: Caderno de anotações para venda com pagamento posterior.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

Essa prática está baseada na confiança mútua entre o agricultor/feirante e o consumidor, uma relação que Pereira et al (2017) identificam como um pilar nesse modelo de

comercialização. Nas feiras da agricultura familiar dos municípios do sul sergipano, a confiança se constitui como um diferencial significativo. Vale ressaltar que esse tipo de venda/pagamento é reservado para consumidores de longa data em quem os agricultores/feirantes confiam. Essa seletividade foi observada também por Cruz et al. (2020) em seu estudo sobre as feiras do Alto Jequitinhonha – MG, em que os produtores escolhem de forma criteriosa os consumidores para essa modalidade de venda.

Verificou-se também, nas diversas barracas, o aceite do uso da moeda social aratu (Figura 27) na FAF de Indiaroba como forma de pagamento. Como citado anteriormente, o Programa Municipal PAI tem desempenhado papel central nesse processo, ao incentivar o uso da moeda social como mecanismo de fortalecimento da economia local e de estímulo à circulação de recursos dentro do município. Essa iniciativa contribui para dinamizar as relações comerciais no âmbito da feira, promover a inclusão produtiva dos agricultores familiares e reforçar o caráter territorializado das práticas econômicas, ao vincular produção, consumo e desenvolvimento local em um mesmo circuito solidário.

Figura 27: Cartão representativo da moeda aratu



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2023.

O pagamento por meio da moeda social Aratu ocorre de forma semelhante às transações realizadas via Pix ou transferência digital, exigindo, portanto, acesso à internet para sua efetivação. Contudo, essa dependência de conectividade representa, em muitas situações, um obstáculo à sua ampla utilização, em razão das falhas na oferta e na estabilidade do serviço de internet no espaço de Feira da Agricultura Familiar. Soma-se a isso a limitada familiaridade de parte dos agricultores/feirantes com o uso de tecnologias digitais, especialmente entre os feirantes de maior faixa etária, o que reforça as dificuldades operacionais e reduz a adesão plena a esse instrumento de pagamento eletrônico.

Em Cristinápolis, embora não exista uma moeda social, a prefeitura, em parceria com representações sociais locais, distribui tickets (Figura 28) para as famílias em vulnerabilidade social inscritas no CadÚnico. Cada família recebe o valor de R\$ 50,00 para consumir produtos comercializados nessa feira. Ao término da feira, os agricultores se dirigem até a Secretaria Municipal de Assistência Social com os tickets recebidos durante a realização da Feira da Agricultura Familiar, e lá é efetuado o pagamento aos agricultores/feirantes.

Figura 28: Tickets distribuídos para as famílias de Cristinápolis.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

Para além das relações de confiança entre consumidores e agricultores/feirantes, é possível observar uma significativa colaboração entre os agricultores. Exemplos dessa interação incluem: a venda dos produtos da barraca do vizinho; ajuda para facilitar no troco; compartilhamento de instrumentos de trabalho, como balanças, facas, baldes e sacolas plásticas; assistência àqueles que não utilizam o pagamento via Pix³⁰, oferecendo a chave Pix para que os consumidores do agricultor/feirante vizinho possam realizar a compra. Tais relações acontecem de forma semelhante ao resultado das pesquisas realizadas por Menezes (2021) nas feiras de Aracaju e em alguns municípios sergipanos.

Durante a realização das entrevistas, os entrevistados mencionaram a necessidade dessa contribuição, evidenciando a relevância da solidariedade e da cooperação neste território de comercialização. Essas relações de proximidade, reciprocidade e interações entre os agricultores/feirantes nos remetem às discussões realizadas por Sabourin (2011), nas quais o

³⁰ O Pix é um meio de pagamento eletrônico brasileiro que permite a transferência de dinheiro de forma instantânea, em qualquer dia e horário, incluindo feriados. Criado e regulamentado pelo Banco Central, o sistema possibilita que os recursos sejam enviados e recebidos em segundos, de uma conta para outra, independentemente da instituição financeira.

autor ressalta a persistência das relações sociais e interpessoais na contemporaneidade, assemelhando-se às dinâmicas características do campesinato no passado.

Essa rede de cooperação existente entre agricultores/feirantes, é permeada pela solidariedade e apoio mútuo, fortalece não apenas a dinâmica interna das feiras da agricultura familiar, mas também possibilitam o fortalecimento das relações externas com os consumidores. A confiança que é construída nesse território de comercialização se consolida tanto nas práticas de colaboração, como também pela transparência com os consumidores.

Cassol e Schneider (2017) salientam que, à medida que cresce o interesse dos consumidores sobre as informações acerca dos alimentos que comprem, novos vínculos surgem entre os agricultores/feirantes e os consumidores.

Todavia, estas relações de confiança podem assumir distintas formas, que se refletem nos diferentes tipos de valorização e qualificação atribuídas aos alimentos por parte dos atores e na mobilização de uma variedade de valores que são acessados para justificar escolhas e práticas cotidianas de produção e consumo (CASSOL; SCHNEIDER, 2017, p. 198).

Desse modo, a confiança que os consumidores atribuem aos alimentos adquiridos nas feiras é resultante de um conjunto de relações que são estabelecidas entre os agricultores e os consumidores, como o conhecimento acerca da origem (Ferrari, 2011).

Cassol e Schneider (2017) salientam que as interações sociais são “responsáveis por gerar confiança”, nos espaços das feiras livres. Tal fato encontra-se presente também no território das feiras da agricultura familiar do sul sergipano. Embora Cassol (2013) não tenha realizado visitas aos municípios analisados nesta pesquisa, constatou-se que, de maneira semelhante ao que ele aponta em seus estudos, os consumidores, ao adquirirem produtos nesse território de comercialização, não interpretam as informações apresentadas de forma isolada. Em vez disso, eles utilizam uma variedade de valores e constroem relações sociais coletivas, o que confere características particulares às práticas de consumo.

As características que compõem esses mercados de comercialização estão relacionadas às interações entre os diferentes atores que estão envolvidos. As feiras da agricultura familiar, de modo semelhante às feiras livres, são territórios em que ocorre a valorização da pequena produção (Cassol; Schneider, 2017).

Assim é possível perceber que diferente do que ocorre nas cadeias longas de comercialização, nas quais imperam as relações impessoais, nas feiras da agricultura familiar, os vínculos sociais são singularidades que permeiam esse território e são responsáveis por gerar nos consumidores a confiança. Afinal, “[...] a relação não está somente presente na troca material, é co-extensiva e co-fundadora de toda relação social” (Raffestin, 1993, p.32). Embora

o autor não tenha estudado as feiras da agricultura familiar, tal afirmação corrobora as ações identificadas nesse território de comercialização de alimentos, o que evidencia que o ato de comprar e vender nas feiras vai além da dimensão econômica, configurando-se também como prática social e cultural.

No caso das feiras de venda direta, o que ocorre é que a confiança acaba resultando da familiaridade atribuída pelos consumidores às relações pessoais, baseadas em valores como reputação, interconhecimento, amizade e experiência, que são valorizadas enquanto mecanismos de reputação, interconhecimento, amizade, experiência, e legitimidade atribuídos aos alimentos (CASSOL; SCHNEIDER, 2017, p.207).

Na Feira da Agricultura Familiar, não ocorrem apenas trocas materiais. As interações ali existentes possibilitam um intercâmbio de saberes entre aqueles que se encontram cotidianamente (Tedesco, 2015). Para além dos saberes transmitidos *in loco* entre os atores que atuam nesse território, os saberes também são transmitidos de geração em geração por meio da convivência cotidiana na feira (Santos, 2018).

A dimensão cultural presente na Feira da Agricultura Familiar se articula às transformações existentes na sociedade, na qual o alimento não expressa apenas tradições, mas também valores e novas formas de consumo. Dias et al. (2017, p. 243) salienta que: “A comida, a política, as ideologias e crenças então enraizadas nas práticas sociais, e estas vão se transformando à medida que a sociedade também se transforma”. Desse modo, é possível perceber que a sociedade atual apresenta um novo perfil de consumo, com novas exigências em torno do alimento que consomem (Dias et al., 2017, p. 243). Atualmente os consumidores passaram a exercer sua cidadania e reflexão em torno do consumo de alimentos, e a qualidade passa a ser atribuída ao conhecimento e à proximidade social e espacial, não apenas nos critérios e normas legais (Scarabelot; Schneider, 2012).

Esta mudança em termos de atitudes, comportamentos e crenças associadas ao perfil do consumidor ocorre como resposta a características das sociedades modernas onde se verificou um aumento da distância geográfica, cognitiva e relacional entre produtores e consumidores de alimentos. Esta distância ocorreu principalmente em função de que menos pessoas se envolvem diretamente na produção de alimentos como consequência da dinâmica da rotina urbana, das necessidades de praticidade na compra e preparo dos alimentos e da ampliação e complexidade das cadeias de produção que favorecem a emergência das grandes redes varejistas (DIAS et al., 2017, p.243).

Dessa maneira, surge em alguns grupos de consumidores a necessidade de reconexão com quem cultiva e prepara os alimentos, com o objetivo de diminuir a desconfiança acerca da origem dos produtos, como acontece na aquisição de alimentos nas cadeias longas de comercialização.

Diante deste novo cenário, no qual se intensifica a busca de relações de proximidade entre quem cultiva/elabora e quem consome, a Feira da Agricultura Familiar torna-se como um espaço de reconexão. Nesse território, o ato de comprar ultrapassa uma simples transação comercial e torna-se uma experiência que envolve diálogo, troca de saberes e confiança mútua. É entre barracas e sabores que são construídos vínculos, os quais são alimentados tanto pela qualidade e frescor dos alimentos, quanto pela possibilidade de conhecer a história, o modo de cultivo/elaboração e os valores culturais que acompanham cada alimento. Tais características confere às feiras da agricultura familiar um papel relevante na reconfiguração das relações de consumo, em que há a aproximação entre agricultores/feirantes e consumidores, o que fortalece a identidade dos grupos familiares que fazem a feira acontecer.

É relevante estudar o perfil dos participantes das FAFs, pois, segundo Pazera Júnior (2003), o público que participa das feiras pode ser dividido em dois grupos distintos: os frequentadores, que circulam pelo espaço principalmente com fins de lazer e socialização, e os consumidores, cuja presença está diretamente vinculada à intenção de realizar compras.

Conhecer o perfil dos consumidores das feiras de agricultura familiar, bem como seus hábitos alimentares, suas percepções e preferências, é relevante. Isso porque o conhecimento aprofundado do público fornece informações importantes que podem ser utilizadas para a melhoria da eficácia da feira e para uma melhor experiência do consumidor.

As entrevistas com os consumidores foram realizadas no momento das compras, e, com isso, os agricultores/feirantes puderam conhecer a opinião do consumidor em relação à feira e aos alimentos que eles oferecem. Também é possível realizar ajustes para a organização das feiras. Desse modo, as subseções seguintes apresentarão os resultados obtidos por meio das entrevistas com os consumidores, os quais foram analisados e discutidos de acordo com a literatura existente.

5.2 “Busco o que é melhor”: consumidores das FAFs do sul sergipano

Esta pesquisa alcançou 20 consumidores que frequentam a Feira da Agricultura Familiar destes municípios (2 em Indiaroba, 1 em Santa Luzia do Itanhhy, 6 em Itabaianinha e 11 em Umbaúba³¹). Dentre os entrevistados, todos residem no município de realização da feira,

³¹ O maior número de consumidores entrevistados nesse município se deu por este ser local de residência da pesquisadora, que também é consumidora da feira e que, semanalmente, ao ir à feira, quando havia possibilidade realizava entrevista com os consumidores.

o que caracteriza que 100% dos consumidores adquirem alimentos em seu município de residência.

As feiras da agricultura familiar destes municípios são realizadas na área urbana, nos centros das cidades. Os consumidores também compartilharam suas percepções em relação à localização das FAFs, ressaltando que a acessibilidade espacial constitui um fator determinante para a frequência e para a consolidação desse espaço de comercialização no cotidiano urbano. A proximidade da feira em relação às áreas residenciais e aos centros de circulação facilita a participação de consumidores que buscam praticidade. Desse modo, a localização das FAFs não deve ser compreendida apenas como um atributo físico ou logístico, mas como um elemento estratégico que influencia padrões de consumo, potencializa a interação entre campo e cidade e contribui para a legitimação das feiras como territórios de comercialização, convivência e valorização da agricultura familiar.

Tabela 18: Percepção dos consumidores em relação à localização da feira

Ruim	2
Boa – fácil acesso	18

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

As percepções dos consumidores acerca da localização das feiras da agricultura familiar evidenciam tanto aspectos positivos quanto limitações estruturais desses espaços. O consumidor 13, residente em Itabaianinha, aponta que a localização é ruim por estar “*no meio da rua*” (Figura 29). Enquanto isso, a consumidora 4, de Umbaúba, ainda que reconheça a vantagem da proximidade por estar localizada no centro da cidade e, portanto, próxima à sua residência, destaca como ponto negativo o intenso fluxo de veículos no entorno³², que compromete a experiência de compra e a segurança dos frequentadores. Já a consumidora 3, também de Umbaúba, revela que a localização é boa, mas aponta a necessidade de um espaço específico para os feirantes, o que sugere adequação da infraestrutura. Esses depoimentos evidenciam que, embora a localização central facilite o acesso, a ausência de planejamento urbano adequado gera conflitos de uso do espaço público, tornando visível a importância de

³² Até o ano de 2024 não havia isolamento da rua em que a feira estava localizada; no ano de 2025 houve uma reorganização, e não há circulação de veículos na rua em que a feira está localizada no município de Umbaúba.

políticas que articulem mobilidade, segurança e ordenamento territorial para o fortalecimento das feiras.

Figura 29: Via pública em que se realiza a Feira da Agricultura Familiar de Itabaianinha.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2025.

Os consumidores ressaltam que a localização da feira é boa, mas observam que a ausência de sinalização e informação sobre a existência dessa feira diminui a participação: *“muita gente nem sabe da existência dessa feira, tem que divulgar para que a população saiba que existe uma feira com os produtores do nosso município”*, ressalta a consumidora feirante de Umbaúba.

Karakus et al. (2014), em pesquisa realizada nos Estados Unidos, aponta que uma das razões apontadas pelos consumidores para não participar das feiras de produtores é a ausência e/ou inexistência de sinalização. Deste modo, é necessário o uso de táticas voltadas para a sinalização e informação da população (por meio de redes sociais oficiais) para aumentar o número de participantes, e assim gerar mais renda para os agricultores/feirantes.

No que concerne à residência dos consumidores integrantes da pesquisa, 88,24% residem na área urbana, e 11,76%, no território rural do município. A menor incidência de consumidores oriundos do território rural se dá, de acordo com Ferreira et al., (2022), porque é comum que haja produção e cultivo de alimento para o consumo em seus estabelecimentos rurais. Desse modo, aqueles consumidores residentes da área rural que estão presentes na feira justificam a busca de alimentos que não são cultivados por eles em seus estabelecimentos rurais.

No que se refere à distância entre a residência dos consumidores e a localização da feira, Adanacioglu (2021), em estudo realizado em feiras de produtores em distritos da

província de Izmir, na Turquia, estabelece a distinção entre esses consumidores. O autor aponta como consumidores “convencionais” aqueles que residem próximo ao local de realização da feira, ou seja, aqueles que vão até a feira por conveniência, costume ou proximidade, salienta ainda que existem aqueles que representam um grupo mais sensível: são indivíduos que residem mais distante, mas que, apesar da distância, vão consumir alimentos que consideram mais saudáveis e de qualidade. Esse grupo o autor denomina de “conscientes”, em decorrência do esforço que realizam para frequentar esse mercado.

No que se refere ao gênero dos consumidores, observou-se que 41,17% são homens, e 58,83% são mulheres (Gráfico 10). De acordo com Rucinski e Brandenbug (2002), as mulheres tendem a demonstrar maior envolvimento nas atividades de compra, aspecto que se confirma nos resultados obtidos neste estudo, nos quais sua participação aparece de forma mais expressiva em comparação aos homens.

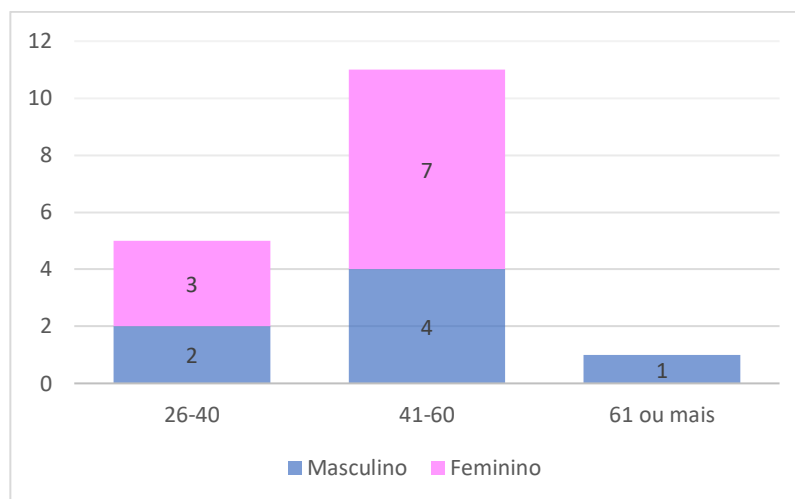
Tal informação reforça a centralidade da mulher na tomada de decisões relacionadas ao consumo alimentar do grupo familiar, seja pela busca por qualidade e diversidade dos produtos, seja pela preocupação em garantir o abastecimento do lar. Nesse sentido, a maior presença feminina nas feiras da agricultura familiar evidencia não apenas uma prática de compra, mas também uma responsabilidade socialmente construída.

Acerca do predomínio do público feminino como consumidor nas feiras analisadas, assim como observado nos estudos de Adanacioglu (2021) e Menezes (2021), embora as informações sejam referentes às feiras livres, nos mercados de comercialização da agricultura familiar ocorre de forma semelhante. Os autores ressaltam que o predomínio se encontra relacionado às responsabilidades que são atribuídas à figura feminina, principalmente no que se refere às atividades domésticas, como a escolha e preparo dos alimentos consumidos cotidianamente. “As decisões sobre o cardápio, os ingredientes e até mesmo o local de compra desses ingredientes são frequentemente tomados pelo público feminino como parte de suas responsabilidades diárias” (Ritt, 2024, p. 65-66). Dessa forma, as atividades relacionadas à escolha dos alimentos estão associadas à mulher, que em muitos casos associa essa tarefa com o trabalho que exerce fora da casa, ou seja, com o seu serviço remunerado.

No que se refere à faixa etária, observa-se que 64,70% dos consumidores têm entre 41 e 60 anos, enquanto 29,41%, entre 26 e 40. Destaca-se, ainda, a ausência de representantes na faixa de 18 a 25 anos, conforme evidenciado no Gráfico 09. O predomínio de consumidores maiores de 40 anos pode ser explicado por diversos fatores, e o principal é a relação que estes consumidores têm com o território rural em decorrência da vivência em seus primeiros anos

(Mueller; Martine, 1997). A não existência de crianças e adolescentes tem relação com o horário escolar.

Gráfico 09: Gênero e idade dos consumidores das feiras da agricultura familiar dos municípios do sul sergipano.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

No que se refere ao grau de escolaridade dos consumidores da feira, é possível identificar um número expressivo de participantes que têm o ensino superior completo (47,05%), enquanto 29,41% não concluíram o ensino fundamental, 11,76% concluíram o ensino fundamental e 11,76% concluíram o ensino médio, destacando-se uma amplitude no perfil dos consumidores que frequentam a Feira da Agricultura Familiar nos municípios do sul sergipano (Tabela 19). Silva et al. (2015) aponta que, quanto maior a escolaridade, igualmente será o conhecimento sobre segurança alimentar e nutricional. Tal fato implica em máxima participação em espaços de compra em que há a presença de agricultores familiares na comercialização de alimentos.

Adanacioglu (2021) aponta que uma das motivações dos consumidores em adquirir alimentos nas feiras de produtores é a possibilidade de adquirir produtos com baixo teor de aditivos químicos, considerados como adequados para a segurança alimentar. Desse modo, a aquisição de alimentos nesse mercado de comercialização se dá em decorrência da motivação baseada na preocupação dos consumidores com a utilização de produtos químicos considerados como inadequados para o consumo. A consumidora 17 ressalta: “*a minha motivação é a busca por alimentos de qualidade, frescos, oriundos da agricultura local, e de preferência sem o uso de agrotóxicos, que são melhores para minha saúde*”.

A valorização da qualidade e da segurança alimentar surge, assim, como elemento motivador das escolhas de consumo. Esse dado relacionado à escolaridade dos consumidores que buscam adquirir alimentos nas FAFs está também associado ao acesso à informação e à capacidade crítica desse público. Doriquetto et al. (2009) e Cerveira e Castro (1998) revelam que os consumidores de maior escolaridade tendem a valorizar o consumo de alimentos “orgânicos” e diferenciados.

Tabela 19: Grau de escolaridade dos consumidores das feiras da agricultura familiar dos municípios do sul sergipano.

		Valor absoluto
Grau de escolaridade	Ensino fundamental incompleto	5
	Ensino fundamental completo	2
	Ensino médio	4
	Ensino superior	9
	Total	20

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Durante a pesquisa com os consumidores, não se questionou acerca da renda, a fim de evitar constrangimentos, mas, baseado em Bettencourt et al. (2018), as feiras são espaços de grande diversidade, frequentadas por indivíduos de variadas origens e classes sociais. Elas funcionam como um ponto de encontro, onde a interação entre as pessoas ocorre de forma fluida, sem que sua condição econômica seja uma barreira para a comunicação.

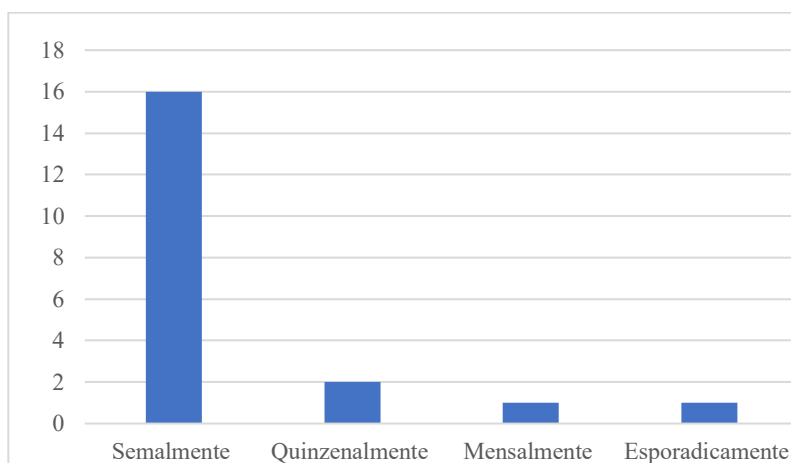
Consumidores de diferentes faixas de renda frequentam o local para fazer suas compras e interagir. Essa convivência demonstra que as feiras, além de um espaço comercial, são um ponto de encontro social que une a comunidade. A diversidade de renda (embora não questionada durante as entrevistas) e classe social reflete-se na variedade de ocupações dos frequentadores das feiras.

Os consumidores das feiras da agricultura familiar são diversificados. Foram identificados professores (5), fotógrafa (1), assistente administrativo (1), jornalista (1), *bartender* (1), aposentado (2), técnico agrícola (1), marceneiro (1), agricultor(a)s (4), autônomo (1) e diaristas (2). A variedade de profissões destaca a existência de um público consumidor diverso, o que torna a Feira da Agricultura Familiar um território inclusivo e democrático que proporciona relações de troca entre as distintas classes sociais, de modo semelhante ao que foi identificado por Kiyota et al. (2021) na feira do município de Pato Branco, no estado do Paraná.

Além da diversidade profissional, a heterogeneidade do público também é manifestada nos distintos padrões de consumo e motivações para frequentar o território da Feira da Agricultura Familiar. Essa pluralidade reflete não apenas os diferentes níveis socioeconômicos, mas também as variadas formas de relação que esses consumidores têm com as FAFs, que vão desde a busca de produtos frescos e de qualidade até o simples interesse em apoiar a produção local e fortalecer a economia dos agricultores familiares. Tal informação denota a relevância das FAFs como territórios de convivialidade e de intercâmbio cultural, nos quais o ato de adquirir alimentos está associado a valores sociais, ambientais e identitários.

No que se refere à frequência dos entrevistados, foi possível identificar que (76%) frequentam a feira semanalmente, e (23,52%) quinzenalmente. O fato de maior número dos consumidores frequentarem a feira semanalmente indica que esta faz parte de suas rotinas. Estes podem ser considerados como consumidores assíduos, que se deslocam até este território de comercialização em busca de alimentos para o consumo diário com seus familiares. Quando indagados sobre quais produtos buscam na feira, ressaltaram que buscam frutas e verduras.

Gráfico 10: Frequência de participação na feira



Fonte: Organizado pela autora, 2025

A participação semanal dos consumidores nas FAFs dos municípios do sul sergipano demonstra a centralidade desse território de comercialização no abastecimento alimentar das famílias. Essa assiduidade pode ser explicada, sobretudo, pela busca por alimentos frescos, característica marcante das feiras da agricultura familiar. Além disso, a frequência semanal indica que a feira se consolida como um espaço incorporado à rotina dos consumidores, não apenas pela conveniência da compra, mas também pela confiança estabelecida na qualidade dos alimentos e na relação direta com os agricultores/feirantes, como já citado anteriormente.

Durante a pesquisa, os consumidores avaliaram de forma positiva os dias de realização das feiras. Como exemplifica uma consumidora de Indiaroba, *“é bom porque é no meio da semana”*. A ocorrência das feiras às quartas-feiras, em Itabaianinha e Santa Luzia do Itanhy, e às quintas-feiras, em Indiaroba e Umbaúba, foi apontada como um aspecto favorável, uma vez que garante aos consumidores o acesso a alimentos frescos na metade da semana, contribuindo para a regularidade e a qualidade da alimentação familiar, tendo em vista que as feiras convencionais nesses municípios são realizadas aos sábados (Itabaianinha e Umbaúba), aos domingos (Indiaroba e Santa Luzia do Itanhy) e às segundas-feiras (Umbaúba).

Cruz et al. (2022), em seus estudos sobre as feiras de produtores do Alto Jequitinhonha (composto por 20 municípios), localizado no estado de Minas Gerais, observou que as feiras possuem relevância para a manutenção da identidade cultural alimentar da população urbana, e são responsáveis por parte expressiva da economia local dos municípios. Assim como observado pela autora, a consumidora entrevistada no município de Umbaúba relata que a Feira da Agricultura Familiar é relevante, pois *“reforça a economia local e a agricultura familiar”* (Informação verbal, consumidora 17), o que destaca a expressividade desse território de comercialização. A presença desses consumidores com seus costumes alimentares fortalece os mercados locais e também os agricultores, fato que foi observado em todas as feiras analisadas.

5.3 Motivações e sentidos: *“A saúde passa por aquilo que a gente come”*

A escolha dos alimentos pelos consumidores está associada aos seus hábitos alimentares, que, de acordo com Louzada et al. (2023), se referem aos padrões e escolhas que os indivíduos exercem em relação à sua alimentação ao longo do tempo. Esses costumes são moldados para cada grupo de acordo com suas preferências pessoais, elementos culturais, influências sociais, e também por suas condições econômicas, disponibilidade, tendências de mercado, além de valores nutricionais e condições de saúde (Ritt, 2024).

Nesse contexto, a escolha em adquirir alimentos na FAF está fortemente vinculada à preocupação com manutenção e promoção da saúde. Muitos consumidores buscam nesses espaços produtos mais frescos e com menor adição de agroquímicos, associando essa compra a uma alimentação equilibrada e preventiva de doenças, como revela o consumidor 04 do município de Itabaianinha:

Venho comprar nessa feira em busca de alimentos saudáveis, “chega de comer veneno”. A nossa saúde passa pelo que a gente come, temos que comer melhor para garantir melhor saúde, eu compro aqui por isso, confio nesses agricultores, eu sei que eles vendem o que eles comem, e eles plantam produtos de qualidade. (23/07/2025).

Essa opção vai além do simples ato de comprar – representa uma postura reflexiva em relação à qualidade nutricional dos alimentos e à redução da exposição aos agroquímicos contaminantes. Assim, as feiras da agricultura familiar não apenas suprem as necessidades alimentares, mas também são responsáveis pela consolidação de um território que favorece práticas de consumo saudáveis, em que a relação com o que se come se torna prioridade.

No ato da compra, os consumidores observam as características dos alimentos e atribuem qualidade aos produtos de acordo com os seus padrões, os quais são influenciados por diversos fatores, dentre os quais os relacionados às questões de saúde (Carvalho et al., 2022), e à valorização da produção local, como aponta Nierderle et al. (2020), associados também aos sabores regionais e exclusividade de alimentos (Fontana; Cruz, 2021). A qualidade atribuída pelos consumidores é a principal motivação para aquisição dos alimentos oriundos da agricultura familiar. A consumidora 14 aponta que compra nessa feira, pois são *“mais naturais, e tem uma durabilidade maior”*.

Os consumidores são motivados em suas escolhas alimentares muitas vezes em razões associadas com o cuidado com a saúde e com a busca por qualidade. Barbosa (2009) denomina essa tendência de consumo voltada ao bem-estar físico e à valorização de hábitos mais equilibrados com a ideologia da “saudabilidade”:

Saudabilidade é mais do que uma tendência que preconiza uma nova abordagem alimentar. Ela tem se tornado uma ideologia que reposiciona a comida na vida das pessoas, fazendo com que ela desempenhe um papel importante na construção da identidade e na postura política, principalmente naquelas concernentes ao meio ambiente, aos métodos de produção dos alimentos e à criação dos animais. Hierarquias de preferências alimentares são criadas ao longo de um eixo ético (BARBOSA, 2009, p. 33).

A saudabilidade, como aponta Barbosa (2009), vai além do campo das escolhas nutricionais e se afirma como uma perspectiva ideológica que redefine o lugar da alimentação no cotidiano das pessoas. Desse modo, a alimentação deixa de ser considerada apenas como fonte de energia e se torna identitária e também de posicionamento político, que é influenciado pela busca de alimentos cujas práticas de cultivo estejam voltadas para a preservação ambiental.

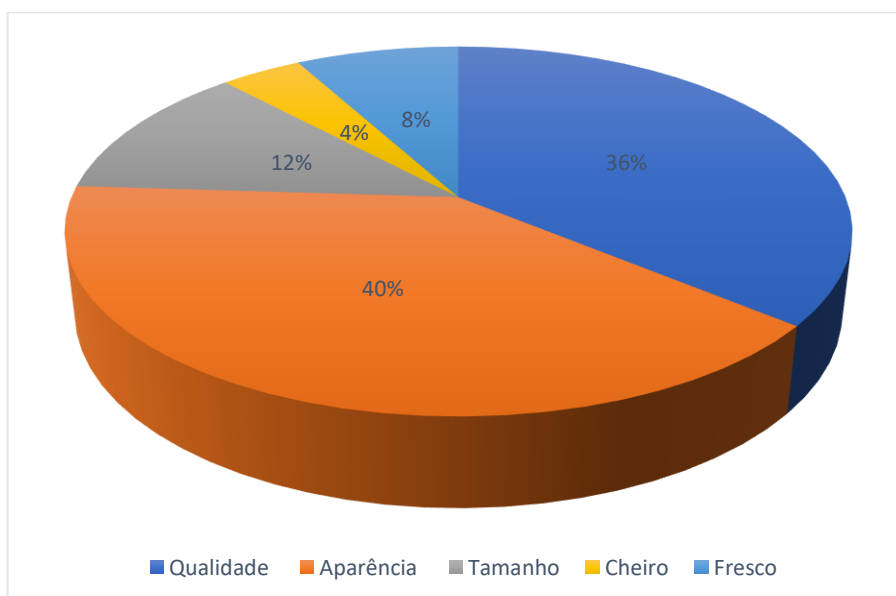
Assim, a busca por alimentos saudáveis está diretamente relacionada à forma como os consumidores constroem e transformam seus hábitos alimentares, pois agrupa valores éticos, ambientais e sociais às escolhas do dia a dia. Ao buscar produtos relacionados com esses princípios, os consumidores privilegiam os CCC, como as feiras da agricultura familiar, em que a procedência, o modo de cultivo/elaboração e a relação direta com o agricultor/feirante se tornam relevantes para a aquisição do alimento.

Diante disso, é possível perceber que os hábitos alimentares dos consumidores são distintos e fundamentais para direcionar a escolha dos alimentos e para fortalecer esse mercado de comercialização de produtos locais. Autores como Blay-Palmer et al. (2018), Alvaristo et al. (2022) e Andrade e Marafon (2023) ressaltam que os hábitos de consumo são dinâmicos e são constantemente influenciados ao longo do tempo e das circunstâncias de vida dos indivíduos consumidores. Essas mudanças por sua vez podem influenciar na aquisição dos alimentos.

A transformação dos hábitos de consumo reflete diretamente no território das FAFs, onde as preferências individuais e as vivências pessoais ao longo do tempo orientam não apenas o tipo do alimento escolhido, mas também o espaço em que serão adquiridos. Nessas interações, a confiança na origem e na forma como foi cultivado/elaborado, e a percepção da qualidade ganham relevância e aproximam o consumidor do agricultor/feirante, fortalecendo os vínculos de confiança fundamentais para a manutenção de mercado de comercialização. Nesse sentido, como destacam Gomes et al. (2024, p.02), “assimilar quais alimentos são produzidos, como e onde são produzidos, como chegam até o consumidor [...] passa a ser prioridade”, reforçando a centralidade da transparência e da proximidade entre produção e consumo nas feiras da agricultura familiar.

No território da Feira da Agricultura Familiar, o(a) consumidor(a) encontra diversas barracas que apresentam uma variedade de alimentos. Diante da diversidade de barracas que ofertam o mesmo produto, os(as) consumidores(as) realizam a escolha entre uma barraca e outra. O gráfico 11 destaca os principais fatores que influenciam na escolha.

Gráfico 11: Fatores de maior influência para a escolha dos alimentos nas feiras da agricultura familiar.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Assim verificamos que os consumidores possuem critérios de escolhas fundamentais para a aquisição dos alimentos nas feiras da agricultura familiar. Esses critérios encontram-se baseados na confiança existente entre quem adquire e aquele(a) que comercializa. Para Canesqui (2005):

A análise da prática alimentar cotidiana não se restringe aos alimentos apropriados em si mesmos, mas aos seus usos e modos de consumo, que envolvem seleção e escolhas, quem consome, como são adquiridos e preparados, quando e por quem são consumidos, ocasiões e adequações de consumo, juntamente com regras, valores, normas, crenças e significados que acompanham o consumo alimentar e a própria alimentação sempre carregados culturalmente. (CANESQUI, 2005, p. 169-170).

O critério qualidade do produto se destaca como o primeiro fator que mais influência na decisão de compra no momento da escolha dos alimentos entre uma barraca e outra, representando 40% (gráfico 07), o que aponta a relevância da excelência dos alimentos nesse território de comercialização. Ritt (2024) aponta que a importância da qualidade dos produtos nas feiras vai além da satisfação do consumidor, desempenhando um papel fundamental para a construção e manutenção da reputação dos produtores e também da própria feira.

A possibilidade de interação direta, associada à observação dos alimentos, fortalece o vínculo de confiabilidade e influência de forma significativa as escolhas de compra. Nesse processo, diversos fatores orientam a decisão dos consumidores, que envolvem desde a busca por produtos de melhor qualidade, a confiança estabelecida com o produtor ou produtora, até questões relacionadas ao preço ou a elementos que dialogam com suas identidades, origens e costumes (Batacini; Dutra Alves, 2021, p.428). Assim, os critérios utilizados pelos consumidores não se restringem apenas à relação interpessoal, mas também refletem a importância atribuída à qualidade dos produtos, que se confirma como um dos principais fatores que determinam a decisão no momento da compra.

No momento de consumo dos alimentos, a qualidade é atestada, tendo em vista que algumas características não podem ser observadas apenas pela aparência externa, e é nesse momento que se confirma o retorno nas próximas feiras para um consumo contínuo do produto. Os consumidores relatam experiências positivas, destacando que os alimentos “*são bons, às vezes externamente podem não ser tão bonitos, mas quando vamos consumir em casa é de ótima qualidade*” (Consumidora 12, Indiaroba).

Nesse sentido, a qualidade dos alimentos torna-se um diferencial no momento da escolha entre as barracas concorrentes, como afirma o consumidor 1: “*gosto de comprar aqui nessa barraca porque já tive experiências negativas comprando em outras bancas, o produto não era bom como o que ela vende*”. Isso influencia diretamente na preferência e proporciona a fidelidade dos consumidores, visto que como apontam Dias; Correia e Dutra Alves (2024,

p.166), que quando o produto chega *in natura* torna a relação entre o “campo e a mesa” do consumidor mais direta.

Além disso, observa-se que a percepção da qualidade está associada não apenas ao sabor ou à aparência, mas também ao vínculo simbólico e cultural estabelecido entre consumidores e agricultores. Nesse sentido, “os alimentos do cotidiano e da trivialidade merecem reconhecimento, pois são eles que guardam a essência da identidade cultural ao se relacionarem diretamente com o que está disponível” (Mendes; Franz, 2024, p. 120). Essa valorização do produto local reforça a confiança, a proximidade e estimulam a continuidade do consumo e a fidelização dos frequentadores das feiras.

A comercialização de alimentos diferenciados é uma das justificativas apontadas pelos consumidores para frequentar a Feira da Agricultura Familiar. No que diz respeito às causas que os impulsionam a adquirir alimentos nas feiras, os consumidores ressaltam que frequentam a feira da agricultura familiar porque “*são produtos de maior qualidade*” (Consumidor 1) e “*porque os preços são melhores*” (Consumidora 2). O Consumidor 16 aponta que frequenta a feira “*porque apoia a ideia de incentivo aos agricultores familiares*”. Essa percepção está alinhada ao que afirmam Gomes et al. (2024, p.12), ao destacar que o consumo constante de alimentos da “região” incentiva a produção local. Assim, diversas são as motivações para a participação nesse território de comercialização

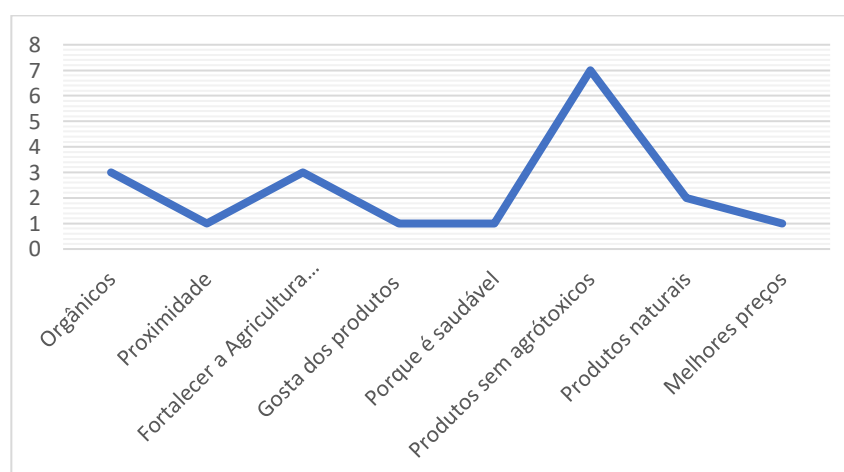
Os consumidores dessas feiras salientam que comprem nas FAFs, pois, nesse território de comercialização, há também exclusividade de produtos, como salienta o Consumidor 15: “*tem coisas que a gente só encontra aqui, tem coisas que só esses agricultores trazem para vender, tipo a fruta-pão*”³³ (Figura 30), *que recorda minha infância, e eu só encontro aqui nessa feira*”. A preferência observada pelos consumidores das feiras da agricultura familiar está associada a alimentos frescos e de qualidade e a tradição, como apontado pela Consumidora 14 residente no município de Indiaroba.

³³ *Artocarpus altilis*, popularmente conhecida como fruta-pão, é uma árvore tropical da família das moráceas, originária do Sudeste Asiático e do Pacífico Sul. Suas folhas são grandes e lobadas, e os frutos, grandes e redondos, são comestíveis e ricos em amido, sendo uma importante fonte de alimento em muitas regiões tropicais. A árvore pode atingir até 20 metros de altura e é cultivada em diversos países tropicais. Disponível em: [https://loja.paraosadasarvores.com.br/fruta-p-o.html#:~:text=Detalhes-.A%20fruta%2Dp%C3%A3o%20\(Artocarpus%20altilis\)%20%C3%A9%20uma%20%C3%A1rvore%20de,potencial%20para%20produ%C3%A7%C3%A3o%20de%20%C3%B3leos](https://loja.paraosadasarvores.com.br/fruta-p-o.html#:~:text=Detalhes-.A%20fruta%2Dp%C3%A3o%20(Artocarpus%20altilis)%20%C3%A9%20uma%20%C3%A1rvore%20de,potencial%20para%20produ%C3%A7%C3%A3o%20de%20%C3%B3leos).

Figura 30: Fruta Pão (*Artocarpus altilis*)

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

Quando questionados acerca dos motivos que os levam a adquirir produtos nas FAFs, os entrevistados dos cinco municípios destacaram, de forma predominante, a qualidade dos alimentos, conforme apresentado no Gráfico 11. Essa percepção está associada à valorização de produtos frescos, naturais e produzidos de forma artesanal, elementos que reforçam a confiança do consumidor e a autenticidade das relações estabelecidas nesses espaços. Contudo, o estudo também revelou que parte dos consumidores expressa preocupação com o fortalecimento da agricultura familiar, reconhecendo nas FAFs não apenas um local de compra, mas um instrumento de apoio à economia local e de estímulo à reprodução social das famílias agricultoras (Gráfico 12).

Gráfico 12: Porque escolheu comprar na FAF.

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Essa tendência reflete o que Wilkinson (2010, p. 45–52) denomina de emergência de novos mercados e novos consumidores, em que a dimensão ética e relacional do consumo passa

a desempenhar papel central na valorização dos circuitos curtos de comercialização e na consolidação de alternativas ao modelo agroalimentar convencional.

A motivação considerada mais relevante pelos consumidores é a qualidade. A aparência foi apontada como a segunda motivação principal. O terceiro fator que influencia na escolha dos alimentos é o tamanho, principalmente associado as frutas e verduras, que estes consideram ser relevante, para alguns quando estes são menores indicam um menor teor de agrotóxicos utilizados ao longo do processo de cultivo.

Para a compreensão dos hábitos de consumo dos frequentadores das feiras dos municípios do sul sergipano, questionou-se sobre os alimentos que são frequentemente adquiridos nesse território de comercialização. De acordo com a Tabela 20, os alimentos mais adquiridos são frutas (76,47%), hortaliças e verduras (58,82%), raízes e tubérculos (58,82%), plantas medicinais (5,88%) e ornamentais, alimentos identitários – como bolos regionais e doces – (52,94%). Para alguns consumidores, o consumo desses alimentos remete a memórias afetivas.

Nesse contexto, compreender as preferências de consumo é fundamental para orientar decisões estratégicas sobre ampliação e diversificação da produção, buscando a melhor adequação da oferta às expectativas do público.

Tabela 20: Produtos adquiridos pelos consumidores do território sul sergipano.

Produtos	Valor absoluto	Valor relativo
Frutas	13	76,47%
Hortaliças e verduras	10	58,82%
Raízes e tubérculos	10	58,82%
Plantas medicinais e ornamentais	1	5,88%
Alimentos identitários (bolos, doces, beiju, sopas e caldos)	9	52,94%

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Esses alimentos se constituem como parte integrante da cultura dos municípios, e é possível associá-lo à identidade, ao prazer e também ao bem-estar social (Ritt, 2024). O ato de adquirir essas iguarias tem um forte componente afetivo, pois o momento de degustação evoca momentos vivenciados com familiares. O território de comercialização dos alimentos identitários não é permeado apenas pela lógica econômica, mas também pela identidade de seus atores, e este é justamente um dos principais fatores para a manutenção da comercialização desse tipo de alimento nas feiras da agricultura familiar.

5.4 Pausa para comer: tradições e memórias alimentares nas feiras do sul sergipano

As feiras da agricultura familiar, assim como as feiras livres, são “espaços privilegiados de sociabilidade de trocas de elementos diversos, muito além das econômicas. Há muita memória, muito conhecimento e saberes que circulam nos processos interativos de compra e venda nas feiras” (Zanini; Santos, 2017, p.08). Essas memórias contribuem para a valorização da qualidade que está associada aos alimentos que são cultivados e elaborados pelos agricultores familiares. E esse mercado de comercialização, assim como as feiras convencionais, tornam-se como um meio de aproximação da vida urbana dos consumidores com os produtos e as memórias atreladas a esse modo de vida (Cassol, 2018).

No território da Feira da Agricultura Familiar, a pausa para os próprios agricultores/feirantes comerem faz-se necessária porque eles chegam cedo para organizar suas barracas e, portanto, em dado momento precisam se alimentar. Contudo, essa pausa acaba por se constituir como um momento privilegiado de sociabilidade e de confirmação da identidade alimentar, pois o consumo de alimentos identitários vai além da dimensão nutricional: é um momento de prática cultural e afetiva. Nessas barracas é possível verificar a existência de uma conexão entre o saber-fazer que conecta os agricultores/feirantes com os consumidores por meio da memória gustativa. Predominam os denominados alimentos identitários, que, segundo Menezes (2011, p. 121), enlaçados em “processos culturais que envolvem diferentes temporalidades e que têm seus reflexos no tecido social/cultural dos lugares, mas também constitui uma territorialidade criada como estratégia de reprodução dos grupos familiares”. A autora ainda ressalta que esses alimentos anteriormente eram elaborados exclusivamente para o autoconsumo. Todavia, apesar de ainda serem elaborados alicerçados no saber-fazer e na tradição arraigada nos grupos familiares, com a demanda dos consumidores, esses alimentos passaram a ser comercializados, sendo, portanto, produzidos também para contribuir para a geração de renda (p.123).

Nas feiras da agricultura familiar foram identificadas barracas destinadas à comercialização os citados alimentos (Figura 31), como: derivados do milho (pamonha, canjica e bolo) e das iguarias derivadas da mandioca (beijus tradicionais, tapioca, bolos, pé-de-moleque de massa puba, sopas e caldos). No que se refere ao processo de elaboração destes alimentos, Menezes (2017) aponta dois tipos de preparação: o processo de “pubamento”, em que há o processo de fermentação da mandioca (essa matéria-prima é utilizada para a elaboração do pé-

de-moleque, bolos e também para o preparo de mingaus) e a tapioca, que é elaborada a partir do beneficiamento da mandioca, após a retirada da manipueira³⁴ (Menezes, 2017, p. 113-114).

Figura 31: Alimentos tradicionais comercializados nas feiras da agricultura familiar



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024-2025.

Os alimentos disponibilizados nas feiras da agricultura familiar são cuidadosamente acondicionados, de modo a garantir padrões mínimos de higiene e conservação. Aqueles que demandam maior proteção são expostos em embalagens plásticas próprias para alimentos, assegurando a integridade do produto e reduzindo riscos de contaminação. Já os itens não embalados são organizados em vasilhas com tampa ou cobertos por panos de prato, estratégia simples, porém eficaz, que transmite ao consumidor uma sensação de cuidado e zelo por parte dos agricultores/feirantes.

Essas práticas, ainda que realizadas de forma artesanal, contribuem para fortalecer a confiança na qualidade sanitária dos produtos, ao mesmo tempo em que reafirmam a credibilidade da feira como um espaço de comercialização comprometido com a segurança alimentar e a valorização da relação direta entre produtor e consumidor.

Nas primeiras horas de realização dessas feiras, é possível observar uma grande circulação de consumidores nas bancas em que são comercializados os alimentos identitários. Alimentos que, de acordo com Menezes (2013, p. 123), eram elaborados “exclusivamente para

³⁴ Líquido tóxico que é retirado da mandioca durante o processamento para a produção de farinha e tapioca.

o auto consumo”, passaram a ser demandados pelos grupos sociais residentes nos espaços urbanos, desse modo conquistando “valor de troca e mercado” como citado anteriormente. Embora tenham conquistado o mercado, a autora ressalta ainda que estes alimentos não perderam a sua essência e que, durante o processo de elaboração, há o resgate do saber-fazer que é transmitido ao longo de gerações. Os consumidores adquirem esses alimentos para o consumo no café da manhã e lanche em suas residências e também em seus locais de trabalho.

Figura 32: Mosaico com alimentos consumidos na Feira da Agricultura Familiar.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024-2025.

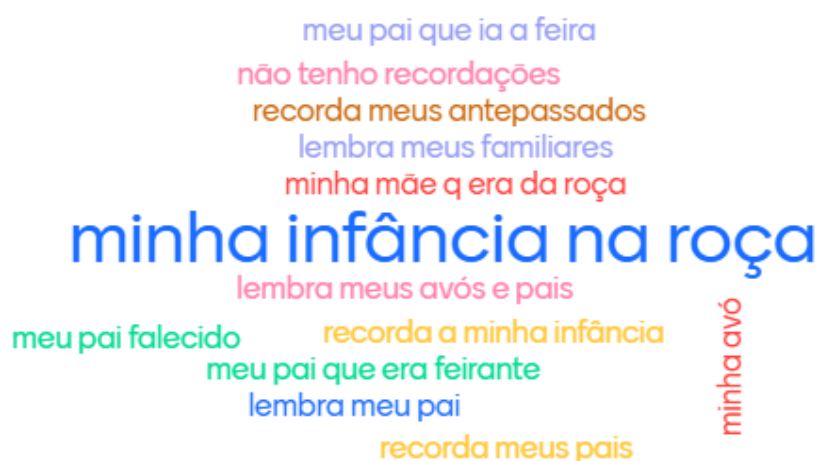
O consumo de alimentos identitários nas feiras da agricultura familiar nos municípios do sul sergipano, é feito por consumidores fixos, que se deslocam até essas barracas para adquirir as iguarias semanalmente. Eles e elas afirmam que esses alimentos “*são de qualidade, com sabor diferenciado, lembra a infância, quando minha mãe fazia esses alimentos*” (Consumidora 17), relato que confirma que os alimentos identitários encontram-se inseridos na memória desses consumidores.

As memórias associadas ao consumo de alimentos comercializados nestas feiras sempre remetem ao histórico familiar dos participantes da pesquisa. “*O beiju de coco molhado e bolachinha de tapioca me lembram muito a minha avó*” (Consumidora 14); “*A feira me faz recordar meu pai já falecido, que todos os sábados eu ficava esperando chegar da feira para ajudar a levar os alimentos para dentro de casa*” (Consumidora 13). A nostalgia desses consumidores vai ao encontro do que elabora Hernández (2005, p.138), segundo quem a “progressiva homogeneização e a globalização alimentares é que provocam, precisamente, uma

certa ‘nostalgia’ relativa aos modos de se alimentar[...]”, o que atualmente se observa com facilidade e frequência nas feiras e mercados de comercialização dos agricultores familiares.

Quando questionados se “os alimentos comercializados nessa feira recordam algo ou algum momento de sua vida?”, 99% dos consumidores responderam que recordam momentos de sua infância – período em que viveram ou tiveram contato com o espaço rural – e/ou recordam de familiares que preparavam ou cultivavam os citados alimentos. Outros rememoravam o ato de ir à feira com seus pais para comprar os alimentos e/ou para ajudar no transporte das sacolas até suas residências (Figura 33).

Figura 33: Nuvem de palavras com as principais recordações dos participantes da pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Estas informações denotam que o consumo de alimentos oriundos da agricultura familiar porta significados que vão além da alimentação, estando intimamente ligados ao modo de vida vivenciado por esses sujeitos ao longo de sua trajetória de vida. Logo “[...] apresenta um misto de significados”, o que influencia também na permanência dos agricultores/feirantes no exercício de suas atividades cotidianas (Santos, 2018, p. 107).

Os consumidores dos alimentos identitários os valorizam porque estão presentes em sua memória, uma vez que na elaboração destes alimentos, de modo distinto ao que ocorre na indústria alimentícia, não há padronização, o que possibilita ao consumidor escolher o produto de acordo com a sua preferência e/ou necessidade. Os beijus, por exemplo, são disponibilizados nas versões com ou sem sal, com ou sem açúcar, de acordo com a preferência do consumidor, a qual por muitas vezes está associada as dimensões de saúde. Além disso, os consumidores enfatizam a importância desses alimentos por serem isentos de conservantes químicos, distintos dos industrializados. Nesse sentido, Menezes (2013. p. 48) afirma que “[...] esses produtos

artesanais estão isentos de conservantes, são naturais e podem ser consumidos uma vez que não trazem nenhum problema à saúde [...].”

Diante disso, percebe-se uma tradição relacionada ao consumo desses produtos e à cultura do território da Feira da Agricultura Familiar.

Uma das dimensões desse fenômeno é a que se refere à construção de identidades sociais/culturais. No processo de construção, afirmação e reconstrução dessas identidades, determinados elementos culturais (como a comida) podem se transformar em marcadores identitários, apropriados e utilizados pelo grupo como sinais diacríticos, símbolos de uma identidade reivindicada. (MACIEL, 2005, p. 50).

Em meio às conversas durante a realização das entrevistas, os consumidores forneciam informações e ressaltavam a motivação para o consumo desses alimentos. Apontaram ainda que adquirem esses alimentos nesta feira porque estes possuem um sabor distinto do daqueles que são comercializados em padarias e/ou supermercados.

Durante a compra e consumo dos alimentos *in loco*, é possível observar o que Daniel e Cravo (2005, p.62) afirmam: a “comensalidade permeia todas as relações sociais nas sociedades humanas, bem como nas diferentes classes sociais de uma mesma sociedade, apresentando sempre uma dimensão cultural”. Esse fator pode ser observado nas feiras visitadas especialmente no município de Indiaroba (Figura 20), em que os consumidores se reúnem para consumir os alimentos e conversar entre eles. Ali eles conversam sobre o cotidiano pessoal, vida profissional, preços dos produtos, política, dentre outros assuntos, enquanto degustam os alimentos adquiridos.

A comercialização de alimentos na feira encontra-se diretamente conectada ao modo de vida e à cultura alimentar do local em que estão inseridas. Aos agentes públicos cabe incorporar as feiras como objetos de políticas públicas para o abastecimento da população, a comercialização e o acesso da população aos alimentos como garantia à segurança alimentar da população.

6 CONCLUSÃO

6 CONCLUSÃO

Esta pesquisa sobre as Feiras da Agricultura Familiar-FAFs nos municípios do sul sergipano, possibilitou conhecer a trajetória desse território de comercialização de alimentos, bem como a realidade cotidiana dos agricultores/feirantes. Para tanto, foi relevante evidenciar a importância de políticas públicas direcionadas para a constituição e manutenção dessas feiras, para compreender o processo, dialogar com setores responsáveis pela organização das FAFs, e conversar com agricultores/feirantes e consumidores, ou seja, com aqueles que são responsáveis pela realização desse evento e com aqueles para quem o alimento ofertado se direciona. Foi uma experiência enriquecedora.

Nesse contexto, a utilização da metodologia FOFA mostrou-se especialmente relevante para a compreensão das feiras da agricultura familiar nos municípios do sul sergipano, ao permitir uma análise integrada dos fatores internos e externos que influenciam sua dinâmica. A aplicação dessa metodologia possibilitou identificar as potencialidades e fragilidades presentes na organização e funcionamento das feiras, bem como as oportunidades e ameaças relacionadas ao contexto socioeconômico e às políticas públicas, contribuindo para uma leitura crítica desse território de comercialização. Assim, a FOFA constituiu-se como um importante instrumento analítico, ao sistematizar os dados obtidos ao longo da pesquisa e fornecer subsídios para a reflexão sobre o fortalecimento das feiras da agricultura familiar enquanto espaços estratégicos de desenvolvimento local.

Os resultados da pesquisa confirmam a hipótese inicialmente formulada a Feira da Agricultura Familiar é uma alternativa para a geração de renda para os agricultores familiares e contribui para fortalecer as relações campo/cidade e as ligações com os consumidores.

Essas feiras se consolidam como uma alternativa efetiva para os agricultores familiares, ao mesmo tempo em que fortalece as relações entre o campo e a cidade. Observou-se que esse território de comercialização está relacionado com a dimensão econômica, pois contribui para o abastecimento alimentar da população urbana e rural com alimentos locais, frescos e de qualidade. Ademais, a feira se configura como um espaço de valorização dos saberes e práticas tradicionais, promovendo a cultura local e a construção de redes de sociabilidade, nas quais se estabelecem vínculos de confiança, troca e reconhecimento entre agricultores e consumidores, reafirmando seu papel social e territorial.

Mais do que um espaço de trocas econômicas, as feiras da agricultura familiar se configuram o circuito curto no qual os alimentos cultivados no recorte territorial são comercializados, reduzindo intermediários e garantindo maior valor agregado ao trabalho dos

agricultores. Tal dinâmica contribui para a autonomia financeira das famílias inseridas nesse território de comercialização e fortalece a permanência no campo. Ao mesmo tempo, ao priorizar alimentos frescos, sazonais e predominantemente livres de agrotóxicos, a feira estimula práticas agroecológicas e agrega valor simbólico aos produtos, reforçando a imagem de qualidade associada a esse território de comercialização.

Para além de uma função estritamente econômica, as feiras desempenham funções sociais e culturais, constituindo-se em espaços de encontro, diálogo e fortalecimento das identidades locais. A comercialização de alimentos identitários reafirma a memória alimentar e cultural, ao passo que a interação entre agricultores/feirantes e consumidores constrói redes de sociabilidade baseadas na confiança. Essa convivência fortalece laços e gera aprendizado aos grupos que fazem a feira acontecer. Dessa forma, a Feira da Agricultura Familiar contribui também para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional.

A proposta da pesquisa permitiu compreender como se dá a organização desse território de comercialização de alimentos, ao observar o envolvimento das Secretarias Municipais responsáveis pela organização e gerenciamento das feiras da agricultura familiar. Nesse ínterim, é relevante destacar a contribuição dos órgãos públicos para que esse território de comercialização funcione. Assim, conforme a proposta da tese, contactou-se que, em quatro municípios, as feiras ocorrem semanalmente e conseguem atender às demandas tanto dos agricultores/feirantes como dos consumidores. Apenas em Cristinápolis a feira não acontece regularmente, o que impossibilita que os agricultores familiares possam aumentar os seus cultivos em decorrência da inexistência de um mercado para comercializar sua produção.

Quanto aos fatores fracos ou as dificuldades, em relação ao incentivo do poder público para a realização das feiras, evidenciou-se a necessidade de intensificar a divulgação da existência da feira nas emissoras de rádio local ou regional, assim como nas redes sociais, para que a população seja estimulada a participar, pois a comercialização direta elimina a figura do atravessador e aumenta os dividendos dos agricultores/feirantes. Essa situação foi constatada de modo incisivo nos momentos de diálogos com os agricultores feirantes de todos os municípios.

Foi possível perceber a relevância da atuação do poder público de alguns municípios, especialmente Indiaroba, junto aos grupos familiares que comercializam na Feira da Agricultura Familiar. Assim, a articulação entre agricultores/feirantes e gestores públicos não apenas consolida as feiras como dinamizam a economia local, mas também reafirma seu papel como instrumentos de segurança alimentar nutricional, valorização da cultura regional e fortalecimento da agricultura familiar como pilar do desenvolvimento territorial sustentável.

Quanto às dificuldades identificadas durante o processo de participação nas FAFs, sugiro a realização de projetos escolares de visita a esse território de comercialização para que possam sensibilizar alunos e professores sobre a importância do consumo de alimentos oriundos da agricultura familiar, assim como foi realizado pela escola municipal Raimundo Barreto do Nascimento em seu projeto intitulado *Da roça às feiras*, do qual pude participar, no município de Umbaúba, e também o projeto realizado pela Escola Municipal Jaime da Silveira Carvalho, no município de Itabaianinha, a fim de apresentar aos alunos a feira, bem como o trabalho dos agricultores/feirantes destes municípios.

Sugiro também a divulgação das feiras, a oferta de melhores condições de trabalho na feira, o incentivo à participação de um maior número de agricultores e a mobilização dos órgãos públicos municipais para que de fato cumpram o objetivo dessa política pública.

Destaca-se a necessidade de fortalecimento das Feiras da Agricultura Familiar por meio de ações estruturantes que garantam melhores condições de funcionamento e maior alcance social. A disponibilização de um espaço físico adequado, com infraestrutura básica que assegure conforto e organização para agricultores e consumidores, mostra-se fundamental para a valorização desse território de comercialização. Soma-se a isso a ampliação das estratégias de divulgação das feiras, de modo a atrair um público mais diversificado e ampliar o consumo dos produtos da agricultura familiar. A oferta de serviços como sinal de internet gratuito pode contribuir para a facilitação das formas de pagamento, divulgação digital e interação entre feirantes e consumidores. Nesse sentido, propõe-se como política pública aos cinco municípios a institucionalização e o fortalecimento das Feiras da Agricultura Familiar, por meio de investimentos em infraestrutura, comunicação e inclusão digital, articulados a ações de apoio técnico e de gestão, garantindo sua continuidade e efetiva contribuição para o desenvolvimento local.

No que se refere aos hábitos alimentares dos consumidores, a pesquisa constatou que os alimentos ofertados se encontram relacionados com a cultura alimentar dos municípios, refletindo práticas tradicionais de consumo, valorizando a identidade local e respeitando sempre a sazonalidade para o cultivo dos alimentos. Dessa forma, os produtos comercializados nas feiras representam a continuidade de práticas culturais enraizadas que contribuem para a manutenção da memória alimentar coletiva e para o fortalecimento da soberania alimentar no território.

Os agricultores/feirantes, atentos às demandas e preferências dos consumidores, buscam constantemente diversificar os cultivos como estratégia para ampliar a variedade de alimentos ofertados em suas barracas, fortalecer a comercialização e atrair novos públicos, ao mesmo

tempo em que fidelizam consumidores. Essa diversificação produtiva revela não apenas uma adaptação às dinâmicas do mercado local, mas também o compromisso dos agricultores com a oferta de alimentos frescos, sazonais e de qualidade, capazes de atender às expectativas relacionadas à saúde, ao sabor e à origem dos produtos.

Essa diversidade pôde ser claramente observada nas imagens apresentadas na seção 5 desta tese, evidenciando a feira como um espaço privilegiado de encontro entre a produção agrícola local, as práticas culturais e as escolhas alimentares dos consumidores. Nesse território de comercialização, articulam-se saberes tradicionais e novas exigências sociais relacionadas à alimentação saudável e à qualidade dos alimentos, reafirmando a feira como um ambiente no qual se constroem relações de proximidade, confiança e valorização da agricultura familiar.

Os resultados desta tese evidenciam a relevância social, cultural e econômica das feiras da agricultura familiar nos municípios do sul sergipano. Para além de proporcionar renda para as famílias agricultoras que comercializam nesse território, a feira é fundamental para a Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores/feirantes, pois, ao mesmo tempo em que cultivam para a venda, também o fazem para ter alimentos diversificados para o consumo no núcleo familiar. Portanto, esta tese aponta a relevância do poder público municipal para a manutenção e fortalecimento das FAFs. Almeja-se que outras investigações sejam suscitadas a respeito dessa temática e que as gestões públicas municipais viabilizem a participação dos agricultores e a manutenção dessas feiras.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli da. **Análise (diagnóstico) da Inserção do PRONAF na Política Agrícola.** — Projeto de Pesquisa. — São Paulo/Brasília: 1996. p.4. mimeo. Convênio FIPE/IPEA 07/97.

ABREU, Regina. Chicletes eu misturo com bananas? Acerca da relação entre teoria e pesquisa em Memória Social. In: GONDAR, Jo; DODEBEI, Vera (Org.). **O que é Memória Social?** Contra capa: Rio de Janeiro, 2006. p.27-42. Disponível: <[23-o_que_e_memoria_social.pdf \(reginaabreu.com\)](#)> Acesso em: 19 de set. 2023.

ADANACIOGLU, H. Factors affecting the purchase behaviour of farmers' markets consumers. PLoS ONE, v.16, n.7, e0255435, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0255435>. Acesso em 13/11/2024.

ALMEIDA, M.G. “Espaço em busca do poético do sertão: um estudo de representações”. In ALMEIDA, M.G. & RATTIS, A. J.P. (orgs.) **Geografia Leituras Culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003.

ALMEIDA, Maria Cleidiana Oliveira de. Catecismo Kiriri: história e memória do projeto catequético jesuítico na Aldeia do Geru. Vitória da Conquista, 2019. 253 f. (Tese de doutorado).

ALMEIDA, Maria Geralda de. **Comunidades tradicionais quilombolas do nordeste de Goiás: quintais como expressões territoriais**. Confins [on-line], n. 29, 2016. Disponível em < <https://journals.openedition.org/confins/11392> > Acesso em nov. 2022.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Fronteiras, territórios e territorialidades. **Revista da ANPEGE**, v. 2, n. 2, p. 103-114, 2005.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Sertão, Identidades e Representações no Centro-Oeste. **Revista Observatório Itaú Cultural**, v. 25, p. 34-43, 2019. Disponível:< [02-Maria Geralda de Almeida.pdf \(icnetworks.org\)](#)> Acesso 19 de set. 2023.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Uma leitura etnogeográfica do Brasil Sertanejo. In: SERPA, Angelo (org.). **Espaços culturais**. Salvador. Ed. UDFBA, 2008. p. 313-336.

ALTAFIN, Iara. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. **Brasília: CDS/UnB**, p. 1- 23, 2007.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.**— 4.ed. — Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004.

ALVARISTO, Sidiane dos Santos; PEREIRA, Tiago Luiz; BADALOTTI, Rosana Maria TONEZER, Cristiane; TRZCINSKI, Clarete. Alternativas às cadeias longas: o papel da feira de produtos da agricultura familiar de São Lourenço Do Oeste/SC. **Informe GEPEC**, v. 26, n.1, p. 221-237, 2022. Disponível em.: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/27820> > Acesso em 28/06/2024.

ALVES, Flamarion Dutra. Alimentos identitários na feira livre de domingo em Alfenas – MG. In.: MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; ALMEIDA, Maria Geralda de (Orgs.) **Vamos às feiras!:** Cultura e ressignificação dos circuitos curtos. 1. ed. – Aracaju, SE: Criação Editora, 2021.

ANDRADE, Adeli Carla Silva Nascimento de. **Circuito espacial da produção e círculos de cooperação na citricultura no estado de Sergipe.** São Cristóvão, 2019 (Tese de doutorado).

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste:** contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7. ed. rev. e aumentada. São Paulo: Cortez, 2011 [1968].

ANDRADE, Manuel Corrêa de. **A terra e o homem no Nordeste.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ANDRADE, S.L.; MARAFON, G.J.O. Circuito Carioca de Feiras Orgânicas e suas interações espaciais. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 18, n. 50, p. 26–51, 2023. Disponível em: < <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/68571> > Acesso em 16/11/2024.

ARAÚJO, A. M; RIBEIRO, E. M. Feiras, feirantes e abastecimento: uma revisão da bibliografia brasileira sobre comercialização nas feiras livres. **Estudos Soc Agr**, v. 26, n. 3, p. 561-583, out. 2018.

ARAÚJO, G. Aspectos sociais do cotidiano das feiras livres: um estudo etnográfico em território português e em solo brasileiro. Maringá Management: **Revista de Ciências Empresariais**, v. 9, n.2, p. 49-64, 2012. Acessado em 10 de julho de 2022 em: https://bemvin.org/pars_docs/refs/144/143615/143615.pdf

ARAÚJO, Hélio Mário. Cobertura vegetal. In.: SANTOS, Vera Maria dos; ARAÚJO, Hélio Mário. **Geografia de Sergipe.** – São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2012. Disponível em: < https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/14341816012013Geografia_de_Sergipe_Aula_7.pdf > Acesso em 05/11/2024.

ARAÚJO, Raquel Nominato; ALVES DO VALE, Najla Kauara ; CRUZ, Cleide AneBarbosa da; CENTURIÓN, Wanusa Campos . Feiras livres e a capilaridade das cadeias curtas em Porto Grande – AP. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 7, p. e342973950, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/20163>. Acesso em: 16 ago. 2025.

ARNAIZ, M. G. **Paradojas de la alimentación contemporánea.** Barcelona: Icaria, 1996, 309 p. Disponível em: https://books.google.st/books?id=IDthhc4FcDcC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbg_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false Acesso em: 15/11/2022.

ARRAIS, Tadeu Alencar. A questão social, a previdência rural e a capitalização econômica da escala municipal. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 37, n. 2, p. 192-221, 2017.

ARRAIS, Tadeu Pereira Alencar. Políticas governamentais e transferências federais de recursos financeiros no território goiano. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, p. 21-35, 2011.

BALLIVIAN, J. M. O. P. et al. **Feira livre: a construção de relações recíprocas**. Frederico Westphalen, RS: Litografia Pluma, 2018.

BANCO MUNDIAL. **Banco Mundial Brasil: uma parceria de resultados**. Brazil: the management of agriculture, rural development and natural resources. Report nº. 11783-BR, v.I, 1994.

BARBOSA, Livia. Feijão com arroz e arroz com feijão: o Brasil no prato dos brasileiros. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 87-116, jul./dez. 2007.

BARBOSA, Livia. Tendências da alimentação contemporânea. In: M. de L. PINTO; J.K. PACHECO (org.), **Juventude, consumo & educação**. Porto Alegre, ESPM, p. 15-65, 2009.

BELIK, Walter.; GRAZIANO DA SILVA, José.; TAKAGI, M. Políticas de combate à fome no Brasil. **São Paulo em perspectiva**, v.15, n.4, p.119-129, 2001.

BELIK, Walter; CUNHA, Altivo R.A. de Almeida. Abastecimento no Brasil: o desafio de alimentar as cidades e promover o Desenvolvimento Rural. In.: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Orgs). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre – Editora UFRGS, 2015.

BETTENCOURT, A. F. et al. Fatores que influenciam no comportamento de compra na feira livre de Dom Pedrito-RS. **Anais do Salão Internacional de Ensino**, Pesquisa e Extensão, v. 9, n. 3, 2018. Disponível em: < https://guri.unipampa.edu.br/uploads/evt/arq_trabalhos/13866/seer_13866.pdf >.

BLAY-PALMER, A.; SANTINI, G.; DUBBELING, M.; RENTING, H.; TAGUCHI, M.; GIORDANO, T. Validating the City Region Food System Approach: Enacting Inclusive, Transformational City Region Food Systems. **Sustainability**, v.10, n.5: 1680, 2018. Disponível em: < <https://doi.org/10.3390/su10051680> > Acesso em: 22/12/2024.

BOMFIM, Luiz Fernando Costa; COSTA, Ivanaldo Vieira Gomer da; BENVENUTI, Sara Maria Pinotti. Projeto cadastro da infra-estrutura hídrica do Nordeste. Estado de Sergipe. Diagnóstico do município de Indiaroba. CPRM, 2002. Disponível em: < <https://rigeo.cprm.gov.br/handle/doc/2495> > Acesso em: 27/02/2024.

BOMFIM, Luiz Fernando Costa; COSTA, Ivanaldo Vieira Gomer da; BENVENUTI, Sara Maria Pinotti. Projeto cadastro da infra-estrutura hídrica do Nordeste. Estado de Sergipe. Diagnóstico do município de Cristinápolis. CPRM, 2002. Disponível em: < <https://rigeo.cprm.gov.br/handle/doc/2485> > Acesso em: 27/02/2024.

BOMFIM, Luiz Fernando Costa; COSTA, Ivanaldo Vieira Gomer da; BENVENUTI, Sara Maria Pinotti. Projeto cadastro da infra-estrutura hídrica do Nordeste. Estado de Sergipe. Diagnóstico do município de Indiaroba. CPRM, 2002. Disponível em: < <https://rigeo.cprm.gov.br/handle/doc/2495> > Acesso em: 27/02/2024.

BOMFIM, Luiz Fernando Costa; COSTA, Ivanaldo Vieira Gomer da; BENVENUTI, Sara Maria Pinotti. Projeto cadastro da infra-estrutura hídrica do Nordeste. Estado de Sergipe.

Diagnóstico do município de Itabaianinha. CPRM, 2002. Disponível em: < <https://rigeo.cprm.gov.br/handle/doc/2497> > Acesso em: 27/02/2024.

BOMFIM, Luiz Fernando Costa; COSTA, Ivanaldo Vieira Gomer da; BENVENUTI, Sara Maria Pinotti. Projeto cadastro da infra-estrutura hídrica do Nordeste. Estado de Sergipe. Diagnóstico do município de Santa Luzia do Itanhy. CPRM, 2002. Disponível em: < <https://rigeo.cprm.gov.br/handle/doc/5135> > Acesso em: 27/02/2024.

BOMFIM, Luiz Fernando Costa; COSTA, Ivanaldo Vieira Gomer da; BENVENUTI, Sara Maria Pinotti. Projeto cadastro da infra-estrutura hídrica do Nordeste. Estado de Sergipe. Diagnóstico do município de Umbaúba. CPRM, 2002. Disponível em: < <https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/5205> > Acesso em: 27/02/2024.

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Um novo Brasil rural**. Ministério do Desenvolvimento Agrário 2003/2010. Brasília: MDA, 2010.

BRASIL. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Diário Oficial da União. 25 Ago 2010. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7272.htm > Acesso em 21/10/2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Visualização de dados – VIS Data: indicadores sociais. [s.d.]. Disponível em: [https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/v.php?q\[\]=g9ysl9LerqO4gGVrrGyEymipycqv16Km2ffJsKw%3D](https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/v.php?q[]=g9ysl9LerqO4gGVrrGyEymipycqv16Km2ffJsKw%3D). Acesso em: 01 nov. 2025.

BRASIL. Estatuto da Terra. 1964. Disponível: [L4504 \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato1964-1968/1964/Lei/L4504.htm). Acesso em: 14 mar. 2024.

BRASIL: Governo lança Programa Mais Alimentos para ampliar produção de máquinas à agricultura familiar. Disponível em: < <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2023/junho/governo-lanca-programa-mais-alimentos-para-ampliar-producao-de-maquinas-a-agricultura-familiar> > Acesso em 15/07/2025.

BRASIL. Decreto 7.794 de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Brasília: Presidência da República, 2012. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm > Acesso em: 09/08/2025.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada, e dá outras providências. Diário Oficial da União. 15 Set 2006. Disponível em : < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm > Acesso em 21/10/2024.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Informações sobre o Programa Bolsa Família. Brasília-DF: Ministério da Cidadania, 2024. <https://portal.datatransparencia.gov.br/beneficios/auxilio-brasil?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&colunasSolicitadas=linkDetalhamento%2CmesReferencia%2Cuf%2Cmunicipio%2Cnis%2Cbeneficiario%2CvalorTotalPeriodo&de=01%2F01%2F2023&ate=31%2F01%2F2023&uf=SE&nomeMunicipio=itabaianinha+&ordenarPor=beneficiario&direcao=asc>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2.ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL – MDA. Políticas Públicas para Agricultura Familiar e Reforma Agrária. Disponível em < <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2023/12/balanco-de-acoes-do-ministerio-do-desenvolvimento-agrario-e-agricultura-familiar/BALANCODEDEACOESMDA2023.pdf> >, 2023.

BRAUDEL, F. **O jogo das trocas. Civilização material, economia e capitalismo: século XV-XVIII**. São Paulo, Martins Fontes, 2009. Disponível em < <https://pt.scribd.com/document/739634476/Fernand-Braudel-Civilizacao-Material-Economia-e-Capitalismo-Seculos-XV-XVIII-2-2009-Martins-Fontes-Libgen-li> >

BRUMER, Anita; PAULILO, Maria Ignez. As agricultoras no sul do Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, 2004.

CAMPOS, Michele Laffayett de; DAL SOGLIO. Sementes crioulas e relações de poder na agricultura: Interfaces entre Biopoder e agência social. **Ambiente & Sociedade**- São Paulo. Vol. 23, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/QRXbnjmsJWqpyVw4ssG99wM/?format=pdf&lang=pt> >

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 8, p. 70-82, abr. 1997.

CARNEIRO, Maria José. Alimentação, cultura e identidade: perspectivas antropológicas. In: CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa Wanda Diez (orgs.). **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 33-45.

CARVALHO, Diana Mendonça de. **Trajetórias do PRONAF em Sergipe**: desenvolvimento e mudanças sócio-espaciais. São Cristóvão, 2016. 404 f. : il. Tese (doutorado em Geografia).

CARVALHO, Soraia Martins de; BEZERRA, Islandia; RIGON, silvia do Amaral; CASSARINO, Julian perez. Feiras Orgânicas enquanto política de abastecimento alimentar e promoção da saúde: um estudo de caso. **SAÚDE DEBATE** | RIO DE JANEIRO, V. 46, N. EspEciaI 2, p. 542-554, Jun 2022. Disponível em: <https://saudeemdebate.org.br/sed/article/view/5041/739> > Acesso em 21/10/2024.

CASSOL, A. Instituições sociais e abastecimento alimentar contemporâneo: Resgatando a importância socioeconômica das feiras livres tradicionais brasileiras. In.: MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; ALMEIDA, Maria Geralda de (orgs.). **Vamos às feiras!: Cultura e ressignificação dos circuitos curtos** 1. ed. – Aracaju, SE: Criação Editora, 2021.

CASSOL, A. **Instituições sociais e mercados alimentares tradicionais: barganha, preços, variedade, qualidade e consumo em feiras**. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

CASSOL, A. P.; SCHNEIDER, S. Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. **Lua Nova: revista de cultura e política**, n. 95, p. 143-180, 2015. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/journal/752/75253741020/75253741020.pdf> >

CASSOL, A. **Redes agroalimentares alternativas: mercados, interação social e a construção da confiança**. Dissertação (mestrado em sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2013.

CASSOL, Abel Perinazzo. (2018). **Instituições sociais e mercados alimentares tradicionais: barganha, preços, variedade, qualidade e consumo em feiras** (Tese de doutorado). UFRGS, Porto Alegre. Disponível em.: < <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/189493> > Acesso em 27/06/2024.

CASSOL, Abel; SCHNEIDER, Sergio. Construindo a confiança nas cadeias curtas: interações sociais, valores e qualidade na Feira do Pequeno Produtor de Passo Fundo/RS. In.: GAZOLLA, Márcio; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2017.

CASTELLO BRANCO JÚNIOR, A. et al. Mapeamento ambiental participativo e matriz SWOT/FOFA enquanto práticas de gestão e educação ambiental com ênfase em recursos hídricos. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 25, e11, 2021.

CELLARD, André et al. A análise documental. POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, v. 295, p. 2010-2013, 2008.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. **Artes do Fazer**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012: 19º ed.

CERVEIRA, R.; CASTRO, M.C. 1998. **Perfil sócio-econômico dos consumidores de produtos orgânicos da cidade de São Paulo**. Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ/USP. Disponível em: http://www.megaagro.com.br/organica/perfil_um.asp#top. Acesso em:

CONTRERAS, Jesús; GRACIA, Mabel. **Alimentação, sociedade e cultura**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ha/a/fhxJd73YTnTvyrF3SHKPcKQ/?format=pdf&lang=pt> > Acesso em: 24-10-2025.

Código Florestal: Lei no 12.651/2012. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023. 62 p. Disponível em.: < https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/633822/Codigo_florestal.pdf > Acesso em 31 de mar. 2024.

COSTA, José Eloizio; CARVALHO, Diana Mendonça de. Agricultura familiar no estado de Sergipe: uma leitura a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017. **Rev. Econ. NE**,

Fortaleza, v. 51, suplemento especial, p. 195-209, agosto, 2020. Disponível em: < <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/1265/857> > Acesso em: 20/10/2025.

CRUZ, Fabiana Thomé. Agricultura familiar, processamento de alimentos e avanços e retrocessos na regulamentação de alimentos tradicionais e artesanais. *Revista de economia e sociologia rural*, v. 58, p. 1-21, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806.9479.2020.190965>

CRUZ, M.S.; SCHNEIDER, S. Feiras alimentares e mercados territoriais: a estrutura e o funcionamento das instituições de ordenamento das trocas locais. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 42, n. 1, 2022. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.769>. Acesso em: 22/12/2024.

DANIEL, D.S., OLIVEIRA, P., LOPES, J.C.F., MATTIA, V., SIGNOR, A. Utilização de agrotóxicos e desenvolvimento rural sustentável no oeste do Paraná: alternativas, perspectivas e desafios. **Revista Fitos**, v. 14, supl., p. 12-22, 2020. DOI: 10.32712/2446-4775.2020.986. Disponível em:< [Utilização de agrotóxicos e desenvolvimento rural sustentável no oeste do Paraná: alternativas, perspectivas e desafios](#)> Acesso em 12/05/2025.

DANTAS, Geovany Pachelly Galdino. Feiras no Nordeste. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, ano 07, número 13, 2008.

DAROLT, M. R. et al. Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, n. 2, p. 1–13, 2016.

DAROLT, M.R. **Conexão Ecológica: novas relações entre produtores e consumidores**. Londrina: IAPAR, 2012. P. 108-133.

DAROLT, M.R.; ROVER, O.J. **Circuitos Curtos de Comercialização, agroecologia e inovação social**. Florianópolis, SC: Estúdio Semprelo, 2021.

DELGADO, G. C. **Relatório de avaliação do PAA – III Síntese**. Brasília, 2013.

DELGADO, G. C.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R.; OLIVEIRA, J. J. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)**. Brasília: Ipea, 2005.

DELGADO, N.G. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: DELGADO, N.G. **Brasil rural em debate: coletânea de artigos**. Brasília (DF): CONDRAF/NEAD, 2010, p.28-78.

DIAS, Deilson Alves; CORREIA, Guilherme Guiari Silva; ALVES, Flamarion Dutra. Do café a tangerina: a influência da agricultura moderna e do agronegócio em pequenas cidades do sul de Minas. IN: Menezes, Sônia Mendonça Menezes; Alves, Flamarion Dutra. **Os contrastes do rural brasileiro: desafios e alternativas da agricultura familiar diante do avanço do agronegócio e da crise alimentar**. Aracaju: Criação Editora, 2024.

DINIZ DOS SANTOS, Jânio Roberto. **A territorialização dos conflitos e das contradições do capital versus trabalho nos laranjais baianos e sergipanos**. São Paulo, 2009. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia Humana) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo.

DINIZ, José Alexandre Feliziola. As feiras em Sergipe e em seu entorno. In: **Ensaios econômicos e sociais**/ 1987- (Periodicos, p. 67-98).

DORQUETTO, E.G.; CURTO, G.M.M.; REZENDE, A.M. 2009. **Perfil de consumidores e a representação social sobre alimentos orgânicos, em feiras livres dos municípios de Vila Velha e Vitória no estado do Espírito Santo**. Disponível em: http://www.e-campo.com.br/Conteudo/Pesquisas/VisPesquisas.aspx?ch_top=1. Acesso em:

EMBRAPA. **Agricultura familiar**. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/sobre-o-tema> > Acesso em 10/09/2023.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS SERGIPANOS – EMS. OBSERVATÓRIO DE SERGIPE, 2014. Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG). Disponível: <https://docs.observatorio.se.gov.br/wl/?id=qIyZ6zOgRMmSUEyDPpIE78XU0o1W61ct> . Acesso em: 21 de ma. 2014.

ESPÍNDOLA, Carlos José. Trajetórias do progresso técnico na cadeia produtiva de carne de frango do Brasil. **Geosul**, v. 27, n. 53, p. 89-114, 2012.

ESTEVE, Esther Vivas. **O negócio da comida: quem controla nossa alimentação?** - 1º ed. São Paulo – Expressão Popular, 2017, 269 p.

FAO. **Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar**. Disponível em: <<https://ww2.contag.org.br/introducao-a-decada-da-agricultura-familiar-2019-2028>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

FAO; IFAD. **Decenio de las naciones unidas para la agricultura familiar 2019-2028. Plan de acción mundial**. Disponível em: < <https://www.fao.org/3/ca4672es/ca4672es.pdf> > Acesso em 24/01/2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In: SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p.191-206.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Osal – Observatório Social da América Latina**. Ano XI, Nº24, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A TERRITORIALIZAÇÃO DO MST - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA - BRASIL. **Revista – NERA**, 2012. Disponível em< <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1495>>

FERRARI, D. **Cadeias agroalimentares curtas: a construção social de mercados de qualidade pelos agricultores familiares em Santa Catarina**. Tese (doutorado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, Porto Alegre, 2011.

FERREIRA, D. L. .; SALDANHA , M. C. W. .; SILVA, E. D. .; SILVA, D. F. da .; FERREIRA, O. D. L. . Compreendendo o contexto socioeconômico e as estratégias de subsistência de agroecossistemas: Um caminho para a sustentabilidade na agricultura familiar. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 3, p. e21311326354, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i3.26354. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/26354> >. Acesso em: 6 dez. 2024

<file:///C:/Users/Vanessa/Downloads/16212-Texto%20do%20artigo-70934-2-10-20230428.pdf>

FIDA. **Principais canais de comercialização para agricultura familiar brasileira**, 2018. Disponível: <

http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/compra_institucional/cartilha%20Principais%20Canais%20de%20comercializa%C3%A7%C3%A3o%20para%20Agricultura%20Familiar.pdf > . Acesso em: 24/01/2023.

FISCHLER, C. **El (h)omnívoro - El gusto, la cocina y el cuerpo**. Traducción de Mario Merlino. Barcelona: Anagrama, 1995. 422 p.

FISCHLER, C.. Aujourd'hui, il faut manger rationnellement. In: _____. **La croix: actualité**. 2015. Disponível em: < <https://www.la-croix.com/Actualite/France/Claude-Fischler-Aujourd-hui-il-faut-manger-rationnellement-2015-10-27-1373490> > Acesso em: 15/11/2022.

FISCHLER, C.. Commensality, society and culture. **Social Science Information - 50th anniversary issue**, v. 50, 3-4 sep. 2011. p. 528-548. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01246748/document> Acesso em: 15/11/2022.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **O que é agricultura familiar**. 2016. Disponível em: <https://www.fao.org/family-farming/detail/es/c/454156/>.

FONTANA, R.F.; CRUZ, R.M.M. Farmers' market as an alternative for strengthening sustainable practices: a study in the city of Marechal Cândido Rondon – Paraná. **Finance, Markets and Valuation**, v. 7, n. 1, 2021, pp.13–21. DOI: 10.46503/YLLA4664.

FONTES, Aracy Losano. Formações vegetais. In: FRANÇA, V. L. A. e CRUZ, M. T. S. (Coords.). **Atlas Escolar Sergipe: espaço geo-histórico e cultural**. João Pessoa: Grafset; 2007, p.96-107.

FRANÇA, C.G.; MARQUES, V.P.M.A.; GROSSI, M.E. **Superação da fome e da pobreza rural: iniciativas brasileiras**. Brasília: FAO, 2016.

FRANÇA, Caio Galvão de; MARQUES, Vicente P. M. A.; GRISA, CÁTIA. O PRONAF EM QUESTÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA NOVAS PESQUISAS. **Revista Raízes**, 2024.
FRANÇA, Vera Lúcia Alves; CRUZ, Maria Tereza Souza (Coord.). **Atlas escolar Sergipe: espaço geo-histórico e cultural**. 2.ed. João Pessoa, PB: Editora Grafset, 2013. 200 p. ISBN 8588579511769.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: Discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, n. 14, v. 28, p.139-152, 2004. Disponível em:< [28.pmd \(scielo.br\)](https://scielo.br/pmd/28)> Acesso em: 19 de set. 2023.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas**. Porto Alegre (RS): Série PGDR/UFRGS (dissertação de mestrado), 2004.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

GELBCKE, D.L.; SILVA, C.A.; ROVER, O.J. Formas de coordenação em circuitos de abastecimento de alimentos orgânicos na Grande Florianópolis (SC). In: DAROLT, M.R.; ROVER, O.J. (Orgs). **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social** [livro eletrônico]. Florianópolis: Estúdio Semprel, Cap. 3, 2021, pp. 63-82.

GHAZINOORY, S.; ABDI, M.; AZADEGAN-MEHR, M. SWOT methodology: a state-of-the-art review for the past, a framework for the future. **Journal of Business Economics and Management**, v. 12, n. 1, p. 24-48, 2011.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, p. 20-29, 1995.

GOMES, Iara Rafaela. A agricultura familiar na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), Ceará. **Sociedade e Natureza** - Uberlândia, MG. v.36, 2024. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/sn/a/DKBhqYBr3MRCNycJDqPkNSh/?format=pdf&lang=pt> > Acesso em: 22/10/2025.

GONÇALVES, Hortência de Abreu; WANDERLEY, Lílían de Lins; PASSOS SOBRINHO; Josué Modesto dos. O SISTEMA COLONIAL E A FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE AGRÍCOLA: doações testamentárias e sua relação com o espaço rural de Sergipe (1780-1850). **Mercator Revista de Geografia da UFC**, ano 03, número 05, 2004. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/204>

GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER S. “Produção invisível” na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria, Mérida**, v.16, n31, jul. 2010.

GRISA, Catia. Mudanças nas políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: novos mediadores para velhos referenciais. **Raízes**. v.38, n.1, jan-jun/2018.

GRISA, Catia; SABOURIN, Eric; LE COQ, Jean-François. Políticas públicas para a agricultura familiar na América latina e Caribe: um balanço para a construção de uma agenda de pesquisa. **Raízes**, v.38, n.1, jan-jun/2018.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a Agricultura Familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol.52, Supl.1, p. S125-S146, 2014 – Impressa em Fevereiro de 2015.

GRISA, Catia; WESZ JUNIOR, Valdemar João; BUCHWEITZ, Vitor Duarte. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 323-346, 2014.

GUANZIROLI, C.; CARDIM, S. E. (Coord.). **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, fev/2000. 74 p. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br> Acesso em: 02 de março 2022.

HAESBAERT, Rogerio da Costa. Da Desterritorialização à multiterritorialidade. In: Encontro Nacional da ANPUR, IX., 2001. **Anais**. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. p. 1769-1777.

HAESBAERT, Rogerio da Costa. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999. p.169-190. 177.

<https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/833/694> .

HERNÁNDEZ, J.C. Patrimônio e globalização: o caso das culturas. In. CANESQUI, A.M.; DIEZ GARCIA, R.W. **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2005. p.129-145. (Coleção antropologia e saúde). Disponível em:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd10_01.pdf Acesso em: 16/12/2024.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/umbaua/historico>> Acesso em 21 de mar. 2024.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Uso da terra no estado de Sergipe**. (Relatório Técnico), Rio de Janeiro, 2011.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <

<https://censoagro2017.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-#:~:text=A%20agricultura%20familiar%20encolheu%20no,a%20perder%20m%C3%A3o%20de%20obra> > Acesso em Jan./2023.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <

<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos> > Acesso em Jan. /2023.

IBGE. **Censo demográfico 2023**. Disponível em:<

<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9718#resultado>> Acesso em 19 de set. 2023.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível: <https://pro-pgt-incra.estaleiro.serpro.gov.br/pgt/indices-basicos> . Acesso em: 14 de mar. 2024.

IPEA, 2016. Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/ods/ods2.html>>. Acesso em 18/02/2025.

KARAKUS, Mustafa, Keith MacAllum, Roline Milfort, and Hongsheng Hao. **Nutrition Assistance in Farmers Markets: Understanding the Shopping Patterns of SNAP Participants**. Prepared by Westat for the U.S. Department of Agriculture, Food and Nutrition Service, October 2014. Available online www.fns.usda.gov/research-and-analysis. Disponível em:< [GOVPUB-A98-PURL-gpo55357.pdf](https://www.gpo.gov/purl/gpo55357.pdf)>, Acesso em 12/05/2025.

KIYOTA, N.; TOMAZINI, C.E.G.; QUINAGLIA, G.D.P.; PILATTI, G. Relações de confiança nas feiras de produtos orgânicos e artesanais dos bairros de Pato Branco-PR. **Revista Grifos**, v. 30, n. 54, pp. 244-266, 2021. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/350528183_RELACOES_DE_CONFIANCA_NAS_FEIRAS_DE_PRODUTOS_ORGANICOS_E_ARTESANAIS_DOS_BAIRROS_DE_PATO_BRANCO-PR> Acesso em: 17/12/2024

LIMA, Helton Souto. O diário de campo e sua relação com o olhar aprofundado sobre o espaço rural. In: WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. **A Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau/SP: Letras à Margem, 2002. p.143-149.

LIMA, Romilda de Souza; FONTANA, Ana Paula Cavali. As feiras da agricultura familiar como território de práticas alimentares e sociabilidades. **Redes** (Santa Cruz do Sul. Online), v. 24, n. 3, p. 75-100, setembro-dezembro, 2019.

LIMA, Thiago; WAISBICH, Laura. Eliminando a contradição, silenciando o sujeito: o camponês na Política Externa de Temer e Bolsonaro. In.: OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de; LIMA, Thiago (Orgs.). **Política externa brasileira e combate à fome: lições do passado, perspectivas para o futuro**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023.

LOPES, Dulcelaine Lucia et. al. O diário de campo e a memória do pesquisador. In: WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. **A Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau/SP: Letras à Margem, 2002. p.131-134.
LOUZADA, M.L.C.; CRUZ, G.L.; SILVA, K.A.A.N.; GRASSI, A.G.F.; ANDRADE, G.C.; RAUBER, F.; LEVY, R.B.; MONTEIRO, C.A. Consumption of ultra-processed foods in Brazil: distribution and temporal evolution 2008–2018. **Revista De Saúde Pública**, v. 57, n.1, 12p., 2023. DOI: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2023057004744> . Acesso em: 22/12/2024.

MACIEL, Maria Eunice. Identidade Cultural e Alimentação. In CANESQUI, Ana Maria; DIEZ, Rosa Wanda. **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. (Coleção Antropologia e Saúde).

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária, o impossível diálogo sobre a história possível. **Revista Tempo Social**, São Paulo, USP, v. 11, n. 2, p. 97-128, 2000.

MALUF, Renato S.; BURLANDY, Luciene; PRADO, Veruska. Pesquisas em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: enfoques e conexões com as políticas públicas. In.: PREISS, Potira V.; SCHNEIDER, Sergio; SOUZA, Gabriela Coelho de. **A contribuição brasileira à segurança alimentar e nutricional sustentável**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2020.

MALUF, Renato Sérgio. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4, p. 424-438, 2000.
<https://doi.org/10.1111/1467-9523.00158>. Disponível em <
<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1467-9523.00158> > Acesso em 08/10/2023.

MARTINS, José de Souza. O Cativo da Terra. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**. Estudo das contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. Expropriação e violência (a política no campo). São Paulo: Hucitec, 1980.

MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, p. 71-79, 2014.

MATTEI, Lauro. Políticas públicas de apoio à agricultura familiar: o caso recente do Pronaf no Brasil. **Raízes**, v. 35, n.1, p.6-20, jan.-jun. 2015.

MATTEI, Lauro. **PRONAF 10 anos: mapa da produção acadêmica**. Brasília (DF): MDA, 2006.

MAZOYER, Marcel, ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. [tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira]. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010. 568p. Disponível em.: < <https://codeagro.agricultura.sp.gov.br/uploads/capacitacao/historia-das-agriculturas-no-mundo-mazoyer-e-roudart.pdf> >. Acesso em 26/06/2024.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Luta por reforma agrária no Brasil contemporâneo: entre continuidades e novas questões. In.: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Orgs). **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2015.

MENASCHE, Renata. **Os grãos da discórdia e o risco à mesa: um estudo antropológico das representações sociais sobre cultivos e alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul**. 2003. 287f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RG, 2003.

MENDES, Aline Bastos; FRANZ, Juliana Cristina. Alegria se escreve com “t”: a tradição do preparo e consumo da aletria na Ilha dos Marinheiros/RS. In: MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; ALVES, Flamarion Dutra. **Os contrastes do rural brasileiro: desafios e alternativas da agricultura familiar diante do avanço do agronegócio e da crise alimentar**. Aracaju: Criação Editora, 2024.

MENDONÇA, Marcelo; RIBEIRO, Dinalva Donizete; THOMAZ JUNIOR, Antônio. A modernização da agricultura e os impactos sobre o trabalho. **Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, vol. VI, nº 119 (44), 2002. [ISSN: 1138-9788]. Disponível: < <https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-44.htm> >. Acesso em: 21 mar. 2024.

MENEZES, F.; PORTO, S.; GRISA, C. **Abastecimento Alimentar e Compras Públicas no Brasil: um resgate histórico**. Série Políticas sociais e de Alimentação. Brasília: Centro de Excelência Contra a Fome, 2015.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça Menezes; ALMEIDA, Maria Geralda. A produção de alimentos nos espaços circunscritos da casa e a comercialização nos circuitos curtos. In.: MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; ALMEIDA, Maria Geralda; SOUZA DE DEUS, José Antônio. **Novos usos do Espaço Rural e suas Resiliências: Transformações e Ruralidades em Goiás** < Minas Gerais e Sergipe. Criação Editora -1. ed. – Aracaju -SE, 2020. Disponível

em.: < <https://editoracriacao.com.br/wp-content/uploads/2021/02/Novos-usos-do-Espaco-final-2.pdf> > Acesso em 27/06/2024.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. Feiras em Sergipe: domínio da cultura e comercialização em multiplicidade de tempos. In.: MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; ALMEIDA, Maria Geralda de (Orgs.) **Vamos às feiras!:** Cultura e ressignificação dos circuitos curtos. 1. ed. – Aracaju, SE: Criação Editora, 2021.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. Iguarias derivadas da mandioca: do rural ao urbano o consumo de uma tradição nas feiras livres de Aracaju. In: ZANINI, M. C.C.; SANTOS, M. O. **Feiras, feirinhas e feirões: a “economia dos centavos”** em foco. São Leopoldo: Oikos, 2017, p. 108-127. Disponível em.: < <https://oikoseditora.com.br/files/Feiras%20Feirinhas%20Feiroes%20-%20E-BOOK.pdf> > Acesso em 15/06/2024.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; SILVA, Paulo Adriano Santos; SILVA, Hebert Ruan Conceição. Configuração espacial da geografia alimentar em Sergipe. **Confins**, nº40, 2019. Disponível em.: < <https://journals.openedition.org/confins/20412> > Acesso em.: 30/01/2023.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; ALMEIDA, Maria Geralda. **Vamos às feiras!:** Cultura e ressignificação dos circuitos curtos. 01. ed. Aracaju: Criação Editora, 2021. v.1. 508p. Disponível em: < <https://editoracriacao.com.br/wp-content/uploads/2021/08/feirassite.pdf> > Acesso em: 14/06/2024.

MENEZES, Sônia Mendonça. Alimentos Identitários: Uma Reflexão Para além da Cultura. **Revista GEONORDESTE**, Ano XXIV, n.2, 2013. Disponível em < <https://periodicos.ufs.br/geonordeste/article/view/1516>.>

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. BRASIL. Agricultura familiar no Brasil e o censo 2006. Brasília: MDA, 2009.

MITIDIERO, Marco Antônio. BARBOSA, Humberto Junior Neves. SÁ, Thiago Hérick. Quem Produz Comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006. **Revista Pegada** – vol. 18 n.3 7 Setembro-Dezembro/2017.

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2008.

MUELLER, C. C.; MARTINE, G. Modernização da agropecuária, emprego agrícola e êxodo rural no Brasil - A década de 1980. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 17, n. 3, p. 407–427, jul. 1997. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rep/a/XRjhNSmJGQg7ZKvXHQ8nnPm/abstract/?lang=pt> > Acesso em: 16/12/2024.

NASCIMENTO, Raimunda Joysse Pereira dos Reis. **Uso das águas da sub-bacia hidrográfica do rio Pagão em Umbaúba-SE**. São Cristóvão, SE, 2022. 104 f. : il. Dissertação (mestrado em Geografia).

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura Familiar: quantos Acoradours. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Orgs.). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

NEVES, Delma Pessanha. Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena. **Revista Nera**, Presidente Prudente, Ano 8, n. 7, p.68-93, jul.-dez. 2005.

NIEDERLE, P.; LOCONTO, A.; LEMEILLEUR, S.; DORVILLE, C. Social movements and institutional change in organic food markets: Evidence from participatory guarantee systems in Brazil and France. **Journal of Rural Studies**, v.78, 2020, pp. 282-291. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2020.06.011>

NÓBREGA, Stéfanny da Cruz; FERREIRA, Lara Cristine Gomes. Feira interinstitucional agroecológica. In.: MENEZES, Sônia Mendonça; ALMEIDA, Maria Geralda de (Orgs.). **Vamos às feiras! : Cultura e ressignificação dos Circuitos curtos**. 1. ed. – Aracaju, SE: Criação Editora, 2021. em: Disponível em.:< <https://editoracriacao.com.br/wp-content/uploads/2021/08/feirassite.pdf> > Acesso em: 14/06/2024.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe colonial I**. 2. ed. São Cristovão: Editora UFS, Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006. 350 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Estrutura Fundiária Brasileira. 6ª edição, impressão de 2019.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016, 545p.

PANDOLFO, M. C. O programa de aquisição de alimentos como instrumento revitalizador dos mercados regionais. **Revista Agriculturas**, v.5, n.2, Rio de Janeiro: AS-PTA, p. 14-17, jun. 2008.

PAZERA JÚNIOR, E. **A feira de Itabaiana – PB: permanência e mudança**. 2003. 201 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo

PEREIRA, A. B. A. S. **Agricultura familiar camponesa e cultura alimentar: hábitos e prática alimentares das famílias rurais da Linha Simonetti-Ivorá/RS**. UFSM, Santa Maria/RS, 2015.

PÉTONNET, Colette. Observação flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense. **Antropolítica, Niterói**, n. 25, p. 99-111, 2. sem. 2008. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/5d38e623b83acd0001723688/t/61133461b9a8e778cd581370/1628648546048/Observa%C3%A7%C3%A3o+flutuante.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

PEREIRA, Viviane Guimarães; BRITO, Tayrine Parreira; PEREIRA, Samanta Borges. A feira livre como importante mercado para a agricultura familiar em Conceição do Mato Dentro (MG). **Revista Ciências Humanas**, v.10, n.2, 2017. DOI: <https://doi.org/10.32813/rchv10n22017artigo6>.

Plano de desenvolvimento do território Sul de Sergipe, 2008. Disponível em.: < <https://docs.observatorio.se.gov.br/wl/?id=VSduA6DLcw9inEHDhEVYkbA8zRYYBDUw&path=Sul%20Sergipano.pdf&mode=default> > .

PLOEG, Jan Douwe van der. crecimiento Agrícola dirigido por el cAmPeSinAdo y la Soberanía Alimentaria. IN. **Soberania Alimentar um diálogo crítico**.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível: <<http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/map> > . Acesso em: 21 mar. 2024.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível: <<http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha> > . Acesso em: 21 mar. 2024.

POLLAN, Michael. **O dilema do onívoro: uma história natural de quatro refeições**. Tradução de Cláudio Figueiredo. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007. Disponível em: < <https://pagotto.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/05/o-dilema-do-onivoro-michael-pollan.pdf> >

PORTILHO, Fátima. Ativismo alimentar e consumo político – Duas gerações de ativismo alimentar no Brasil. **Redes** (St. Cruz Sul, Online), v.25, n.2, p. 411-432, maio-agosto, 2020. PORTILHO, Fátima; CASTAÑEDA, Marcelo; RIBEIRO CASTRO, Inês Rugani. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, 16(1):99-106, 2011. Disponível em:< <https://www.scielo.br/j/csc/a/W4RvpWDBhQGbYZPjFBqhx4f/?format=pdf&lang=pt> >

POZZEBON, L.; Rambo, A.; Gazolla, M. **As Cadeias Curtas das Feiras Coloniais e Agroecológicas**: autoconsumo e segurança alimentar e nutricional. desenvolvimento em questão, vol. 16(42), p.405-441, 2018.

QUARESMA, Amanda Paiva. Mulheres e quintais agroflorestais: a “ajuda invisível” aos olhos que garante a reprodução da agricultura familiar camponesa amazônica. In: HORTA, Karla; REZENDE, Marcela; MACEDO, Gustavo (org.). **Coletânea sobre estudos rurais e gênero**: Prêmio Margarida Alves. 4. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015. p. 35-43. Disponível em.:< <https://www.gov.br/mda/pt-br/acervo-nucleo-de-estudos-agrarios/nead-especial-1/2-coletanea-sobre-estudos-rurais-e-genero-premio-margarida-alves-4a-edicao-2013-mulheres-e-agroecologia.pdf> > Acesso em: 14/06/2024.

QUEIROZ, Dimas Barrêto de et al. A distribuição de recursos do Fundeb enquanto política social do Governo Federal: Um estudo nos municípios paraibanos. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 14, n. 2, 2011.

QUEIROZ, Greiziane Araújo. **A expressão territorial da comida de rua em Ilhéus e Itabuna-BA**. São Cristóvão, SE, 2023. Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2023.

RADÜNZ, A. L.; RADUNZ, A. F. O. Feira Agroecológica da ARPASUL, Pelotas, RS: produção, segurança alimentar e comercialização, um estudo de caso. **Revista Espaço Acadêmico**, vol.17(192), p.17-25, 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RENTING, A.; SCHERMER, M.; ROSSI, A. Building food democracy: exploring civic food networks and newly emerging forms of food citizenship. **International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, v. 19, n. 3, p. 289-307, jan. 2012.

RENTING, Henk; MARSDEN, Terry K.; BANKS, Jo. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning A**, London, v. 35, p. 393- 411, 2003.

RIBEIRO, E. M. (coord). **Feiras do Jequitinhonha: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semi-árido de Minas Gerais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

RITT, Adrieli Luisa. **Feira da Agricultura Familiar de Mercedes, Paraná: perfil, percepções e perspectivas dos consumidores**. Universidade Tecnológica do Paraná/ Campus Santa Helena, 2024. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: < <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/34557/1/feiraagriculturafamiliarmercedes.pdf> > Acesso em: 21/10/2024.

RODRIGUES, C. C. C.; MELLO, U. P. **Sementes crioulas: alternativas de diversificação de cultivos no assentamento Cambuxim em São Borja/ RS**. (s. d.), 2010. Disponível em: < https://m.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2010/00%20textos/sessao_1/01-01.pdf > ROSA, Tábata Neves. **A permanência da juventude camponesa nas comunidades de Cristinópolis-SE**. (Dissertação de mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. São Paulo, 2018 (175 páginas).

ROSENDO, Fátima de Matos. **Santa Luzia do Itanhy: conhecendo nossa história**. 2010. Disponível em: < <https://www.webartigos.com/artigos/santa-luzia-do-itanhy-conhecendo-nossa-historia/37228/> > Acesso em: 01/01/2023.

ROSSET Peter. Food sovereignty: global rallying cry of far-mer movements. Institute for Food and Development Background. 2003. Disponível em: < https://archive.foodfirst.org/wp-content/uploads/2013/12/BK9_4-Fall-2003-Vol-9-4-Food-Sovereignty.pdf > Acesso em: 20/10/2024.

ROSSET, Peter; ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: Ciência e política**. traduzido por Rafael Tatemoto. – São Paulo: Editora Unesp; Editora Expressão Popular; Editora da UFRGS, 2022. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/703349542/Agroecologia-Ciencia-e-Politica> . Acesso em: 21/09/2025.

RUCINSKI, J.; BRANDERNBURG, A. (2002). Consumidoresde alimentos orgânicos em Curitiba, **Anais**. Encontro da ANPPAS, v.1
SABOURIN, Eric. Teoria da reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 24-51, 2011.
SANTOS, C. N. C. dos; VILAR, J. W. C. O Litoral Sul de Sergipe: contribuição ao planejamento ambiental e territorial. **Revista Geonorte**, Edição Especial, v. 3, n. 4, 2012.

SANTOS, Eline Almeida; MELO e SOUZA, Rosemeri. Territorialidade das catadora de mangaba no litoral sul de Sergipe. **Revista Geosaberes**, Fortaleza v. 6, número especial (3), p. 629 - 642, fevereiro. 2016.

SANTOSa, Eline Almeida. **Mulheres pescadoras-mulheres mangabeiras**: o desvelar das territorialidades das extrativistas em Indiaroba/SE – São Cristóvão, SE, 2018 (Tese de Doutorado).

SANTOS, Adinaldo do Nascimento; VAZ, Vitor Hugo da Silva. **Resultado do planejamento e gestão das políticas públicas do Indiaroba/Se, no período de 2017-2024**. Prefeitura Municipal de Indiaroba/Sergipe. Aracaju: J. Andrade, 2024.

SANTOSb, Vanessa Modesto dos. **Cores, cheiros, saberes e fazeres**: feira de Lagarto/SE. São Cristóvão/SE, 2018 (Dissertação de Mestrado, 139 p).

SANTOS DE JESUS, Patricia; SANTOS, Hudson Jorge de Souza. O movimento das catadoras de mangaba de Sergipe: entre finalidades e avanços. **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, Ano XXIX, n. 1, p. 91-109, Jan./Jun. 2018. ISSN: 2318-2695. Disponível em.: < <https://periodicos.ufs.br/geonordeste/article/view/7403/pdf> > Acesso em.: 31/08/2025.

SCHNEIDER, S. Mercados e Agricultura Familiar. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura familiar**: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 93- 136.

SCHNEIDER, S. Mercados e Agricultura Familiar. In: MARQUES, F. Charão; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2016, p., 93-140.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, DF: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Informação Tecnológica, v. 31, n. 2, p. 227-263, maio/ago. 2014.

SCHNEIDER, Sérgio (Orgs.). **A Diversidade da Agricultura Familiar**. 2ªEd. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, Sergio. Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social. Prefácio. In: DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José. **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social**. Florianópolis, SC: Estúdio Semprelo, 2021.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura Familiar e pluriatividade. Revista brasileira de ciências sociais – vol.18 Nº. 51. fevereiro/2003. Disponível em < scielo.br/j/rbcsoc/a/rztr5GB6thSx7TVPkw4wf7z/?format=pdf&lang=pt > Acesso em.: 13 de out. 2023.

SERGIPE. Ministério Público do Trabalho; UFS – Universidade Federal de Sergipe (Org.). **Estudo das condições de saúde e dos ambientes de trabalho na citricultura do estado de Sergipe**. São Cristóvão: Ed. UFS, 2015.

SERGIPE. **Plano de desenvolvimento do território:** Sul sergipano. Sergipe, 2008.

Disponível em:

https://www.se.gov.br/uploads/download/filename_novo/1285/5c256222957a0faf8071408d9caae918.pdf Acesso em: 27/01/2023.

SERGIPE. **Plano de desenvolvimento do território:** Sul sergipano. Sergipe, 2008.

Disponível em:

https://www.se.gov.br/uploads/download/filename_novo/1285/5c256222957a0faf8071408d9caae918.pdf Acesso em: 27/01/2023.

SERGIPE. Superintendência de Recursos Hídricos. Atlas Digital sobre Recursos Hídricos de Sergipe. 2014.

SERGIPE, SEASIC. Disponível em: < <https://assistenciasocial.se.gov.br/feira-da-agricultura-familiar-itinerante-chega-a-sergas-e-fortalece-producao-local/> >. Acesso em 28/02/2025.

SERGIPE, SEASIC. Disponível em: < <https://assistenciasocial.se.gov.br/seasic-realiza-a-primeira-edicao-da-feira-da-agricultura-familiar-de-2025/#:~:text=A%20feira%20acontece%20toda%20primeira,%2C%20n%C3%BAmero%20120%2C%20em%20Aracaju.> >. Acesso em 10/01/2025.

SERGIPE. **Início das Feiras da agricultura familiar em Sergipe.** Disponível em:<

<https://www.se.gov.br/noticias/inclusao-social/governo-realiza-primeira-feira-da-agricultura-familiar-em-boquim> >

SEVILLA-GUZMÁN E. Agroecología y agricultura eco-lógica: hacia una “re” construcción de la soberanía alimentaria. Agroecología. 2016; (1):8-18 Disponível em <

<https://digitum.um.es/digitum/handle/10201/23803> > Acesso em 18/10/2024

SHIVA, Vandana. **Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento.** Petrópolis/RJ. Vozes, 2001.

SHIVA, Vandana. Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, Iris Karine dos Santos; ALVES, Juliane São Pedro; SÁ, Regivânia de Andrade. Um olhar sobre a estrutura fundiária na atualidade: a concentração fundiária em Sergipe. **Revista Cerrados.** Montes Claros, v. 14, n.2, p.202-229, jul/dez 2016.

SILVA, Débora Pavani; SANT’ANA, Antonio Lázaro. Identificação e caracterização dos guardiões de sementes crioulas dos Assentamentos rurais do Território Prof. Cory/Andradina – SP. **Revista Retratos de Assentamentos.** Vol. 22 N.2 de 2019. Disponível em < <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/375/315> > Acesso em 03/08/2025.

SILVA, Jeferson Marques da. **O avanço do agronegócio em Nossa Senhora de Lourdes/SE: dissipação dos cultivos tradicionais e desfiguração da cultura alimentar.** São Cristóvão, SE, 2023.

SILVA, José Natan Gonçalves da. **Territórios queijeiros: tradição, ressignificação no Sistema Agroalimentar Localizado do leite em Alagoas** (Tese de doutorado). São Cristóvão/SE, 2021. 271p.

SILVA, S. P. (2011). Políticas Públicas, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, 16(58). <https://doi.org/10.12660/cgpc.v16n58.3565>.

SILVEIRA, Roniex da. **Análise integrada da paisagem da sub-bacia do rio Pagão Guararema/Sergipe: um olhar para a fragilidade ambiental**. - São Cristóvão, SE, 2021 (Dissertação de Mestrado).

SIQUEIRA, Angélica Cristina da; OLIVEIRA LUCAS, Evandro de; CRUZ, Fabiana Thomé. Políticas voltadas para feiras da agricultura familiar no Vale do Rio Pardo (RS): estratégias locais para a soberania e segurança alimentar e nutricional. **Revista Retratos de Assentamentos**. VOL.23 N.2 de 2020.

SIQUEIRA, E. R.; COSTA-ALVES, A.L; SILVA, M. A. S; TAVARES, E. D; OLIVEIRA, T. C; ARAGÃO, A. G. Diagnóstico para geração e transferência de tecnologias, produtos e serviços. In: SIQUEIRA, E.R; SILVA, M.A.S; ARAGÃO, A.G. **Território Rural Centro Sul de Sergipe**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2010.

SOARES, Rosângela Oliveira; TAVARES, Paulino Varela; TIBÉRIO, Manuel Luís; CRISTOVÃO, Arthur. A feira da agricultura familiar: uma análise qualitativa da visão dos agricultores. In.: In: MENEZES. S.S.M.; ALMEIDA, M.G. (org.) **Vamos às feiras! Cultura e ressignificação dos circuitos curtos**. 1. ed. Aracaju: Criação Editora, 2021. Disponível em: < <https://editoracriacao.com.br/wp-content/uploads/2021/08/feirassite.pdf> > Acesso em: 14/06/2024.

SOLDERA, D. **A instabilidade do referencial de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: uma análise das narrativas dualistas**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR/UFRGS). Porto Alegre: UFRGS, 2017.

TAVARES, Raíra Pereira; PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Mulheres do mangue e da restinga: relato de experiência sobre as marisqueiras e catadoras de mangaba do município de Estância, litoral sul de Sergipe, Brasil. **Cadernos de Agroecologia** - ISSN 2236-7934. – Vol. 15, Nº 3, 2020.

TEDESCO, João Carlos. O futuro do passado: comercio em feiras, vida rural e tradições culturais. Alguns apontamentos. ZANINI, Maria Catarina Chitolina (Org). In: **Mercados, campesinato e cidades: abordagens possíveis**. São Leopoldo: Oikos, 2015 (E-book) 220 páginas. Disponível em: < https://oikoseditora.com.br/files/Mercados_campesinatos_cidades.pdf > Acesso em: 13/06/2024.

UFES, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Planejamento Estratégico. Documento explicativo sobre análise SWOT/FOFA, s.d.

VALADARES, Alexandre; ALVES, Fábio. A redução do número de estabelecimentos familiares e do pessoal ocupado na agricultura familiar: hipóteses à luz da análise dos censos agropecuários de 2006 e 2017. **Mercado de trabalho, 2020**. Disponível em <

https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/210107_bmt_70_nota_tecnica_al.pdf > Acesso em: 04/04/2024.

VALÉRIO, V. J. O. Produção do espaço, agricultura e alimentação: da revolução agrícola aos impérios alimentares. **Formação (Online)**, v. 28, n. 53, p. 829-849, 2021.

VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. Heterogeneidad Estructural de la Agricultura familiar em el Brasil. **Revista Cepal**, Santiago de Chile, n. 111, p.103-121, diciembre 2013. Disponível:< [content \(cepal.org\)](https://content.cepal.org) > . Acesso: 13 out. 2023.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**. Ano 14, v. 22, n. 44 p. 203-220, ago/dez. 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977/6250> > Acesso em 28 de fev. de 2022.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. En publicacion: **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. p.31-44.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Territorialidade e ruralidade no Nordeste: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olivio Alberto. **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais**. Brasília: EMBRAPA, 2002. p.39-52.

WELCH, C. A.; FERNANDES, B. M. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. M. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 161-190.

WILKINSON, John. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. p. 45–52.

WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Brasília: Hucitec/EDUNB, 1995.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina; SANTOS, Miriam de Oliveira. **Feiras, feirinhas e feirões: a economia dos centavos em foco**. São Leopoldo: Oikos, 2017. < <https://oikoseditora.com.br/files/Feiras%20Feirinhas%20Feirões%20-%20E-BOOK.pdf> > Acesso em 15/06/2024.

ANEXOS

ANEXO A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



Termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE

Título do Estudo: “AS FEIRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM MUNICÍPIOS DOS SUL SERGIPANO”

Pesquisador Responsável: Vanessa Modesto dos Santos

Endereço Residencial: Rua Maria José Araújo de Oliveira, nº96, Umbaúba/SE

Endereço de E-mail: vanessamgeografia@gmail.com

Telefone do Pesquisador responsável para contato: (79)99864-1828

Prezado (a) senhor (a)

Gostaria de convidar o(a) Sr.(a) a participar como voluntário nesta pesquisa intitulada “AS FEIRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM MUNICÍPIOS DOS SUL SERGIPANO”. Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o (a) senhor(a) não consiga entender, converse com o pesquisador responsável para esclarecê-lo.

A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

O objetivo desta pesquisa é analisar a feira da agricultura familiar, não apenas como um espaço de comercialização de produtos, mas também como um território onde acontecem os processos de construção de identidade e sociabilidade que possibilita oportunidades de diálogos entre os feirantes/agricultores e consumidores. E tem como justificativa apontar que a feira da agricultura familiar representa oportunidade dos agricultores comercializarem sua produção, e reforçarem suas relações com outros(as) feirantes e consumidores, mas também de cultivarem suas identidades como agricultores(as) familiares que produzem em pequena escala.

A leitura desse TCLE deve levar aproximadamente 05 minutos e a participação na pesquisa 25 minutos.

Se o(a) Sr.(a) aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação é o seguinte: responder as questões propostas no questionário de perguntas.

Toda pesquisa com seres humanos envolve algum tipo de risco. No nosso estudo, os

possíveis riscos ou desconfortos decorrentes da participação na pesquisa estão a possibilidade de se constranger durante as entrevistas, se emocionar ou se intimidar. Caso isso aconteça você poderá pausar e reiniciar a conversa ou até mesmo desistir no momento ou totalmente, se assim desejar. Para evitar os riscos, serão adotadas as seguintes providências e cautelas, evitaremos usar palavras e expressões que possam causar constrangimento, e abordar assuntos polêmicos e emocionantes.

Contudo, esta pesquisa também pode trazer benefícios. Os possíveis benefícios indiretos resultantes da participação na pesquisa são : a sua contribuição estará colaborando com esta pesquisa e contribuirá com a comunidade que terá conhecimento sobre a importância das feiras da agricultura familiar, bem como a produção de artigos, textos e publicações em livros e revistas.

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso o(a) Sr.(a) decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa, não haverá nenhum prejuízo a sua participação como feirante nesta feira da agricultura familiar.

Não está previsto nenhum tipo de pagamento por sua participação na pesquisa e o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo para participar, porém, poderá receber por despesas decorrentes de sua participação, e essas despesas serão pagas pelo orçamento da pesquisa, por meio de acordo prévio com a pesquisadora sobre as formas de ressarcimento.

Caso ocorra algum problema ou dano com o(a) Sr.(a), resultante de sua participação na pesquisa, o(a) Sr.(a) receberá todo auxílio necessário, sem nenhum custo pessoal e garantimos indenização diante de eventuais fatos comprovados, com nexo causal com a pesquisa.

Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido (a). Nós pesquisadores não divulgaremos o seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar. Qualquer tipo de identificação será feita por meio de pseudônimos para garantir o sigilo total.

Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de ciências humanas (Geografia) e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto, bem como em todas as fases da pesquisa.

É assegurada assistência durante toda pesquisa, bem como é garantido ao Sr.(a), o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo que o(a) Sr.(a) queira saber antes, durante e depois da sua participação a informação lhe será disponibilizada.

Em caso de qualquer dúvida, o(a) Sr.(a) poderá me ligar a cobrar no número: 9090 (79) 99864-1828 ou enviar e-mail se for mais fácil.

Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe (CEP-UFS), localizado na Rua Cláudio Batista s/n - Hospital Universitário, Bairro Sanatório, Aracaju- Sergipe, CEP – 49060-110, Tel : (79) 3194 – 7208, E-mail: cep@academico.ufs.br, funcionamento: 8h às 12h e 13h às 17h, de segunda a sexta-feira.

O Comitê de Ética em Pesquisa é vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) que por sua vez é subordinado ao Ministério da Saúde(MS). O CEP é responsável por realizar a análise ética de projetos de pesquisa com seres humanos, sendo aprovado aquele que segue os princípios estabelecidos pelas resoluções, normativas e complementares.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida ao Sr.(a). Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destinados a reciclagem, após serem picotados.

Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Declaração do pesquisador responsável:

Eu, Vanessa Modesto dos Santos, pesquisadora responsável por este estudo, esclareço que cumprirei as informações acima e que o participante terá acesso, se necessário, a assistência integral e gratuita por danos diretos e indiretos, imediatos ou tardios devido a sua participação nesse estudo; e que suas informações serão tratadas com confidencialidade e sigilo. O participante poderá sair do estudo quando quiser, sem qualquer penalização. Se tiver algum custo por participar da pesquisa, será ressarcido; e em caso de dano decorrente do estudo, terá direito a indenização, conforme decisões judiciais que possam suceder.

Esse Termo é assinado em duas vias, sendo uma do(a)Sr.(a) e a outra para os pesquisadores e todas as páginas serão rubricadas.

Consentimento do Participante de Pesquisa/Responsável legal:

Eu,, abaixo assinado, discuti com a pesquisadora VANESSA MODESTO DOS SANTOS sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de assistência, confidencialidade e esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é voluntária e isenta de despesas e que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício.

Umbaúba, de de

Assinatura do (a) participante de pesquisa/Responsável legal



Data: _____/_____/_____

Assinatura do (a) pesquisador(a) responsável

Data: _____/_____/_____

Testemunhas em caso de uso da assinatura datiloscópica

ANEXO B: TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO

Eu _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora **Vanessa Modesto dos Santos** do projeto de pesquisa intitulado **“As feiras da agricultura familiar em municípios do sul sergipano”** a realizar as fotos/filmagem que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. O pesquisador responsável e sua equipe comprometem-se em cumprir as Res. 466/2012 e 510/2016 CNS. Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos/imagens (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o(a) participante.

Aracaju, em ____/____/____.

Entrevistado

Responsável Legal CPF (Caso o entrevistado seja menor – incapaz)

Pesquisador responsável pela entrevista

APÊNDICES

APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM AGRICULTOR/FEIRANTE

Roteiro de entrevistas com o agricultor/agricultora-feirante dos municípios de Cristinápolis, Indiaroba, Itabaianinha, Santa Luzia do Itanhy e Umbaúba para o projeto de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

1 DADOS DO AGRICULTOR/FEIRANTE:

1.1 Dia da visita:.....

1.2 Nome do agricultor/feirante:.....Idade.....anos

1.3 Gênero: (.....) Masculino (.....) Feminino

1.4 Tamanho do estabelecimento rural:.....

1.5 Localidade:

1.6 Município:Telefone:.....

1.7 Escolaridade:.....

2 INFORMAÇÕES GERAIS:

2.1 Há quanto tempo trabalha na agricultura?.....

2.2 Há quanto tempo reside neste estabelecimento rural?.....

2.3 Quantas pessoas vivem na mesma residência?.....

2.4 São todos familiares?..... Atuam na agricultura?.....

2.5 O que é produzido no estabelecimento rural?.....

2.6 A produção é apenas para a comercialização ou também para o consumo familiar?.....

2.7 Participa de alguma cooperativa ou associação?.....

3 RELAÇÃO COM A FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR:

3.1 Há quanto tempo atua nessa feira da agricultura familiar?.....

3.2 Os alimentos comercializados são de origem (....) Agroecológica (....) Orgânica (....) Convencional

3.3 Em que momento a feira entrou em sua vida?.....

- 3.4 Qual a importância da feira para a geração de renda familiar?.....
- 3.5 Comercializa apenas na feira da agricultura familiar: (....) Sim (....) Não (....) Feira convencional (....) Mercado digital (Redes sociais)
- 3.5.1 Acessa algum mercado institucional (....) PAA (....) PNAE (....)
- 3.5.2 Participa de Cooperativa (....) Associação (....) outro
- 3.6 Os alimentos comercializados são todos cultivados/elaborados por você e sua família, ou são adquiridos de outras pessoas?.....
- 3.7 Como se dá o seu deslocamento até a feira?.....
- 3.8 Está satisfeito com as vendas?.....
- 3.9 Qual a renda obtida com a comercialização de produtos na feira durante o mês?
- (....) Até 1 salário mínimo (....) Entre 1 e 2 salários mínimos (....) Entre 3 e 4 salários mínimos (....) Acima de 4 salários mínimos.

4 RELAÇÃO COM OS CONSUMIDORES:

- 4.1 Os consumidores são fixos ou variam muito? (....) Fixo (....) Variável
- 4.2 Qual a faixa etária dos consumidores? (....) Jovens (....) Adultos (....) Idosos
- 4.3 Quais as formas de pagamento: (....) Dinheiro (....) Cartão (....) Pix (....) Caderneta
- 4.4 Fale sobre as relações de confiança com os consumidores:.....
-

5 ORGANIZAÇÃO E SIGNIFICADO DA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR:

- 5.1 Qual órgão responsável pela organização da feira: (....) Secretaria de agricultura (....) outro.....
- 5.2 Quem decide a localização da barraca?.....
- É pago algum valor para a utilização da barraca (....) Não (....) Sim
- 5.3 Quais os problemas existentes na feira?.....
- 5.4 Existe algum período do ano que as vendas aumentam? (....) Não (....) Sim

5.5 Quais as vantagens em comercializar nas feiras da agricultura familiar?.....

.....

5.6 Os consumidores dessa feira são oriundos: (...) Da sede municipal (...) Zona Rural (....)

Outros municípios

6 SABERES E MEMÓRIAS EM TORNO DO CULTIVO/ELABORAÇÃO DE ALIMENTOS:

6.1 Com quem aprendeu a cultivar/elaborar os alimentos comercializados:.....

6.2 Possui outros familiares que cultivam/elaboram e comercializam em feiras (...)Sim (...)Não

6.3 Descreva as etapas de produção, desde o cultivo até a comercialização:.....

.....

.....

6.4 As formas de trabalho utilizadas hoje no cultivo/elaboração dos alimentos são distintas das utilizadas no passado:

.....

6.5 No passado os alimentos cultivados/elaborados eram destinados, principalmente para o consumo ou comercialização:.....

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM O CONSUMIDOR DA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Roteiro de entrevistas com os consumidores dos municípios de Cristinápolis, Indiaroba, Itabaininha, Santa Luzia do Itanhy e Umbaúba para o projeto de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

1 DADOS DO ENTREVISTADO

1.1 Nome:.....

1.2 Idade:..... Escolaridade:.....

1.3 Gênero: (....) Masculino (....) Feminino Estado civil:.....

1.4 Profissão:.....

1.5 Localidade em que reside:.....

2 HÁBITOS DE CONSUMO

2.1 Porque escolheu comprar na feira da agricultura familiar?.....

2.2 Quais barracas frequenta?.....

2.3 O que acha da localização da feira?.....

2.4 Costuma frequentar essa feira semanalmente?.....

2.5 Quais os critérios utilizados para escolher os produtos na feira?.....

2.6 Os alimentos comercializados nessa feira recordam algo ou algum momento de sua vida?.....

APÊNDICE C: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO DA FEIRA

1 IDENTIFICAÇÃO

1.1 Nome:.....

1.2 Cargo:..... Desde...../...../.....

1.3 Formação:.....

2 INFORMAÇÕES SOBRE A FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR

2.1 Qual a data de início da feira da agricultura familiar no município?.....

2.2 De onde partiu a iniciativa de criação da feira da agricultura familiar no município?.....

2.3 Existe algum cadastro para comercialização na feira da agricultura familiar?.....

2.4 Quantos feirantes fazem parte dessa feira?.....

2.5 Quais os critérios para comercializar na feira da agricultura familiar?.....

.....

2.6 Qual o papel dessa feira para o município?.....

.....

2.7 Quais ações do poder público atuam na valorização da feira da agricultura familiar?.....

.....